

**Janaina Silva Rossi Pereira  
Mauro Parolin  
Eloisa Silva de Paula Parolin  
Fernando Henrique Villwock**

**MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO  
DE ENGENHEIRO BELTRÃO, PARANÁ**  
com base na história de vida e  
documentos de época



**EDITORA**  
- Fecilcam -

**MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO  
DE ENGENHEIRO BELTRÃO, PARANÁ**  
**com base na história de vida e documentos de  
época**

**Universidade Estadual do Paraná - campus de Campo Mourão**

**Reitor** Antonio Carlos Aleixo

**Vice-Reitor** Sydney Roberto Kempa

**Diretor de campus** João Marcos Borges Avelar

**Vice-Diretor de campus** Carlos Nilton Poyer

**Editora da Fecilcam**

**Diretora** Suzana Pinguello Morgado

**Vice-Diretora** Mariana Moran Barroso

**Coordenador Geral** Willian André

**Vice-Coodenador Geral** Márcio José Pereira

**Secretário** Delton Aparecido Felipe

**Conselho Editorial do Livro**

Prof. Dra. Ana Paula Colavite - UNESPAR

Prof. Dra. Suzana Pinguello Morgado - UNESPAR

Prof. Dr. André Luiz Carvalho da Silva - UERJ

Prof. Dra. Heloisa Helena Coe - UERJ

Prof. Dr. Sidney Kuerten - UEMS

**Diagramação e Capa**

Fernando Henrique Villwock

A capa apresenta duas imagens aéreas, a imagem superior, disponibilizada pelo ITC-PR, data de 26/04/1980, a imagem inferior, disponibilizada pelo Google Earth, data de 26/11/2018

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca

UNESPAR - Campus de Campo Mourão

P436m Pereira, Janaína Silva Rossi, et.al.  
Mudanças socioambientais no município de Engenheiro Beltrão – Paraná: com base na história de vida e documentos de época [livro eletrônico] / Janaína Silva Rossi Pereira; Mauro Parolin; Eloisa Silva de Paula Parolin; Fernando Henrique Villwock. -- Campo Mourão, PR: Fecilcam, 2019.  
169 p. : il.

Modo de Acesso: World Wide Web <[www.unespar.edu.br](http://www.unespar.edu.br)>

Inclui Bibliografia.

Inclui fotos e ilustrações

Formato PDF

ISBN 978-85-88753-54-9 e-book

1. História Ambiental. 2. Pioneiros 3. Desenvolvimento Regional-Paraná I. Parolin, Mauro. II. Parolin, Eloisa S. de Paula. III. Villwock, Fernando H. IV. Universidade Estadual do Paraná – Campus Campo Mourão. V. UNESPAR. VI. Título.

CDD 21.ed. 333.72  
981.62

Janaina Silva Rossi Pereira  
Mauro Parolin  
Eloisa Silva de Paula Parolin  
Fernando Henrique Villwock

**MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO  
DE ENGENHEIRO BELTRÃO, PARANÁ**  
**com base na história de vida e documentos de  
época**

Editora Fecilcam  
Campo Mourão  
2019

## SUMÁRIO

Prefácio.....	5
Introdução.....	6
1. História Ambiental e Geografia no contexto da pesquisa.....	8
2. Ocupação do Paraná.....	14
3. Materiais e Métodos.....	20
3.1. Caracterização geográfica do município de Engenheiro Beltrão.....	20
3.2. Elaboração das entrevistas e fontes iconográficas.....	23
4. Resultados.....	27
4.1. Entrevistas.....	27
4.1.1. Processo de compra de terras.....	29
4.1.2. A vegetação.....	31
4.1.3. Acesso a água.....	39
4.1.4. O clima.....	40
4.1.5. A fauna.....	43
4.1.6. As culturas agrícolas.....	46
4.1.6.1. O café.....	50
4.1.6.2. A hortelã.....	57
4.1.6.3. O algodão.....	63
4.1.6.4. O plantio mecanizado.....	66
4.1.6.5. Cana-de-açúcar.....	72
4.1.7. Insumos agrícolas: o uso do agrotóxico.....	73
5. Acervo Iconográfico.....	81
5.1. Travessia de rios.....	81
5.1.1. Contextualização histórica.....	83
5.2. Os cultivos.....	85
5.2.1. Contextualização histórica.....	88
5.3. A formação vegetacional de Engenheiro Beltrão.....	91
5.3.1. Contextualização histórica.....	96
6. Considerações finais e perspectivas.....	98
7. Referências.....	100
Anexo I.....	116
Anexo II.....	118
Anexo III.....	123
Anexo IV.....	126
Anexo V.....	130
Anexo VI.....	135
Anexo VII.....	141
Anexo VIII.....	148
Anexo IX.....	161
Anexo X.....	167

## Prefácio

É possível apresentar a obra “Mudanças Socioambientais no Município de Engenheiro Beltrão, Paraná, com Base na História de Vida dos Moradores e Documentos de Época” a partir de um questionamento de Bruno Latour. Esse antropólogo francês estrutura a sua discussão a respeito da relação entre a ciência e a filosofia da ciência com esse questionamento, nas próprias palavras dele: “[...] como acondicionamos o mundo em palavras?” (LATOURE, 2017, p. 39). A questão serve aqui como uma provocação útil, pois ela toca em uma das linhas organizadoras da escrita do texto que segue.

Na obra em tela, as memórias acionadas pela revisão de dados, pela narrativa oral, pela fotografia e pelas notícias de periódicos de época possibilitam o diálogo dos autores com o espaço, neste caso, na sua acepção de paisagem e lugar. A paisagem e o lugar, paradoxalmente estudados tanto pela sua transformação – do clima, da cultura, da fauna, da mecanização do campo e do uso de agrotóxicos – quanto pelas permanências percebidas, são problematizadas nas memórias e na paisagem retratada, sem que esqueçam os autores das intepretações dialogais do contexto da pesquisa.

A sua abordagem de âmbito local e/ou regional soma-se a uma série de estudos recentes que estão oportunizando importantes contribuições aos estudos geográficos. Essas análises têm possibilitado, ao leitor especialista, cotejar as singularidades resultantes dessas abordagens – seja naquilo que indicam a respeito da representatividade de histórias de vida, seja pela realidade física mapeada – com quadros analíticos estabelecidos.

O pano de fundo para este estudo é o da relação entre a sociedade e a natureza. Conforme definido no texto, a abordagem da História Ambiental pauta-se aqui na sua perspectiva socioambiental. Assim, toda a problematização das memórias e dos documentos cotejados com os estudos geográficos constitui a apresentação de um esboço de mudanças socioambientais.

A concretude e também os mitos que constituem o recorte espacial e temporal da pesquisa - o atual município de Engenheiro Beltrão, durante as décadas de 1930 a 2017 - estruturam aquilo que Candau representa como “o jogo social da memória e da Identidade” (Candau, 2014). Seus autores apresentam a sistematização do trabalho de análise geográfica ao mesmo tempo em que evidenciam os usos e os compartilhamentos históricos da sociedade que ali permanece. Utilizam lembranças de velhos (BOSI, 1987), de velhos e conhecedores da ambiência local e regional. Nesse interim, o estudo processual das técnicas de cultivo apresentam tanto a apropriação quanto o questionamento de acontecimentos socialmente compartilhados, como o da “Geada Negra” – um fenômeno em parte reificado pela imprensa memorialista e mesmo pela própria academia.

É dessa fundamentação de pesquisa, construída com as ferramentas da Geografia, que é apresentada uma leitura entrelaçada com fenômenos naturais e sociais. Cabe ressaltar, desse esforço, o mapeamento de estudos locais e regionais categorizados a partir de suas abordagens geográficas, sociológicas e históricas, algo que evidencia a perspectiva interdisciplinar da obra.

Quanto ao fio narrativo do texto, fica evidente a proximidade dos pesquisadores com o objeto estudado, do que decorre um jogo demarcado paradoxalmente pela relação entre a propriedade do falar do objeto com a necessidade de não se falar dele para além da pesquisa.

Especificamente, na obra se pode acompanhar a temática da posse e do uso das terras e, conseqüentemente, o lidar com a natureza e com o clima e, ao mesmo tempo, com as políticas de colonização e econômicas nesse decorrer e delimitar dos recortes selecionados. Tipos e modos de culturas abordados pelo destaque atribuído, processualmente, às práticas do cultivo do café, da hortelã e do milho, no tocante ao entendimento da configuração da paisagem rural no município até meados de 1960; da cana-de-açúcar a partir da década de 1980 e do crescimento da soja, após 2013.

A contribuição da obra divide-se entre sua proposta de enfoque conceitual geográfico e a sua apresentação de um acervo constituído por relatos dos moradores, por confecção de material geográfico e por sistematização de documentos dos tipos jornalístico e iconográfico. Esse conjunto serve aos leitores nas suas múltiplas experiências e expectativas relativas ao conhecimento do município de Francisco Beltrão e da região circundante.

Se se admite a imprecisão presente na escrita de um prefácio, mais que um direcionamento, espera-se que este sirva de provação à leitura da obra. Boa leitura.

**Jorge Pagliarini Junior**

Doutor em História. Professor do Departamento de História da Unespar

## INTRODUÇÃO

O impacto da atividade humana sobre o meio ambiente se opera nas mais diversas escalas, fazendo-se notória as alterações ocorridas nos processos de uso e cobertura do solo em escala local, regional e global.

A preocupação com os problemas ambientais pode ser considerada recente quando comparada com os outros problemas, principalmente àqueles ligados ao cotidiano das pessoas. A ligação com a natureza fazia-se principalmente pela questão econômica, sendo vista como apoio à sobrevivência, uma ferramenta para se conseguir o desejado.

A “Revolução de 1960”, o movimento ambiental, coadjuvou o nascimento da onda de preocupação da sociedade quanto aos problemas ambientais, iniciando em 1956 com a Lei do Ar Puro na Inglaterra (GOLDEMBERG e BARBOSA, 2004), passando pela publicação do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson (1969). Para Goldblatt (1996) esse movimento resultou no nascimento de novas vertentes de pesquisa que visavam entender a problemática ambiental.

Estudos relacionados às mudanças ambientais e climáticas, em uma perspectiva interdisciplinar, desenvolveram-se mais intensamente a partir da segunda metade do século XX, e, em especial nas pesquisas históricas, com diálogo cada vez mais intenso e profícuo entre a História, a Geografia e as ciências ambientais. A História do Clima ou História Climática, conforme apontou o historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie (1991), pode contribuir com dados obtidos em fontes históricas para a pesquisa de cientistas de diferentes áreas de conhecimento, como meteorologistas, glaciologistas, climatologistas, geofísicos, entre outros.

Trabalhos relativos à História Ambiental bem como à Geografia que abordem mudanças ambientais recentes são relativamente escassos, tendo como exemplos as pesquisas de WAIBEL (1949), KLANOVICZ (2008), ZARTH e GERHARDT (2009), MARTINAZZO (2011), NODARI (2012), dentre outros.

De acordo com Bernardes (1953) a história do Paraná, grosso modo, se divide em três frentes pioneiras, a do Paraná Tradicional, o Norte e a Sul, no entanto, apesar de ser passível a explicação do modo de colonização/expansão Paranaense com essas informações, uma gama de outros padrões acaba sendo abandonada. A coleta da história socioambiental de Engenheiro Beltrão se fundamenta na exiguidade de dados sobre a área na qual o município se encerra, a mesorregião Centro Ocidental que, assim como a maior parte do Estado do Paraná, passou por ocupação acelerada deixando um hiato no processo de ocupação. Para Diegues (1998, p. 111) “Há no Brasil a necessidade de se começar a fazer a história sistemática das ideias que regeram e regem as relações entre a(s) sociedade(s) e a natureza.”

A compreensão do processo de ocupação de dada área, bem como o levantamento e a análise dos impactos que os moradores sofreram constitui-se tema de extrema relevância para a pesquisa das mudanças ambientais do tempo recente. Deste modo esta pesquisa pretende contribuir com os estudos sobre as mudanças ambientais recentes, tendo por foco a vegetação, a fauna, o clima, relações socioambientais e a agricultura no município de Engenheiro Beltrão, relacionando-as às mudanças ambientais já estabelecidas para o Estado do Paraná nas últimas cinco décadas.

Para alcançar tais resultados foram efetuadas coleta de depoimentos de moradores que residem há mais de cinquenta anos na região, por meio da teoria, método e técnica da História Oral, cuja memória individual forneceu dados relevantes e inéditos que ajudaram no entendimento das mudanças socioambientais na região. No entanto, as lembranças apresentam significações que merecem ser desveladas, pois envolvem um processo de construção e reconstrução de experiências vividas, que podem contribuir para um melhor entendimento da interação do ser humano com o meio ambiente. Além do uso das técnicas de História Oral foi realizado levantamentos de cunho iconográfico e documental para respaldar as informações obtidas.

Os fatores alvo para o desenvolvimento desta pesquisa fazem referência principalmente: à retirada da vegetação primária; os processos de uso do solo; introdução e retirada de culturas; utilização de defensivos; agricultura mecanizada; clima e as mudanças nas relações socioambientais.

As últimas décadas foram de intensa transformação, sendo que a natureza deixou de figurar como unicamente objeto de serventia e passou a ser um ponto de preocupação real como pode ser percebido nos trabalhos de Carvalho (2007), Ballarotti (2009), Lima e Baitello Jr. (2010), Arruda et al. (2011), Vedovato et al. (2014), dentre outros autores.

De acordo com Maack (2012) a partir de 1950 a ocupação do Paraná é impulsionada pela expansão da frente cafeeira galgando, junto à economia nacional, posicionamento como um dos principais produtores do café. Na

época o Estado ainda continha grande região recoberta pelas formações vegetais.

O município de Engenheiro Beltrão, é fruto desse avanço da fronteira cafeeira e está localizado na mesorregião Centro-Ocidental do Paraná. De acordo com dados do IPARDES (2010) a formação que recobre o município, a Floresta Estacional Semidecidual, perdeu a maior porção da área de cobertura no período 1950-1980, período que corresponde a sua colonização. O IPARDES atesta essa perda para toda a área de cobertura da Floresta Estacional Semidecidual, o que por si só não pode ser considerado prova estática e real para o referido município. Sendo assim, buscou-se não definir recortes temporais rígidos para a delimitação da pesquisa, mas sim basear-se no recorte criado pela história de vida dos pioneiros e as mudanças por eles relatadas e documentos e fontes iconográfica relacionadas.



## 1. HISTÓRIA AMBIENTAL E GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA PESQUISA

A História, ciência que por muito tempo restringiu-se ao estudo das ações dos humanos no tempo, nunca mais fora a mesma após o surgimento do que ficou conhecido como Movimento ou Escola dos Annales. O termo está associado, a partir da primeira metade do século XX, à revista francesa *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (Anais de História Econômica e Social), fundada pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. De acordo com Le Goff (1992) os franceses historiadores defendiam a ampliação da noção de documento, e, por esta razão, a revista dos Anais procurava ser um instrumento de disseminação de novas discussões históricas e historiográficas. Em um sentido mais amplo, a revista pretendia divulgar abordagens interdisciplinares da História.

Em consequência deste movimento, os diálogos interdisciplinares da História voltaram-se para as ciências naturais, levando ao surgimento e, posterior aprofundamento, de campos de estudos históricos como a História Ambiental e a História do Clima.

Ao mesmo tempo em que se desenvolviam os estudos em História Ambiental, novos métodos e técnicas de pesquisa surgiam na História do Clima. Segundo Ladurie (1995), na Inglaterra da década de 1950, muitos historiadores do clima vinham coletando e analisando dados climatológicos para correlacioná-los a eventos históricos da Europa. Um exemplo importante desta colaboração é o estudo das condições climáticas que antecederam a Revolução Francesa, a partir de dados termométricos disponíveis no século XVIII e a sua influência na eclosão do processo revolucionário de 1789.

Ladurie (1995) apontou ainda as pesquisas significativas realizadas em dendrocronologia e com gelos fósseis. Em relação a este último, a retirada de um ice core, ou “testemunho de gelo”, em Camp Century na Groenlândia em 1966, revelou, a partir da análise do isótopo O18 de suas diferentes camadas, as variações climáticas que ocorreram no decorrer dos séculos nos quais estas camadas de gelo foram formadas. Entre os dados significativos obtidos com o ice core, temos a identificação de uma fase de reaquecimento entre os séculos VII e XI, que corroborou descobertas arqueológicas relativas à ocupação da Islândia no século IX e da Groenlândia no século X. Os dados arqueológicos mostraram que estas regiões estavam com menor cobertura de gelo naquele período.

De acordo com Drummond (1991) acompanhando a onda de discussões sobre o meio ambiente e a sociedade que surge em 1960, Roderick Nash usa, pela primeira vez o termo “História Ambiental” durante uma apresentação na American Historical Association, em 1970, inculcando a noção de que os historiadores deveriam utilizar, em seus estudos, as condições naturais, as ações ecológicas sobre as sociedades e a introdução de uma ética ambiental em suas análises.

Nessa época, as primeiras linhas de estudo da História Ambiental se orientavam para a relação histórica articulada entre os humanos, plantas e animais, cenário que pode ser observado em obras como a Keith Thomas, *O homem e o mundo natural*, escrito originalmente em 1983, que analisou a relação que os europeus, em especial os ingleses, estabeleceram com o meio natural no decorrer do Período Moderno. Thomas (2010) verificou que no decorrer da Idade Moderna ocorreu uma mudança na sensibilidades dos humanos em relação aos animais e plantas, transformação que estava ligada ao convívio mais próximo da população com mascotes e animais domésticos somado ao desenvolvimento das ciências naturais (Botânica, Zoologia, Anatomia).

Para Worster (2003) embora existam diversas temáticas e abordagens que são passíveis para a História Ambiental, criou-se o consenso de que essa área de pesquisa está intimamente ligada aos movimentos ambientalistas das últimas décadas. Sendo que essa explosão ambientalista atingiu diversas áreas de conhecimento:

O campo da História Ambiental começou a tomar forma nos anos 70, quando houve diversas conferências sobre a grave situação global e os movimentos ambientais cresciam, popularizando-se. [...] A História não foi o único campo da ciência a ser atingido por essas preocupações emergentes; os acadêmicos em Direito, Filosofia, Economia, Sociologia e outras áreas foram igualmente receptivos. (WORSTER, 2003, p.24-25)

Vê-se nascer então, nas palavras de Worster (1991), uma História que deixa “os parlamentos, as salas de parto e as fábricas, abrir todas as portas e vagar pelos campos e florestas, ao ar livre”, pois essa nova linha, a História Ambiental, não cabe dentro dos modelos pré-estabelecidos de pensamento acadêmico.

De acordo com Worster (2003) a História Ambiental tem contado a história de um ambiente biofísico em transformação, alterado pelas forças da natureza e da tecnologia humana trabalhando conjuntamente, em uma

complicada dialética. Um dos efeitos dessa história de mudança é o de colocar em xeque quaisquer pressuposições ingênuas ou românticas sobre o mundo estático, uma natureza ausente de perturbações. Dessa forma cabe ao geógrafo o papel de ajudar as pessoas a tornar essas questões claras.

Ainda de acordo com Worster (2003) o que se deseja e o que é retirado nunca será o mesmo, tanto para os ambientalistas como para os agentes do desenvolvimento. A história que estamos escrevendo no planeta tornou-se mais destrutiva do que nunca, destrutiva de espécies, comunidades, ecossistemas e da nossa própria segurança, e necessita claramente de um modelo diferente de mudança. Para o autor, o objetivo principal da História Ambiental é melhorar a qualidade da nossa ligação com o ambiente natural, avaliando como a comunidade humana é afetada por ele, como ela o afeta e quais as consequências dessas interações.

Para Woster (1991) a história da comunidade humana pode ser explicada através de dados científicos que discorrem sobre as interferências da natureza na vida humana, uma vez que a natureza auxilia na evolução humana, seja “estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições” (WORSTER, 1991, p.4).

De acordo com Woster (1991) a História Ambiental pode ser contada a partir de três frentes diferentes. O primeiro exclui o ser humano da sua concepção de ser superior e o coloca unicamente como animal da cadeia alimentar. O segundo trata de delimitação da evolução sócio econômica que a natureza impõe ao Homem. E o terceiro discorre sobre a relação ser humano versus natureza de acordo como o nosso sistema moral e suas evoluções. No entanto, apesar da possibilidade de se discernir um nível do outro, eles devem ser considerados como unidade. A pesquisa ora efetuada se enquadra, aparentemente dentro do segundo nível, pois as condições ambientais da região são exaltadas para atrair a atenção de compradores.

Winiwarter (2010) defende que a História Ambiental tem como objeto de estudo as relações da natureza com a sociedade humana, para a autora essa nova linha da história coloca o lugar como ponto focal e discorre sobre as associações da história socioeconômica com a natureza. Ao contar essa história, o que acaba por acontecer é a narração das consequências impremeditadas, da devastação e da ruína.

A mesma autora cita a existência de duas linhas de pesquisas diferentes que são necessárias para se narrar a História Ambiental, uma delas é a história por si só, com suas “percepções do passado, de atitudes e tradições” e a outra são as linhas científicas nas quais o historiador ambiental deve se basear para fazer seu trabalho, sendo elas a Biologia, a Geologia, a Hidrologia, a Climatologia, dentre outras. Fato que acaba por demonstrar a interdisciplinaridade dessa nova história, montando um quadro interativo das relações entre a natureza e a sociedade. Na pesquisa desenvolvida no município de Engenheiro Beltrão, pode-se considerar que as duas linhas mesclam-se, pois para se entender as mudanças socioambientais buscaram-se elementos de ambas.

Segundo Woster (1991), o conhecimento moderno demonstra que a natureza viva, apesar de todos os conflitos particulares ou individualistas, trabalha com base no princípio da interdependência, pois nenhuma espécie animal ou vegetal e nenhuma pessoa na sociedade tem chance de sobreviver sem a energia ou ajuda do outro. O que é chamado de movimento ambiental no período após a Segunda Guerra Mundial foi basicamente um redespertar para a verdade, fundamentado na experiência de que temos que depender de outras formas de vida para sobreviver, não tendo outras opções.

Pode-se considerar que os vegetais são a base de apoio central da comunidade humana, pois são alimentos, remédio, material construtivo, dentre outras inúmeras utilidades. Sendo assim a ecologia é um ponto chave para a reconstrução da História Ambiental (WORSTER, 1991) e serve como principal ponto de apoio para o historiador ambiental, pois se baseia nas interações passadas e presentes. Ressalte-se que as técnicas utilizadas para a determinação das mudanças ambientais ocorridas na região nos últimos 50 anos (História Oral) não permitem o recorte preciso da situação ecológica da área, no entanto é possível o estabelecimento de parâmetros muito próximos à situação vivenciada.

Aldo Leopold (1887-1948), conservacionista e cientista natural, defende “uma interpretação ecológica da história”, na qual uma pequena mudança na vegetação pode alterar a forma como determinadas comunidades humanas se comportaram, “O que teria acontecido, se a sucessão vegetal nessa terra (...) tivesse nos dado algum capim, arbusto ou erva sem valor?” (LEOPOLD, 1949).

Para Winiwarter (2010) as respostas buscadas pela História Ambiental são a conexão entre os paradigmas a) poluição, b) equilíbrio natural, c) economia/recurso e d) convivência. O historiador que trabalha dentro do primeiro paradigma, a poluição, estará preocupado em conceber a “história da poluição” demonstrando sua expansão, geralmente ligados a sociedade industrial. Já o paradigma do equilíbrio natural vai estudar as causas dos distúrbios naturais, onde, como e quais são os agentes causadores, serão os casos sobre destruição dos habitats. No terceiro

paradigma, a economia/recurso vai trabalhar a exploração de recursos, e normalmente será trabalhado dentro dos impactos da sociedade humana como um todo, ou impactos de larga escala, a colonização é o exemplo que se interliga com esse paradigma. A convivência, quarto paradigma, aparece nas mãos dos historiadores que visam discutir a dominação entre o ser humano e os outros seres, a conexão entre o poder e a natureza.

A História Ambiental vem, portanto, ocupar-se das transições, quer sejam voluntárias ou impostas, nas condutas de sobrevivência e nas consequências ocasionadas para os seres humanos e o planeta. Pelas palavras de Woster (1991, p. 13) saber que papel a natureza teve na moldagem dos métodos produtivos e inversamente, que impactos esses métodos tiveram na natureza. É perceptível que a História Ambiental busca dentre inúmeras formas responder como a sociedade influencia e é controlada pela natureza.

Na linha de estudos da História ambiental, a variabilidade de recursos naturais faz com que possam delimitar os comportamentos socioambientais, cultural e econômico das sociedades. Deste modo, o Brasil é uma grande fonte de informações. Na descrição de Drummond (2002), com recursos naturais variados e extensos, rico em água doce, (...), reservas significativas dos minerais mais amplamente utilizados e mais nobres (...) florestas tropicais (...) solos agricultáveis, além de uma rica flora e fauna”.

De acordo com Tolmasquim e Guerreiro (2011) o Brasil, por exemplo, é o quinto maior país do mundo, com economia baseada no uso extensivo de seus recursos naturais, também é uma das potências em geração de hidroeletricidade, sendo o terceiro país com maior potencial hidráulico do planeta, perdendo somente para a China e a Rússia, no entanto é um gerador de energia que demanda de enormes impactos ambientais.

Esses fatores, por si só são capazes de demonstrar a importância dos estudos sócio ambientais, com ênfase na História Ambiental. Drummond (2002) aponta que o objetivo da História Ambiental é avaliar a influência mútua entre as sociedades e os recursos/condições naturais. No Brasil têm-se inúmeros agentes e eventos que são passíveis de estudo, sendo que existem sete principais razões para se estudar a História Ambiental do país (Figura 1).

**Figura 1:** Sete principais razões para o estudo da História Ambiental de acordo com o pesquisador José Augusto Drummond (2002)



A primeira razão, grandeza territorial, deve ser considerada, pois a proporção continental que o Brasil tem propicia variações marcantes nos processos ecológicos, nos ecossistemas e nas paisagens, compondo palcos distintos para os muitos atos de interação entre as sociedades humanas e a natureza.

A maior parte do país é tropical e sabe-se que a biodiversidade é mais rica nas áreas mais quentes e mais úmidas do planeta. O que, para Drummond (2002), faz com que sejamos os detentores de mega-biodiversidade” sendo, portanto, necessária maior atenção às relações entre as sociedades humanas e a natureza. Essa “mega-biodiversidade” é explicada pela existência de variados biomas e ecossistemas, com suas próprias variabilidades internas, bem como vários ecótonos.

O território Brasileiro é recoberto por seis biomas (IBGE, 2004), a Amazônia, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal, a Caatinga e os Pampas. Onde cada bioma é composto por inúmeras formações vegetais, como por exemplo a Mata Atlântica, que é subdividida em Floresta Ombrófila Densa (FOD), Ombrófila Mista (FOM), Ombrófila Aberta (FOA), Estacional Semidecidual (FES), Estacional Decidual (FED), Savana, Savana-estépica, Estepe, Áreas de formações pioneiras e Refúgios vegetacionais (MMA, 2010) o que acaba por explicar a terceira razão da necessidade da História Ambiental.

Drummond (2002) lança como motivo, a pré-história curta do Brasil, alegando que as Américas foram as últimas formações do planeta a serem ocupadas pelo Homo sapiens, o que acabou por diminuir o tempo de intervenções humanas nas paisagens. O fato de a incursão de civilizações com regimes sociais mais complexos terem pouco tempo de influência no Brasil faz com que as histórias das comunidades indígenas do país ainda possam ser estudadas em sua relação com o mundo natural.

A História Ambiental, ou socioambiental, trabalha, de modo geral, em pesquisas que envolvem a degradação dos recursos naturais. Passando por inúmeras frentes que essa temática permite. A tipologia do solo/clima como catalizador da colonização, a qualidade das madeiras e sua ligação com a velocidade de desmatamento, os tipos de plantações, desastres naturais e mais atualmente história dos danos causados por componentes químicos.

De certo modo, os estudos de História Ambiental evidenciam a interferência humana de forma negativa, apontando o desmazelo da sociedade na evolução dos seus processos socioeconômicos, apontando a exploração imprudente dos recursos.

No Sul do país, a discussão sobre a colonização é uma vertente largamente estudada, mas enquanto a colonização do Brasil em seus primórdios era baseada em povoamentos de portugueses, a colonização de Santa Catarina (SC) e do Rio Grande do Sul (RS) foi principalmente composta de alemães, italianos e poloneses. A história da colonização do Paraná, entretanto, segue diferenciada, sendo que o Estado, foi uma área de intersecção das colonizações paulistas e mineiras, com os imigrantes dos outros estados sulistas (COSTA e FARIAS, 2009).

No Paraná, muitos trabalhos abordam a História Ambiental e trazem consigo elementos da História Oral e da Geografia (Figura 2/Anexo 1), embora em alguns casos os títulos não tenham tal designação.

Waibel (1949) tratará sobre os “Princípios da colonização Européia no Sul do Brasil” no qual discorre sobre as relações entre a terra e as atividades dos colonos. Discorre sobre as condições naturais dos Estados, explica o interesse do governo brasileiro na colonização da região Sul, a criação das colônias e as propagandas feitas principalmente na Alemanha e na Itália para angariar colonizadores.

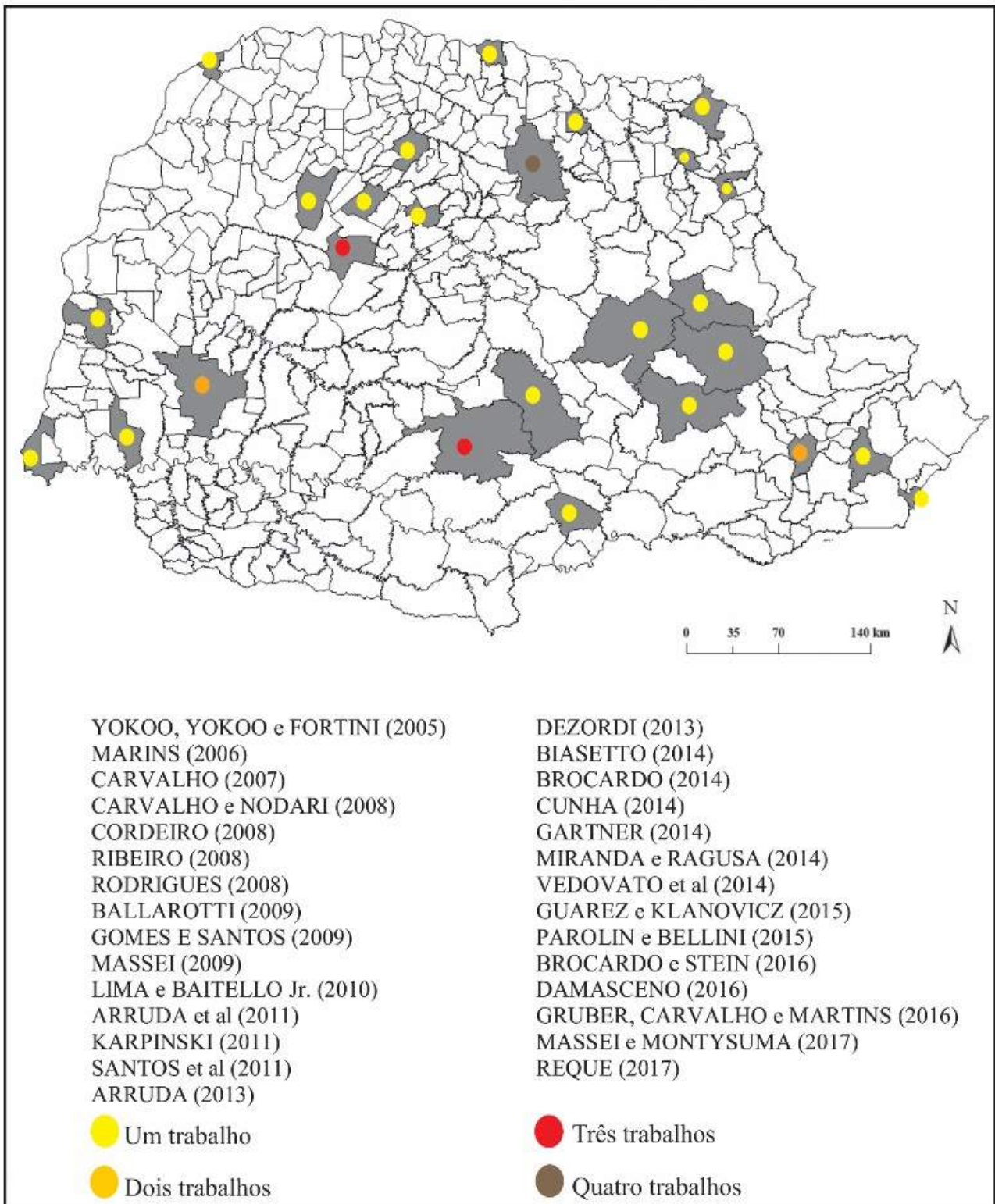
Carvalho e Nodari (2008) utilizaram jornais para avaliar as mudanças ocorridas na concepção sobre o “verde” em Maringá e Campo Mourão. Lima e Baitello Jr. (2010) também trabalharam sobre jornais e fotografias e a visão do ser humano sobre o meio ambiente. Em Arruda et al. (2011) foram avaliadas as mudanças de concepção da sociedade sobre a natureza, na cidade de Londrina/PR. No trabalho de Moraes e Klanovicz (2014) é discutida a expansão da soja, a diminuição do policultivo (agricultura de subsistência) de unidades familiares, a entrada de novas técnicas de cultivo através de recortes de jornais de 1970-1980. A temática da relação entre a sociedade e o ambiente será avaliada em Gomes e Santos (2009). No trabalho de Martinazzo (2011), são avaliadas as alterações ambientais e de ideias com o meio ambiente. A autora utilizou-se de documentos e entrevistas com agricultores, para então avaliar a relação do ser humano com a natureza.

Yokoo, Yokoo e Fortini (2005) versará sobre as influências climáticas sobre o fim da produção cafeeira, assim como Dezordi (2013) e Miranda e Ragusa (2014), que delimitaram sua pesquisa na geada negra de 1975 e sua influência socioambiental. Em 2015, Paixão faz considerações sobre a geada de 1963, dissertando sobre a longa estiagem que, combinada com uma geada severa culminou em uma enorme transformação da paisagem paranaense. Dentro da linha de raciocínio de Woster (2012), que considera que a história ambiental caberia dentro de três níveis, percebe-se no trabalho de Paixão, a segunda forma da história ambiental ser demonstrada, as delimitações e influências que a natureza incute à sociedade humana. A autora narra sobre os problemas econômicos, sociais, sanitários e ambientais que acometeram a população paranaense após esse desastre.

No trabalho de Brocardo e Stein (2016) sobre as indústrias madeireiras estudou-se as concepções sobre o desmatamento que ocorreu na região que compreendia o município de Cascavel/PR, entre as décadas de 1950 a 1990, no ecótono da Floresta Ombrófila Mista (FOM) com a Floresta Estacional Semidecidual (FES). Através de análises de fontes iconográficas fotografias impressas e digitais, disponíveis para consulta de pesquisadores no Museu da Imagem e do Som de Cascavel-MIS; jornais da época produzidos no próprio município e entrevistas elaboradas com os agentes deste processo: agricultores, madeireiros e empregados destes setores.

Percebe-se que a História Ambiental reside em praticamente todo e qualquer trabalho de cunho científico ambiental, não que ela esteja sempre facilmente perceptível, mas não há como trabalhar o ambiente sem que a sociedade humana apareça em algum ponto, quer seja como influenciador ou influenciado. Trabalhos sobre erosão e sua evolução, o clima e suas interferências na vida humana, os aspectos econômicos que impulsionam o uso de determinado vegetal ou animal figuram entre as mais variadas linhas em que a História Ambiental se faz presente.

**Figura 2:** Localização dos estudos em História Ambiental do Paraná com a quantidade de publicações por município



Pode-se perceber que a Geografia não consegue se dissociar da história, sendo que a ligação entre elas é fraca, e utilizar ferramentas de ambas ciências acaba por melhorar a qualidade de informações disponíveis, possibilitando criar novos caminhos para resolução de problemas.

Faz-se importante destacar a obra do pesquisador alemão radicado no Paraná Reinhard Maack (1892-1969) em seu livro *Geografia Física do Paraná*, escrito originalmente em 1968, aborda temas como clima, relevo e muitas outras facetas ambientais que influenciaram a sociedade paranaense socioeconomicamente. Maack não utiliza o termo História Ambiental mas fica claro este contexto quando o lemos.

Andrade (1987) informa que a Geografia é uma ciência que se mantém constantemente ligada a outras ciências, tanto humanas quanto exatas, fato que se deve aos estudos das relações sociedade-natureza. A história, sendo a ciência que estuda a evolução da Humanidade acaba por ter alto grau de correlação com a Geografia, pois não há como desprende-las.

Para Paul Vidal de La Blache (1845-1918), em *Descaractères distinctifs de la Géographie* (1913), a Geografia tem por objeto de estudo a relação homem-natureza, sendo que o homem é um ser ativo, influenciado pelo meio, mas capaz de manipulá-lo através de técnicas e disponibilidade de capital.

Outro autor que não desassocia a Geografia Física da Geografia Humana é Elisée Reclus (1830-1905), que explorava a ligação dos aspectos físicos (paisagem) com os aspectos humanos buscando, entender as transformações ocasionadas pelo homem na natureza objetivando melhor utilizá-la.

Com Richard Hartshorne (1899-1992) se intensifica a impraticabilidade de se desligar o homem da natureza, o que, conseqüentemente, fazia da Geografia uma ciência homem-natureza. Alfred Hettner (1859-1941) traz a Geografia como a ciência da natureza e do homem, atentando para o uso e degradação da paisagem causado pelo homem.

Sendo assim, considerar que Maack, geógrafo por formação e aptidão, talvez sem perceber, acabou criando umas das mais importantes obras da História Ambiental do Estado do Paraná, é uma prerrogativa que pode ser considerada correta. Em seu livro, inúmeros pequenas passagens podem corroborar esse posicionamento:

Infelizmente, não se pode deduzir das tabelas de temperatura disponíveis as mínimas absolutas para 1953 e 1955. Todavia, seja mencionado que, na noite de 6/7 de julho de 1953, dos 9,55 milhões de cafeeiros do município de Londrina foram destruídos 100% de 1 a 2 anos e 72% de pés de cafés mais velhos... No terceiro planalto, a derrubada mais intensiva teve seu início somente em 1935, com a expansão da cultura cafeeira a oeste do rio Tibagi. A publicação do ano de 1950 do primeiro mapa fitogeográfico na escala de 1:750.000 de um Estado brasileiro revelou o quadro da destruição das matas e da distribuição das áreas do mato secundário.” (MAACK, 2012 p.173)

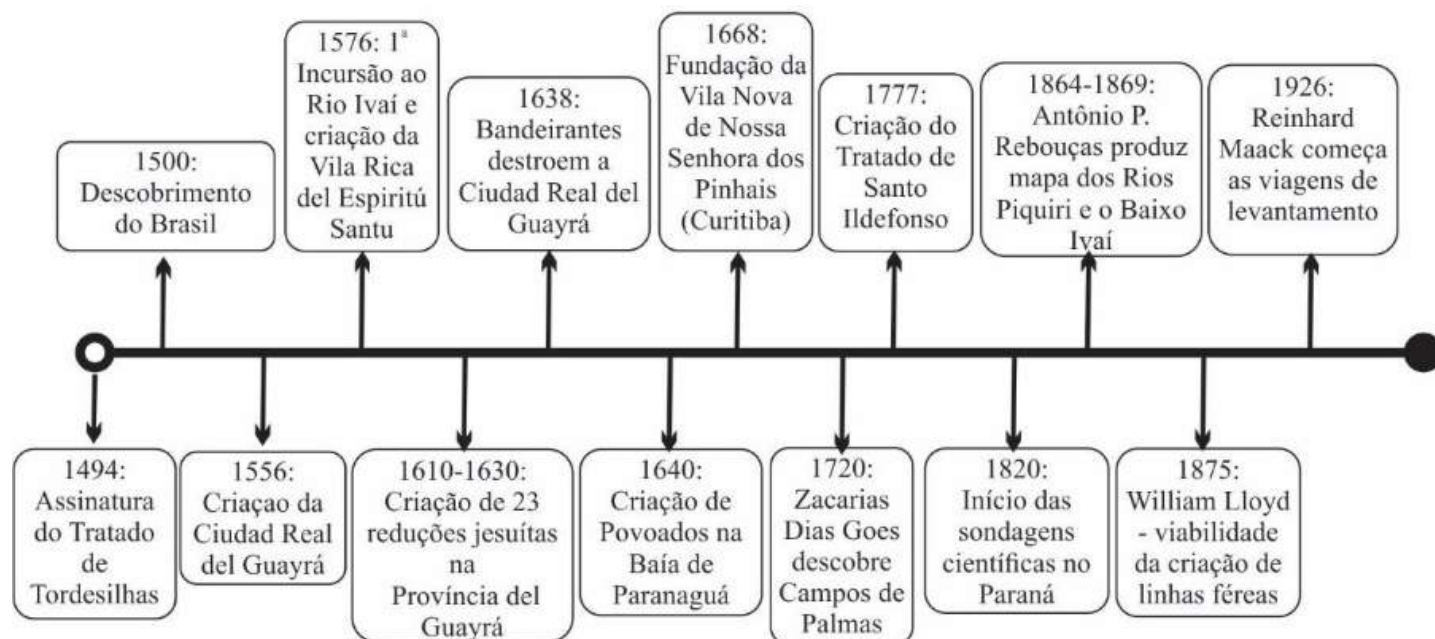
Para o município de Engenheiro Beltrão, o único trabalho nessa área é o de Carvalho (2004), que em “Sombras do passado, projetos de futuro: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1947-2003” fala sobre a relação entre os agricultores e a floresta/natureza. Nos relatos orais percebe-se a dificuldade com que os agricultores lidam com a temática da preservação.

A História Ambiental é uma reconstrução do passado, mas contada no presente. Por ser uma área de estudo relativamente nova, nem sempre são encontrados trabalhos direcionados para sua ótica, no entanto, a maior parte destes acaba por passar pelas vias da História Ambiental, dada a dificuldade de explicar fenômenos naturais sem atrelá-los ao ser humano. A pesquisa nessa área, apesar de estar se disseminando, ainda é pequena e pontual, normalmente voltada para os maiores centros. Um dos possíveis motivos é a facilidade de acesso às suas histórias, pois estão relatadas em jornais, livros, poemas, podendo se perceber que tem suas memórias exaltadas quando em comparação com as pequenas comunidades, fato que pode ser percebido ao se pesquisar o acervo da Biblioteca Municipal de Engenheiro Beltrão com o número diminuto de artigos sobre Engenheiro Beltrão encontrados no jornal *Tribuna do Interior*, de Campo Mourão, a cidade polarizadora da região na qual o município se encontra. Baseado nisso, recontar as histórias das pequenas cidades é de suma importância para melhor caracterizar as regiões do país

## 2. OCUPAÇÃO DO PARANÁ

No ano de 1494, o Papa Alexandre VI, partilha o futuro território brasileiro através do Tratado. A falta de recursos financeiros e a irresolução sobre a linha abalizadora do Tratado de Tordesilhas foi o motivo para a temerosa penetração dos portugueses no território paranaense, os quais se mantiveram a princípio, com povoamentos ao longo da costa. Já a coroa espanhola, buscando recursos naturais com o auxílio de missões jesuíticas submetendo os indígenas e povoar os espaços vazios. O desenvolvimento das reduções jesuítas entraram em conflito com os interesses das coroas, levando-as a patrocinarem as bandeiras paulistas. No entremeio dos séculos XVII e XVIII o reconhecimento das bandeiras visavam a exploração do Primeiro e Segundo Planaltos (Figura 3) (MARTINS, 1950; SCHIMDT, 1996; STECA, 2002; MAACK, 2012).

**Figura 3:** Linha de do tempo com destaque para a expansão da colonização e reconhecimento do Estado do Paraná até início do século XX



Pode se considerar que o processo de reocupação do Estado do Paraná teve como ponto de partida a região na qual está alocada a cidade de Londrina. De acordo com Lazier (2004) a colonização da região começou em 1867, na chegada do Major Thomaz Pereira da Silva nos vales dos rios Tibagi e Itararé, com o propósito de criar gado. No entanto, a colonização acelerada começa com a chegada do inglês Lord Lovat, que visita a região com o intuito de obter terras para o plantio de algodão. Dessa visita funda-se a Brazil Plantations Syndicate Ltd, a qual tem como subsidiária brasileira a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que renuncia a semeadura do algodão e se devota à colonização.

De acordo com Macarini (2004) a colonizadora, sediada em São Paulo, comprou entre 1925 e 1927 o montante de 515 mil alqueires paulistas, e com um programa de colonização bem fundamentado, começou em 1929 a etapa de vendas de terras. A CTNP criou um loteamento que se compunha de módulos que iam de 3 a 30 alqueires paulistas. O modelo que a loteadora estabeleceu foi concebido para que os lotes fossem pequenos, com estrada na porta, contíguo de áreas urbanas e quitados em prestações (MACARINI, 2004).

Lazier (2004) aponta o ano de 1930 como um “marco no processo de ocupação do Estado”, fato o qual, de acordo com o autor, pode ser aceito, pois mais da metade da extensão do Paraná foi apossado após tal época. Enquanto na primeira marcha de expansão paranaense percebe-se o prevalece as grandes propriedades de terra, na ocupação pós revolução de 1930, tem-se a criação de pequenas propriedades.

Ainda de acordo com Lazier (op cit.) a fundação de Londrina, bem como a instalação do transporte ferroviário, foram parte dos motivos para a expansão da produção cafeeira pelo Paraná. Além dos cafezais que tomavam toda a paisagem, outro motor econômico foram as madeiras de lei da formação estacional semidecidual que recobriam a região norte, eram cedros, jacarandás, perobas, marfins e pau-d’alho.

A partir de 1930 as iniciativas de colonização do Norte Paranaense foram assumidas por companhias

privadas, as áreas de foco foram o entorno das cidades de Londrina e, posteriormente, Maringá. De acordo com Petrone (1980) os colonos de origem catarinense e gaúchos foram responsáveis pela colonização das regiões Sudoeste e Oeste do Paraná.

Segundo o modelo de explicação histórica de Pinheiro Machado, o processo de ocupação completa do território paranaense é resultado do deslocamento de três frentes pioneiras: a do Paraná tradicional, a mais antiga, que avançou do litoral para o Planalto de Curitiba e depois para a Zona dos Campos Gerais, a da Região Norte, que começa a se deslocar na segunda metade do século XIX, sob impulso da onda cafeeira paulista, a da Região Sudoeste, a mais recente, que avançou a partir dos meados do século XX impulsionada pela corrente migratória originada do Rio Grande do Sul e Santa Catarina” (SERRA, 1991, p.19)

Para Gregory (2002) esse interesse pela colonização das áreas paranaenses a partir de 1930, correspondente ao Período Vargas, foi impulsionada pelo ideal nacionalista, com um Estado fortalecido e centralizador. A ideia era proteger as fronteiras nacionais, diminuindo a ligação econômica que os moradores dessas regiões tinham com os argentinos e paraguaios.

O município de Engenheiro Beltrão, tem o início de sua colonização nesse período, em que duas frentes de colonização, a Marcha para o Norte e para o Oeste, se encontram, o que acabou por criar uma região de padrões mistos. Balhana (1969) retrata o encontro das duas marchas de expansão:

(...) a onda de colonizadores gaúchos e catarinenses ultrapassa o Rio Iguaçu, seguindo pelo Rio Paraná até a altura de Campo Mourão onde se defronta com a frente de colonização do café, formada de paulistas, mineiros, nordestinos que, ao contrário, vinham do Norte para o Sul. (BALHANA, 1969 apud HESPANHOL, 1993)

De acordo com Serra (1992) expandindo-se entre os rios Ivaí e Piquiri a então Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) penetrou na região que compreende historicamente ao Norte Novíssimo, que encrava a mesorregião Centro-Occidental do Paraná, objetivando o crescimento da produção cafeeira, manteve os lotes rurais demarcados em propriedades de tamanho médio, girando em torno de 20-25 alqueires, com titulações seguras asseguradas pela política de “limpeza” da empresa.

Para Prado Junior (1970) a nova frente de colonização que começa com o apoio da lavoura de café vem em forma de uma frente de expansão, buscando a eficiência de produção, com a “caça aos húmus”, perseguindo solos recém-descobertos, pois estes são capazes de viabilizar “sem maior esforço técnico, abundante produção e um gênero como o café, de alto valor comercial nos mercados internacionais para os quais se destina”.

De acordo com Silva, Bragagnollo, Maciel (1998), Lazier (2003) e Colodel (2008), a partir de 1940, gaúchos e catarinenses começaram a povoar essa nova frente agrícola, trazendo seus hábitos agrícolas voltados para a policultura (subsistência) com a instauração de uma frente de colonização do Oeste paranaense que se dá através de companhias colonizadoras, as quais, em sua maioria, é composta de empresários gaúchos. Assemelhando-se com o plano de colonização do Norte paranaense, essa frente também oferece pequenos lotes agrícolas.

Silva, Bragagnolo e Maciel (1988) declaram que a colonizadora mais importante é a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S.A., Maripá, que comprou 124 mil alqueires, posteriormente divididos em lotes urbanos e rurais, que já em 1951 estavam todas demarcadas e vendidas. A colonizadora aplicou um “sistema de lotes longos, uns ao lado dos outros, subindo o rio para as partes mais altas de cada perímetro. (...) Os lotes, em faixas alongadas, foram planejados com a frente para a estrada e os fundos para a água.” (SILVA, BRAGAGNOLLO E MACIEL, 1988, p.88).

De acordo com Codesul (1976) o município de Campo Mourão foi o local irradiador dessa corrente de colonização. A partir dele erigiram-se vilas que, mais tarde, se ratificariam como núcleos regionais essenciais. Houve casos de titulação dupla, muitas vezes concedida pelo Estado de acordo com os seus interesses.

O Estado, desejando aumentar a ocupação da área colocou o Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado (DGTC) para realizar a venda de lotes e legalização de áreas previamente ocupadas. Nas áreas livres ou com grupos pequenos de ocupação, cedeu o loteamento para empresas privadas de colonização. Para Espanhol (1993) a tomada de posse da região de Campo Mourão foi impulsionada com o seccionamento de sua área em glebas entre 1950 e 1960. Onofre (2005) alega que a velocidade de colonização da área foi impulsionada em



1944, com a abertura da estrada de rodagem que facilitou a comunicação entre Campo Mourão e Maringá, favorecendo a entrada do fluxo colonizador vindo da região norte do Estado.

As titulações duplas indicam, de acordo com Codesul (1976) que não havia conhecimento nem gerência sobre as decisões. Tal fato desencadeou lutas pelas posses de terra, nas quais os proprietários contratavam “jagunços” para resolver o problema, estas lutas aconteceram principalmente na região de Campo Mourão e Peabiru, como pode.

A instalação de uma balsa rústica (Figura 4) bem como a construção da estrada que liga Maringá a Campo Mourão foi o facilitador do encontro das duas frentes pois, para Bernardes (1952, p. 447) “registrou-se então um interessante fenômeno de captura econômica, uma vez que as comunicações e o movimento de pessoas e cargas de Campo Mourão passaram a se fazer preferencialmente para o Norte”.

**Figura 4:** Balsa do rio Ivaí, ligação entre Campo Mourão e Maringá, 1947



**Fonte:** Prof. Dr. João José Bigarella cedido para a Prof. Ivani Aparecida Teles da Cunha

Hespanhol (1993) aponta que na área sobre a qual Campo Mourão incide o café não ascendeu como fonte de renda principal como sucedido no Norte Velho e Novo, a região Centro-Occidental diversificou as culturas produzidas, passando por hortelã, algodão, milho, arroz, etc., bem como exploração de madeira e suinocultura.

Para Yokoo (2009, p.7) a transição entre a Floresta Estacional Semidecidual e a Floresta Ombrófila Mista, incentivaram a exploração madeireira pela existência de “grandes pinheirais e, associados a estes, também, da imbuia, do cedro, entre outras madeiras nobres.” Estima-se que a região tenha contado com mais de 40 serrarias, que forneciam madeira para outros centros urbanos.

De acordo com Yokoo (2009) a diversidade produtiva da região pode ser explicada por três fatores principais, os migrantes, o período e o clima. Os colonizadores advindos da região Sul não tinham ligação com o plantio do café, o período de ocupação foi a 1960, quando a economia cafeeira já entrava em declínio, com políticas governamentais de desencorajamento à produção. A região sofria limitações impostas pelo clima com geadas severas, popularmente conhecidas como ‘geadas negras’ pois os municípios da mesorregião Centro-Occidental se localizam ao sul do paralelo 24º ou linha da geada, o que os tornam inadequados para a produção cafeeira.

Hespanhol (1993) e Yokoo (2009) comentam em seus trabalhos sobre a incapacidade de se manter o café como veia econômica fazendo com que, a partir da segunda metade de 1960, mas irradiando-se principalmente em 1970, ocorra a entrada de lavouras cerealistas, o binômio soja e milho/trigo, fato que processa-se em velocidade vertiginosa, através da mecanização intensa das áreas produtivas, com o apoio financeiro do governo.

De acordo com Ipardes (2004) após o declínio da produção cafeeira, a região se ajustou rapidamente com a

agricultura moderna, com novas tecnologias de cultivo que tem por base a produção de commodities e a expansão da pecuária.

## 2.1. A GLEBA RIO MOURÃO: O MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO

De acordo com Cunha (2005) a colonização da área que compreenderia o então município de Engenheiro Beltrão teve início em 1932, a região que hoje compreende o distrito de Sertãozinho. Os primeiros pioneiros foram Joaquim Viana Pereira, Manoel Andrade, João Xavier Padilha, Eduardo Galeski, Ambrósio Senger. No entanto, a região só recebeu um surto de colonização com a chegada da Sociedade Técnica e Colonizadora Beltrão Ltda., já no início da segunda metade do século XX. As terras que viriam a se tornar o município foram vendidas mediante propaganda da sua fertilidade para o plantio do café, o que acabou por trazer novos colonizadores em busca de um local para continuar a expansão do “ouro verde”.

Cunha (2005) e Carvalho (2004) comentam que o município de Engenheiro Beltrão – PR era parte do projeto de reocupação do “sertão” paranaense, empreendida pela Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda. (STCEB), que tinha por objetivo colonizar áreas que o governo apresentava como vazias demográficas do Estado do Paraná. A colonizadora recebeu do Estado terras devolutas, no caso da gleba Rio Mourão (Sertãozinho) 18.000 alqueires, como pagamento por serviços topográficos e de engenharia prestados ao governo paranaense, na construção da estrada entre União da Vitória e Mangueirinha tendo como única exigência que a área fosse colonizada.

Cunha (2005) menciona que o então diretor da STCEB, o engenheiro civil Sr. Francisco Gutierrez Beltrão (1875-1939) recebeu a área denominada Gleba Rio Mourão pela elaboração de mapas (Figura 5) para o Estado:

Mapa do Estado do Paraná de 1922, rico em detalhes, premiado na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Este mapa evidencia principalmente os afluentes dos principais rios paranaenses. E, antes de tudo, um mapa hidrográfico e ferroviário do Estado. (ITCG,2008)

**Figura 5:** Mapa do Estado do Paraná de 1922 premiado na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, no qual o Sr. Francisco Gutierrez Beltrão trabalhou na elaboração.



Fonte: ITCG, 2008

De acordo com Cunha (2005) Francisco G. Beltrão não chegou a ser responsável pela gleba Rio Mourão pois veio a falecer em 1939. O seu irmão, Alexandre Gutierrez Beltrão então reorganizou o escritório da colonizadora e junto com os filhos de Francisco, loteou, demarcou e vendeu as áreas de Engenheiro Beltrão.

Carvalho (2004) e Cunha (2005) relatam que A STCEB encontrou problemas para colonizar a área, pois a mesma já dispunha de moradores onde hoje se localiza o distrito de Sertãozinho, sendo que os pioneiros deram início na abertura da floresta em 1935, dentre os quais estavam Joaquim Viana Pereira e Eduardo Galeski. Esses pioneiros, que tiveram a chegada anterior à Colonizadora Beltrão em 1942, adquiriram a terra do “grileiro” Sebastião de Castro, tendo que, posteriormente, solicitar ao Estado as terras que ocupavam ou compra-las da colonizadora. Esse grileiro fixou uma comunidade com o nome de Marimpá (Figuras 6 e 7), que ficava localizada ao lado direito da rodovia que hoje liga Engenheiro Beltrão a Quinta do Sol.

(...) efetuaram vendas ilegais de terras que faziam parte de uma concessão particular de 40.764,160 ha [16.844 alqueires] aí fundando uma “cidade” por eles denominada Marimpá (BERNARDES, 1952).

De acordo com Cunha (2005) e Carvalho (2004) não há dados que liguem esse conflito a Industrial Madeireira Colonizadora do Paraná S.A., que era conhecida como Maripá e colonizou em 1940 parte do oeste paranaense.

**Figura 6:** Choupanas da colônia "Marimpá", 1948.



**Fonte:** Prof. Dr. João José Bigarella cedido para a Prof. Ivani Aparecida Teles da Cunha

Nos trabalhos de Yokoo (2009) e Cunha (2005) relata-se que o grupo “Marimpá” tinha apoio de Pinto Aleixo e Moisés Wille Lupion de Tróia, senador e governador do Partido Social Democrático. No entanto, a STCEB ganha o caso, expulsando o grileiro das terras de Engenheiro Beltrão. Tal fato se deu após reunião com o então vice-presidente da República, João Café Filho, com Benedito Rodrigues da Silva, Pedro Bosa e Alexandre Gutierrez Beltrão. O exército foi deslocado para a gleba Rio Mourão, sob comando do Major Valdir Bahar, dando fim ao problema Marimpá-Beltrão.

**Figura 7:** Estrutura da colônia Marimpá, 1948



**Fonte:** Prof. Dr. João José Bigarella cedido para a Prof. Ivani Aparecida Teles da Cunha

De acordo com Carvalho (2004) a STCEB colonizou a área através das mesmas prerrogativas utilizadas pelo Estado e outras colonizadoras, “com a construção de estradas nos espigões, e a divisão dos lotes de forma a terem acesso à estrada e a água”.

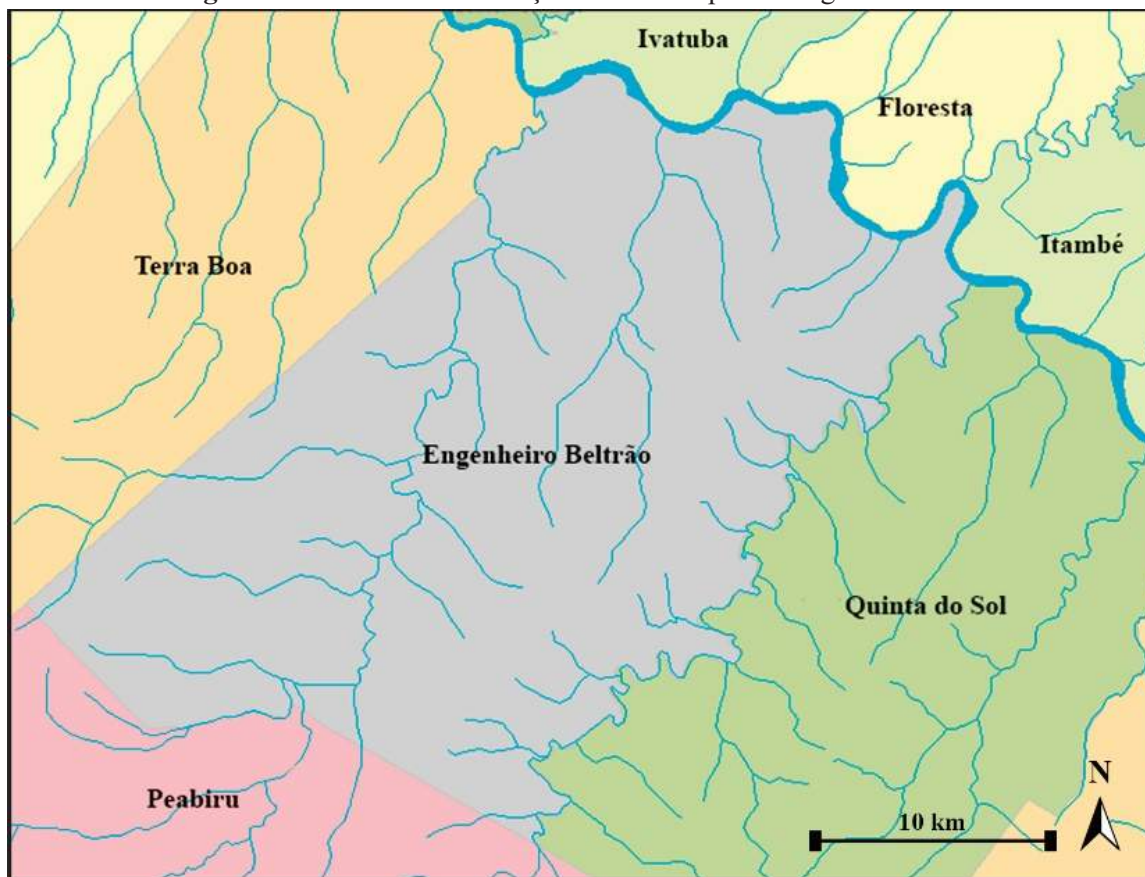
Posteriormente, em 1951, o núcleo de povoamento foi elevado à categoria de Distrito pela lei estadual de no 790, de 14 de novembro de 1951, quando pertencia ao município de Campo Mourão, no entanto ainda pertencente à Peabiru. É elevado à categoria de município pela lei estadual no 253 de 26 de novembro de 1954.

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

#### 3.1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO

Situado à margem esquerda do Rio Ivaí, o município de Engenheiro Beltrão está localizado na região central do Paraná, ligeiramente deslocada para o noroeste. Possui uma área de 467,257 km<sup>2</sup>, e está aos 520 metros acima do nível do mar (IPARDES, 2017). Seus limites e confrontações são com os municípios de Floresta, Itambé, Ivatuba (Nordeste), Peabiru (Sudoeste), Quinta do Sol (Sudeste) e Terra Boa (Noroeste) (Figura 8).

**Figura 8:** Limites e confrontações do município de Engenheiro Beltrão – PR



Base cartográfica: ITCG. Organizado: Pereira, J.S.R.

O solo é predominantemente LATOSSOLO VERMELHO, textura argilosa, nos topos e alta vertentes; a partir daí em direção a jusante, ocorrem os NITOSSOLOS VERMELHOS nas médias e baixas vertentes (NOBREGA e NAKASHIMA, 2003). De acordo com os dados do ITCG, na realidade, o município tem como principal tipo de solo o NITOSSOLO (QUADRO 1), seguido do LATOSSOLO, com manchas de ARGISSOLO e NEOSSOLO.

**Quadro 1:** Tipos de solo e suas características

Tipo de solo	Suscetibilidade à erosão	Observações
<b>ARGISSOLO</b>	Existente, pela diferença de texturas no perfil	Alto teor de alumínio
<b>LATOSSOLO</b>	Inexistente mediante tratamento adequado	Porosos, bem drenados, permeáveis, baixa fertilidade
<b>NEOSSOLO</b>	Alta em áreas de maior declividade	Baixa retenção de umidade
<b>NITOSSOLO</b>	Alta em áreas de maior declividade	Boa fertilidade

Fonte: EMBRAPA (2006). Organizado pela autora

aBaseado nos dados sobre os solos e nas informações do ITCG sobre degradação do solo (Figura 9) pode-se perceber que as áreas mais suscetíveis a problemas e com maior degradação são justamente as áreas que compreendem as manchas de NEOSSOLO e ARGISSOLO. Os problemas de degradação dessas áreas provavelmente estarão atrelados a suscetibilidade a erosão dos referidos solos.

Ramalho e Beek (1995) elaboraram classificação para aptidão de uso do solo, podendo delimitá-los pelas classes Boa, Regular ou Inapta (Quadro 2). Engenheiro Beltrão, de acordo com a classificação do ITCG pode ser considerado quase que completamente apto ao uso, sendo que a maior parte das áreas não demandam de manejo intensivo (Figura 9). Analisando a área do município através de sua aptidão ao uso, as áreas mais degradadas e o tipo de solo, tem-se que a região considerada inapta para o uso, com nível de degradação variando entre médio e forte (Figura 9) são correspondentes.

**Quadro 2:** Aptidão para uso do solo

Classe	Restrição	Observações
Boa	Baixa – Quase inexistente	Boa produção, sem necessidade de muito tratamento com insumos.
Regular	Moderadas	Produção sustentável com maior quantidade de insumos para manutenção da área
Inapta	Alta	Uso impossibilitado para qualquer atividade agrícola.

Fonte: Adaptado de Ramalho e Beek (1995)

De acordo com Iapar (1978) a região é considerada uma zona de transição climática, com variações entre o tropical e o subtropical, deste modo, apresenta grande oscilação, o que pode ser corroborado pelas alterações rápidas de tempo, sobretudo no outono e inverno, quando aumenta a atuação da massa Polar Atlântica.

Caviglione et al. (2000) define o clima da região como variado, apresentando Cfa, Cfb e Cwa. Os quais são classificados por Koeppen (1948):

**Quadro 3:** Tipos climáticos encontrados no município de Engenheiro Beltrão – Paraná

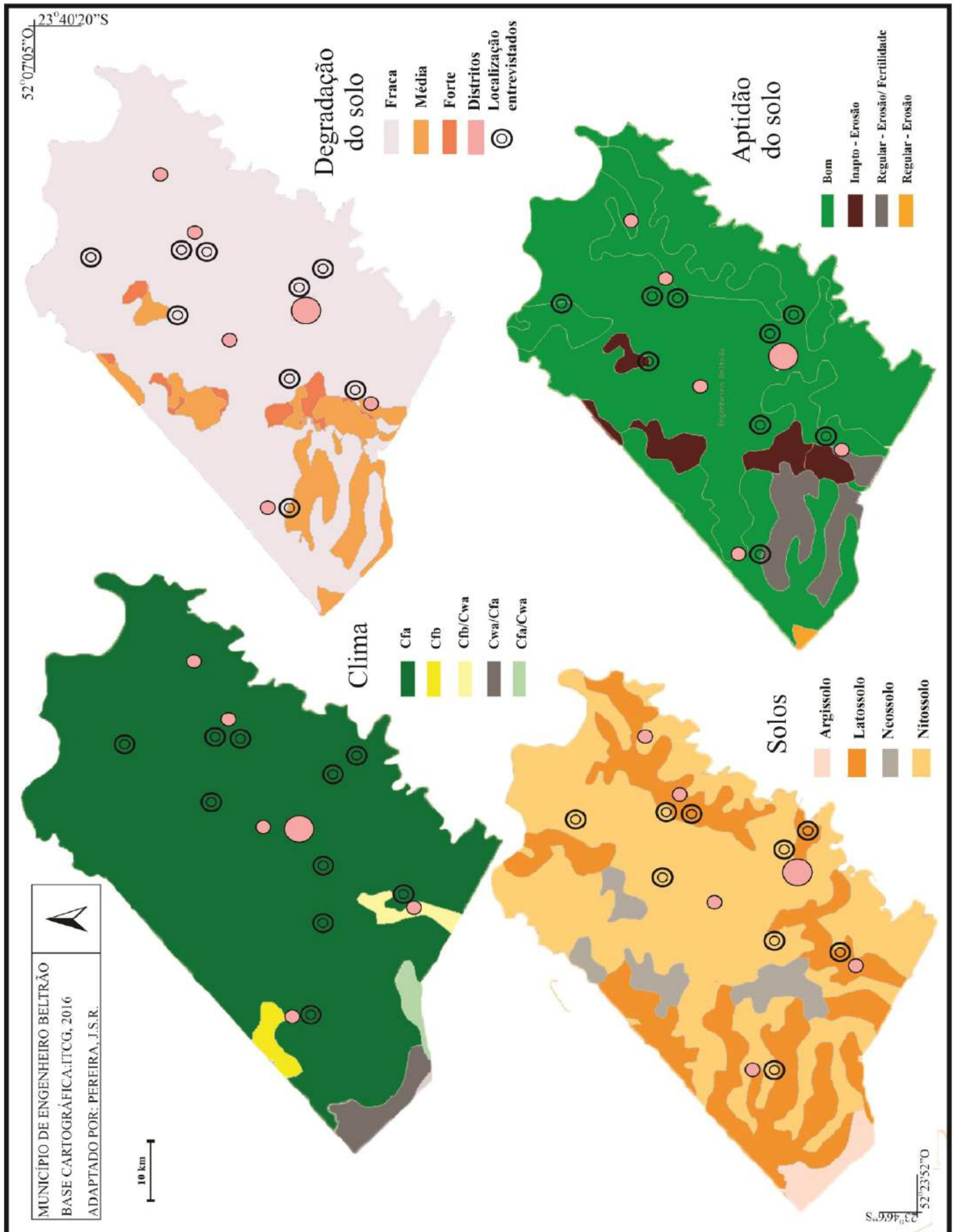
Tipo Climático/Zona	Descrição
<b>Cfa/ Menor altitude</b>	Verão quente e chuvoso, geadas pouco frequentes, sem estação de seca definida, temperatura média anual de 20°C. Índice pluviométrico de 1.300 -1.600 mm, sem deficiência hídrica. Geadas noturnas: 0 a 3 no ano.
<b>Cfb/ Maior altitude</b>	Verões frescos, geadas severas frequentes, temperatura média anual de 19°C, índice pluviométrico variando entre 1.600 e 1.700 mm, sem deficiência hídrica.

Fonte: Koeppen (1948)

Segundo Roderjan et al. (2002), nas regiões norte e oeste do estado e nos vales dos rios, abaixo dos 800 metros de altitude, define-se a região com Floresta Estacional Semidecidual (Figura 10) assim descrita:

*Aspidosperma polyneuron* Müll. Arg. (Apocynaceae) é a espécie mais característica, dominando um dossel elevado (30 - 40 metros de altura) e denso, (...) e *Cedrela fissilis*. Nos estratos inferiores são característicos *Euterpe edulis*, *Syagrus romanzoffiana*, (...). Como resposta à redução expressiva da precipitação e da umidade relativa do ar nos meses do inverno, o epifitismo é extremamente modesto(...). A presença de lianas é expressiva (...). Essa formação ocorre em litologias variadas, sobre diferentes unidades pedológicas, sendo as mais comuns Latossolos, Argissolos, Nitossolos, Cambissolos, Neossolos Litólicos e Neossolos Quartzarênicos.

**Figura 9:** Mapas de Aptidão e Degradação do Solo, Clima e Solo do município de Engenheiro Beltrão. Destaque para as áreas de residências iniciais dos entrevistados.



Base cartográfica: ITCG, 2016. Organizado pela autora.

**Figura 10:** Perfil esquemático destacando a estrutura de um segmento de Floresta Estacional Semidecidual no município de Maringá - PR, com predominância de *Aspidosperma*, *Peltophorum*, *Enterolobium*, *Parapiptadenia*, *Cordia*, *Gallesia*, *Balfourodendron*, *Holocalyx* e *Cedrela*. Pode ser considerado como efetivo para o município de Engenheiro Beltrão.



Fonte: Roderjan et al. (2002)

Essa formação vegetal está condicionada à dupla estacionalidade climática, a tropical com verão chuvoso e estiagem longa e subtropical sem período seco, mas com seca fisiológica ocasionada pelo frio intenso. A consequência que essa sazonalidade incute à Floresta Estacional Semidecidual é a perda de 20 a 50% das folhas do estrato arbórea (IBGE, 1992).

### 3.2 ELABORAÇÃO DAS ENTREVISTAS E FONTES ICONOGRÁFICAS

Para Donald Worster (1991), a história ambiental, normalmente, não se baseia na delimitação espacial tradicional da história, as fronteiras políticas. José Augusto Drummond (1991, p.5) também se apoia nesse pressuposto como fundamento base dos trabalhos em história ambiental:

Inicialmente tracei algumas características metodológicas e analíticas da história ambiental. A primeira delas é que quase todas as análises focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial e a assim por diante. (DRUMMOND, 1991; p.5)

Delimitar os estudos da história ambiental através de atributos naturais é o caminho mais razoável, pois essa linha do estudo histórico tem por intuito avaliar a natureza como agente ativo e dinâmico, influenciadora da sociedade humana em suas escolhas. Para Worster (2003) não há ação humana alheia às restrições naturais.

A delimitação espacial da presente pesquisa não pode ser enquadrada em “uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural”. Deste modo, assim como inúmeras outras que envolvem a temática histórica, utilizou-se de uma delimitação apoiada na delimitação territorial para facilitar o acesso a informação e a organização de fontes.

A memória presente nos relatos orais não é sinônimo de História Oral. A passagem daquela etapa para esta se dá por meio da aplicação rigorosa do método, que é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos (MEIHY, 2005).

De acordo com Queiroz (1988) a história de vida no quadro amplo da história oral que inclui entrevistas, biografias, autobiografias. Ou seja, encerra um conjunto de testemunhos e, embora tenha sido o pesquisador a escolher o tema, a formular as questões ou a esboçar um roteiro temático, é o narrador que decide o que narrar. A autora vê na história de vida uma ferramenta valiosa exatamente por se colocar justamente no ponto no qual se cruzam vida individual e contexto social.

Segundo Velho (1978), debater a identificação da antropologia com os métodos qualitativos de investigação,



acentua-se que o envolvimento inevitável com o objeto estudado não estabelece defeito ou deformidade dos métodos utilizados. Uma vez que o pesquisador é membro da sociedade, compete-lhe o cuidado e a capacidade de relativizar o seu próprio lugar ou de supera-lo de forma a poder colocar-se no lugar do outro. Ainda assim, a realidade, familiar ou inusitada, deverá ser filtrada por certo ponto de vista do observador, o que não invalida seu rigor científico, mas remete à necessidade de compreender enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa.

Meihsy e Ribeiro (2011) categoriza a História Oral em gêneros narrativos: história oral de vida, história oral testemunhal, história oral temática, tradição oral e bancos de história. Deste modo o estudo pretende compreender uma temática específica, definida como foco central, a um estudo muito próximo da etnografia, que busca detalhar o cotidiano de um grupo sua visão de mundo, dando ênfase à história e a práticas sociais de uma comunidade específica e a sua cadeia de transmissão. É o retrato de uma pessoa cuja trajetória é significativa para a compreensão de eventos, períodos e de práticas culturais e históricas, registrada e analisada num esforço para deslindar interações entre percursos individuais e processo coletivo.

Apesar de se admitir a importância do depoimento oral na descrição da história da sociedade, tem-se a que levar em consideração que “a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 1989, p.5). Ou seja, a ideia da história oral é descrever um momento histórico na visão do vivente que acaba por fornecer uma melhor representação do real.

Críticas sobre a utilização de fontes orais são rotineiras, e a principal se norteia na subjetividade que ela apresenta, pois o pesquisador influencia na construção do documento e o entrevistado fornece dados parciais pois transmite seus pontos de vistas e paixões. Todavia, a subjetividade do pesquisador é irrefutável também em outras fontes, uma vez que é papel dele escolher os documentos que comporão seu trabalho, bem como é ele que seleciona o recorte e a interpretação do mesmo, mas ao estabelecer uma atitude crítica o pesquisador pode minimizar os problemas de sua subjetividade. Ao se criticar a subjetividade do entrevistado, a resistência quanto ao valor da fonte está localizada no fato que essa se baseia na memória, mas é esse tipo de fonte que auxilia a compreensão do passado e cria uma ponte capaz de auxiliar a entender o presente e, possivelmente, compor um quadro para o futuro (HALL, 1992; PEREIRA, 1991).

Camargo (1993, p.83) explica o motivo para desconsiderar as críticas feitas as fontes de origem oral:

O ponto central da questão é o problema da lógica da memória, ou seja, se essa memória é confiável ou não, se produz verdades ou mentiras. O que se pode dizer, e que é meio óbvio, é que ela produz ao mesmo tempo verdades e mentiras. (...) Por outro lado, a verdade é um pouco a criminalística, como um depoimento policial: a verdade encaixa, (...) se falando com muitas pessoas, eu consigo construir uma versão que se sustenta, posso dizer que esta versão tem boa chance de ser verdadeira. E se as versões não ‘colam’, se conduzem a pontos contraditórios e incoerentes, posso dizer que não consegui decifrar o meu enigma.

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa se caracterizam por um levantamento das referências necessárias à elaboração da fundamentação teórica da pesquisa, constituído de material escrito ou obtido na Rede Mundial de Computadores (Internet) (teses, dissertações, livros, artigos). Concomitantemente, realizou-se o levantamento de fontes históricas sobre o município de Engenheiro Beltrão em revistas, jornais, textos oficiais e textos eletrônicos relacionados ao Município.

A elaboração das fontes orais orientou-se por pressupostos teóricos e metodológicos da História Oral através de gravador digital Mega Star<sup>®</sup> DVR-913. O questionário aplicado composto por questões semiestruturadas, visou propiciar ao entrevistado maior liberdade para narrar a sua história de vida.

Segundo Philippe Joutard (2002), uma entrevista semi-diretiva não é totalmente aberta nem orientada por um grande número de perguntas que serviria de apoio para o entrevistador, que deverá seguir uma ordem específica antes de aplicá-las. Nesse tipo de entrevista, o entrevistado tem a possibilidade de falar livremente, com intervenções mínimas do pesquisador que se limita a poucas mediações, cujo objetivo é dar prosseguimento à narrativa.

Para resgatar o histórico de mudanças socioambientais no município de Engenheiro Beltrão utilizou-se o método de entrevistas semi-diretivas com ‘pioneiros’ do município, dando preferência para residentes agricultores,

de Engenheiro Beltrão desde as décadas de 1950-1960. Para Portelli (1988) “o controle do discurso histórico permanece firmemente nas mãos do historiador”, uma vez que é obrigação do entrevistador/historiador seletar a narrativa do entrevistado, sendo assim, é papel deste ajudar o entrevistado a permanecer no foco da temática que engloba a pesquisa. O autor ainda defende que é atribuição do entrevistador aceitar o que o entrevistado tem a relatar sobre o tema discorrido na entrevista.

O Manual do Entrevistador de História Oral proposto por Montenegro (2013 p. 149-152) auxiliou o *modus operandi* da pesquisa ora efetuada ao evidenciar a necessidade dos seguintes procedimentos/comportamentos:

- a) Esclarecimento ao entrevistado do por que, para quem e para que está sendo entrevistado;
- b) “Obrigação profissional e ética de ouvir tudo que é descrito com a maior atenção, consciente de que o entrevistado não deve/tem obrigação de atender quaisquer que sejam as expectativas teóricas/metodológicas da pesquisa que então se realiza”;
- c) “... cabe ao pesquisador procurar conhecer ao máximo a história em que a memória em tela foi construída. Sobretudo porque terá muito mais condições de compreender a fala do entrevistado, assim como de intervir nos momentos que considerar necessários. Nesse sentido as perguntas devem sempre ter um caráter descritivo e evitar qualquer indução ou juízo”;
- d) O entrevistador deve se focar em efetuar perguntas curtas que façam o entrevistado perceber a necessidade de explicar o seu pensamento. Inculcar pedidos de “como, quando, de que forma, para quê”;
- e) Estimular o entrevistado com expressões que o persuada a resgatar mais memórias sobre o que discorria. Tais expressões servem “como nova motivação para o entrevistado”.

Ao término de cada entrevista, o depoimento foi transcrito de forma literal e entregue ao entrevistado para o acompanhamento do processo de transferência do depoimento para a forma escrita. Os moradores que concordaram em participar da pesquisa assinaram uma Carta de Cessão de Direitos (ANEXO 1), na qual consta todas as informações relativas ao Projeto de Pesquisa, o formato final do texto de suas entrevistas e a permissão do uso das entrevistas com intuito acadêmico. Os dados fornecidos pelos entrevistados foram confrontados com informações oficiais, como documentos municipais e regionais, mapas e dados de outras pesquisas.

A Fotografia, do grego desenhar com luz, surgiu oficialmente em 1826 nas mãos do francês Joseph Nicéphore Niépce e, para Kossoy (1989), foi a partir desse momento que novos caminhos na construção de informação e conhecimento foram criados.

No entanto, sua aceitação como documento histórico surge somente a partir da metade do século XX, quando então novos métodos de análise históricos passam a configurar a fotografia como fonte para pesquisa social. Até então historiadores mais tradicionais se recusavam a considerá-la como evidência histórica, para tais, a imagem seria, no máximo, empregada como ilustração, uma reprodução fiel do real (BORGES, 2005; BURKE, 2004).

É com uma mudança do pensamento filosófico que a fotografia abandona seu patamar de fiel imagem e passa a afigurar como uma representação do mundo passível de significação, para Borges (2005) é a partir desse ponto que a fotografia aparece como fonte de pesquisa histórica.

Quando a fotografia é entendida como histórica e culturalmente construída, visto que deve ser avaliada a partir da cultura de quem a produziu e de quem a interpreta, ela passa a possibilitar a construção do conhecimento histórico a partir de determinado recorte fotográfico.

Apesar de toda a capacidade que a fotografia pode atingir como documento, Burke (2004) aponta para o uso da fotografia, na maioria das vezes, como uma ilustração do texto escrito, suprimindo sua capacidade documental. De acordo com Mauad (1996), o leitor da fotografia deve ter conhecimento prévio de outros textos sociais que auxiliem na criação dessa concepção histórica a partir da imagem, o que o autor intitula “habilidade de interpretação”.

Ao avaliar uma fotografia, Mauad (1996) sugere que avalie-se a) os dados concretos sobre a fotografia, dados sobre o conteúdo da fotografia e os dados exteriores à fotografia. Ao relacioná-los pode-se alcançar parte de sua percepção verídica.

Para efetuar o trabalho com fotografias no presente trabalho, selecionou-se o roteiro criado por Mitsi e Souza (2009) em seu trabalho sobre a fotografia como evidência histórica, na qual através de imagens remontam a história de uma família de imigrantes japoneses. No entanto, visando melhorar a dinâmica da avaliação, optou-se por adaptar a metodologia, deste modo, as fotografias são analisadas quanto a descrição e a contextualização histórica.

As entrevistas se encontram em Anexo (ANEXO II - Erico Hackbarth; ANEXO III - Josefa Bezerra; ANEXO IV - Manoel Bernardo; ANEXO V - Luiz Libero Parolin; ANEXO VI - Reinaldo Fischer; ANEXO VII - João Viana Pereira; ANEXO VIII - Geraldo Castro Vieira; ANEXO IX - Antonio Rossi e ANEXO X - Taide Trindade Dias).

## 4. RESULTADOS

### 4.1. ENTREVISTAS

Os entrevistados são, preferencialmente, agricultores (Quadro 4 e Figura 11), no entanto em se tratando de buscas feitas com pioneiros, encontra-se dificuldade em manter-se unicamente nessa categoria de atividade econômica.

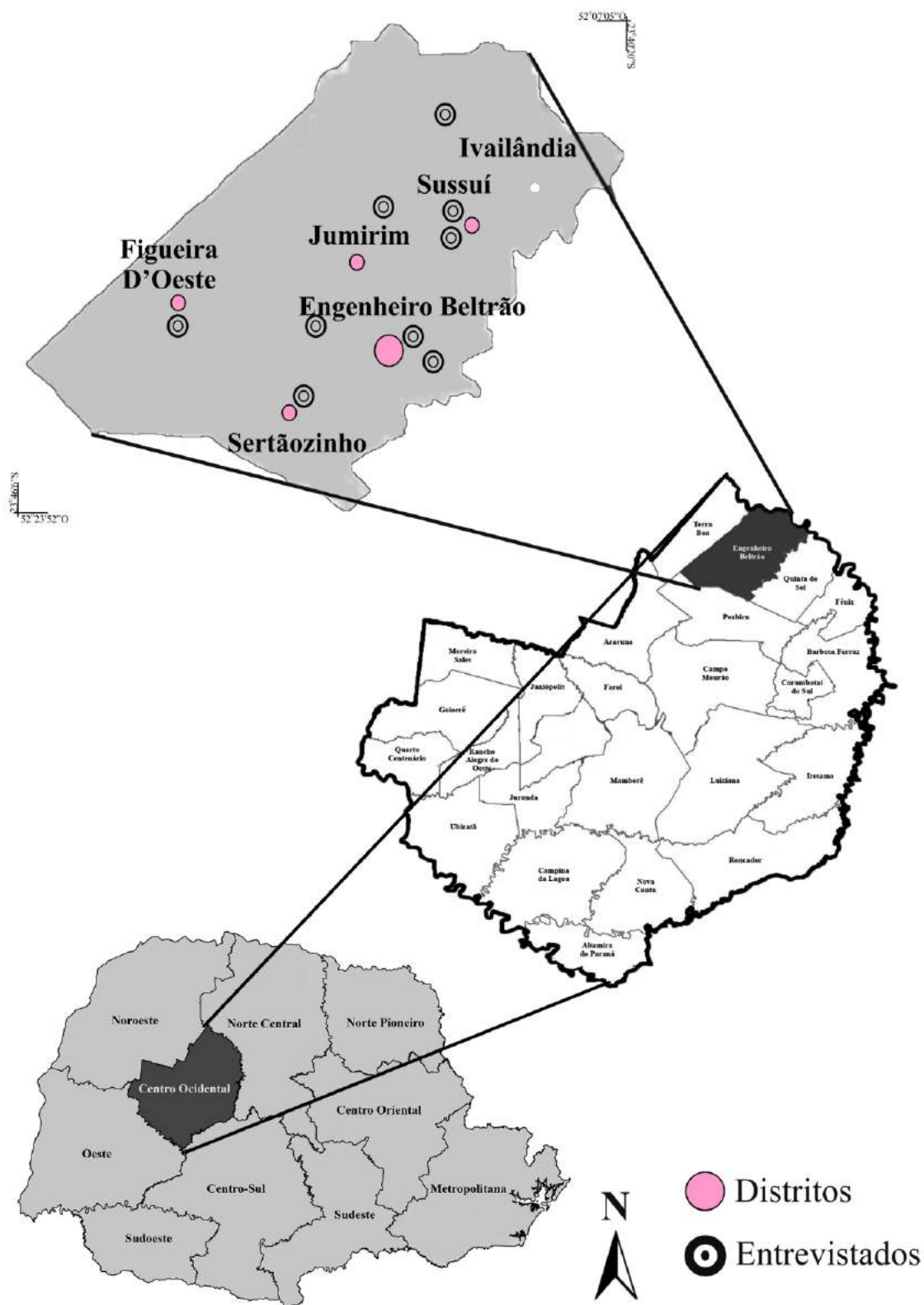
**Quadro 4:** Apresentação inicial dos entrevistados

Entrevistado	Detalhamentos
<p>Antônio Rossi Idade: 72 anos Natural de: Cambé Ano de chegada: 1950 Idade de chegada: 5 anos</p>	<p>O pai, o Sr. José Leopoldino Rossi veio para o município de Engenheiro Beltrão em 1949, procedente de Cambé para trabalhar na Fazenda São Manoel. Trouxe a família somente em 1950, morando numa casa de madeira da fazenda na qual o pai trabalhava, o Sr. José trabalhava como empreiteiro, administrando uma parte da fazenda. Trabalhou recebendo 40% da produção do café e podendo plantar lavoura branca entre os pés, até adquirir um sítio de 25 alqueires. O Sr. Antonio trabalhou como agricultor, começou a lecionar em 1963, foi vereador na sexta legislatura, 1977-1983. Atualmente é aposentado e residente no município.</p>
<p>Geraldo Castro Vieira Idade: 77 anos Natural de: São Paulo Ano de chegada: 1951 Idade de chegada: 11 anos</p>	<p>Advindo de São Paulo, o Sr. Geraldo chegou em Engenheiro Beltrão em 1951, na região de Sussuí, quando chegaram o vizinho de sítio já havia derrubado uma parte do sítio, coveado a área para o plantio e construído uma casa de madeira. Ficou no município até janeiro de 1975, quando se mudou para Campo Mourão, adquirindo um sítio de 45 alqueires na região conhecida como Campina do Amoral, parte da família ainda reside no município.</p>
<p>João Viana Pereira Idade: 85 anos Natural de: Campo Mourão Ano de chegada: 1935 Idade de chegada: 3 anos</p>	<p>Seu avô paterno Luiz Pereira da Cruz chegou em Campo Mourão em 1904 e foi um dos fundadores do município. Seu pai, Joaquim Viana Pereira chegou na região em 1934, para derrubar e limpar a área de 40 alqueires recoberta com formação vegetal primária que adquiriu dos Marimpá e construir a casa, um rancho de palmito, a esposa com os filhos chegaram em 1935. Posteriormente perdeu o direito sobre a terra pois os Marimpá não eram os proprietários legais, no entanto a Sociedade Técnica e Colonizadora Beltrão cedeu os direitos da terra mediante pagamento. As estradas entre Peabiru e Sertãozinho foram abertas pelo pai e o Sr. Noberto Padilha.</p>
<p>Taide Trindade Dias Idade: 77 anos Natural de: Rio Grande do Sul Ano de chegada: 1952</p>	<p>Seu pai, chegou em Engenheiro Beltrão vindo do Rio Grande do Sul e fez parte da equipe de 'limpeza' da Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda. Após isso fixou residência no município, comprando 20 alqueires de terra, o terreno fazia fundo com o Rio da Várzea.</p>
<p>Erico Hackbarth Idade: 71 anos Natural de: Santa Catarina Ano de chegada: 1950 Idade de chegada: 3 anos</p>	<p>Seu pai, Henrique Hackbarth, chegou em Engenheiro Beltrão em 1950, na comunidade do Sussuí. Veio para a região devido 'propaganda' feita por Carlos Graff, que veio para lotear as terras e as estradas de Sussuí. O Sr. Henrique comprou cinco alqueires de terra. Após sua vinda, seu pai e irmãos vieram também.</p>
<p>Josefa Bezerra Idade: 82 anos Natural de: Pernambuco</p>	<p>Veio com o marido, João Bezerra para trabalhar como 'meeiros' na lavoura de café em Figueira do Oeste. Posteriormente foram trabalhar em Sussuí, como percenteiros. E então como bóia fria da Chapadão.</p>
<p>Manoel Bernardo Idade: 83 anos Natural de: Pernambuco Ano de chegada: 1953 Idade de chegada: 17 anos</p>	<p>Seu irmão, Antonio Bernardo veio para Engenheiro Beltrão trabalhar na Valderez e trouxe o Sr. Manoel junto. Trabalhou como empregado, colono, e depois como 'fiscal' dos outros empregados. Acompanhou quase todas as fases pelas quais passaram a fazenda Valderez, uma vez que trabalhou lá de 1953 até 1990.</p>
<p>Luiz Líbero Parolin Idade: 72 anos Natural de: Minas Gerais Ano de chegada: 1949</p>	<p>Vindo de Monte Sião – Minas Gerais, o Sr. Humberto Parolin, chegou em Engenheiro Beltrão em 15 de agosto de 1949 para auxiliar na abertura da Fazenda Chapadão e trabalhou 'abrindo picadas'. Foi embora para Maringá, voltando a residir em Engenheiro Beltrão no final da década 1950.</p>

**Continuação quadro 4: Apresentação inicial dos entrevistados**

Entrevistado	Detalhamentos
Reinaldo Fischer Idade: 76 anos Natural de: Santa Catarina Ano de chegada: 1950 Idade de chegada: 8 anos	Seu pai, Guilherme Fischer, natural de Jaraguá do Sul, residiu em outras três cidades do Paraná antes de se estabelecer em Engenheiro Beltrão, Cambé (1938), Marialva (1946) e Jaguapitã (1950). Adquiriu nove alqueires de terra no Água Grande. Trabalhou como Juiz de Paz, farmacêutico, veterinário e dentista prático.

**Figura 11:** Mapa do Paraná com destaque para a Mesorregião Centro Ocidental, Mapa da Mesorregião Centro Ocidental com destaque para Município de Engenheiro Beltrão e mapa do Município de Engenheiro Beltrão com destaque para as áreas de residência dos entrevistados



#### 4.1.1. PROCESSO DE COMPRA DE TERRAS

A compra dos lotes de terra pelos entrevistados no Município de Engenheiro Beltrão é variável. Os terrenos adquiridos pelas famílias dos entrevistados em um primeiro momento, foram comprados da STCEB. Dentre os nove entrevistados, dois não adquiriram terrenos rurais em nenhum momento da vida, e um deles ao adquirir, diferenciou-se dos demais pelo pagamento parcelado (Quadro 5).

**Quadro 5:** Lista de entrevistados e formas de pagamento dos primeiros lotes rurais adquiridos no município de Engenheiro Beltrão por suas famílias

Entrevistado	Dono do Terreno	Método de pagamento
Antonio Rico Rossi	STCEB	Parcelado ( Entrada + colheitas)
Erico Hackbarth	STCEB	A vista
Geraldo Castro Vieira	STCEB	A Vistas
João Viana Pereira	SCTEB	A vista
Josefa Bezerra		Não possui terreno rural
Luiz Líbero Parolin	SCTEB	A vista
Manoel Bernardo		Não possui terreno rural
Reinaldo Fischer	SCTEB	A vista
Taide Trindade Dias	SCTEB	A vista

O Sr. Pereira (ANEXO VII), chegou ainda criança com a sua família na região de Sertãozinho e conseguiu uma escritura com os Marimpá. No entanto posteriormente perdeu o direito, pois a região que compreendia o município de Engenheiro Beltrão, na época conhecido como Gleba Rio Mourão, pertencia a STCEB. O pai do entrevistado teve que adquirir as terras da colonizadora.

As terras aqui os Beltrão receberam por serviços prestados pro Estado, os engenheiros Beltrão. E meu pai chegou a pegar a escritura dos Marimpá de graça, porque ele foi um dos primeiros posseiros daqui. E quando Marimpá perdeu ele teve que comprar do Engenheiro, dos Beltrão. (...) os Beltrão perseguia, porque o governador, o José Jupião, que naquela época era governador, ele era a favor dos Beltrão, né? Os outros era paulista. Mas deu polícia, deu tudo, meu pai foi detido, foi preso, foi detido até no rio Ivaí, daí tinha o prefeito de Campo Mourão, foi lá e soltou meu pai. Eles vieram e prenderam aquele povo que tinha as escritura dos Marimpá quando o Beltrão ganhou e perseguiram muito aquele povo. Aí a escritura caducou, aí tiveram que comprar do engenheiro. Mas não houve despejo, não houve nada. Com os posseiros não, os posseiros tudo conseguiram terra (PEREIRA, ANEXO VII).

A compra do lote que pertenceu ao pai do Sr. Hackbarth (ANEXO II) foi à vista “Ele comprou à vista, ele vendeu as terras lá em Santa Catarina, né? Aí veio aqui em comprou cinco alqueires.” De acordo com o Sr. Vieira (ANEXO VIII) a venda de terras pela Colonizadora era feita à vista como pode ser evidenciado em um trecho de sua entrevista:

Mas quando nós chegamos aí já tava normalizado, todo mundo já comprava e pagava à vista, não tinha prazo. Era à vista, e já ia pro cartório. Já ia pro cartório, era em Peabiru o cartório, vinha em Peabiru pra... pra passar a escritura e registrar, porque a comarca de Peabiru é mais velha que a comarca de Campo Mourão. (VIEIRA, ANEXO VIII)

O Sr. José Leopoldino Rossi, adquiriu as terras da STCEB, no entanto, os dados do seu filho, o Sr. Rossi (ANEXO IX), diferem da versão oferecida pelo Sr. Vieira (ANEXO VIII), pois enquanto este alega que a compra era feita a vista, o Sr. Antônio relata a compra parcelada.

Até nós compramos um sítio nosso, que era do Fier, ali onde é o Fier hoje, dali 25 alqueires era nosso. Compramos da empresa Beltrão. Dava uma entrada, né, e o resto pagava na colheita. Era parcelado. Pra pagar na colheita. (ROSSI, ANEXO IX)

Dentre os motivos para a mudança para o município de Engenheiro Beltrão, pode-se apontar a busca por melhores condições de vida ou alguma ligação de trabalho com a STCEB.

Lá não tinha lugar de plantar, era só a casa e morro, mas não lembro direito, eu era muito pequeno, só tinha três aninhos. Mas o pai falava que lá não tinha lugar de plantar, só tinha umas vaquinhas assim, só morro. Aí vieram pra cá, que aqui é mais plano, pra plantar, aí resolveram vir pra cá no mato, vieram pra cá pra plantar. (HACKBARTH, ANEXO II)

Meu pai veio para cá por causa do ‘enguiço’ que os Beltrão tinha com os Marimpá. [...] aí contrataram meu pai, meu irmão, tio Nêgreiro. Eles vieram aí pra limpar, pra tocar os homens daí. Queimaram as casas, queimaram a igreja, tinha igreja, que eles tinham feito lá embaixo, aí expulsaram eles tudo. E entregaram pros Beltrão limpo, sem ninguém. (DIAS, ANEXO X)

Em um posicionamento os entrevistados concordavam, as terras estavam recobertas pelas “matas virgens”, não havia qualquer tipo de tratamento na terra, abrir a mata e cultivar era por conta dos compradores. Na fala do Sr. Vieira (ANEXO VIII):

Tudo mata, era tudo mata virgem, né? Nós encontrava com as onça no meio do caminho, com os filhotinho, com manada de cateto, de porco do mato, né? (...) era tudo mata, mata, mata virgem, até na beira do rio Ivaí. Meu Deus do céu! Eu olhava pra um lado, olhava pro outro, na frente mata virgem, né? O lado do Sussuí era tudo mata, e lá o fundo nosso, aquela faixa que foi derrubada primeiro, aqueles 12 alqueires, era tudo mata, né? (VIEIRA, ANEXO VIII)

O Sr. Dias (ANEXO X) descreve “tava sem abrir ainda, tudo em mato”. O Sr. Rossi (ANEXO IX) também se repete a mesma informação, “Tinha só um abertinho, onde foi feita a casa. Eram cinco alqueires abertos. Vinte era mata. E daí foi entrando e derrubando”. Fato corroborado pelo Sr. Pereira (ANEXO VII):

Tudo floresta, tudo floresta. Depois que ele foi abrindo. Era sete quilômetros pra cá de Peabiru, meu tio com meu pai que abriram as picada e começou administrar aqui Sertãozinho. (ROSSI, ANEXO IX)

A gente morava beirando um mato assim derrubado, né? Tinha um mato na frente, a gente morava parede e meia com outra família. (PAROLIN, ANEXO V)

Ah! Naquela época era tudo mato, mato mesmo, desde lá da frente da rodovia até lá pro fundo. Só no Sussuí que tinha um pouquinho aberto, na bera, lá onde é o patrimônio hoje. Ali no alto tinha um pedaço aberto que o povo entrou tudo pra plantar café. Era o auge da coisa na época, né? E daí na outra subidona tinha mais um pouco aberto na época e lá na Água Grande, onde nós entramos, tinha bem poquinho coisa aberta. A estrada de lá só tinha os trilhos de carroça, que carro não tinha, né? (FISCHER, ANEXO VI)

Esse aporte de pessoas na mesorregião Centro Ocidental do Paraná se deve, de acordo com Cancian (1977) pela continuação da ‘marcha para o oeste’ dos cafeicultores paulistas, que buscavam ampliação de terras em áreas novas e férteis. Uma vez que os terrenos paulistas começaram a perder fertilidade. No entanto, considerar a expansão cafeeira como mote central da colonização paranaense é simplista.

Para Silva (1998) o ‘reajustamento’, palavra utilizada por Getúlio Vargas para definir a intervenção estatal que seria colocada em prática durante o seu governo, seria baseado em quatro frentes, a melhoria da infraestrutura viária, criação de uma política salarial comum e, os dois pontos mais importantes para a atual pesquisa, o incentivo à ocupação dos ‘sertões’ brasileiros e criação de uma ‘ideologia de fronteira’ (SILVA, 1998; LOPES, 2002). Com isso, Vargas criará então uma política agrária que virá a proporcionar a ocupação paranaense:

A democratização da propriedade das terras foi uma decisão governamental. Tudo indica que, face aos problemas sociais da época em vista da Depressão, foi esta a resposta ao desassossego da propaganda socialista no período. Procurava-se evitar uma situação que poderia se tornar insolúvel pela agitação do proletariado. Fixar o homem ao campo, torná-lo proprietário, seria evitar que se tornasse um proletário insatisfeito (CANCIAN, 1977, p. 125).

Sendo assim, para Silva (1982) essa nova fronteira agrícola criaria um novo fluxo migratório voltado para a pequena produção, que funcionaria como válvula de escape das tensões sociais. Schallenger e Schneider (2010) essa colonização criava “frentes pioneiras” que direcionava para as ‘regiões estagnadas’ a população que se encontrava insatisfeita. Para Gregory (2002), os interesses na colonização, por parte do governo, advêm da necessidade de garantir a soberania nacional e anexar áreas novas para a produção agrícola.

Em meio a essas mudanças idealizadas por Vargas, em 23 de janeiro de 1932, Manoel Ribas é então nomeado Interventor Federal do Estado do Paraná e, dentre os objetivos que lhe foram elencados, está o trecho do Relatório de Governo 1932-1939 (PARANÁ, 1940) que o incube de “por em ordem o caos financeiro e promover o ressurgimento das forças elaboradoras de riqueza”. De acordo com Dagostim (2008), a economia do Estado era estruturada na extração da madeira e da erva-mate, o que o levava a passar por dificuldades financeiras, Manoel Ribas então se apoia na iniciativa privada buscando dessa forma, incutir investimentos na agricultura e pecuária. E, nas palavras de Silva (1998, p.8), “a idéia de aventura e desbravamento deveria mobilizar os sonhos de milhares de brasileiros, abrindo os sertões à civilização.”

Com concessões sendo declaradas caducas, em 1934, o Estado se reapropria de cerca de dois milhões e trezentos mil hectares de terras, dentre áreas com extensão compromissada, alienada, legitimada e revalidada (PARANÁ, 1940, p.22)

O Estado, cerceado pela falta de recursos para promover a colonização, cede então o direito para colonizadoras, para Cancian (1977, p.118) a resposta encontrada pelo governo foi “a mudança da política agrária, o favorecimento à formação de empresas colonizadoras. Conceder terras a empresas, para que estas, mediante a especulação com sua venda em condições remuneradas, compensassem o investimento com a abertura das estradas.”

Em documento do governador em 1939 (PARANÁ 1940, p. 20) a região dos núcleos coloniais de Mourão e Piquiri aparecem como áreas de início do processo de colonização, com as divisões da gleba Mourão. As glebas que compunham tal núcleo, e na qual se enquadrava o futuro município de Engenheiro Beltrão configuram o relatório em fase de mediação e demarcação. Ver-se-ia, de acordo com Cancian (1977, p.142), o nascimento de uma nova fonte de renda que regeria a movimentação do Estado nas próximas décadas, a especulação imobiliária. O município de Engenheiro Beltrão receberia nas próximas décadas um grande contingente populacional, atingindo 25.239 pessoas no intervalo entre 1959 -1969, de acordo com dados do Censo Demográfico de 1970.

Analisando Carvalho (2004), pode-se conjecturar que esse aporte regional se dá pela vontade de “fazer a vida” em áreas de fronteira agrícola, buscando terras mais baratas e que apresentavam bastante vagas de emprego. Para Cancian (1977, p. 176) “os colonos dos primeiros anos, com a melhoria das condições do café, também se transformaram em proprietários, graças a economia forçada e ao pagamento das terras em prestações.” Nessa última fala pode-se conectar as informações fornecidas pelos entrevistados Dias, Parolin e Rossi (ANEXO X, V e IX).

#### 4.1.2. A VEGETAÇÃO

A descrição da vegetação corrobora os dados fornecidos pelo ITCG (2017), que apresenta a área que corresponde ao município de Engenheiro Beltrão como Floresta Estacional Semidecidual. Na descrição dos entrevistados aparecem as espécies marfim, cedro, peroba, canafistula, gurucaia, guatambu, louro, caviúna.

Nossa, tinha tanta árvore no mato que nem me lembro mais. Tinha bastante ipê, ipê ainda tem bastante. Tinha peroba, tinha muita árvore. As árvores era tudo grande, muito grande. [...] Em 53 que eu cheguei aqui era tudo mato, tudo mato! Daqui pra Campo Mourão só tinha aquela carreira, dava trabalho chegar no Campo Mourão, tudo mato! Tudo só chão, tudo mato. [...]Tinha muito palmito, era só palmito mesmo [...] os passarinhos tudo ficava naquele palmital. Muito palmito, tinha! Hoje é difícil, mas palmital tinha bastante. [...] Daqui pra Quinta do Sol tudo era, tudo mato. Agora acabou, agora tem algum ali pro lado da conserva, pra aqueles lado ali, mas acabou. (BERNARDO, ANEXO IV)

Naquela época, onde é que nós morava, ali não tinha Peroba, tinha só umas Perobinhas. Mas ali pro Sussuí, porque é alto, era tudo cheio de Peroba, Cedro, Marfim, Canela, Canjarana. [...] Arvore grande? Nossa! Como tinha! Nós tinha cada tamburi assim que dava um metro e pouco. É olha eles fazia tábua, viga, tudo na mão. Serrado a mão. [...]Tinha mais era gabioba, pitanga, jabuticaba, dava, no Sussuí no mato dava de tudo. Ixi! Era um palmital, nós comia pra danar! Era gostoso, hoje quando a gente vê palmito dá vontade de



tirar pra comer, que é uma delícia! Fruta do mato tinha pouco assim, era mais gabioba, pitanga e jabuticaba. (FISCHER, ANEXO VI)

As espécies descritas batem com a descrição de Roderjan (2002). Em Maack (2012, p.214) tem-se a descrição da floresta tropical que recobre o Terceiro Planalto do Norte do Paraná, com grande ocorrência de *Euterpe edulis*. O exemplar mais imponente da região, a figueira branca, que atinge mais de 30 m de altura, *Urostigma ficus* sp, com suas colossais raízes tabulares. Dentre outras espécies pode-se apresentar o jacarandá, *Macherium* sp, o pau marfim, *Balfourodendro riedelianum*, a peroba, *Aspidosperma* sp e o cedro, *Cedrela fissilis*.

Outro fator que corrobora a formação vegetacional que ocupa o município é a ausência declarada pelos entrevistados da espécie *Araucaria angustifolia* Kuntze, que de acordo com os relatos só aparecem a partir de Peabiru/Campo Mourão.

Não, e ali logo de Sertãozinho pra frente, ali não tinha, você não achava um pé. Porque já de Sertãozinho a terra já começa de ficar diferente da terra roxa, é vamos dizer, é setor ali de Engenheiro Beltrão, até o rio Ivaí, é do lado de lado rio da Várzea, que pega ali Quinta do Sol, Fenix, que é o mesmo tipo de terra, que é uma do grande vulcão que teve na região, né? (...)mas não tinha, Araucária não tinha, de Sertãozinho pra cá. (VIEIRA, ANEXO VIII)

O Sr. Pereira (CD/Arquivo7), que foi residente na região do distrito de Sertãozinho também alega a inexistência da espécie, “Não tinha Araucária, não. Não, por aqui não tinha, nós falava do Agrião, que é ali mais ou menos no posto dos guarda hoje, dali pra lá que tinha o pinheiro. Era pra lá que tinha, pra cá não”. O fato também é reforçado na entrevista cedida pelo Sr. Rossi (ANEXO IX), que foi inicialmente residente da região de Sussuí e posteriormente passou a morar em um sítio mais próximo da cidade de Engenheiro Beltrão.

De acordo com Maack (2012) a ausência da referida espécie é explicada pela variação de altitude suportada pela mesma, que varia de 500 a 2.300 metros de altitude, mas ocorrendo preferencialmente entre altitudes que variam entre 500 a 1.800 metros. Abaixo da faixa dos 500 metros pode aparecer em locais em que existam linhas de escoamento de ar frio, áreas normalmente associadas ao *Syagrus romanzoffianum*. Deste modo, considerando a altitude do município de Engenheiro Beltrão 470 pode ser considerado área não passível de disseminação da espécie na presente conjuntura climática.

A derrubada da mata foi manual, feita com serra manual, serrote e serrador, fato repetido por todos os entrevistados. Os entrevistados também alegam a demora e a dificuldade de derrubar as árvores da região, pois havia muitas de grande tamanho. Outro fator que as entrevistas se convergem é a velocidade de derrubada, pois nenhuma das famílias limpou completamente as suas propriedades, abrindo em levadas a vegetação.

Sofreram muito, né? Naquele tempo foi tudo no machado, né? Na foice e no machado, naquele tempo era difícil né? Era tudo na mão, né? [...]Foi abrindo aos poucos, a gente só plantava coisas para alimentar os porco, né? Mandioca, batata, milho. (HACKBARTH, ANEXO II)

Tinha que cortar de traçadeira. A maior que eu cortei foi a gabioba, não, desculpa, a peroba. A peroba ficava dessa grossura (abrindo completamente os braços). A madeira eu levava na serraria, fazia as tábuas e fazia as casas. Na serraria do Santiago. (BERNARDO, ANEXO IV)

A destocada, no entanto, teve uma opinião divergente, o Sr. Rossi (ANEXO IX) declarou que a destoca foi feita manualmente, declaração contrária aos outros entrevistados que alegaram que a retirada das raízes foi feita tempos depois, com auxílio de maquinário (tratores e pás carregadeiras).

Quando ele limpou o terreno ele deixou os tocos no meio da plantação, não tinha trator pra arrancar né? Não, não, aí uns par de anos plantou café, e os toco foi apodrecendo, né? E, daí aqueles toco que ficou, aqueles tocos de guriçá e peroba, né? Daí cavucava em volta, e põhava fogo e queimava. Aluga esteira, essas coisas era só pra quem era, tinha bastante dinheiro. Mas meu pai mesmo, foi tudo no braço. Enxada e machado, nem motosserra não tinha, né? Tinha árvore bem grossa assim, meu finado avô falava assim ‘Essa noite não vai posar coruja nessa árvore, não’. Cortava mesmo, árvore grossa. (HACKBARTH, ANEXO II)

Nós roçava de foice, aí nós rancava de enxada os paus, rancava de enxada, os tocos.

Porque nois não trabalhava com trator, nem nada, era tudo na mão mesmo, né? Não tinha maquinário. (BERNARDO, ANEXO IV)

Quando derrubava, derrubava tudo! Ficava só nas beira do rio. Que nem nós tinha no sítio embaixo, lá ficava, lá tinha gabioba, jabuticaba, pitanga, cereja, não... como é que eles fala? Não é cereja, é quase que nem a jabuticaba, ele dá fruta assim que nem jabuticaba, mas não me lembro mais como é que era o nome daquele. (FISCHER, ANEXO VI)

O Sr. Rossi (ANEXO IX) alega a dificuldade em fazer a destoca para explicar o motivo de não ter sido feito:

Não, ele não fez a destoca não, naquele tempo a gente plantava no meio dos toco mesmo. Porque não tinha maneira de destocar né? Não é que nem hoje que tem maquinário pra fazer isso, naquela época meu pai não tinha, derrubava e plantava no meio dos toco, mesmo, no meio da roça. Só queimava e plantava (PEREIRA, ANEXO VII).

Dos entrevistados, o Sr. Vieira (ANEXO VIII) foi o que conseguiu explicar com maior nível de detalhamento o processo da derrubada/desmatamento (Figura 12):

Fazendo serviço de limpeza, é pra roçar de baixo das árvores, cê gasta em média de doze a quinze dias, trabalhado com a foice, pra limpar. Se é menos, se é mais limpo, huuum... de oito a dez dias, agora, se é fechado, igual nossa região que era fechado. Até quinze dias, só pra roçar, e oito dias, de oito a noive dias pra fazer a derrubada completa. Com o machado, não se usava serra, pra derrubada não usava a serra, não usava serra pra cortar as toras, pra poder ir pra indústria, pras serrarias. O resto pra fazer derrubada, primeiro era com a foice, fazia limpeza total, bem limpinho, né? Limpava em volta das árvores, pra você chegar com o machado. (...) esperava mais ou menos é, de 30 a 45 dias, se fosse chuvoso demorava mais, as vezes até brotava, havia brotação e você tinha que ir lá e esperar secar, mas se desse, igual quando nós chegamos, que ficou sete mês sem chover, quem fazia derrubada com 40 dias, 35, podia atear fogo que não sobrava nada, os galhos miúdos das árvores, queimava tudo. Sobrava os grossos, a torra, e os galhos mais grossos. Os finos, é o fogo limpava tudo. (...) roçado primeiro, derrubado, rebaixado os galhos das árvores, cê só não cortava os galhos mais grosso (VIEIRA, ANEXO VIII).

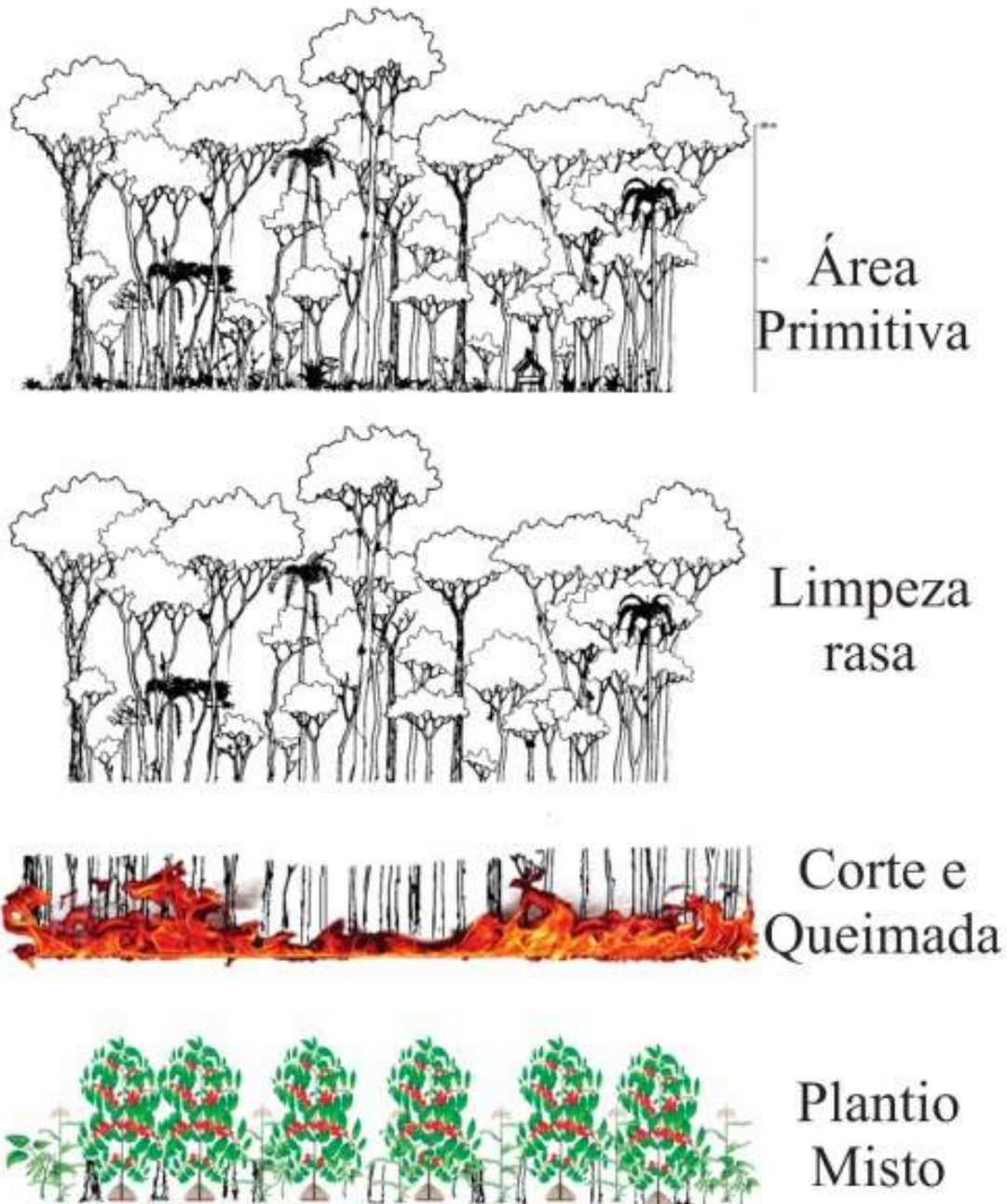
O Sr. Vieira (ANEXO VIII) termina alegando que não deixava rebrotar, que quebravam ou cortavam os brotos que iam surgindo dos tocos. De acordo com ele e com o Sr. Pereira (ANEXO VII) a destoca foi feita posteriormente com auxílio de maquinário pesado.

O trabalho era feito com trator de esteira, né? Trator de esteira, trator de esteira, aqueles importado, americano, Catterpillar, né? Era o mais usado na época, hoje tem outras, outros.. outras marca, né? Mas na época era o Catterpillar, D7, o D8, não tinha árvore, não tinha toco que eles não arrancavam. (...) cavava em roda, ele vinha com os bico, com a plaina, né? Aquela plaina na frente, né? Ia cavando, depois empurrava até tirar os toco. Demorava as vezes um hora, duas hora pra tirar um toco, por exemplo uma árvore, por exemplo, o tamburi [...] Daí, era enlerado, fazia leira, né? Os cordão. E... distancia mais ou menos de cem metros, empurrava por exemplo, cinquenta metros pra cá e cinquenta metro pra lá. Ai ficava limpo o chão, igual isso aqui (apontando para o chão). Ficava limpinho. Aí alguma coisa sempre sobrava, aí a gente vinha com a carreta, andando devagarinho, com quatro, cinco pessoa catando no chão e jogando dentro da carreta, os pedacinho que ficava. Pra poder entrar com o arado ou ca grade, né? E essa madeira era bem leradinha, com o trator de esteira, né? Bem leiradinha, depois tocava fogo. Queimava o que podia queimar, queimava. O que... aí ia apodrecendo com... o nosso foi muito rápido, ali, porque com três ano, quatro ano, a gente, já tinha acabado tudo (VIEIRA, ANEXO VIII).

Tinha pau, tinha toco, muita árvore caída. Aí fomos juntando, tirando, levando pras beiradas, fazendo monte, queimando. Queimemo tudós os tocos, né? Tiramos tudo no trator, no trator e no braço. Nós compremo o trator, nós já tínhamos mecanizado um pedaço quando chegou os trator. E aí nós tinha arrancado no braço. Cavucava, no enxidão. Cortava no trançador, cê sabe o que é trançador? Tem um cabo cada lado, tem uma carreira de dente assim, sabe? Pega um cada lado e vai traçando. Aí cortava eles, era umas raiz grossa, sabe? Aí nós arrumemos uns eucalipto, tinha uns eucaliptão, grosso assim (25 centímetros aproximadamente). Nós pegava em cinco, pra carregar aquele eucalipto, aí pegava ele, fincava no chão assim, sabe? Todo mundo pendurado no eucalipto e forçava assim, nossa, dava muito trabalho. Acho que o que deu mais trabalho foi um toco de guaritá. Mas tinha raiz, mais tinha raiz, um mundo dum toco, aquele acho que foi o que deu mais trabalho. E depois com os trator o que deu mais trabalho foi o do Sussuí, lá no Sussuí tinha muito toco de Peroba, tinha, mas tinha, que Nossa Sr.a! Nós gastemos uma semana só pra rancar os toco. Tinha toco que arrancava com o trator, e o trator não conseguia levar ele. Tinha que

amarrar outro, e em dois pra conseguir levar o toco embora. De tão grosso que era e grande. Que aí ele arrancava com aquelas raizonas, sabe? Cada raiz dessa grossura assim (40 centímetros aproximadamente, cada raiz). Pra você ver ficou uma semana queimando tudo os toco, todo dia ia lá e nós juntava. Foi uma semana queimando os toco, dois montes, sabe? E ficou uma semana inteirinha queimando. Ficou dois ano, não produziu soja naquele lugar que queimou, de tanto que queimou a terra. Aí depois nós joguemos calcário, adubo. Aí regulou a terra. (PAROLIN, ANEXO V)

**Figura 12:** Sequência de desmatamento, limpeza e plantio, elaborado com base na entrevista do Sr. Geraldo Castro Vieira



Como pode se perceber, o desmatamento ocorreu por partes, com ênfase em partes mais altas do terreno para plantio do café, enquanto nas partes baixas eram construídas as casas, anexa aos corpos d'água e onde era possível instalar culturas mais resistentes à geadas, bem como a criação de bovinos/suínos. Como explicitado por Cancian (1974), a primeira etapa da apropriação do colono não consiste em cultivar, mas em “desflorestar”. A autora descrever o processo, que é similar ao efetuado pelos entrevistados, abertura da clareira, construção de moradia provisória de palmito e então a derrubada efetiva. Na entrevista do Sr. Parolin (ANEXO V) é percebido esse momento, “Morava num rancho lá, rancho de pau de palmito, coberto de folha de palmito. [...] A gente morava beirando um mato assim derrubado, né? Tinha um mato na frente.” O Sr. Pereira (ANEXO VII) fala sobre a venda da madeira:

Ele deixou uma reservinha de 4 alqueires de mato, naquela área não mexeu com essas árvores. Mas ele vendeu o resto, a furma comprava da serraria. Comprava tudo, o resto vendia, ia derrubando e vendendo as árvores, marfim, peroba, gurucaia. (PEREIRA, ANEXO VII)

Olha, na época, ele (o pai), só vendia o cedro e o marfim, os mais grosso, né? O resto era tudo cortado ali, pra fazer as casas. Não lembro muito (da derrubada), muito, muito assim porque era pequeno, né? Mas lembro sim, eu sei que eu trabalhei até os treze anos, eu trabalhei com meu pai. Ajudei arrastar traçador porque tinha que cortar tabuinha. Que na época as casas era tudo coberta de tabuinha, né? [...] Não vendia muito, não. Rendia pouquinho dinheiro (as madeiras), que naquela época não tinha quase valor. (FISCHER, ANEXO VI)

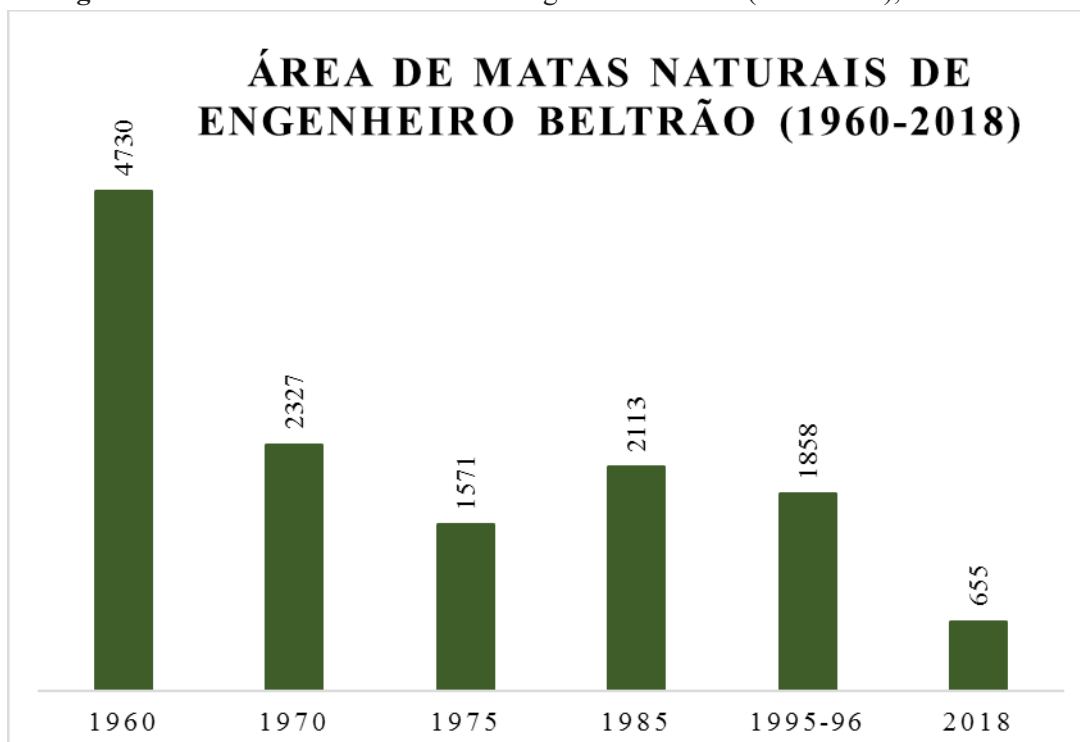
Como pode ser percebido na fala do Sr. Fischer (ANEXO VI), a madeira não compunha um produto muito importante na dinâmica comercial do município, fato que já foi explicado por Sonda (1996), que aponta o desmatamento seletivo da Floresta Estacional Semidecidual, bem como o pouco valor inculido nos espécimes da mesma.

O processo de colonização e seu histórico de desmatamento viria a dizimar a formação vegetal do município. “Em pouco tempo as primitivas regiões de matas estarão completamente destruídas no Estado do Paraná.”, é assim que Reinhard Maack (1968) descreveu o processo que acompanhou ao longo dos anos de colonização acelerada pela qual o Estado passou. Kohlhepp explica, em seu livro escrito em 1975 (Traduzido por Soethe et al. 2014) que em suas viagens pelo Paraná, mais especificamente, no Norte do Paraná entre os anos de 1963 e 1970, pode perceber

o processo de desmatamento irreversível que avançara ao longo daqueles anos. [...] que deixou para trás restos de florestas carbonizadas. [...] a cafeicultura exigiu desmatamento total nas atuais áreas de cultivo, instaladas em meio aos tocos das árvores. (KOHLHEPP, 1975 tradução SOETHE, 2014, p.40)

A agricultura extensiva e as “roças de toco” viriam a ser o resultado do processo assolador que ‘limpou’ o território paranaense, e conseqüentemente o município de Engenheiro Beltrão, o processo de colonização e posteriormente a modernização da agricultura paranaense fariam com que as áreas de matas naturais do município chegassem na atualidade com apenas 4% da sua área original (Figura 13).

**Figura 13:** Áreas de matas naturais de Engenheiro Beltrão (1960-2018), em hectares



Fonte: Censo agropecuário de 1960,1970,1975,1985,1995-96/Fundação SOS Mata Atlântica (2018)

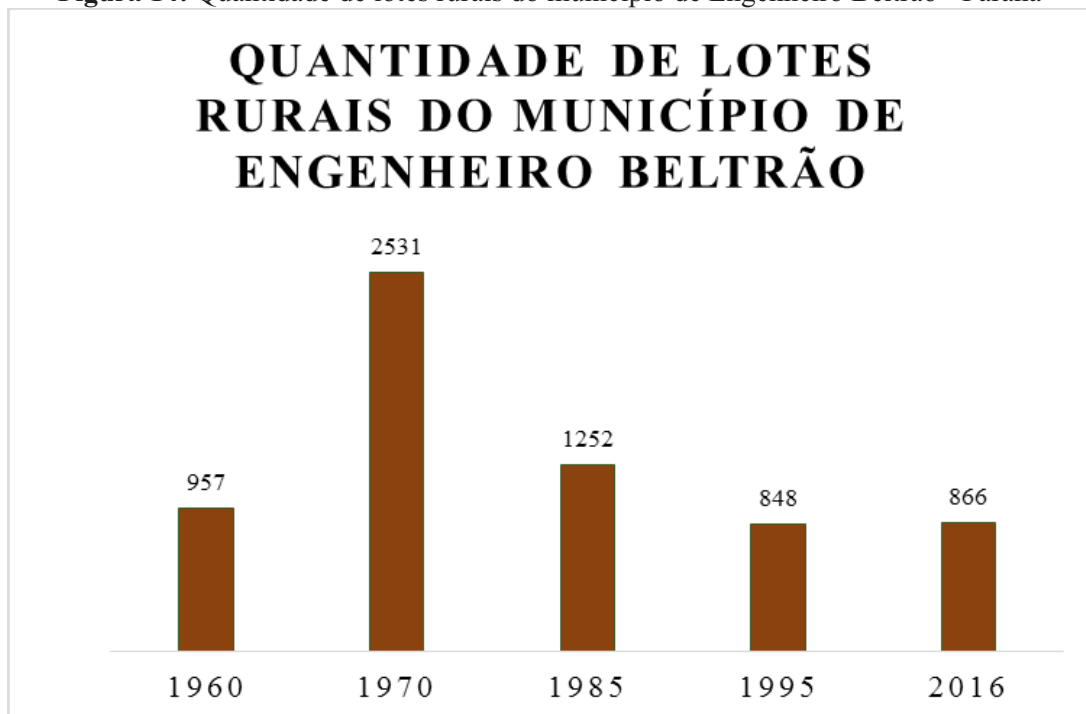
O Censo Agropecuário de 1960 entrega a quantidade em hectares contabilizados em 1959, ou seja, da cobertura original que o município deveria conter no início de sua ocupação, somente 28% restaria. Durante essa década, a localidade continuaria a receber mais pessoas, saltando de 14.177 pessoas em 1960 para 25.239 pessoas em 1970. Esse aporte de pessoal explica a diminuição da área entre as duas décadas. No entanto, não somente isso explica a contínua diminuição na área até 1975.

De acordo com Dias (2015) na década de 1970 o Paraná receberia um movimento de modernização agrícola, com novas técnicas agrícolas, que visavam a melhoria da produtividade, incutindo equipamentos e insumos agrícolas. Com a entrada dessas novas tecnologias foi possível fazer a ‘limpeza’ do terreno com mais facilidade como explicam os entrevistados nos trechos acima. Tal fato poderia explicar a diminuição da área preservada, bem como o início de uma maior concentração fundiária que ocorria (Figura 14). Vê se então um aumento entre os anos de 1960 e 1970 que pode ser explicado pela mão de obra absorvida no trato cultural do café e da hortelã, os principais produtos no município na época. No final da década de 1960 e início de 1970 começa a vigorar um plano de erradicação do café.

A evidência de uma supercapacidade produtiva, aliada à produção de cafés invendáveis em razão da baixa qualidade, levou o governo brasileiro a ampliar consideravelmente entre 1965 e 1967, a política de erradicação de cafeeiros a fim de diminuir a produção nacional e, conseqüentemente, adequar, a longo prazo, a oferta à demanda efetiva [...] resultou na eliminação de [...] 35,9 por cento na de Maringá. (PARDIS, 1981, p. 123)

Com esse plano e os problemas climáticos enfrentados no município, percebe-se a diminuição na produção cafeeira.

**Figura 14:** Quantidade de lotes rurais do município de Engenheiro Beltrão - Paraná



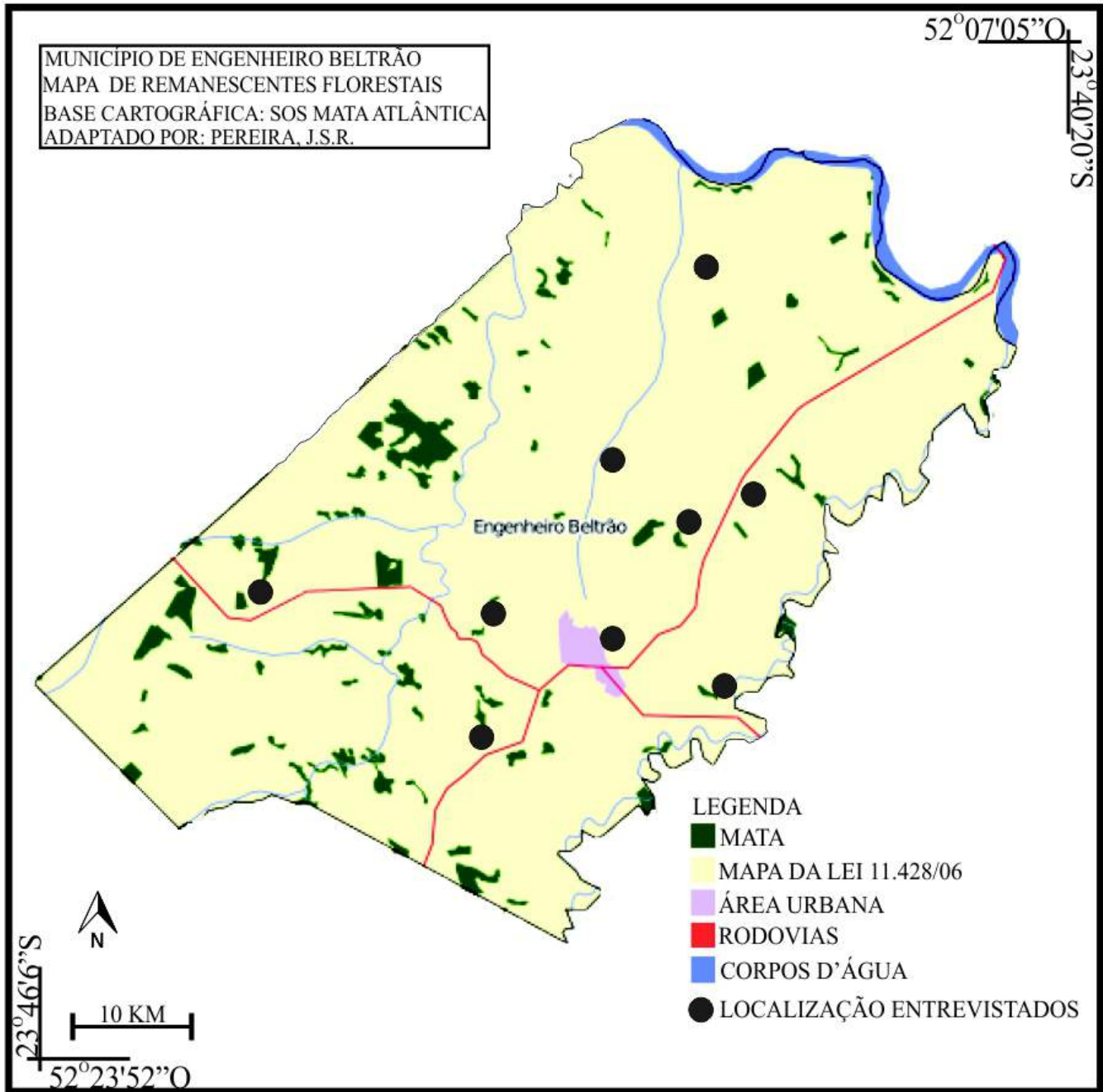
Fonte: Censo agropecuário de 1960,1970,1985,1995-96; 2016/Elaborado pela autora

A cobertura vegetal do município foi eliminada, restando apenas pequenos fragmentos isolados (Figura 15). Essas fragmentações das áreas verdes produzem mudanças nos ecossistemas e, para Campos (2006), deve-se destacar as mudanças, redução das espécies, vulnerabilidade à invasão de espécies exóticas e nativas invasoras, diminuição da umidade, mudanças microclimáticas, alterações do macroclima regional, no processo de ciclagem dos nutrientes, no ciclo hidrológico e na velocidade dos ventos.

Maack (2012, p. 82-124) viria a escrever em seu trabalho que “viajantes do final da década de 1930 não reconheceriam mais os locais antes palmilhados”. Tal argumentação decorre da destruição ocasionada pela colonização. O município de Engenheiro Beltrão, em quase sua totalidade, é composto de solos com boa aptidão (Figura 9) e, portanto, tem intenso uso agrícola. Em Nota Técnica o IPARDES (2010, p.5-6) atesta essas regiões

como “mais críticas no que se refere à ausência de cobertura vegetal nativa”. Na bacia em que o município é alocado restavam, em 2008, somente 7,3% da cobertura original, que era de 3.664.054,51 ha. A cobertura vegetal do município em 1985 era de 2.113 ha, já para 2017, a fundação SOS mata atlântica apontava a existência de somente 665 ha de matas, uma diminuição de cerca de 31,5%, o que sugere a continuação de desmatamentos até recentemente.

**Figura 15:** Mapa de remanescentes florestais do Município de Engenheiro Beltrão



Base: SOS Mata Atlântica (2016)/Adaptado pela autora

Notícias como “Ranking nacional de desmatamento traz duas cidades do sul do Paraná” (G1 PR, 2015), “Paraná é o terceiro estado com o maior índice de desmatamento da Mata Atlântica” (G1 PR, 2017) e “Desmatadores enterram árvores para ocultar crime no Paraná” (CARAZZAI, 2017) demonstram que a problemática do desmatamento no Estado está longe de acabar. Em todos os artigos o Estado aparece como “campeão de desmatamento”, mesmo após as inúmeras linhas de restrição impostas pelo Governo, tanto Estadual quanto Federal. As áreas desmatadas, de acordo com Alexandre Gaio em entrevista cedida para Estelita Carazzai em 2017, foram ocupadas com lavouras de soja e milho. Mario Mantovani expõe sua preocupação sobre a reversão na queda do desmatamento que vinha sendo registrada, “O setor produtivo voltou a avançar sobre as nossas florestas, não só na Mata Atlântica, mas em todos os biomas, após as alterações realizadas no Código Florestal e o

subsequente desmonte da legislação ambiental brasileira”.

No entanto, aparentemente, o município de Engenheiro Beltrão não segue essa tendência, uma vez que, de acordo com o programa “Aqui tem mata?”, uma parceria entre a SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas, “não foi identificado desmatamento acima de 3 ha no município entre 2000 e 2016”, apontando a existência de 2.088 hectares de Mata Atlântica atualmente no município (AQUI TEM MATA? 2016). Apesar de não considerar a existência de desmatamento para o município, tem se pequena diferença quando comparados com dados da Fundação em 2013, pois, houve uma diminuição de 35 ha entre os anos (SOS MATA ATLÂNTICA – INPE, 2013). Tal fato se deve, possivelmente ao fato do programa desconsiderar desmatamentos menores que 3 alqueires.

Possivelmente, esse baixo percentual de desmatamento se deu por meio da criação dos programas do governo do Estado visando diminuir os problemas ambientais, como por exemplo o Programa Mata Ciliar que vigora desde 2003. O decreto Estadual 387, criado em 03 de março de 1999 pode ser considerado o início oficial da tentativa de controlar os problemas ambientais que nasceram do processo de colonização nas áreas florestadas do Estado. Nesse decreto, são criados o SISLEG, o SERFLOR e o PRODEFOR, e cada um deles virá objetivando diminuir esse passivo ambiental.

O SISLEG tem pro principal objetivo “levar o Estado do Paraná a ter um índice de no mínimo 20% da cobertura florestal através da conjugação dos esforços do Poder Público e da Iniciativa Privada (art. 2o do Decreto 387/99), através dele são estabelecidas a criação dos “Corredores de Biodiversidade” e a implementação de ações de recuperação florestal. O Paraná já tinha criado em 1991, o ICMS Ecológico (Lei Complementar 59/91) objetivando criar áreas proteção ambiental, como é o caso das RPPNs. A isenção de imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), a preferência na análise de pedidos de concessão de créditos e a sobreposição com as áreas de reserva legal podem indicar a melhoria na relação dos agricultores com as áreas florestadas em sua posse.

Em 2009, o município contava com 214,6 hectares de reserva elegíveis para o recebimento do ICMS ecológico, distribuídas, de acordo com Dias et al. (2009, p. 7) em quatro áreas, as Reservas Florestais de Figueira (100 ha), Secção Figueira (5 ha), Saltinho (5 ha) e RPPN Fazenda São João (104,60 ha). A partir de então não houveram adendos ao programa no município.

Engenheiro Beltrão encontra-se recoberto com cerca de 4% da sua cobertura original, fato que, mediante as leis de proteção florestal que já vigoravam em 1934, não deveria ter acontecido. O Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793/34) que vigorava na época da colonização do município, promulgava em seu Art.23 que não poderia ser derrubado mais do que 75% da vegetação de cada lote, desta forma, perfazendo a obrigatoriedade de manter 25% da propriedade recoberta com a vegetação natural. O proprietário ainda deveria avisar as autoridades competentes, com 30 dias de antecedência, qual parte do lote seria conservada. Todavia, além de poder escolher qual parte deixaria recoberta, o proprietário poderia, de acordo com art. 51. Retirar toda a vegetação, devendo obrigatoriamente efetuar o replantio, entretanto, novamente, não há designação de qual o tipo de florestamento deveria ser efetuado, desta forma, ficavam livres para cumprir essa parte da lei com espécies de interesse (pomares, eucalipto, pinus, etc.). Todavia, não houve obediência à lei na colonização de Engenheiro Beltrão, como bem cita o Sr. Vieira (ANEXO VIII)

Principalmente quando a gente derrubou, a gente derrubou tudo, até na beirada da mina, tudo, só ficou o leito da mina, e não era, não tinha buraco, era... era igual essa mesa aqui lá. Só tinha o leito da água, corria quase que por cima, não tinha erosão. (VIEIRA, ANEXO VIII)

Outros entrevistados falam sobre o plantio até a beira d’água de mandiocas, arroz ou mesmo a formação de pastos, chiqueiros para criação de porcos. O município se encontrava recoberto com 4730 ha de matas em 1960, cerca 6,8% da cobertura original, desta forma, pode-se perceber o descaso da colonizadora e do Governo do Paraná com o cumprimento da legislação vigente, uma vez que nenhum dos entrevistados falou sobre uma possível cobrança da parte dos mesmos para a preservação, não havendo nem fiscalização quanto a isso. Para Blum e Oliveira (2009, p.34):

A ocupação antrópica desencadeou um processo de devastação das florestas clímax que ocupavam aproximadamente 85% de todo o seu território e que hoje cobrem apenas cerca de 3,4% deste. Atividades como extração de madeiras, seguida da implantação de lavouras e pastagens, além da expansão urbana, estão entre as responsáveis pela descaracterização

da fitofisionomia paranaense.

Baseado nesse comportamento, hoje, o município de Engenheiro Beltrão é composto por uma série de pequenos relictos da flora que o recobria em sua magnitude. E, possivelmente excetuando-se as áreas das reservas sobre proteção e uso do IAP na região do distrito Figueira, não há como evidenciar que tais fragmentos estejam em boas condições ambientais, nem evoluindo os seus estágios sucessionais. Desta forma, percebe-se a necessidade de pesquisas voltadas para melhorar o conhecimento sobre o estado das áreas de proteção do município, visando assim, melhorar e ampliar a qualidade dos fragmentos de modo que possam ser efetivamente relictos com a qualidade necessária para a efetiva recuperação de tais áreas.

#### 4.1.3. ACESSO A ÁGUA

De acordo com Gregory (2002) a água era um recurso natural considerado valioso para as colonizadoras, tanto que todos os lotes tinham acesso a ela, seja mediante minas ou fazendo fundo com rios, todo lote vendido deveria conter acesso à água. Fato corroborado pelos entrevistados, apesar de todos descreverem a presença de água nos seus lotes, dois repetiram o problema existente em se conseguir água através de poços. Os entrevistados ligam a dificuldade de acesso a água por esse meio ao tipo de formação rochosa encontrado no município, a pedra-ferro (Basalto/Diabásio).

Por parte dessas companhias de colonização, orientações quanto às questões ambientais como preservação de matas ciliares e de nascentes, efeitos das queimadas, é praticamente inexistente na bibliografia consultada. Por outro lado, havia orientação para a construção de moradias nas partes mais baixas dos lotes, ou seja, próxima dos rios, o que exigiu a ocupação das áreas ribeirinhas incluindo aí possíveis áreas de preservação. (GOMES, 2015, p. 94)

No trecho acima, pode-se perceber o desinteresse das colonizadoras com a temática da proteção ambiental, no entanto, evidencia a importância da água na propaganda das mesmas. A STCEB, usou a mesma ideia no seu processo de venda, delimitando lotes com que se iniciavam nas estradas construídas em espigões e terminavam, preferencialmente, em rios e riachos, todavia, na ausência destes, nascentes também foram usadas como área de delimitação para os lotes, como informa o Sr. Fischer (ANEXO VI)

A água do sítio era de mina, nós tinha um poço encostado de casa assim, mas era três metros de fundura só. Ele vivia cheio de água, nunca faltou água. Mas tinha umas três minas também, numa casa que nós morava nós pegava direto da mina, que a mina era daqui lá no portão longe da casa (5 metros aproximadamente). Ainda hoje tem lá. Aí lá perto da casa, onde nós tinha o poço, tinha uma mina, um pouquinho mais pra baixo. E na divisa do sítio tinha outra mina, onde tinha uma outra família morando, um empreiteiro que meu pai tinha na época. (FISCHER, ANEXO VI)

Desta forma pode-se perceber que as “bases regulares para o serviço de colonização no Estado do Paraná”, do decreto 218, de junho de 1907 são cumpridas, uma vez que os lotes devem ser organizados para fácil acesso para escoamento da produção, fertilidade natural e boas condições hidrográficas para produção das culturas. O governo exige então que “projetando-se convenientemente os respectivos lotes condição, sempre que possível, de serem servidos por águas” (PARANÁ, 1935, p. 89)

O Sr. Vieira (ANEXO VIII) fala sobre a quantidade exorbitante de tentativas abrir poço nas terras do seu pai “12 poços, nenhum deu água, só chorava. Pedra –ferro, né, meu irmão? Pedra fero, olho de sapo, olho de sapo, aquela que tem os olhinhos que brilha” (Basalto amigdalóide). O Sr. Rossi (ANEXO IX) também fala sobre o mesmo problema, mas explica como conseguiram abrir o poço nas terras que seu pai adquiriu:

A gente abriu o poço, dava água sem parar, não secava nunca. Tinha lugares que secava. Aqui em Beltrão era a maior dificuldade pra achar um poço com água, porque era pedra-ferro. Tinha que dar muita sorte para ter água, dava muito trabalho para furar o poço e tirar a água. (...) Com bomba, com as dinamites, estourava. Se estourasse um metro da pedra, aí tirava a pedra, puxava as pedras tudo pra fora, e continuava quebrando, até chegar na veia da mina. (ROSSI, ANEXO IX)

O Sr. Pereira (ANEXO VII) conta sobre a quantidade da água e a dificuldade de acesso a ela:



Tinha uma mina d'água muito boa. Foi uma das melhores minas de água que nós tivemos. Naquele tempo não tinha água encanada, a gente pegava água lá no corço, porque não tinha encanamentô, não tinha nada. Depois que veio o rodão que levava água em casa. Mas no começo era tudo lá em baixo. (PEREIRA, ANEXO VII)

Dias (ANEXO X) fala sobre a água “lá de casa era poço, o poço deu muito fundo, deu 3 metros, 3,5 metros, feito manual, com os posseiros, empreitava com eles, eles fazia.” Os posseiros, muitas vezes eram moradores da região, que tendo aprendido a lidar com os problemas oferecidos pelo processo de perfuração acabavam oferecendo seus serviços aos outros. Como informa o Sr. Parolin (ANEXO V) e Hackbarth (ANEXO II):

No final foi o meu irmão Braulio mesmo que me ajudou, furamos um poço bem na frente da casa. Aí nós furamos um poço. Acho que tinha uns 9 metros, era raso. Fui eu e o Braulio mesmo que abrimos. Nós fazia, vixi! Nós fizemos muitos! Pra você ver, com um dia nós fez ele. O de nove metro, aí deu na pedra, né? E nós não tínhamos com o que furar a pedra. O Braulio foi em Maringá, arrumou um ponteiro, uma picareta, pra quebrar a pedra que tava dura, na picareta não saía mais. Daí ele ficou doente. Aí ele adoeceu, foi indo, foi indo. Aí um dia eu mandei fazer um... uma broca grande, uma ponta de eixo de caminhão, e levei lá em Maringá. O cara me deu uma ponta de eixo de caminhão, eu levei lá em Maringá, pro cara bater. Fazer uma ponta, né? [...] e um dia eu entrei lá, e ele ficou lá em cima, pra puxar (as pedras), né? Aí dei umas dez/doze marretadas naquela pedra, né? Saiu uns dois três tambor, saiu água. Aí tinha água lá. E deu uma água boa, as vezes costuma dá água salobra, sabe? Assim né? Mas não, deu água boa mesma. Aí quando mecanizemo, tampemos tudo os poços, né? (PAROLIN, ANEXO V)

Tinha bastante água, mas logo que a gente mudou, deu uma seca que secou tudo, secou o Corguinho que a gente tinha lá. E hoje o povo fala que tem que ter muito mato, pra ter água, mas não é não. Tinha muito mato e mesmo assim o Corguinho secou. [...] Usava água de mina, tinha água direto, a mina lá nunca secou. (HACKBARTH, ANEXO II)

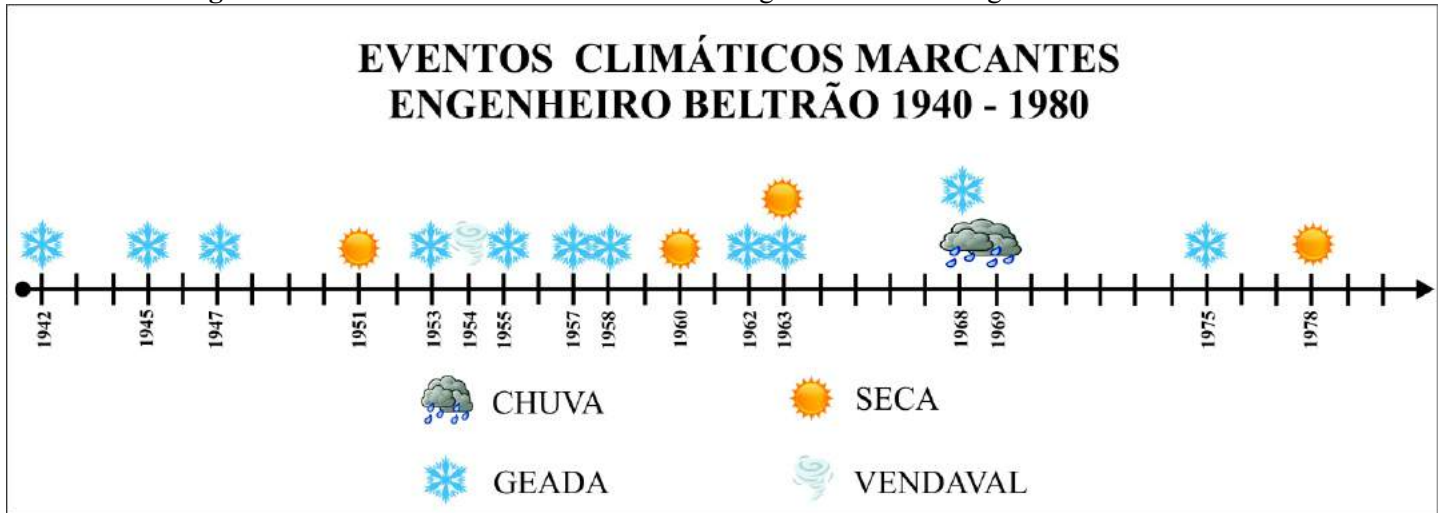
#### 4.1.4. O CLIMA

Ao avaliar-se a história de Engenheiro Beltrão percebe-se que, de certa forma, tem economia quase que exclusivamente agrícola. E, a agricultura, para Lima (2002) deve ser considerada “uma atividade altamente dependente de fatores climáticos, tais como temperatura, pluviosidade, umidade do solo e radiação solar. Os principais efeitos das alterações desses fatores [...] incidiram na produtividade e no manejo das culturas”. Sendo assim, é necessário conhecer os eventos climáticos mais marcantes em determinado lugar, visto que, através da criação de bancos de dados melhor estruturados é possível facilitar a preparação da sociedade para tais acontecimentos. O Sr. Fischer (ANEXO VI), indica perdas relacionadas a eventos climáticos, faz-se interessante notar que o mesmo acredita que houve mudança em relação às precipitações:

Nós perdemo roça de amendoim, roça de milho, por causa de chuva. O pai dela (da esposa), perdeu roça de soja, que tava tudo cortado, e chuva, chuva, chuva. Naquele época quando dava chubarada era duma semana inteira. Era mais dias. Minava agua pra tudo que é lado. Hoje não tem mais isso, não sei porque não chove mais assim. Aquilo começava assim, e fechava o tempo... E olha que era cada trovão e raio. As arvore, o raio estourava e batia e arreventava tudo. Naquele época matava muito mais gente o raio. (FISCHER, ANEXO VI)

No trecho de entrevista destacado acima é possível perceber a influência do clima na economia dos agricultores. Para Yokoo (2007) é muito importante o estudo da climatologia nas pesquisas sobre o ambiente geográfico, pois o clima influencia na organização dos espaços, do local ao global. Para Massoquim (2010) a cultura cafeeira se desenvolveu no município devido as condições climáticas propícias do mesmo. No entanto, as entrevistas retornaram outra realidade, pois apesar de ser capaz de produzir café, os entrevistados, quase que de um modo geral, apontam para o abandono da cafeicultura já nos primeiros anos, devido as intempéries climáticas que assolara o município nas décadas de 1950-1960 (Figura 16). Os entrevistados falaram sobre as intempéries climáticas, as geadas mais marcantes, a seca e um vendaval.

Figura 16: Eventos Climáticos marcantes em Engenheiro Beltrão segundo os entrevistados



Padis (1981, p. 120) fala sobre a violência da geada de 1953 e 1954, que aniquilaram parte do café no Paraná, essa geada, foi o motivo para o abandono do plantio do café pelo pai do Sr. Dias (ANEXO X). Padis (op cit.) informa sobre a geada de 1955, que diminuiu a quantidade de sacas de café disponíveis para venda. Ainda quanto às geadas diversos entrevistados indicaram as perdas, algumas anteriores a década de 1950:

Em 1942, 45 e 47 deu umas geada muito grande, a de 47 foi a única que atingiu nosso café, até lá nós não tínhamos plantado café ainda. Sapecou bem o café, não chegou a matar tudo, mas sapecou bem. Foi bem forte aquela vez. (PÉREIRA, ANEXO VII)

Deu geada muito braba, geada que matava os café, que a gente tinha que fazer outra plantação. Não lembro do ano, mas deu geada que acabou com o café. Teve que plantar novamente, umas duas ou três vez. Plantava de novo. [...] Agora chove muito pouco, mas antes era muita chuva, chuva e vento. O vento derrubava muito café, muito café, o café tava madurando aí caía tudo. (BERNARDO, ANEXO IV)

Olha, geada era quase todo ano aquela época. Mas teve ano que tinha seca também. As época, só não lembro o ano, como é que era. Agora vou ter que dizer, em (19)55 – (19)56 que deu uma muito forte, matou tudo, tudo, tudo. (FISCHER, ANEXO VI)

Quando chovia as vezes faltava comida aqui, porque os caminhão atolava tudo. Naquela época. Chovia, o rio enchia, e ficava, quatro, cinco dias sem caminhão passar para cá. Aí não passava, aí a turma comia muito palmito, naquela época era difícil, o rio enchia, chovia muito, não tinha asfalto, daqui pra Maringá ficava aquelas filas tudo de caminhão encarrilhado. Sempre teve chuva grande por essas bandas, mas ventania só aquela de 1954, o tornado. Tinha muita geada, aquela geada que te falei [1953], meu pai comprou um sitiozinho de café, no mesmo dia que ele comprou, deu uma geada, matou tudo, todo o café da chacinha. E aquele tempo geava muito, a turma plantava café, quando tava tudo assim [sinalizando com a mão aproximadamente 40 cm de altura] vinha a geada e matava tudo. (DIAS, ANEXO X)

E.. e daí já em 53,54,55 aí já veio a grande geada, 31 de julho de 1955, a geada que matou todo o café do Paraná, Estado de São Paulo e o Sul de Minas, depois quando foi em 57, em 57 deu outra geada que não foi muito grande, foi parcial. Mas Engenheiro Beltrão, com relação a chuva de granizo foi muito pouco. Foi o mais que prejudicava mesmo era geada, quando vinha, e algum vendaival que... mas do contrário, a natureza até que colaborava. (VIEIRA, ANEXO VIII)

E em (19)55 deu uma geada, 50, a! Por aí. Queimou tudo os café, a sabará (Sabaráalcool) mesmo, usou aquele negócio de fazer fume, fazer fumaça, mas não resolveu nada não. Queimou a mesma coisa. Em 50 e pouco, né? (HACKBARTH, ANEXO II)

As geadas mais famosas do Estado, de 1963 e 1975 fazem parte das memórias dos mesmos. Para Ribeiro (1984) a seca do ano de 1963, associada com a geada foram o real motivo para o desastre do ano, o autor aponta sequência de estiagem-geada-estiagem como o motivo para o fogo que tomou conta do Estado, destruindo quase 21 mil quilômetros quadrados de mata. O hábito da limpeza através do fogo, que é descrito no processo do

desmatamento anteriormente, também é utilizado para a limpeza de áreas de geadas. O município não foi atingido pela queima desordenadas, no entanto, sofreu com as perdas do café e outras culturas. O Sr. Rossi informa que as geadas de 1963 e 1975 foram as piores para o café:

Foi em 1962, 1963, foi uma geada braba. Aí acabou de matar mesmo, aí acabou o café. Aquela foi a pior de todas, a de 75. Essa e a de 63. Aquela foi a pior de todas, a de 75. Essa e a de 63. [...] Teve aquele vendaval que carregou Engenheiro Beltrão, né? [...] quando estava fazendo a estrada, foram bastante, quase seis meses sem chover. Na época o Paulo Pimentel era governador, eu lembro disso. (ROSSI, ANEXO IX)

Massoquim (2010) aponta os fenômenos climáticos, com ênfase nas geadas, que associadas com a política de erradicação do café, influenciaram o fim da cultura cafeeira na região. Nos dados do Censo Agropecuario de 1960 e 1970, para o município de Engenheiro Beltrão, tem-se a diminuição de 10.998 ha para 1930 ha respectivamente. Fato que pode ser explicado pelas geadas que atingiram o município nos anos de 1962/1963 e 1968/1969 (Figura 16). Estando no início da década de 1970 com um plantio de 7785 ha de soja e 5897 ha de milho.

A situação após as geadas da década de 1960 alarma o governo do Estado, que cria uma linha de financiamento para os cafés atingidos pela geada. No Jornal Tribuna do Interior (1969, 21 ago. p.3; 02 nov. p. 1) é anunciado o financiamento através do Banco do Brasil, para cafeeiros prejudicados pela geada que ainda se encontrem em bom estado de produção, bem como para o plantio de culturas intercalares ou erradicação total dos pés de café. Nesse sentido, os Srs. Fischer, Hackbarth e Pereira (ANEXOS VI, II e VII) informam:

Ah! Teve uma seca muito braba em 60, pegou muito fogo, mas nós não tivemos problema de pegar fogo em mato, aquele tempo tinha muito problema de pegar fogo em mato, queimava. Foi uma seca muito grande que deu, num chovia daí. [...] em 75 deu uma geada grande também. Em 1975 geou bastantê. [...] Chovia muito, dava muita chuva, na época da chuva era bastante chuva, dava tempestade mesmo. Derrubava tudo, derrubava peroba, derrubava mato. Caia pau no meio do mato. (PEREIRA, ANEXO VII)

Acho que foi em 1975 que deu neve, umas vez deu neve, aqueles carocinhos de arroz. Eu não sei se foi em 75, foi por aí, deu neve. Fez um frio, que Deus me livre. Lá pelas cinco horas da tarde começou a cair neve, que nem arroz, assim, mais frio, frio, frio, nunca vi tanto frio na minha vida. (HACKBARTH, ANEXO II)

Depois, em (19)70 ou mais, dia 10 de setembro, que geou, queimou tudo. Queimou os feijão. Isso foi em (19)75, por aí, é... geada negra. A Fazenda Chapadão, que tinha café ali, cinco horas da tarde, seis hora da tarde, o café já tava tudo preto já, queimado da geada. Aquilo foi uma geada forte. Nossa Sr.a! Ele continuaram, plantaram tudo de novo. (FISCHER, ANEXO VI)

A geada de 1975, de acordo IBC(1978), pois fim em 915 milhões de pés de café, o município, todavia, não sentiria grande impacto, uma vez que o café já teria deixado de figurar como produto principal já na década de 60. Para Silva (2009), alguns eventos, embora não encerrem perda de vidas humanas podem, eventualmente, perturbar a sociedade através de problemas socioeconômicos. Para Lacativa (1985) “a ocorrência de geadas pode ser um fator limitante para a agricultura.” No caso paranaense, a geada de 1975 veio ocasionar problemas na produção de café e consequentemente na estrutura trabalhista e econômica do Estado.

No município de Engenheiro Beltrão, outro evento climático causou destruição, um vendaval no ano de 1954 (Figura 16). Ayoade (1986) encaixa os ventos de alta velocidade na mesma categoria que geadas, secas e granizos, os chamados “azares climáticos”. O mesmo autor fala sobre os problemas dos ventos, os quais podem atingir a agricultura causando perdas na mesma. Os Srs. Dias (ANEXO X), Hackbarth (ANEXO II) e Bernardo (ANEXO IV), informam sobre este evento:

Aqui teve em 1954 um tornado, um tornado que derrubou todo o mato, aqui, onde nós estamos aqui (a região do Campo de Futebol), era mato, deitou tudo, não ficou uma parte de pé. Essa região tudo. Casa descobriu, rancou casa, o sítio num pegou, não, passou uns 300 metros da gente. E foi pra Quinta do Sol. Era tudo mato daqui pra Quinta do Sol, “cê” olhava assim, “cê” via tudo, onde passou o tornado. (DIAS, ANEXO X)

Teve uma vez que deu um temporal em Engenheiro Beltrão que aquelas árvores de Peroba, assim, rancou. Rancou a copa inteirinha. Pegou uma criança lá e sortou lá pra lá da serraria

do finado Jordão. Aqui em Sussui não passou, mas lá em Engenheiro Beltrão rancou as copa daquelas árvores, peroba. Imagina, aquele vento tornado, aquele que roda assim, faz aquele redemoinho, né? E daí pegou uma criança e caiu lá embaixo, perto da serraria. Mas isso é história que o povo conta pra gente. Mas deve ser verdade. Ficou só os toco. Não fica nada em pé? Pega uma faixa de uns 50 metros, onde passa leva tudo. E que nem chuva de pedra, onde passa leva tudo, deita tudo. (HACKBARTH, ANEXO II)

Eu morava na fazenda quando deu aquele vendaval. Eu lembro o primeiro filho, era o Luiz, ele tava novinho quando deu aquele vendaval, derrubou a casa todinha. As teja, tudo fora, eu corri pra casa do meu pai, que ele morava na frente, quando foi no outro dia, tive que cobrir a casa. Daí derrubou tudo naquele tempo. Nossa Sr.a! Derrubou tanta árvore, tanto pau! Porque tinha muita árvore. As estrada que nós passava entupiu tudo de árvore. Depois nós tivemos que tirar no trator tudo, pra pode arrumar a estrada. Foi feio, foi demais mesmo. A fazenda aqui, a serraria do Santiago, quebrou tudo, derrubou tudo. Depois formaro novamente. Derrubou tudo. (BERNARDO, ANEXO IV)

Na descrição do vendaval nenhum dos entrevistados apontou para percas na agricultura, sendo a maior parte voltada para problemas de ordem estrutural, como destelhamento de casas, da serraria alocada no município, de propriedade do Sr. Aldevino Santiago e na queda de árvores que bloqueavam as estradas.

#### 4.1.5 A FAUNA

De acordo com os entrevistados a região tinha fauna rica e variada, dentre as espécies eles citam os catetos, porco do mato, onças, paca, tatu. As cobras eram jararaca, cascavel, coral verdadeira, coral falsa, urutu cruzeiro. O Sr. Rossi (ANEXO IX) fala também sobre a quantidade de aranhas e marimbondos que eram encontradas nos pés de café. O Sr. Vieira (ANEXO VI), sobre as cobras que se escondiam nas covas dos cafés e no meio das madeiras que eram enleiradas no sítio. O Sr. Pereira (ANEXO VII) comenta sobre uma caçada à onça que estava se alimentando de bezerros e porcos. O Sr. Bernardo (ANEXO IV) sobre uma caçada em que ele foi atacado por uma jaguatirica.

Em seu livro “O homem e o mundo natural” o historiador inglês Keith Thomas discorre sobre a relação homem-natureza na Inglaterra entre os anos de 1500 e 1800. Sobre o homem e os animais ele comenta:

Ao traçar uma sólida linha divisória entre o homem e os animais, o principal propósito dos pensadores do início do período moderno era justificar a caça, a domesticação, o hábito de comer carne, a vivissecção e o extermínio sistemático de animais nocivos ou predadores. [...] Havia essencialmente três categorias para os animais, aos pares: comestíveis e não comestíveis; ferozes e mansos; úteis e inúteis. (THOMAS, 2010, p.55;73).

Pode – se perceber, nas falas dos entrevistados que, mesmo esse referencial datando de séculos atrás, a relação ser humano – animal não evoluiu tão significativamente. No entanto, é possível entender essa relação quando, o governo só foi se atentar para a proteção da fauna em meados da década de 1960. A conservação da biodiversidade brasileira entra em pauta com a criação da Lei de Proteção a Fauna (Lei no 5.197 de 03 de janeiro de 1967) que em seu artigo 1º define que “constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, são propriedade do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, caça ou apanha.” De acordo com Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2016) um ano depois, em 1968, é lançada a primeira lista de espécies ameaçadas em extinção, com três posteriores avaliações sendo a última a de 2014. Na última versão de todas as espécies catalogadas no Brasil 72% das espécies foram categorizadas como Menos Preocupante e 9,7% em algum nível de extinção ou extintas.

O ICMBio (2016) aponta que, avaliando o território nacional, as atividades agropecuárias figuram como a principal causa da extinção das espécies. Tal fato possivelmente pode ser utilizado para explicar a diminuição das espécies na região de Engenheiro Beltrão. O ‘desaparecimento’ de algumas espécies é informado na fala dos entrevistados como, por exemplo, Sr. Bernardo (ANEXO IV) “Passarinho tinha bastante. Acabou tudo. Hoje em dia cê vê um sabiá já é muito.”; Hackbarth (ANEXO II) “Eu pescava lá no Água Grande, dava muito bagre, aquele tempo, hoje não tem mais, né? [...]Aí na volta, o bicho veio cheirar. Um cambutinho, um veadinho, meu pai matou ele com a espingarda. Hoje em dia não tem mais.”;

Já na época da mecanização, tem-se a fala de Sr. Parolin (ANEXO V), que demonstra que passados alguns anos do início da colonização já não se via parte dos animais descritos pelos outros entrevistados, bem como a adaptação da espécie para a realidade imposta à ela.

Única coisa que aparecia era cachorro do mato, aí aparecia, mas tinha os cachorro de casa, né? Aí tocava eles. Aí quando nós tava, eu gostava de trabalhar muito no trator a noite, né? Aí a noite as vezes eles aparecia, uns cachorrão grande, aparecia lá, aí a gente via, no farol, no virar o trator, aí de vez em quando você via eles. E não corria, não, ficava lá, no meio da roça, que tinha muita rato, essas coisas. Então com o trator, se mexe, aí cortava com as, eles catava e comia. Era engraçado, um troço engraçado, eles ficava ano meio da roça, se ficasse a noite inteira, eles ficava a noite inteira. (PAROLIN, ANEXO VI)

Martins (2010, p.20) explica a relação dos colonizadores da região Sul, atentando para a adaptação na alimentação voltada para apropriação da fauna local, onde “a caça e a pesca eram praticadas como forma de subsistência, extraindo da floresta sem nenhuma restrição ou proibição o que os colonos precisavam. Essas práticas perduraram com uma culinária tipicamente rural até a década de 1970”. A prática de caça e pesca é relatada nas entrevistas dos Srs. Hackbarth (ANEXO II), Bernardo (ANEXO IV), Fischer (ANEXO VI), Dias (ANEXO X) e Pereira (ANEXO VII):

Eu pescava lá no Água Grande, dava muito bagre, aquele tempo, hoje não tem mais, né? [...]Via muita paca, paca era demais. Carne de paca é muito gostosa, já comeu? Vixi! Carne de paca é melhor do que leitosa, não tem nem comparação, nem comparação. [...]Tinha muito bicho por aqui. Eu me lembro uma vez, meu pai tinha até levado a espingarda, com um tio meu lá, Valdemar Lipsch, ali do café ali. A gente foi na casa deles lá. Aí, na volta, naquele tempo não tinha farolete, aí tinha um fogareirozinho, quadradinho, que colocava óleo lá dentro, e acendia com o fosforo e lumiava. Aí na volta, o bicho veio cheirar. Um cambutinho, um veadinho, meu pai matou ele com a espingarda. Hoje em dia não tem mais. (HACKBARTH, ANEXO II)

Ah! Tinha bastante peixe! Eu pescava muito. Tinha corimba, muito cascudo, tinha peixe, tudo que é peixe tinha. Ainda tem lá. Ainda tem, ainda tem a represa lá ainda. [...]Nossa! Tinha tanto bicho! Eu era caçador, menina, eu era caçador! Tinha paca, tinha cotia, tinha cateto, tinha... Tinha todo bicho de mato tinha lá, na fazenda. Uma vez eu tava caçando, meia noite, tava eu, meu pai e meu irmão, o Antonio. [...]. Aí era meia noite, e eu tava trepado na árvore lá, no puleiro lá em cima, daqui um pouco eu vi a bicha tentando tarracar (agarrar) as minhas pernas lá em cima. Quando eu vejo, tinha uma jaguatirica agarrada nas minhas pernas. Aquelas gatona grandona assim (abre as mãos, mais ou menos uns 80 centímetros), que nem uma onça. Aí eu peguei a espingarda e atirei nela, ela caiu de cima embaixo, [...] Aí eu cheguei lá embaixo ela tava morrendo. Tinha muito bicho do mato, menina. Aí eu matei ela, matei. E com oito dia eu matei a outra, ela ia subindo pra me pegar, eu matei. A outra foi atrás também. Eu matava muita caça. Agora, Deus o livre! Nunca mais eu caçei. Tinha onça, tinha onça, tinha bastante. Mas nunca pegou ninguém, por aqui, não. Boi, essas coisas, elas pegava e matava, mas gente elas nunca pego não. Tinha muito bicho naquelas fazenda. Mas também, menina, era uma mata... Daqui pra Quinta do Sol tudo era, tudo mato. [...]Só as onça, as onça arranharam minha perna todinha, assim. Arranhou minhas pernas todinhas (mostrando as cicatrizes). Mas to vivo ainda! (risadas) (BERNARDO, ANEXO IV)

Naquela época tinha peixe, como tinha! Nós pnhava cove pra pegar, só que naquela época tinha piau, bagre e... tinha um outro, não consigo mais lembrar o nome. Depois que foi aparecer o carazinho, a tilápia. Ah! Traíra! Traíra dava bastante. [...] A gente comia, bicho do mato, que nem paca, anta, veado, capivara. O pai matava, limpava e jacú, os pássaros assim também. Matava, limpava e comia. O pato do mato também. (FISCHER, ANEXO VI)

Naquela época era muita caça. O campo era ali onde é a pracinha, aí nós tava sentado, via os bicho passando, dentro da cidade mesmo. Tinha muita caça. Eu caçava, depois que proibiram eu parei, né? Tinha veado, tinha anta, porco do mato, cateto, cotia, paca. [...]Tinha muita cobra, muita cobra, mas nunca tivemos problema na minha família, tivemos problema com onça, tinha um mangueirão na beira do rio, com porco, as onças ia comer os porco, comia carneiro, tinha muita onça. Do lado de lá, que era Santa Cruz, os caçador soltava os cachorros, a onça matava tudo, teve uma que matou 18 cachorros. Eu nunca matei uma onça, mas um empregado nosso matou uma, ele foi esperar a paca, achou a onça. Aí a onça abriu a boca pra ele e ele deu um tiro, dentro da boca com uma espingardinha. (DIAS, ANEXO X)

Mas meu pai caçava sim, porco-do-mato, cateto e eles ia muito na roça de milho da gente, comer milho também. Então meu pai era caçador, sim. A é! Tinha uma onça que tava pegando os bezerro do meu sogro. A onça tava matando bastante bezerro, e essa morte lá deu teve 13 caçador, foi um enxame de gente. Que antigamente todo mundo tinha arma de fogo pra se defender, das coisas, dos bichos. Foi matado uma onça grande, na casa do meu sogro tinha uma fotografia da onça que eles mataram lá. Eu era moleque pequena eu

acompanhei eles lá, no dia da matada da onça. A onça pegava muito porco, vinha no chiqueiro pegar porco. E a fome atacava. Essa onça foi muito grande, pegava bezerro, pegava tudo. Comeu um monte de bezerro do meu sogro. O rapaz era caçador mesmo, o rapaz que matou a onça. [...]A coisa era tao dificultosa aquele tempo que eles mataram aquela onça lá na beirada do rio da Várzea, eles tiraram essa onça por dentro d'água, num bote, e eles levaram ela em Peabiru para tirar foto dela. Foi muito bonita a caçada dessa onça, que ela tinha matado muito porco e todo mundo queria dar fim nela, pra ela parar de matar porco. (PEREIRA, ANEXO VII)

Como pode-se perceber, a caça fazia parte do cotidiano, seja com intuito alimentar, caça de veados, pacas, capivaras, dentre outros; ou para a proteção dos animais domésticos (vacas e porcos) e da lavoura. As espécies mais lembradas são os porco-do-mato, veados, antas e capivaras. Para Rocha-Mendes et al. (2005), os felinos sofreram com a entrada do humano pois além da caça tanto dos espécimes quanto dos seus recursos alimentares, o humano também dizimou seu habitat natural. Conforti e Azevedo (2003) explica o ataque aos animais domésticos, fato pouco usual para os carnívoros silvestres, uma vez que estes furtam-se do contato com o humano, como uma reação à diminuição das presas naturais e da fragmentação do habitat.

Entretanto, enquanto a relação com os mamíferos se encerra na alimentação e proteção de animais domésticos e lavouras, com as aves a relação muda de contexto. É perceptível na fala de alguns entrevistados a admiração das espécies que figuram suas lembranças, como pode ser averiguado nas falas dos Srs. Dias (ANEXO X), Hackbarth (ANEXO II), Bernardo (ANEXO IV) e Fischer (ANEXO VI):

Tinha jacutinga, jacu, tinha é... Tinha muita ave! Anú, tinha maritaca, pavão, tucano jacutinga, jaú, nambu, uru. Tinha bastante, era um barulheiro só aqui na cidade! Maritaca, aquele griteiro! tucano. (DIAS, ANEXO X)

Aqui tinha tucano e guaxo, guaxo tinha bastante, ficava nos coqueiros assim, você olhava era puro ninho pendurado. Era bonito, né? Nossa, faz um ninho pendurado assim. Parece um coador de café e daí eles entram lá dentro assim. E bonito de ver. (HACKBARTH, ANEXO II)

Passarinho tinha bastante, menina. Tinha muito tucano, tinha muito galha, tinha muita, jacu. Tinha muito bicho do mato, caça! Passarinho tinha bastante. Acabou tudo. Hoje em dia cê vê um sabiá já é muito. Ah! Tem um que canta, vive aí pra baixo, canta ainda, nos pé de arvore. Ainda aparece umas maritacas perdidas de vez em quando, aparece... aparece. Sempre aparece, mas é muito pouco, né? (BERNARDO, ANEXO IV)

Passarinho tinha Anú, tinha o Guaxo, tinha Periquito, Papagaio! Ah! Era lindo de ver aquele bando de papagaio. Jacú! Jacutinga. Nossa! Como tinha na época. Os guaxo fazia aqueles ninhos nos coqueiros que era a coisa mais linda, comprido assim. Aqueles ninhos! Trançava com as folhas de coqueiro, era a coisa mais bonita. Como que um bichinho desse tem inteligência pra fazer uma coisa dessa. (FISCHER, ANEXO VI)

Animais peçonhentos também configuravam os problemas enfrentados pelos entrevistados. Cobras, marimbondos e aranhas faziam parte das espécies que causavam medo e eram responsáveis por parte das enfermidades que acometiam a família e conhecidos.

Aqui tinha muita cobra, lá no fundo do Sussuí tinha muito, muita cobra cascavel. Urutu, eu não cheguei conhecer Urutu não, diz que é picar e morrer. Aquela é a mais perigosa que tem. Aqui em Sussuí não teve muita gente picada, não. [...]E tinha aqueles marimbondo mata veado. Tinha muito marimbondo tatu, não lembro o nome, é que fazia casa que nem tatu. Era grandão, hoje em dia não tem mais. (HACKBARTH, ANEXO II)

Cobra tinha bastante lá na fazenda. Tinha bastante jaracuçu, tinha bastante cascavel, tinha caninana, tinha bastante cobra. Mas não morreu ninguém não. Já pegou muita gente, mas nunca morreu não, se tratava. No café dava cobra bastante, dava muita cascavel e jaracuçu. Mas cobra nunca tentou me pegar. As cobras graça a Deus, nunca, nem perto elas chega. Graças a Deus. (BERNARDO, ANEXO IV)

Lá não tinha muita cobra, mais lá dava mais cascavel e urutu, e aquelas outras, jararaca, muita jararaca, uma pintadinha assim, cobrinha coral que eles fala. [...] Na nossa casa não teve problema (com picada de cobra), mas nos vizinho foi. Teve picada de cobra. Tinha que

trazer aqui (em Engenheiro Beltrão), que só tinha o Linhares aqui. E outra, que tinha um remédio que a gente deixava em casa, “Específico Pessoa”, acho que era o nome, chamava, eu me lembro, era um vidrinho, tomava e punha em cima da picada. O líquido você pingava, num pouquinho de água que tomava, não sei quantas gotas. Tinha que tomar e pingar em cima. Ficava que nem leite, a água. Eu quando fui picado de aranha foi posto fumo em cima, o fumo que o povo usa, só que na época era de corda. Pegava assim, cortava ele, picava, punha um pouquinho de água, batiã, aí amarrava em cima. Tirava a dor, né? Nós tava trilhando o soja, que na época num era ainda na colhedeira. O soja era cortado no facão, amontuava... Aí vinha a trilhadeira e na hora de pegar a caranguejona assim, tava ali no meio. O meu irmão ela picou chegou a desmaia! (FISCHER, ANEXO VI)

Meu pai era até benzedor de cobra. Mas teve um problema ou dois, que eu me lembre, de cobra, mas a pessoa não chegou a se ofender, não. Tomou remédio, tomou injeção e sarou. Não chegou matar ninguém. Não tinha muita cobra. De vez em quando achava alguma, mas não era assim seguido que achava cobra não. Mais era jararacá que tinha na beira dos paus podre, seco. Elas se enrolavam muito ali, né? Mas nunca deu estrago grande. Nunca morreu ninguém de picada de cobra. (PEREIRA, ANEXO VII)

tudo nós doente, de picada de mosquito, borrachudo, que aquele tempo tinha muito borrachudo, demais, nós ficamos tudo carijozinho, tanta picada, muito mosquito por causa do mato. (PAROLIN, ANEXO V)

O uso do fumo como tratamento caseiro aparece em outros trabalhos como é o caso de Oliveira et al. (2013), Pires et al. (2013). Pode-se perceber também que mesmo acreditando em benzedores e tratamentos fitoterápicos (fumo), os entrevistados falam sobre o encaminhamento da pessoa ao médico e o uso do soro.

#### 5.1.6. AS CULTURAS AGRÍCOLAS

Como visto no capítulo 3, a área sobre qual está alocado o município de Engenheiro Beltrão foi parte do projeto de reocupação do “sertão” paranaense, como pode ser encontrado em Cunha (2005), Carvalho (2004), Yokoo (2002), Tomazi (1997), Pardis (1981), Cancian (1977), entre outros autores.

De acordo com Padis (1981, p. 106) a economia agrícola da região se desenvolveu facilmente, pois:

As dimensões das propriedades condicionaram, evidentemente, o tipo de economia que surgiu na região. De dimensões limitadas, as áreas a serem cultivadas exigiam um volume capital relativamente modesto e, em muitos casos, a força de trabalho da família era suficiente para atender as necessidades de cultivo.

Essa agricultura familiar é percebida nas entrevistas, salvo as fazendas que os colaboradores apontam, Chapadão, Regina e Valderez, percebe-se que o tamanho médio dos estabelecimentos rurais se localiza principalmente na faixa de 1 a 20 ha. Fato que é corroborado pelo Censo Agropecuário de 1960, onde dos 757 estabelecimentos, 521 figuram nessa faixa, ou seja, cerca de 69% das terras do município se encontravam na mão de pequenos proprietários. A situação fica mais evidente quando se percebe que dos 236 estabelecimentos restantes, 202 figuram na faixa de 20-100 ha.

Trintin (2001) corrobora esse aspecto de venda em pequenos lotes, configurando um “grande projeto imobiliário”, uma vez que o país passava por dificuldades financeiras e não dispunha de capital para ocupar suas terras. O autor aponta que o plano diretor de colonização paranaenses era baseado no projeto instalado no Município de Birigui, São Paulo, com núcleos econômicos distantes entre si por cerca de 100 km e a cada 10-15 km, patrimônios que funcionariam como centros comerciais para atender os estabelecimentos rurais do entorno.

Verri (1998) aponta outras características da colonização:

- a) Organização em pequenas e médias propriedades voltadas para a produção familiar;
- b) Facilitação das formas de pagamento das terras (parcelado com a produção);
- c) Rede de núcleos econômicos (como os descritos acima por Trintin) e
- d) Fertilidade do solo.

A dinâmica socioeconômica descrita pelos autores acima se encaixa com os dados fornecidos pelos

entrevistados, uma vez que eles apresentam um discurso voltado para a agricultura familiar, seja como proprietários de terra ou como colonos/meeiros. Priori et al (2012, p. 106) descreve o regime de colonato:

Caracterizava-se por ser um regime de trabalho que combinava a força de trabalho de toda família, ou seja, o trabalho do homem, da mulher e dos filhos maiores de 14 anos. Cada chefe de família assumia a responsabilidade de tratar de uma quantidade de pés de cafeeiros, conforme o tamanho da sua família, na proporção de 2.000 a 3.000 pés por pessoa adulta (considera-se adultos maiores de 14 anos)

Os Srs. Bernardo (ANEXO IV) e Vieira (ANEXO VIII) corroboram essa definição de colonato:

Tinha muita gente trabalhando, uns 20 colonos, umas 20 famílias, tinha bastante. Eu tocava quatro mil pé de café. Quatro mil pé de café, eu tocava mais minha véia. [...] Conforme o tanto da família tocava o tanto do café, uns tocava 5 (mil), outros 6 (mil), outros 4, outros 3. Conforme a família, né? Eu tocava quatro mil pés. O colono ficava com uma partezinha, né? Não ficava com 15 % mais ou menos, o resto era do patrão. Era pouco, era pouco. (BERNARDO, ANEXO IV).

e geralmente os cafeicultores trabalhava com colono, trabalhava com colono, não era empreiteiro e nem meiero. [...] O colono é diferente, e ele também passava necessidade, porque não colhia, tinha que esperar 100 dias pra colher, o feijão era dele, o milho era dele, só que ele tinha que cuidar do café. Então ele se chama colono. [...] Mora, morava dentro da propriedade, nós tínhamos 9 colonos, nós tinha nove casas dentro do sítio. Daí o...então tinha, tinha cinco colonos, com cinco famílias, tinha cinco casas, com cinco famílias. Que era colonos, cada colono, em média, tocava dois mil [pés de café]. Por exemplo, o Pedro Aleixo, lá na Natalina só tocava 2500 pé de café. E o Epitácio que era família maior, cearense, era ele a esposa e dois filhos, rapaizinhos né? Ai o Epitácio tocava 3500 pé de café, aí plantava, enchia de feijão... A época de colono foi 1955, de 55 a 59. [...], aí quando erradicou o café meu pai mandou todo mundo embora. [...] Então aí os colonos tocavam, colhia, tudo que colhia, digo tudo menos o café, o café era do proprietário. O milho e o feijão, o arroz que plantava era tudo do colono. [...] O colono é diferente, e ele também passava necessidade, porque não colhia, tinha que esperar 100 dias pra colher, o feijão era dele, o milho era dele, só que ele tinha que cuidar do café. Então ele se chama colono. Já o meiero, o meiero é de ameia, tudo que ele fizer na terra, metade é do dono da terra e metade é dele. E o empreiteiro, pra pegar de empreita, é porcentagem, como tem hoje, né? A empreita, pega o soja, 30, saco, 40 saco por alqueires, se chama empreiteiro, ele trabalha por porcentagem, por porcentagem. (VIEIRA, ANEXO VIII).

Em Petsch e Monteiro (2012) também é descrito o mesmo padrão de colonato, com a família inteira auxiliando no processo de plantio. De acordo com as autoras, esse regime de serviço fez com que as famílias tivessem em média 7 filhos. Todavia, pode se perceber que a responsabilidade sobre afazeres já era designada para as crianças bem jovens, como descrito pelos Srs. Hackbarth (ANEXO II) e Bezerra (ANEXO III).

Eu trabalhei na roça desde criança. Descascar milho, cortar cana, alimentar as vacas, né? Rancar batata e assim por diante, desde criança a gente trabalhou e se não trabalhasse, apanhava. Tinha que dar conta do recado [...] Era serviço dos moleque encher aquilo lá, pica o inhame, e joga água dentro e tacar fogo. (HACKBARTH, ANEXO II).

Aí falei, vai debuiá o milho pro seu pai dar pros animal. Quando ele viesse almoço, amarrava o animal e dava comida. E aí eles foram, um com cinco anos e o outro com seis. (BEZERRA, ANEXO III).

Para Trintin (2001 p. 82) as demais atividades, do setor industrial e do terciário, gravitavam em torno do desenvolvimento da agricultura. A pauta de produtos gradativamente passou a ser diversificada e os principais produtos agrícolas, além do café, passaram a ser milho, arroz, feijão e algodão, porém com o predomínio da cafeicultura até meados de 1960, quando esta entrou em decadência. Na fala dos entrevistados pode se perceber que os empreendimentos estavam ligados à agricultura. Sr. Vieira (ANEXO VIII) informa sobre madeiras, máquinas de beneficiamento de arroz, de café e de trigo. Outros entrevistados também abordam sobre a presença de madeiras.

Os entrevistados informam sobre as culturas que fizeram parte da sua rotina agrícola, com algumas pequenas divergências. Mas, de um modo geral, eles apontam para quatro etapas de produção, o café, a hortelã, o algodão, binômio soja – trigo/milho e cana-de-açúcar. A madeira também era vendida no discurso do Sr. Rossi



(ANEXO IX) e do Sr. Vieira (ANEXO VIII), já o Sr. Pereira (ANEXO VII) alega que na época em que seu pai chegou ao município a madeira não tinha venda, porque era muito difícil de escoar.

O consumo de carne de porco era, de acordo com Pierrucini et al. (2012), comum em toda a região Sul, a qual acabou por se transformar em empreendimento comercial com fornecimento de banha, carne e derivados. O Sr. Pereira (ANEXO VII) também descreve um outro tipo de cultura que sua família manteve, a criação de porcos para venda, a plantação do milho, no início da vida de sua família no município era para alimentar os porcos que eram vendidos em Apucarana. Ele ainda alega que a criação de porcos era somente voltada para a venda em frigoríficos, pois os vizinhos também tinham porcos para a subsistência. Zatta (2016) descreve esse método de criação de porcos, que recebe o nome de safra, na qual, porcos são engordados e depois transportados a pé pelas picadas, sendo que eram comercializados em regiões aquém da região de criação. Além do Sr. Pereira (ANEXO VII) o Srs. Hackbarth (ANEXO II) e Fischer (ANEXO VI), também informam sobre a questão da criação e comercialização de porcos.

Meu pai sempre mexeu com terra só, não tinha outra profissão, só com terra. Tinha criame de porco, comprava porco, vendia porco. [...] vendia pra Apucarana. Naquele tempo o comércio era tudo em Apucarana naquela época. Ia tudo tocado daqui, pra Apucarana. Ia acompanhando os porcos soltos, ia com cargueiro de comida atrás e ia tocando a porcada. Fazia, cortava aqueles ramos pros porco dormir, que tava cansado, aí ficava deitado tudo dormindo. [...] Ah! Meu pai lidava com uma base duns 200 porcos vendendo por ano assim. Engordava o porco solto na roça. Eu cuidei de muito porco quando eu era solteiro. Fiquei muito tempo sozinho cuidando de porco. Fechava de noite, de tarde, e soltava de manhã cedo pra comer a roça. Cortava muita abóbora, ponha sal e dar pros porcos comer. [...] Depois que começou Maringá, ficou mais fácil né? Vendia pro frigorífico em Maringá. Eu fui associado no frigorífico de Maringá por muito tempo. (PEREIRA, ANEXO VII)

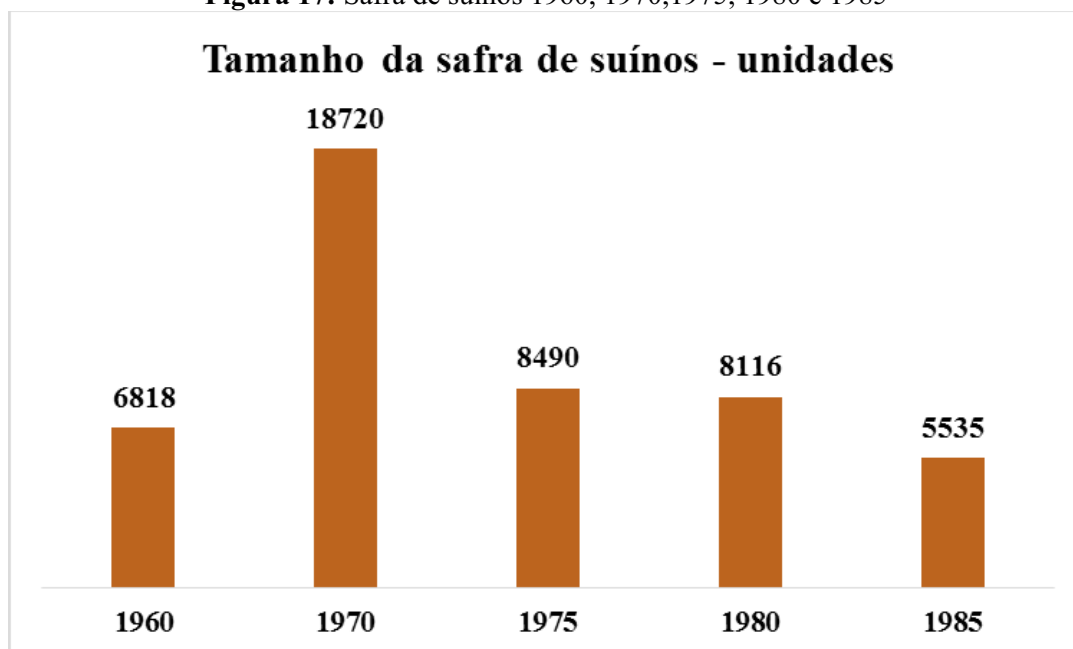
Vendia os porco, naquele tempo porco tinha muita saída. Porco era lucro, né? [...] Mas ainda vendia os porco, levava tudo para Maringá. Meu pai chegou a vender um caminhão de porco. Era porco tudo grande daqueles porcão. Era aquele, naquele tempo criava muito aquele porco Dulock, porco marrom, tinha muita carne, ele não era de banha. Só que antigamente criava porco com batata, milho e inhame. Fazia cozido, né? Por isso que o porco dava muito lucro, né? Não precisava comprar ração, né? Ninguém comprava raça, né? As beira dos corgo [riacho/rio] era tudo cheio de inhame, cortava tudo, aqueles tambor de 200 litros, né? Era serviço dos moleque encher aquilo lá, pica o inhame, e joga água dentro e tacar fogo. (HACKBARTH, ANEXO II)

Mandioca nós sempre plantava três, quatro mil pé de mandioca, pra dar pras vacas e pros porco. Cozinhava bastante pro trato dos animal. Inhame, mamão, quirera de milho, mandioca era cozinhado pros porco, pra tratar os porco. Vendia o porco, vendia eles inteiro, pesava eles inteiro e o caminhão levava eles inteiro. Vinha pegar no sítio, vinha de Maringá, o frigorífico de Maringá. Nos tinha pouco, que nós num era que nem os outros assim. Oito porcos, dez porcos, cinco porcos, as vezes três só. Aí dependê, ali sempre tinha um senhor, que morava ali em cima, que tem a dona Ana, que morava ali, que a Neusa pegou as coisas dela. O marido dela anda o Sussuí inteiro, e via quantos você tinha pra vender, aí sabia quantos tinha o outro pra vender. Aí ele marcando. Aí quando dava uma lotação pro caminhão, que tinha por exemplo 50 porcos, daí ele ia em Maringá, ou mandava uma carta avisando. Naquela época não tinha telefone. Aí mandava lá e o cara vinha. Aí ele chegava de madrugada ele vinha, porque antes de meio dia tinha que zarpar pra frente. Por causa do calor, né? As vezes pegava chuva lá, Nossa Senhora! Aí tinha que pegar trator pra puxar o caminhão e tudo. Não era fácil. (FISCHER, ANEXO VI)

O pai do Sr. Vieira (ANEXO VIII) também trabalhava com a criação de suínos, e em seu discurso percebe-se que, aparentemente, faziam parte do incremento de renda de muitas famílias do município. Pode se perceber através das falas de Fischer (ANEXO VI) e Hackbarth (ANEXO II) que a venda dos suínos era uma forma das famílias mais pobres de melhorarem a renda, tanto que, no censo agropecuário de 1970 existiam 18.720 cabeças (Figura 17). Em cinco anos, entretanto, tem-se 120% menos cabeças disponíveis.

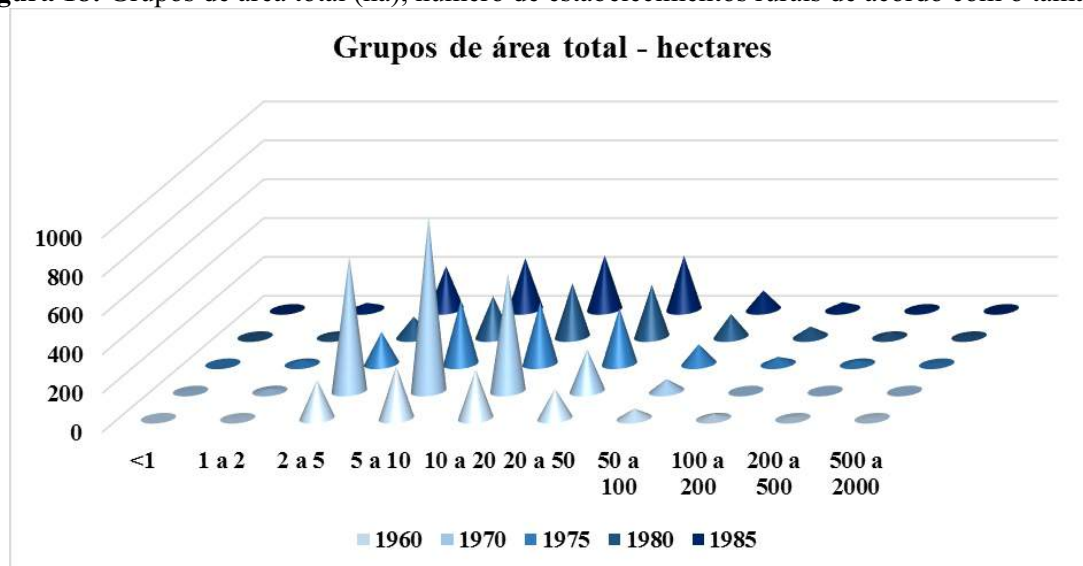
Apesar de nenhum dos entrevistados falarem sobre a diminuição e/ou finalização na safra de suínos, como esta criação era principalmente incremento para colonos, meeiros e sitiantes, tem-se, na transição entre 1970-1975 (CENSO AGROPECUÁRIO 1970,1975) uma diminuição na quantidade de estabelecimentos rurais (Figura 18), 2.531 e 1.289 respectivamente. Engenheiro Beltrão, o qual está, possivelmente, ligado ao processo de erradicação de café e entrada da agricultura moderna que tomam força na região no final da década de 1960.

**Figura 17:** Safra de suínos 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985



Fonte: Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985

**Figura 18:** Grupos de área total (ha), número de estabelecimentos rurais de acordo com o tamanho



Fonte: Censo Agropecuário de 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985.

Prado Jr. (1979) e Furtado (2005) consideram agricultura de subsistência somente as produções ligadas ao autoconsumo do produtor, com ligação pífia com o mercado. Entretanto, para outros autores como Wolf (1970), Silva (1980), Garcia (1983) e Heredia (2013), apontam que esse modo de produção não atende unicamente o autoconsumo, mas cria relações mercantil simples. Para Heredia (2013, p. 8):

...dentro do roçado predominam a mandioca, o milho e o feijão, culturas que nós costumamos caracterizar como de 'subsistência', pois se trata de produtos que são consumidos pelos próprios produtores. Estes produtos provenientes do roçado, ou porque são consumidos diretamente ou pelo dinheiro obtido com a sua venda, são os responsáveis pela subsistência familiar, isto é, pela provisão dos bens necessários à reprodução física e social das famílias desses pequenos produtores.

Esse padrão de vida pode ser percebido na entrevista do Sr. Pereira (ANEXO VII) e do Sr. Vieira (ANEXO VIII):

Nós plantávamos o milho e plantava feijão dentro do milho, e era só pra despesa, naquele tempo não tinha comprador de milho, não tinha nada. Era mais pra criar porco pra gente vender, que os porco gosta de milho, porco pro açougue, as vezes vendia picado, pra algum vizinho, mas não tinha comércio que nem hoje, não tinha, naquela época não. Todo mundo

tinha, né? Era pouca gente que vinha de fora, a maioria era sitiante, todo mundo tinha suas criação. Ninguém comprava um do outro, todo mundo produzia no próprio sitio mesmo. Feijão só, arroz, feijão e milho, era o que nós produzia mais no sitio e o café, né? (PEREIRA, ANEXO VII)

Então a subsistência alimentar, o que que nós fazíamos, tinha mutio ovo, muito frango, e o alemão que eu falei lá que tinha o moinho de pedra mó, ele fazia quirelinha pra nós pra nós comer com carne. Tinha fartura de carne de porco. Porco nós matava pra 50-60 dia, tinha as latas, de 20 litro, você fritava a carne bem frito e colocava dentro da gordura, cobria com a gordura, aguentava 70,90,100 dias sem estragar. Porque geladeira não tinha, carne fresca era só de um dia pro outro, se tivesse. Mas não tinha dinheiro pra comprar um quilo de carne de boi. Não tinha, mas tinha frango, tinha ovos, abóbora, morango, mugango, quiabo. Fartura de horta no meio do café, e... e... e rico em palmito, a gente comia palmito quase todo dia. Nós com os empregado. Meu pai tinha empregado, ele trouxe, então foi muito difícil, as vezes n'isso demorava seis, sete meses, pra fazer a safra, pra colher o milho pra fazer dinheiro, pra pagar para os empregado. Então no armazém, que a gente comprava num armazém lá em Ivailândia, a gente comprava estritamente o necessário, principalmente o sal. Porque o resto a gente fazia tudo em casa, né? Tinha frango, tinha fartura de carne de porco, gordura, carne defumada, fazia linguiça, defumava, aguentava pra muitos dias. E.. Igual falei ai, os legumes e assim por diante, os tubérculos, mandioca, fartura de mandioca, nós tinha mandioca, que o café da manhã cedo e o café da tarde a gente comia, é, mandioca, porque não tinha dinheiro pra comprar o trigo pra fazer pão. (VIEIRA, ANEXO VIII).

Lima (2009) divide o termo subsistência em três categorias, produtos que não são convertidos em dinheiro, ou seja são consumidos dentro lugar de origem; produtos para atendimento local e; atividades que ao final permitam saciar necessidades de consumo. Sandroni (1999) define a agricultura de subsistência como uma produção que se destina ao consumo familiar e venda local, para o autor, a produção é direcionada para a sobrevivência sem grandes quantidades excedentes. Garcia (1983) então cria uma diferenciação entre as culturas, lavouras comerciais e lavouras de subsistência, sendo que estas últimas entram no mercado para conversão monetária, objetivando possibilitar ao agricultor comprar produtos que o próprio não é capaz de elaborar. Pode-se perceber que o padrão de subsistência que os três autores apresentam ocorria no município:

Dessa vez quando foi no fim do ano o café quase não deu, num sobrou nada, dessa vez. E aí as meninas era tudo mocinha nova, tava mocinha. E todas queria roupa bonita, aí mas não sobrou dinheiro. Aí como tinha café, olha bem. Elas socaram o café no pilão. As mão ficou puro calo de sangue. Aí o pai delas pois nas costas e veio vender aqui. E ninguém comprou nem um quilo! Nenhum quilo, ninguém comprou! Aí ele voltou pra trás, desacolchoado, e as meninas tudo triste. Aí passou. Aí foi que colheram o milho, vendeu aquele pouquinho de milho. Aí eu fui lá no Abrão e comprei uma roupinha pra cada uma. (BEZERRA, ANEXO III)

Como se pode notar, os entrevistados apresentavam foco em uma cultura com intuito de venda, seja hortelã, café, algodão ou os commodities. Todavia, entre as décadas de 1950-1970 os terrenos eram seccionados visando ter produção variada que sustentaria a subsistência da família.

Era muito diversificado assim sabe? Porque nós plantava na beira do mato, batatinha, aí vinha muito bicho tinha que ficar passando veneno porque vinha muito bicho do mato. Na beira do rio, na vargem, plantava arroz ali. Só que não era pedaço grande assim, era tipo assim, o tamanho de uma data, duas no máximo. Feijão plantava meio alqueire. Então era tudo diversificado. [...]O sitio tinha 9 alqueires, sitio pequeno. Lá tinha mais ou menos uns 3 alqueires de pasto, né? Na verdade tinha uns dois alqueires, mas hoje, por causa dessa mecanização, que a gente vendeu as terras lá, aí foi plantado cana. [...] A cana foi arrendada nos anos 1990. (FISCHER, ANEXO VI).

Dessa forma, pode-se perceber que o modo de produção do município entre as décadas de 1940-1970 eram uma combinação de lavouras comerciais e lavouras de subsistência, uma vez que ambas figuravam nos estabelecimentos rurais. Pois não só seccionava-se pequenas parcelas do lote para criação de animais e outras lavouras, como também se tinha a produção intercalar, que será explicada mais à frente, na seção sobre café.

#### 4.1.6.1 O café

O café funcionou como um atrativo para a colonização do município, sua importância foi tão significativa nos primórdios da ocupação e se manteve tão marcado na memória da população do município que o Brasão

Municipal e o Hino Municipal (Figura 19) apresenta, em seu desenho, dois ramos de café. O imaginário, de acordo com Pesavento (2003, p.43), é “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo”, desta forma, o hino municipal representa a memória construída pelos munícipes de Engenheiro Beltrão.

**Figura 19:** Brasão e Hino do Município de Engenheiro Beltrão - Paraná. Destaque do autor para o trecho do hino que fala sobre o café.

Qual a estrela que a história ocultasse  
 Entra as sombras do velho sertão  
 Eis agora a esplender sua face  
 Minha terra Engenheiro Beltrão  
 Há em seu nome crescente homenagem  
 Ao herói que este chão desbravou  
 E no seio da agreste paisagem  
 Uma nova cidade plantou.

Força viva propulsora  
 Nosso amor palpita em ti  
 Nessas glebas promissoras  
 Que embelezam o Ivaí.  
 Num porvir que já não tarda  
 Tua marcha alcançará,  
 As fileiras da vanguarda  
 Que honram o Nosso Paraná.



**Teu progresso é vibrante mensagem  
 De trabalho, de amor e de fé.  
 Que mudou a floresta selvagem  
 Em perene caudal de café.**  
 Pelas dignas mãos dessa gente  
 Que o teu alto destino conduz  
 Qual rosário deslizam sementes  
 Que germinam seares de luz

Força viva propulsora  
 Nosso amor palpita em ti  
 Nessas glebas promissoras  
 Que embelezam o Ivaí.  
 Num porvir que já não tarda  
 Tua marcha alcançará,  
 As fileiras da vanguarda  
 Que honram o Nosso Paraná.

O hino de certa forma evidencia o discurso do governo e das colonizadoras sobre o “sertão”, com “glebas promissoras”, terra de se plantar “café”. De acordo com Priori et al. (2012), o sertão se firmou através de “uma campanha de forte apelo nos meios de comunicação, produção cultural e educação no Brasil”. De acordo com Santos e Molina (2008, p.1), o discurso difundido pela CTNP “Terra fértil, ouro verde” foi o que moldou a mente dos colonizadores que arriscaram a vida no Paraná, pois trazia propagandas com “imagens e símbolos que nos remetem sempre à terra fértil, à ocupação pacífica, ao progresso, às riquezas do café, enfim, um paraíso terrestre.” Rompatto (2012) alega que se construiu uma ideia na qual o Paraná era um “vazio demográfico”, que deveria ser ocupado. Para Tomazi (1997), se cria então uma cultura milagreira, o café, que torna o Estado em um “Eldorado”.

O pai do senhor Rossi (CD/Arquivo 8) veio para a região para trabalhar como administrador na fazenda São Manoel, sua obrigação era abrir a mata, preparar o terreno e plantar café. E mesmo após ter saído da fazenda e adquirido terra própria, repetiu o mesmo método. O pai do senhor Pereira também abriu as terras para plantar café e vendia seu estoque em Guarapuava, pois na época da chegada de sua família aqui não havia caminho até Maringá.

O senhor Vieira (CD/Arquivo 9), que já era adolescente na época em que chegou no município de Engenheiro Beltrão, exemplifica melhor a influência do café na economia regional:

A gente já veio acompanhando, já vinha acompanhando de cima do caminhão, né? Passamos por Cornélio Procópio, né? Cambará, Cornélio Procópio, Jataizinho, ali. Londrina, né? Já tinha Cambé que era pequenininho. Então já tinha muita plantação de café. Café tudo formado na época, né? Porque o plantio do café veio de lá pra cá, os paulista que invadiram ali, o norte do Paraná. (VIEIRA, ANEXO VIII)

Todos os entrevistados abordaram os tipos de ligações trabalhistas que a cultura do café utilizava, o Sr. Vieira (ANEXO VIII) as descreve em três categorias, o colono, o ‘meiero’ e o ‘empreiteiro’. O colono vivia nas terras e tocava o café, podendo plantar outras culturas nos corredores dos cafezais, recebia para fazer o trabalho no café e ficava com toda a produção das outras culturas que tivesse cultivado nesse meio tempo. O ‘meiero’ só se difere do colono pelo fato de que ele divide igualmente toda a produção da área de terra pela qual é responsável. E o empreiteiro, também conhecido como ‘percenteiro’ trabalhava por porcentagem do lucro da empreita. Os Srs.

Bernardo (ANEXO IV) e Parolin (ANEXO V), informam sobre o regime de colonato.

Aí depois plantemos café. Aí dentro do café a gente plantava o feijão e o milho, dentro do café. Aí o café foi formando, aí a gente ficou só com o café. [...]Pra plantar o café você pegava os enxadão e fazia aquelas covas bem quadradinhas assim (mostrando com as mãos 40 centímetros, aproximadamente), aí plantava a muda. Aí fazia aquelas linharada de café. Porque daí quando tá tudo desse tamanhinho (uns 25 centímetros) plantava dentro das covinhas, as covinhas tudo quadrada. Aí, era quadrada as cova, plantava quatro pezinhos de café dentro da cova. Formava com um ano, com um ano já tava dando cafezinho. Quando ele tava com um ano já dava florzinha. Dava colheita boa... Tinha muita gente trabalhando, umas 20 colonos, umas 20 famílias, tinha bastante. Eu tocava 4 mil pé de café. Quatro mil pé de café, eu tocava mais minha véia. [...]Conforme o tanto da família tocava o tanto do café, uns tocava 5 (mil), outros 6 (mil), outros 4, outros 3. Conforme a família, né? Eu tocava quatro mil pés. O colono ficava com uma partezinha, né? Não ficava com 15 % mais ou menos, o resto era do patrão. Era pouco, era pouco. Aí pra ajudar, quando tava folgado do café a gente trabalhava pros outro, né? Aí ganhava mais um dinheirinho. Trabalhava pra fora da fazenda, trabalhava pros outros colono também. A gente podia plantar o milho, o que a gente plantava era da gente, o patrão não tinha nada. Plantava uma carreira de milho, as carreiras de milho era da gente. Ele não tinha nada disso, só tinha o café. As vezes o patrão deixava a gente com um alqueire pra gente. (BERNARDO, ANEXO IV)

Naquele tempo já era tudo café. Trabalhar mesmo, em volta tava tudo limpo, tá que nem tá hoje, o mato que tinha era o café. A colheita você avoava o café, puxava o cisco a terra, tudo manual mesmo. E era tudo na mão, derrubava no chão, depois rastelava. Tinha cinco famílias lá, que morava lá comigo, fora a mãe dela, minha sogra. Seis família, lá. (o sítio) era 20 alqueires. Eles tocavam de porcentagem, cada um tinha um taião, né? Uma quantidade de rua de café, né? Aí todo mundo colhia os dele. Eles plantava milho, o soja, o que quisesse café. Eu só tocava minha parte mesmo e cuidava, né? (PAROLIN, ANEXO V)

Em Martins (1981), tem-se a descrição do regime de colonato:

O colono combinava a produção do café com a produção de uma parte substancial dos seus meios de vida. Especialmente nos cafezais novos era-lhe permitido plantar milho e feijão e, em menor escala, arroz, batatas, legumes etc. Essa produção lhe pertencia inteiramente, em grande parte consumida pela família e em parte vendida aos comerciantes ou, até mesmo, ao fazendeiro. (MARTINS, 1981, p.83)

Priori et al. (2012) descreve o regime de trabalho meação (meeiros) como um modelo no qual a produção é dividida igualmente. De acordo com os autores, o proprietário cedias terras/produtos e recebia os produtos oriundos da produção. O empreiteiro, conforme Soethe et al. (2014) era um profissional contratado no “primeiro estágio da plantação do café. [...] e, por esse motivo é chamado de ‘formador’”. Esse tipo de serviço aparece na entrevista do Sr. Parolin (ANEXO V), quando ele diz “Aí meu pai veio puxar o café, que tinha o empregado que o cara deixou, sabe? Que eles era formador de café.”. Todavia, percebe-se que o modo mais comum de trabalho era o regime de colonato.

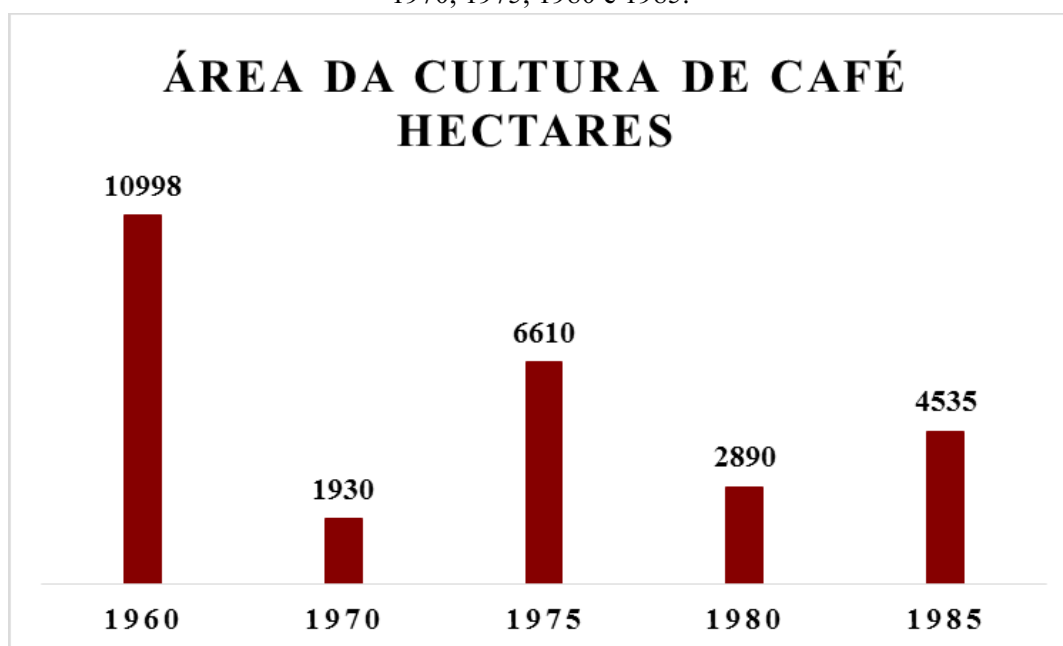
Como pode ser percebido nos trechos de entrevistas acima, os colonos/meeiros tinha o direito de plantar em meio ao café e, mesmo os proprietários mantinham esse hábito. As outras culturas, plantadas nos corredores de café eram basicamente voltadas para a subsistência, pratica muito comum ao padrão de agricultura familiar. De acordo com Chaves e Guerreiro (1989), esse padrão de plantio é conhecido como cultura intercalar. As espécies intercalares, plantadas no corredor dos cafezais, serviam principalmente para atender o consumo local, principalmente o de subsistência. Dentre as produções estão o feijão, com muitas variedades, o arroz de sequeiro e milho. Padis (1981, p.108) explica que a expansão dessas culturas “ligam-se ‘historicamente’ ao processo de formação de capital nas plantações de café, pelo sistema de empreitada como o usufruto da terra e o plantio de culturas intercalares, durante três a quatro safras”. Para Soethe et al. (2014) foi o risco de geadas que levaram a expansão dessas plantações paralelas, uma vez que era necessário ter alimentos básicos que auxiliassem nas crises financeiras do café.

Arroz no meio do café, a gente plantava. Já era café, lavoura de café. Nós já tava, plantava no meio, plantava do lado assim, a leirinha, né? Lá no meio do café, plantava dos dois lado, plantava, milho no cordão. (VIEIRA, ANEXO VIII)

No município o café configuraria no intervalo entre 1950 e 1960 o que Padis (1981, p. 112) descreve como “a alavanca da expansão econômica experimentada pelo norte do Paraná”. De acordo com o Censo Agropecuário

de 1960, no município o café recobria 10.998 ha, com 7.195.544 pés de café, que renderam, em 1959, 21.691 toneladas de grãos. No entanto, essa realidade não se repetiria nas décadas seguintes (Figura 20).

**Figura 20:** Área da cultura de café no município de Engenheiro Beltrão de acordo com o Censo Agropecuário de 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985.



Como é possível perceber, que o café figurou em alta produção entre os anos de 1950-1960, período que corresponde ao início da colonização de Engenheiro Beltrão. O café perderia área para outras culturas, bem como por intempéries climáticas. As entrevistas do Sr. Rossi (ANEXO IX) e do Sr. Vieira (ANEXO VIII) atestam a retirada do café já na década de 60, devido a geadas, queda no preço e incentivo do governo para a retirada. No entanto, a Fazenda Chapadão, de acordo com eles, continuou com o café até a geadas de 1975, conhecida como geadas negras, que dizimou os cafezais do Paraná causando um grande distúrbio socioeconômico. O Sr. Dias (ANEXO X) fala sobre o momento ocorrido em 1975 “queimou tudo o café, de todo mundo que ainda tinha, a Chapadão, a Valdevez, queimou tudo.” No trabalho realizado por Magnanini (1956) é relatado a expansão da cafeicultura independentemente das condições climáticas:

Dada, entretanto, a tolerância do cafeeiro, como planta perene a certos elementos do clima e, também, graças à prática do sombreamento dessa cultura, difundida em algumas regiões, foi possível a extensão da sua lavoura independentemente das condições climáticas. O plantio do cafeeiro no país não obedeceu, aliás, a nenhum plano com base no conhecimento prévio do clima. O grande valor econômico desse arbusto é que motivou o intenso desdobramento das áreas cafeeiras. O fator econômico foi, portanto, o preponderante no desenvolvimento e expansão da cafeicultura. (MAGNANINI, 1956, p. 139)

Para Padis (1981) foram as vantagens econômicas que o café apresentava que fizeram com que essa área fosse ultrapassada, mesmo com os riscos de perda das colheitas, ou mesmo das culturas. Foi, por esse avanço econômico que a expansão cafeeira atingiu o município, mas foram as intempéries climáticas que diminuíram o potencial produtor em pouco tempo, bem como o interesse do governo em diminuir a produção e a entrada do plantio da hortelã na região.

O sítio tava sem abrir ainda, tudo em mato. O pai plantou café pouco tempo, porque daí veio a geadas e matou todo o café. Acho que foi a geadas em... hum... logo que a gente chegou aqui ele comprou o sítio, o cafezinho, foi cinquenta e... 1953, se não me engano. Aí matou o café. E ele arrancou tudo. (DIAS, ANEXO X)

Até 58, quando a geadas matou tudo. Já. Aí o meu pai arrancou o café, e plantou lavoura branca. [...]E aí, ele ficou muito desgostoso com a beleza do café e ele desgostou. Porque ele chegou e o café tava queimadinho. E aí ele pois o sítio a venda. [...]Foi em 1962, 1963, foi uma geadas braba. Aí acabou de matar mesmo, aí acabou o café. Eles pagaram para arrancar o café, é a Emater hoje. Paraná café? Não, Cafés do Paraná, era uma empresa estatal que ajudava, aí eles ajudavam para arrancar o café, acabaram rapidinho. (ROSSI,

O café ficou mais ou menos até os anos (19)60 – (19)62. Ainda ficou um pouco de café, mas em (19)66 o auge era o hortelã. Aí acabaram os café e... bem, meu pai arrancou os café, os outros ainda continuaram um poquinho. Mas daí foi rancado os cafezal tudo, porque o governo pagou pra rancar o café, que diz que tinha café demais. Aí eu não lembro como foi direito, se era um cruzeiro, como é que era. Era por pé de café que a turma tinha plantado, que era pra eles rancar os pés de café e plantar outras lavouras, né? [...]. Aí ficou só um pouco de café, uns mil pés de café, ficou até (19)75, por aí. Foi aí que rancou tudo. [...]Plantava milho no meio do café, feijão! [...]Terreiro de café quase toda família lá no Sussuí tinha, porque tinha que ter, pra secar o café. (FISCHER, ANEXO VI)

Maack (2012), Padis (1981), Soethe et al (2014) comentam sobre as geadas que atingiram o Paraná, causando colheitas fracas em boa parte dele nas décadas de 1950 e 1960, todos apontando as geadas de 1953, 1955 e 1963. No Paraná, de acordo com Mores (2017, p 240), “os cafeicultores aceitavam o risco da geada devido a produtividade que as características do solo geravam para os cafeeiros, tornando assim, a geada um aspecto quase de pensamento cotidiano”. Maack descreve as geadas através de dados dos municípios de Maringá e Cianorte:

Tanto em 1953 como no fim de julho de 1955, a geada destruiu, num total de 32,5 milhões de pés de café, 75% de 1 a 3 anos e 47% dos cafeeiros mais velhos, e em 1963, na noite de 6 a 7 de agosto, 9,31 milhões de pés de café na área de Maringá, correspondendo a 70% dos cafeeiros existentes. [...] A destruição das matas primitivas possibilitou a entrada de ar frio da frente polar que se estendeu no inverno sobre as vastas áreas desmatadas replantadas com café. Assim, dos 19,13 milhões de cafeeiros existentes no município de Cianorte, a geada destruiu 15,304 milhões de pés na noite de 7 a 8 de agosto de 1963; portanto, foram atingidos 80% das plantações. (MÁACK, 2012, p. 178-179)

Moro (1991, p. 74) indica que o café foi a cultura mais importante até 1970, todavia, a partir dessa década, o café perderia sua força e a soja e o trigo ocupariam as áreas que antes pertenciam a ele. Apesar do café continuar configurando o acervo econômico do município, ele decairia na década de 1960. De acordo com Linhares e Silva (1999) as políticas econômicas do pós-1964 ocasionariam a modernização forçada do campo com a mudança do café para commodities.

De acordo com Valentini (2014) o governo federal cria então o Grupo de Erradicação de Áreas de Cafés Antigos (Gerca) removendo lavouras cafeeiras improdutivas ou de baixa produtividade, o intuito era eliminar as produções excedentes e auxiliar na alteração da atividade produtiva. O mesmo autor fala sobre a criação da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFE DO PARANÁ) que tinha por intuito facilitar a aquisição de mudas e sementes, bem como auxiliar na venda das produções.

As lavouras substitutivas eram financiadas com recursos, basicamente do Banco do Brasil (através da CREAM), acrescidas em 10% para o uso de sementes selecionadas, 20% para a execução de práticas de conservação do solo e 20% para o emprego de fertilizantes e defensivos. Os recursos aumentavam em 50% o valor do financiamento básico concedido pelo Banco do Brasil, que também era responsável pelo recebimento das propostas de erradicação e da verificação do número de cafeeiros a serem eliminados (CARVALHO, 1999, p. 1)

Carvalho (1999) também fala sobre a “Operação Soja” que tinha por objetivo auxiliar os agricultores atingidos pelas geadas e a seca de 1963, diversificando a monocultura cafeeira; e o apoio dado pela CAFÉ DO PARANÁ para o plantio de algodão, arroz, milho, feijão, amendoim e mamona. Esses incentivos transparecem em publicações do Jornal tribuna do Interior, com publicações como “Banco do Brasil reduz juros da lavoura”, “CREAI financia máquinas e implementos agrícolas”, “Financiamento para sementes de algodão”. Uma propaganda de venda de terras publicada em 1969 não cita café como cultura, apesar de ainda evidenciar a boa qualidade das terras (Figura 21).

Desta forma, pode-se perceber que a erradicação da produção de café no Paraná não foi completamente ligada à geada negra de 1975 como é propagado, mas sim as políticas implantadas pelo governo a partir da década de 1960. Todavia, não somente essas políticas foram responsáveis pelo fim da cultura cafeeira no município, mas também as geadas das décadas de 1950 e 1960. Os dados do Censo Agropecuário de 1960 e 1970 demonstram a diferença nas produções entre as décadas.

Figura 21: Propaganda do Jornal Tribuna do Interior de 13 de abril de 1969

**TERRAS**

**de primeira a longo prazo**

para a cultura de:

- ALGODÃO
- SOJA
- MILHO
- ARROZ
- FELJÃO
- MAMONA
- AMENDOIM
- TRIGO
- RAMÍ
- HORTELÃ

LOTEAMENTO DE ACÓRDO COM O IBRA E INDA

- 1.º) — 50 quilômetros de C. Mourão, por ótima estrada
- 2.º) — Com parte própria para mecanização
- 3.º) — Lotes a partir de 14 alqueires
- 4.º) — Financiados em 2 anos
- 5.º) — 40% (quarenta por cento) de entrada
- 6.º) — Preço: a partir de NCr\$ 600,00 o alqueire.

INFORMAÇÕES E VENDA COM (ZÉ BARRIGA)

ESCRITÓRIO NASCIMENTO — Fones: 1171 e 1019

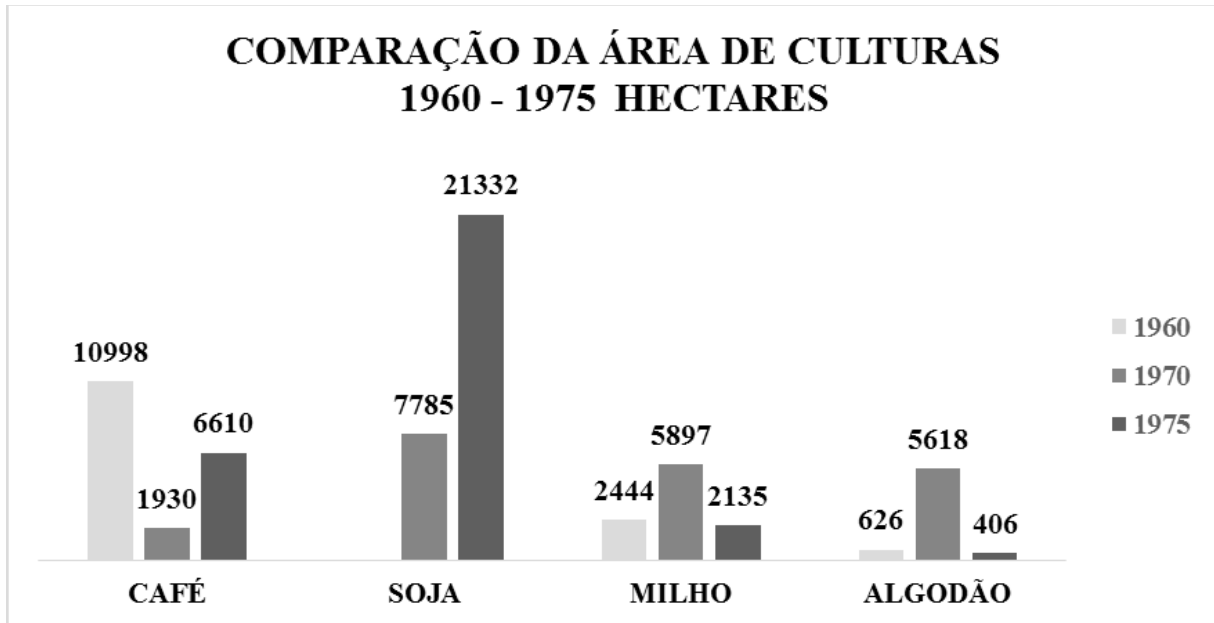
PRAÇA Getúlio Vargas, 226 — 1.º andar — Sala 14 — em cima do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, AO LADO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA.

Campo Mourão — Município Modelo do Paraná

A área plantada do café que figurava com um valor muito alto em 1960, tem uma variação negativa de quase 470% em 1970. Apesar de que as culturas do milho e do algodão, tenham tido crescimento vertiginoso, 58% e 89% respectivamente, é a cultura da soja que se mostra mais efetiva, uma vez que essa nem configura o rol de produtos da década de 1960 (Figura 22).



Figura 22: Comparação da área das culturas no município de Engenheiro Beltrão



Fonte: Censo Agropecuário de 1960, 1970, 1975

Entretanto, ao se acompanhar os dados do censo agropecuário de 1975, vê-se que o café volta a crescer. Provavelmente em função da saída do algodão devido a problemas na produção e o fim da cultura da hortelã. São esses cafeeiros que enfrentaram os problemas ocasionados pela geada de 1975.

Café que tinha queimou tudo, matou tudo, a tal de geada negra, acho que é assim que fala, geada preta. Lá pelas cinco horas da tarde começou a cair neve, que nem arroz, assim, mais frio, frio, frio, nunca vi tanto frio na minha vida. (HACKBARTH, ANEXO II)

Ficamos com café no sítio até (19)75, que deu aquela geada que matou tudo, e não brotou mais o café, aí nós resolvemos mecanizar. [...]. A gente levava o café pra Maringá, sabe? Tinha bastante maquina de café lá. Eles vendia pra lá. As vezes vendia pra um, as vezes pra outro, não era pra um maquinista só. Então aquele que pagava um pouquinho melhor, ele vendia. (PAROLIN, ANEXO V)

Priori et al. (2012) apresenta a ‘geada negra’ de 1975 como o motivo final do abalo cafeeiro, levando os cafeicultores que ainda não tinham se apoiado nos incentivos do governo a substituir finalmente o plantio por outras culturas. Em um artigo veiculado no Jornal Tribuna do Interior em abril de 1976, Jayme Canet, o então governador do Paraná tenta transformar a geada de 1975 em um salto para o estado, “longe de ser um desestímulo à cafeicultura, a geada veio proporcionar um novo estímulo para implantação de uma nova cafeicultura, no Estado, com a erradicação de lavouras improdutivas e aplicação de moderna tecnologia no plantio de novos cafezais.” Mais à frente, em julho de 1976, o artigo “Mecanização agrícola ganha grande impulso” demonstra o interesse do governo em mudar as culturas agrícolas, dando ênfase para as espécies temporárias. Começa então uma propaganda maciça para a mecanização, que já vinha no final da década de 1960 e se avoluma a partir de 1975 (Figura 23). Em 31 de julho de 1975 no artigo “Trabalho dos técnicos mostra o que foi destruído”, aparece o aconselhamento técnico da retirada das lavouras atingidas e sua substituição por soja, trigo ou pastagens.

Mores (2017) alega que não se deve, entretanto, associar a geada de 1975 com o fim da cultura cafeeira, uma vez que, da década de 1960 até esse evento climático muitas transformações estavam ocorrendo no cenário rural paranaense, seja pelo programa de erradicação, a entrada da ferrugem, ou o aumento de preço de outros cultivos. Para o autor a agricultura não encontrou seu fim em 1975, se mantendo em pequenas propriedades, uma vez que os agricultores familiares não eram capazes de arcar com o “pacote tecnológico” da soja.

Entretanto, o município, apesar de ainda contar com um grande contingente cafeeiro, já estava em vias de se estruturar para uma nova linha de produção agrícola (Figura 23), que viria a ser sua principal fonte a partir de então, a soja, que só perderia parte de sua área na década de 1980 com a entrada da Indústria Sabarálcool e do plantio de cana-de-açúcar.

Figura 23: Propaganda publicada no Jornal Tribuna do Interior, de Campo Mourão em 28 de setembro de 1975

...são conferidas pela Lei n.º 21/74 (Orçamento), 4.1  
DECRETA:— 4.1

# PLANTE MAIS.

**Não existe progresso sem uma agricultura forte.**

A agricultura só é forte quando é mecanizada. Mecanize sua lavoura com Massey Ferguson. Do desmatamento à colheita, a maior e mais completa linha de máquinas e implementos agrícolas do Brasil.

Converse com o revendedor Massey Ferguson de sua região.  
Estude com ele o equipamento mais adequado para a sua lavoura e a melhor forma de se obter o financiamento.

Aproveite o crédito que toda a rede bancária está lhe oferecendo.  
Plante mais.

**M F Massey-Ferguson do Brasil S.A.**



“MASSEY FERGUSON” PARA TODA A REGIÃO

#### 4.1.6.2. A hortelã

Os Srs. Pereira (ANEXO VII) e Vieira (ANEXO VIII) indicam a existência de outra cultura que competiria com o espaço do café entre os anos de 1940 e 1970, a hortelã pimenta, ou menta. De acordo com Ipardes (1977) essa cultura já era utilizada no Japão para fins medicinais desde o final do século X, sendo introduzida no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), entretanto o plantio comercial só tomaria impulso em meados da década de 1930.

A série Plantas Medicinais, divulgada em 2001 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) apresenta a descrição da hortelã-pimenta, *Mentha x piperita* Linnaeus, da família das Lamiaceae:

Originária da Europa de onde foi trazida no período da colonização para o Brasil. [...] É uma planta herbácea estolonífera [crescimento rasteiro], aromática, anual, de 30 a 60 cm de altura. (EMBRAPA, 2001, p.1)

A descrição de Ipardes (1977) entretanto, determina altura média de 80 cm. A cultura, de acordo com eles, é exigente e demanda terra rica em matéria orgânica o que, possivelmente, explica sua vinda para a região que estava sendo desmatada na época. Eles ainda apontam que em um curto período de tempo a terra fica inadequada para o plantio, devido à perda da matéria orgânica. Em Santos e Oliveira (1961, p. 702) é recomendado do plantio “em terrenos de derrubada recente de matas”. Os Srs. Rossi (ANEXO IX), Pereira (ANEXO VII), Vieira (ANEXO VIII) e Parolin (ANEXO V) falam sobre a necessidade de terras recém desmatadas para o plantio da hortelã:

Então foi feito plantio de hortelã, fazia os alambique, a terra era forte, a terra era boa, né? Rendia bastantê a hortelã. [...]Logo terminou, né, porque a gente dependia da importação da

Inglaterra, né, e daí começou a complicar e começaram a importar barato daqui (ROSSI, ANEXO IX)

Era mata virgem. Foi derrubado e plantado, porque a hortelã só dá na terra boa mesmo. Terra já socada assim não sai hortelã, tem que ser na terra boa sempre. Que a hortelã só se planta uma vez na terra, depois não planta mais. (PEREIRA, ANEXO VII)

A hortelã precisa de terra forte, fértil, com bastante húmus. Porque a terra começa a perder o húmus, aquela matéria orgânica das árvores, as folhas e raízes. E uma beleza pro hortelã enraizar, mas quando começa apodrecer, vai degenerando, aí a hortelã morre, começa a morrer sozinho, não é doença. Precisa de terra orgânica, é quatro anos, no máximo. (VIEIRA, ANEXO VIII)

Nossa família não mexeu com hortelã, não. Mas eu via os cara mexendo, mas só vi, também. Eles cortando, juntando, levando pra alambicar, sabe? Um troço interessante aquilo. Só em terra nova, tem que derrubar o mato, que nem aqui, eles derrubava o mato, né? Aí destacava na enxada. Toquinho pequeno eles arrancavam, pra morde depois roça o hortelã. Que o hortelã vem, ele vem alto assim (75 centímetros, aproximadamente), sabe? Aí tinha que roçá, né? Que daí roçava na enxada, ou naquele arfange, que eles afiava, que dá um corte danado. Só que tudo no braço. (PAROLIN, ANEXO V)

No estudo realizado pelo Ipardes (1977, p. 13) esse hábito do plantio em terras recém desbravadas é chamado de crença, o que leva os agricultores a manterem a produção “por um período de 3 a 4 anos” fazendo com que acultura se disseminasse rapidamente pelo Paraná na época da expansão das fronteiras agrícolas (1950-1970). No município de Engenheiro Beltrão, a entrada da hortelã se dá na década de 1950, como pode se perceber nas entrevistas dos Srs. Vieira (ANEXO VIII) e Fischer (ANEXO VI). Enquanto o Sr. Vieira (op cit.) enfatiza a curta duração do plantio da hortelã, fato que corrobora o estudo efetuado pelo Ipardes (1977), o Sr. Fischer (op cit.) apresenta um período mais longo, com cerca de 13 anos de plantio.

O hortelã entrou em 1955, o forte mesmo foi de 57 até 59, ali na região. Depois as terra não produzia mais, porque ele morre né? [...] Foi no final da década de 50 pra nós, 57 que eu fui estudar em Curitiba a gente já tinha o alambique, 58-59. Quando foi já em 60 já tinha muito pouco hortelã, porque hortelã é 3-4 anos no máximo. (VIEIRA, ANEXO VIII)

mas em (19)66 o auge era o hortelã. [...] Nós toquemos Hortelã até (19)75, por aí, né? A gente alambicava no vizinho, no seu Germano. A gente deve ter começado a plantar em (19)62, mais ou menos. (FISCHER, ANEXO VI)

No estudo de Ipardes (1977, p. 17) é feita a seguinte consideração:

O cultivo da hortelã no Paraná caracteriza-se pelo constante deslocamento das áreas de produção, em decorrência do tabu que cerca a atividade o qual assegura que a hortelão só produz em terras recém desbravadas. Encontrou-se durante a pesquisa de campo, diversos agricultores que exploram com hortelã a mesma área de terra há cerca de 10 anos com bons rendimentos com a simples incorporação ao solo dos resíduos das ramas de hortelã que saem dos alambiques. [...] Geralmente, a hortelã é cultivada em terras virgens durante 5 a 6 anos.

Sendo assim, tanto ambos os trechos acima citados são corroborados pelo Instituto, uma vez que os casos descritos por eles foram encontrados em outras áreas de plantio. O Sr. Hackbarth, fala sobre o uso da rama de hortelã como adubo da roça:

Por fim, ser Verne Jedlizcka, que morava lá embaixo, saiu com a ideia de puxar pra roça, né? Adubar a roça, foi a melhor ideia que ele teve. Adubava, adubava bem, vixi! Dava hortelã pra caramba. Aquela rama cozida, né? Virava adubo na roça. Aquilo lá era coisa boa, dava milho, tudo que você plantava dava. Bem melhor pra terra (HACKBRTH, ANEXO II).

De acordo com o Sr. Rossi (ANEXO IX) o plantio da hortelã se dava nas regiões mais baixas dos sítios, consideradas inaptas para plantio de café devido a maior possibilidade de geada, “aí a parte do sítio, oito alqueires, que ficou mais na baixada e não plantava café porque tinha risco de geada, então foi feito plantio de hortelã”. Ou

seja, as duas culturas dividiam as áreas de plantio, deixando as melhores áreas, na opinião do entrevistado, para o café.

A hortelã é utilizada, segundo a Embrapa (2001), para tratamentos medicinais e cosméticos, entretanto, o Sr. Fischer (ANEXO VI) fala sobre o uso da hortelã na aviação.

Eles fazia o óleo e esse óleo era usado pra medicamento e pra avião, pra essas coisas. Diz que era pra esfriar turbina de avião, porque ele era um óleo meio gelado, né? (FISCHER, ANEXO VI)

A venda era feita para firmas que enviavam compradores para buscar o óleo produzido no município. De acordo com Ipardes (1977) os principais compradores eram França, Reino Unido, Suíça, Alemanha Ocidental e Itália, entretanto, eram os Estados Unidos e o Japão que se destacavam como os maiores importadores. Os Srs. Hackbarth (ANEXO II), Pereira (ANEXO VII) e Rossi (ANEXO IX) apresentam as empresas e pessoas para as quais eram vendidas o óleo, o Sr. Vieira (ANEXO VIII) trabalhou para um dos compradores, como uma espécie de atravessador:

Nós vendíamos pras multinacionais, tinha a Iungzen, a Brasuai [Braswey]. Então a gente vendia através de um amigo nosso que era o maior plantador de hortelã do mundo, ele mora em Peabiru hoje, não sei se tá vivo ainda. E... ele é japonês, o Mario Kikuchi. Japonês, ele era o maior plantador, produtor de hortelã. E fora dessas empresas multinacionais que compravam o óleo, o Mario Kikuchi comprava o óleo pra vender pra eles. Inclusive, eu e meu pai, lá em Ivailândia quando trabalhava na máquina de café, nós comprava os óleos de hortelã, eu não sei se eu falei. Nós era comprador, nós comprávamos pro Mario Kikuchi, e ele vendia, era três grupos grande. E produzia muito, né? Porque toda essa região nova que abriu aí de Formosa, Jesuíta, tudo aquilo ali, teve muita plantação de hortelã. E esse Mario Kikuchi comprava óleo de hortelã pras empresa. Ele confiava na gente, era até um risco muito grande, pra nós, somente eu e meu pai, e na época tinha aquele jipe, né? Americano também, importado. E a gente andava com saco de dinheiro dentro do jipe pra comprar hortelã. Mas nunca fomos assaltados. Se fosse hoje era perigoso. (VIEIRA, ANEXO VIII)

Vendia pra um japonês chamava-se Tanaka, acho que era o nome dele. Ele vinha de camionete, sempre passava pegando nos alambiques, o óleo, e levava. Vendia o óleo naquele tempo a mil e trezentos, um e trezentos o quilo. (PEREIRA, ANEXO VII)

Vendia pra Presidente Prudente. Tinha uma firma lá que vinha buscar aqui, Metroquímica, ali onde é a farmácia ali, onde é o Geron, onde é a agropecuária ali, foi nossa. Vendia pra essa firma para comprar hortelã, o óleo, vinha tambor grande. (ROSSI, ANEXO IX)

Tinha uma firma japonesa que comprava, comprava o óleo, né? (HACKBARTH, ANEXO II)

Os entrevistados explicaram a forma de plantio e o tempo de duração da cultura da mesma forma, no entanto os Srs. Vieira (ANEXO VIII), Fischer (ANEXO VI) e Hackbarth (ANEXO II) esmiuçaram processo do plantio:

O começo do hortelã é para se plantar a gente faz canteiros mudas, a gente consegue... os primeiros plantadores, a gente conseguia com eles, balaio. Balaio de 70 ou 80 litros, talvez dava um pouco mais. Vendia por balaio as raízes, ia lá rancava, enchia, aí a gente pegava. Aí a gente chegava na nossa propriedade e a gente sentava, colocava um pedaço de madeira no chão, aí com o facão a gente cortava tudo em pedaço pequenininho. E faz o canteiro, igual plantar verdura, alface, repolho, os canteiro é idêntico. Aí “cê” semeia aqueles pedacinhos de raiz da hortelã naquele lá e joga a terra por cima e molha todo dia, com 20-25 dias já tá desse tamanho as muda (em torno de 15 centímetros). E rápido pra crescer, brota rápido. E aquilo é as muda, cada pedacinho daquele dá uma muda, aí você tinha que torcer pros céus pro nosso Deus, mandar chuva. Aí a gente ia plantando, o hortelã era em rua também que a gente plantava, vamos dizer que tinha 500 metros de comprimento. Aí “cê” ia no mato e cortava a forquilha, cortava a forquilha que dava pra pegar na mão, aí fazia uma ponta bem afiada, igual agulha, pra fazer o buraquinho. Tum, tum, tum. Tudo pertinho assim, 20 cm, 25 cm um do outro. Aí vamos dizer que tem 500 metros. Ia até lá e voltava, tudo retinho, as ruas era pertinho uma das outra, 40 centímetros, no máximo, e os buraquinhos tudo pertinho. “Cê” ia e voltava três, quatro pessoa furando, chovendo, trabalhava debaixo de chuva. Fazia os buraquinhos e vinha o pessoal atrás, colocava no buraquinho e socava com o calcanhar do pé. Era assim, a mão de obra era terrível. (VIEIRA, ANEXO VIII)

Hortelã plantava dia de chuva, né? Fazia as muda, partia as raizinhas. A gente fazia muda, né? Aí a gente pegava um pau, fazia uma ponta e fincava no chão. Pnhava a rama lá dentro, aí pisava com o pé em cima, aí pegava. Tinha gente que usava enxadão, mas era mais rápido assim. [...] Dava 3 cortes por ano. Hortelã ficava bem alto, dava um cheiro bem forte. Chegava a gela a gente assim, o cheiro. Tinha uma firma japonesa que comprava, comprava o óleo, né? Aquele óleo quando você se lambuzava assim (imita como se estivesse passando o óleo na pele). Única coisa pra tirar esse óleo era por perto do fogo e deixa esquentar. Aí parava de arder. Lavar com água não adianta. Lavar não adiantava, deixava mais ardido. A única coisa para resolver era chegar perto do fogo, assim, o calor. Aí parava de queimar, arde. E interessante, né? O negócio do Hortelã era só carpir e colher, né? Daí vendia o óleo, teve gente que até fico rico com isso aí. (HACKBARTH, ANEXO II)

Hortelã você pegava aquelas valetinhas pequena e plantava as mudas. Era muita gente trabalhando fazendo aquelas mudinhas e plantando na terra, aí formava. Dava três, quatro mês já tava bom de cortar. E tinha a fábrica de hortelã aqui em baixo, pra fazer o óleo da hortelã. (BERNARDO, ANEXO IV)

Plantava na muda, dia de chuva, pegava uma forquilha assim (mostra com os dedos o um v), apontava em baixo, aí socava assim, torcia, fazia a burquinho... Daí o outro tinha que ir de atrás, pnhava a muda lá dentro e apertava. Com três meses, quatro meses pra começar a produzir. Aí quando dava o tamanho, os homem cortava a hortelã e as mulher rastelava e fazia os montê. É uma hortelã bem mais forte e bem mais fedida que essa que tem em casa hoje em dia. (FISCHER, ANEXO VI)

Em Ipardes (1977, p.12) aparece o mesmo padrão de plantio explicado pelos entrevistados, com em média “60 a 90 dias, dependendo das condições climáticas. Em geral, realizam-se 3 cortes durante o ano [...] O preparo do solo para o plantio compreende arações, correção e graduações, [...] a colheita pode ser manual ou mecânica; manual com o emprego de alfanje.” Dentre as falas dos entrevistados acima é possível perceber a importância da chuva para a produção da cultura da hortelã. O Sr. Fischer (ANEXO VI) evidencia a necessidade da chuva e fala sobre as épocas de corte:

Tinha lá uns 3 ou 4 alqueires de hortelã. Olha, depende da época, se era na época de mês de outubro, dezembro, janeiro, fevereiro, quando tava bom de chuva, aqueles alambique lá tirava média de 20-22 litros de óleo por pipada. Um alqueire dava mais ou menos o que? Uns 80, tinha alqueire que dava 100 litros de óleo por corte. Só que daí dependia da época da chuva, se chovia mais, ele dava mais. Se chovia pouco, daí ele não crescia bem, daí ele não dava tanto. (FISCHER, ANEXO VI)

No estudo de Ipardes (1977) a chuva é apresentada como o evento climático mais importante para o desenvolvimento da menta, a qual necessita de 1.200 mm bem distribuídos no decorrer do ano. No estudo ainda se explica sobre a intolerância da hortelã a geadas, no entanto nenhum dos entrevistados alegou ter perdido hortelã para esse evento.

Santos e Oliveira (1961, p. 702) apontam épocas similares ao do Sr. Fischer, pois “efetuam-se, normalmente, três cortes ou ceifas anuais: uma em novembro-dezembro, outra em fevereiro-março e a última em junho”. O Sr. Vieira (ANEXO VIII) também fala sobre os três cortes por ano, mas evidencia que “Correndo bem faz três cortes, no inverno não dá.”

O Sr. Vieira (ANEXO VIII), alega que a produção girava em torno de 55-60 litros de óleo por alqueire, já o Sr. Bernardo (ANEXO IV), apontava para 35 litros por alqueire:

Tinha alambique, o alambique era do japonês, do japonês que comprava, ele construiu lá na fazenda pra poder alambicar. O alqueire dava bastante, dava 35, 30 cada alqueire sabe? Os barricão de óleo. Mas eu mesmo não... Eu só tocava na roça, aí entregava pra eles lá e eles se virava pra moer tudo. Eu só entregava, daí não tenho base direito. (BERNARDO, ANEXO IV)

Ah... nós colhíamos 50 quilos, 65... 70 quilos por alqueire de óleo, né? Litros de óleo. É, eu penso... um carroção nosso era grande, e cada carroção dava uma pipa. Era certinho pra encher uma pipa. Desse ver se eu consigo dizer. No caso, carroção, eu penso que davam de 12 a 13 carroções por alqueire de rama. Porque cada carroção dava 5 a 6 litros de óleo por pipa. E a gente tirava 55-60. E mais ou menos. (VIEIRA, ANEXO VIII)

No estudo efetuado pelo Ipardes (1977) a produção é dada por hectare, com 54kg de óleo por hectare por

ano. Santos e Oliveira (1961) comprovaram que em um plantio de espaçamentos 20x40 cm o hectare renderia em média 68,6 kg. Transformando a produção sugerida pelos entrevistados de alqueires para hectares as produções seriam de 66 kg/ha/ano para o Sr. Vieira (ANEXO VIII) e 43,5 kg/ha/ano para o Sr. Bernardo (ANEXO IV), o que se equipara com as produções sugeridas pelas duas pesquisas. Uma vez que Engenheiro Beltrão fez parte das áreas utilizadas para montar o estudo do Ipardes, pode-se auferir que o dado fornecido pela mesma é o mais próximo da realidade do município.

O processo de extração da menta das ramas de hortelã é descrita pelos Srs. Vieira (ANEXO VIII) e Parolin (ANEXO V), os Srs. Vieira (op cit.), Hackbarth (ANEXO II) e Fischer (ANEXO VI) comentam sobre o método de cobrança da extração da menta, a ‘alambicagem’:

Aí nós tinha o carroção grande, dois animal. E cada carroção daquele era, dava pra fazer um pipa lá no alambique. Que a gente tinha o alambique pra alambicar. E o mesmo sistema de fazer pinga, pra alambicar a cana, faz a garapa, aí sai o álcool. Na hortelã é a mesma coisa, você põem dentro daquela... é chama pipa, né? Só com vapor, vai soltando o vapor por baixo, tem a caldeira, o mesmo sistema das máquinas locomotivas, a caldeira. Com serpentina, que leva o vapor lá debaixo da... entra por baixo o vapor. Aí “cê” vai jogando a hortelã e socando com três pessoas, vai pulando lá dentro e socando. E o ar quente vai subindo, o vapor. [...] Olha, 60 %, uns 60% dos agricultores, eu acredito tinha alambique. “Nóis” tinha alambique, “nóis” alambicava o nosso ainda pegava de fora pra ajudar os vizinhos que não tinha. Cobrava uma renda, né? Lá de 10% pra alambicar, vinha com o pessoal dele. Vinha com o caminhão cheio, despejava lá. Nóis fizemos um barracão, só os esteio e a cobertura em cima. Bem alto, aí a gente chegava com o caminhão e jogava lá. E dali a pipa, o barracão, tinha um tabladinho pra andar, e do barracão pra lá ia puxando com um catanho. Atanho é tipo um garfo torto assim. Se pegava e puxava a rama. Não é a força. A força é reta, são quatro dentes, né? Chama a força, e o catanho é o torto. É a força torta, ao contrário. E a gente cobrava renda do alambique, pra prestação de serviço que a gente alugava. A pessoal chegava lá com 4-5 alqueires. E muitas vezes, o povo que ia lá tinha 4-5-6 alqueires e não tinha alambique. Era muito caro, botar o alambique, pra nós, como tínhamos 16 alqueires, era complicado pagar renda pros outros era complicado. Era bastante, ele ia atender primeiro ele, igual a nós. Nós pegávamos, mas depois que a gente colhia o nosso. Não ia deixar o nosso pra pegar o das outras pessoas. (VIEIRA, ANEXO VIII)

Aí juntava no rastelo, fazia aqueles monte. Aí passava, naqueles tempo tinha aqueles caminhãozinho velho ou aqueles carrinhos mesmo, de carroça. Catava e levava pro alambique. Nossa! E um troço muito, era muito perigoso pra dar doença, né? E, que aquilo era socado dentro daqueles coisa, o hortelã era socado com o pé! E embaixo era pnhado fogo, pra mode esquentar, pra mode derreter, né? O hortelã pra sair o óleo. Aí o cara ficava lá em cima, enquanto tivesse saindo óleo, ele tava lá pisando em cima. Aquele quente, né? Aquele calorão. Vixi! O cara molhava, mas molhava mesmo de suor. E aí saía fora no vento, então era um perigo danado aquilo. Hoje é simples, né? Mas hoje ninguém mexe mais com aquilo. Era um serviço muito bruto. (PAROLIN, ANEXO V)

Tem os alambique, e cobrava porcentagem para alambicar pros outro. Seu Lindolfo Petsch mesmo, tudo eles tinha alambique, ele cobrava porcentagem, né? Aí buscava o hortelã na roça. Acho que era 10%. Tinhas que cobrar, né? Eles tinha o serviço deles também. Mas aquele tempo era sofrido, pnhava em cima dum trilho assim, daí tinha um ferro torcido, o nome daquilo era candanho, aí puxava aquilo lá e queimava. (HACKBARTH, ANEXO II)

Os vizinho cobrava 18% a 20%. Quando era a época que dava mais óleo eles fazia a 18%, e quando ele dava menos eles cobrava 20. Porque era, tinha que puxar eles. Então eles tinha gasto também. Tinha, tinha que mandar o caminhão pra buscar e alambicar. E gastava lenha, as lenhas muitas vezes a tinha que comprar, que já não tinha mais. Vendia pra firmas de Maringá que vinha comprar. (FISCHER, ANEXO VI)

Santos e Oliveira (1961) descrevem o mesmo processo de extração de óleo que os entrevistados acima, o qual consiste na destilação através do vapor. No estudo realizado pelo Ipardes em 1977 é feita a descrição desse processo:

A dorna, construída em aço inoxidável, provida de fundo falso ripado (ripado de madeira ou chapa de aço perfurado) para isolar a massa verde em destilação, do sistema distribuidor de vapor. O fundo da dorna, de forma cônica, é provido de uma torneira de drenagem para esgotamento da água condensada. [...] O condensador se compõe de 2 corpos: um exterior que vem a ser uma caixa d’água, tendo a parte inferior uma tomada para água fria e na parte superior uma saída para água aquecida. No interior está colocado o 2o corpo, formado por uma série de tubos no interior dos quais os vapores d’água e óleo são resfriados em condensados. Do condensador a mistura água-óleo flui para o vaso separador ou

decantador, apresentando em seu interior um retentor o qual facilita a separação do óleo essencial da água. Após a separação do óleo este é coletado em tambores com 200 litros de capacidade. (IPARDES, 1977, p. 14)

A importância da hortelã para a região e para o município pode ser percebida na publicação no jornal Tribuna do Interior em abril de 1969, nesta é efetuado o pedido de implantação de uma rodovia ligando Barbosa Ferraz a Engenheiro Beltrão para melhorar o escoamento da produção (Figura 24).

Figura 24: Artigo do Jornal Tribuna do Interior, de 21 de abril de 1969, p.5./Sobre a construção de uma rodovia ligando os municípios de Barbosa Ferraz e Engenheiro Beltrão.

## Prefeitos reúnem-se com Aramis em Eng. Beltrão: "Rodovia do Hortelã"

Com o objetivo de solucionar definitivamente o problema de escoamento da região Barbosa Ferraz até Eng. Beltrão, os prefeitos Arnaldo Coneglian (Barbosa Ferraz), Ailton Cândido (Fênix), Antonio Ventura Monteiro (Quinta do Sol) e Joaquim Viana Pereira Filho (Eng. Beltrão), reuniram-se quarta-feira, dia 16 último, no gabinete do Executivo em Eng. Beltrão. A reunião teve início às 10.30 hrs. e contou com a presença de grande número de vereadores, que também emprestaram o seu apoio à reivindicação que faziam os prefeitos ao Dr. Aramis Meyer Costa, chefe do 13.º Distrito Rodoviário, com sede em Campo Mourão.

Os vereadores, Cristiano Martins de Carvalho (presidente da Câmara), Maurino Pereira Lopes, Pedro Tavares Barbosa, Antonio de Nardi, de Barbosa Ferraz; Almir Moreira dos Santos, Rivadávia Francisco Cadete e Sebastião Vitorino, de Quinta do Sol, e ainda o Sr. Ernesto Parra, vereador em Eng. Beltrão, além de outras autoridades e representantes de vários núcleos daquelas regiões, também jornalistas da Folha de Londrina e Tribuna do Interior.

### NAO HA VERBA

Falando francamente, o Dr. Aramis disse que a intenção do Governador é de ajudar, porém o Estado não dispõe de recursos capazes de satisfazer o custo da rodovia. "A esse respeito, prosseguiu, já pleiteei junto ao Diretor do DER, Dr. Mário Stamm, e somente consegui a importância de NCr\$ 120.00 mensais, o que não dá para quase nada".

### ACORDO

A necessidade é tão grande, que os prefeitos assinaram um acordo, comprometendo-se a pagarem as despesas de alimentação, compra de madeiras e as demais despesas de custeio para o início imediato da referida Rodovia.

Por outro lado, o chefe do 13.º DR, procurando sempre salvaguardar as dificuldades do Governo do Estado, comprometeu-se a destinar aquele trabalho, nada menos que 5 caminhões, 2 pás carregadeiras, 2 tratores de esteiras

e 2 motoniveladoras, que somadas às máquinas de cada Prefeitura, poderão em curto espaço de tempo deixar trafegável a importante via de acesso à PR-13.

### DISTANCIA

Pelas palestras, foi salientado que dos atuais 60 quilômetros o novo traçado contará com apenas 40 quilômetros, encurtando portanto, cerca de aproximadamente 20.000 metros

### QUEM FALOU

Nas falas salientou-se o sr. Arnaldo Coneglian, quem defendendo o Governador, Paulo Pimentel, pelo que tem feito, e reconhecendo as reais dificuldades econômicas do momento, para atender a todas as reivindicações. Disse mais, nós, as prefeituras, devemos resolver o grande problema. Continuando, contou uma fábula de um prosador paulista, onde um carroceiro e seus filhos tinham o veículo atolado. Um dos filhos rezava, enquanto outros esforçavam-se para ajudar os animais, até que apareceu Cristo, e mandando que o outro parasse de rezar, e ajudasse a empurrar a carroça, fazendo com que os animais desencalhassem aquele veículo, que, com mais aquela ajuda, desatolou-se facilmente.

Também no caso da Estrada, era necessário que todos empurrassem, deixando as conversas para outras ocasiões.

O Prefeito Joaquim Viana Pereira Filho, de Engenheiro Beltrão (o menos beneficiado com a rodovia), disse: "Em retribuição a todos os favores que a minha cidade tem recebido, do Governo, através do 13.º DR, reconhecendo a necessidade dos meus vizinhos, as dificuldades do Governador Paulo Pimentel em atender a tudo, em meu nome e em nome da municipalidade, participarei com o que for decidido pelos prefeitos da região.

Outras pessoas também falaram, todas sobre a mesma égide, prestigiando o Engenheiro Aramis Meyer Costa, pelo extraordinário serviço que tem prestado às cidades de sua circunscrição.

### DECISAO

Após um almoço servido em uma churrasqueira, à margem da PR-13, foi firmado o acordo, que entre si fizeram os prefeitos de Barbosa Ferraz, Quinta do Sol, Engenheiro Beltrão e (com algumas reservas), também a Prefeitura de Fênix, uma das principais beneficiadas. O Prefeito Almir também contribuirá com máquinas (da Prefeitura) e a quarta parte das despesas de alimentação dos operários, e madeiras para uso nas pontes.

### MÁRIO STAMM

Tão logo seja iniciada a construção, os prefeitos, em conjunto, farão um convite ao Diretor do DER, sr. Mário Stamm, para inspecionar a obra, o que certamente se dará em futuro muito próximo.

### DOCUMENTO EXTRAVIADO

Declaro para os devidos fins que extraviarei a carteira de motorista profissional. A segunda via já requerida anula a que se extraviou.

ELESBAO ROMERO  
Campo Mourão, 16-4-69

## Vidraçaria Modêlo Ltda

VIDROS — VITRAUX — QUADROS e ESPELHOS

Não faça sua compra sem antes fazer-nos uma visita.

Avenida Capitão Indio Bandeira, 660  
Campo Mourão Paraná

O fim da hortelã não é bem determinado nas entrevistas, enquanto o Sr. Vieira (CD/Arquivo 9) alega o final

da hortelã em 1950, o Sr. Fischer (ANEXO VI) atesta a existência da hortelã até meados da década de 1970, o Sr. Hackbarth (ANEXO II) diz que “O hortelã saiu na faixa de 1960 – 1970”, o Sr. Bernardo (ANEXO IV) fala que a primeira plantação na Fazenda Valderez foi hortelã, e que durou cerca de 5 à 6 anos, o que pode sugerir algo entre 1953-1960.

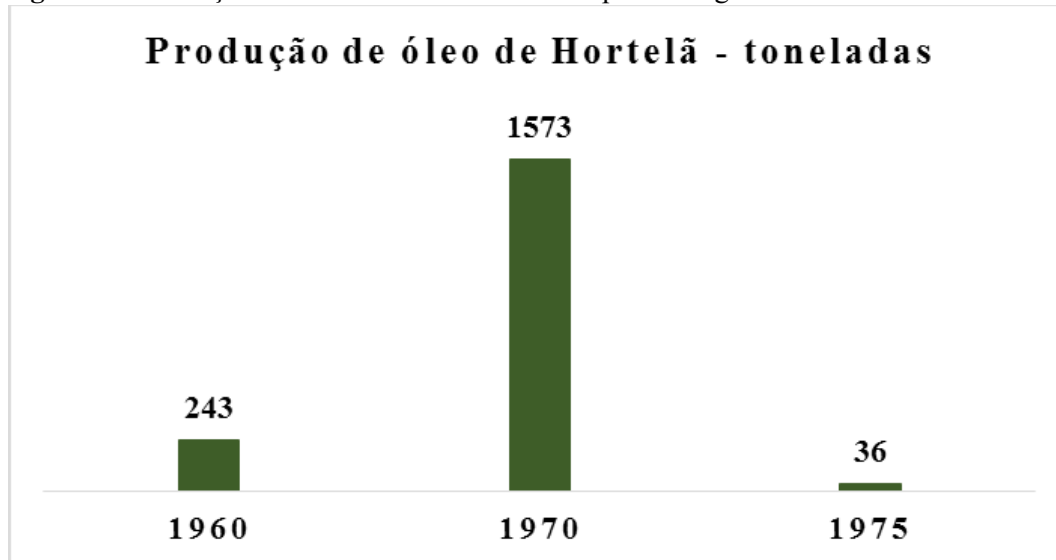
“O hortelã entrou em 1955, o forte mesmo foi de 57 até 59, ali na região. Depois as terra não produzia mais, porque ele morre né? Aí muita gente foi pra frente. Foi andando, até chegar no Paraguai pra plantar hortelã. Foi pra Tupãssi, Formosa, né?” (VIEIRA, ANEXO VIII)

mas em (19)66 o auge era o hortelã. [...]Nós toquemos Hortelã até (19)75, por aí, né? [...] A gente cortou muito hortelã pros vizinho. [...] Ela ficava grande assim, meio metro de altura. [...]. E outra, quando ele ficava mais velho ele começava a refinar, aí ele já ia rendendo menos. As vezes tombava as terra e plantava de novo. Produzia menos tempo, e refinava de novo, começava a morrer as moita no meio. O hortelã acabou por 75-76, foi mais ou menos nessa época. [...]Porque ele perde, como é que se diz, ele perdeu a menta. Aí cabia uns dois caminhão de coisa, de menta e ele não rendia mais. E outra, num crescia mais na roça, aí tinha que ficar jogando adubo porque ele ficava muito baixinho. Aí o plantio foi lá por Paraguai, lá era o auge, em 80, quando eu fui no Paraguai ainda tinha hortelã. Mas aqui na região de Engenheiro Beltrão, Quinta do Sol, acabou tudo. Outra, as lenhas acabou também. Porque precisava de muita lenha lá nas pipa pra aquecer, o povo já não tinha mais nem lenha! (FISCHER, ANEXO VI)

O Sr. Fischer (ANEXO VI) comenta sobre o fim do combustível necessário para manter a destilação funcionando, a lenha, fato que também é mostrado no trabalho de Voll e Schallenberger (2015). Tal fato evidencia o fim das áreas de matas do município, como visto anteriormente na discussão sobre a vegetação, que de acordo com o Censo Agropecuário de 1975, no qual figuravam somente 1.571 ha da formação vegetal natural.

Os dados dos Censos Agropecuários de 1960, 1970 e 1975 mostram a evolução da cultura da hortelã (Figura 25), nos censos de 1980 e 1985 a hortelã já não figura mais entre as espécies produzidas em Engenheiro Beltrão

**Figura 25:** Produção de óleo de Hortelã no município de Engenheiro Beltrão em toneladas



Dados do Censo Agropecuário de 1960, 1970 e 1975.

Como pode ser percebido, a maior parte da produção de óleo de hortelã no município se deu entre 1960 e 1970, o Sr. Vieira (ANEXO VIII) alega que a produção da hortelã foi “andando” em direção ao Paraguai. Esse fato pode ser corroborado pelos trabalhos de Backes (2009) e Vescovi (2016) que alegam a entrada da hortelã no Oeste Paranaense em 1970.

#### 4.1.6.3 O Algodão

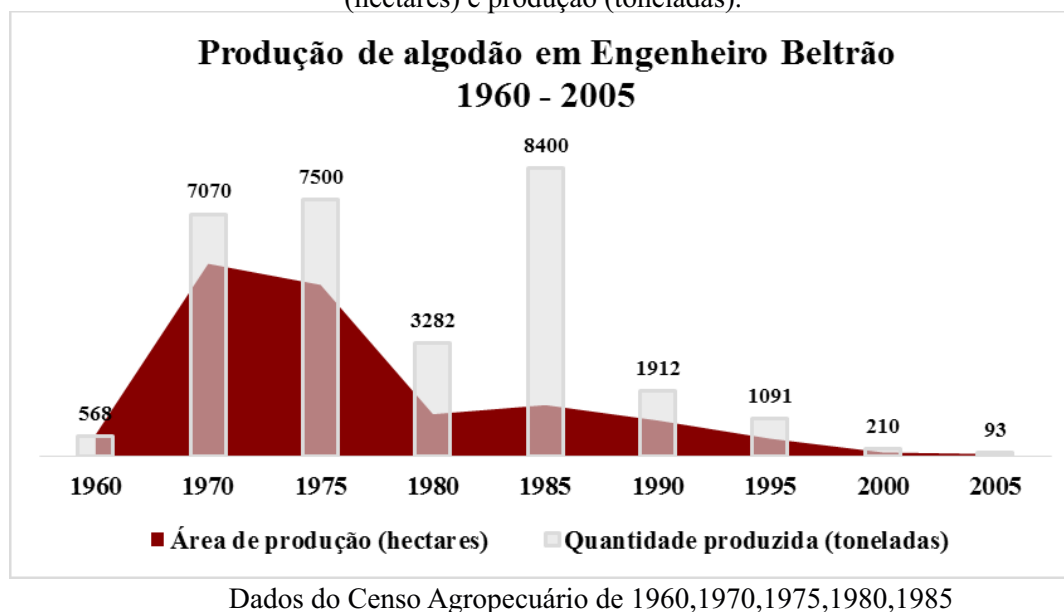
Buendia e Neptune (1971, p.5) descreveram o algodão como “a fibra têxtil mais importante, seja considerando o volume da produção, o valor monetário da mesma ou a multiplicidade de produtos que dele se originam”. De acordo com Vanni (1969) a exportação do café no Brasil só seria superada, ao final da década de



1960, pelo contingente da produção algodoeira.

Beltrão (1996) explica que o algodão é uma cultura que se desenvolve satisfatoriamente em regiões tropicais e é responsável por quase metade das fibras utilizadas na fabricação de tecidos no mundo. O cultivo do algodão, de acordo com Soethe et al. (2014), teve espaço no Norte do Paraná como uma espécie substitutiva do café devido ao risco de geada que dificultava o plantio cafeeiro. No entanto, o algodão parece coexistir com o café a hortelã, sendo substituto para as áreas da última. O Censo Agropecuário de 1970 (Figura 26) aponta uma grande área de produção para o algodão, o que demonstra que ele coexistiu com a hortelã, como se pode perceber na figura 25, que demonstra a alta produção de hortelã no Censo Agropecuário de 1970.

**Figura 26:** Produção de algodão no município de Engenheiro Beltrão entre os anos de 1960 – 2005, área produzida (hectares) e produção (toneladas).



Esse aumento existente em 1970 pode ser explicado devido ao financiamento para sementes de algodão que passa a vigorar em 1969, como mostra artigo do Jornal Tribuna do Interior (1969, p.5), “O financiamento para sementes de algodão”. No referido artigo, o Deputado Estadual Erondy Silvério fala sobre o financiamento, sugestão do Deputado Pinto Dias, que sugeriu “um meio de financiamento através do principal estabelecimento de crédito do Estado do Paraná”, o Banco do Estado do Paraná S.A., passando parte da verba do Fundo Agropecuário do Paraná para “solucionar aquele gravíssimo problema que é o financiamento aos cotonicultores, para a aquisição de sementes de algodão”. Cerca de quatro anos depois, em 1973, o governo também libera a aquisição financiada de sementes de algodão para meeiros, como pode ser encontrado no Jornal Tribuna do Interior, “Agricultura: meeiros tem agora semente financiada”.

O Sr. Vieira (ANEXO VIII) descreve o procedimento do plantio manual do algodão, com definição do espaçamento e as técnicas de cultivo.

Semente, algodão é semente. O plantio do algodão é mais ou menos igual ao é, na época, da matraca, da plantadeira manual, e plantava-se é em semente, é a semente já vinha imunizada, da empresa que fornecia, né? A dos atacadistas, aí você plantava com a plantadeira manual e quando o algodão já estava com 25-30 cm, aí você entrava com a raleação. Por exemplo, tinha 7 pé por metro linear, é muito pro algodão, a gente ia de rua em rua, arrancando. Arrancava um pé, deixava esse, arrancava esse, deixava esse... Assim por diante, pra ficar o pé do algodão, um distante do outro, de 35-40 cm. Por que se ficar muito pé de algodão, envassoura, não cria galho direito. Aí depois disso aí vem os cuidados. Inseticida, o algodão precisa muito de inseticida. Tem que desde novo tem que cuidar com lagarta. Tem que entrar com veneno, que eles não tem outra solução, tem que usar inseticida. Aí vem, o pé de algodão de algodão quando tá com 70-80 centímetros, a gente vem, a gente fala capar, o que é capar? Castrar, tem a árvore né? O pé, e daí você vem na guia do pé, aí você castra, chama capar, quebra essa ponta, vai quebrando a guia, com a mão. Pra forçar o pé a criar mais galho. Aí ele cria mais galho, porque se não corta a Guia, hoje não precisa mais, já tem os transgênicos, que eles não cresce mais. Mas antigamente tinha umas variedades de algodão que se você deixasse ficava com 2 metros, 2,5 metros altura. Cê entendeu? Era complicado até pra colher, hoje não, tudo mecanizado, você não põe a mão. E tudo mecânico, desde o plantio até a colheita. E daí, faz esse serviço de capação, que daí vai dar bastante flores, que vai criar a maça, é umas bola, né? Mais ou menos do tamanho de um ovo de galinha normal. Não é maior, é daquele tamanho. Não desses ovão grandão, ovo

normal. Daí vem a época da colheita. E você sempre tem que cuidar, que o inseto vem e fura as maçã. Furo, perdeu a maçã, que daí entra água e apodrece o algodão lá dentro. Tem que cuidar, desde que começou a florir. Começou a florir tem que entrar com o inseticida. Não pode descuidar de jeito nenhum. (VIEIRA, ANEXO VIII)

No entanto, a permanência do algodão no município não perduraria por muito tempo, uma vez que a cultura, de acordo com o Sr. Vieira (ANEXO VIII) era muito onerosa para ser mantida, visto que esta era atacada pelo “bicudo”, o Sr. Fischer (ANEXO VI) também discorre sobre o problema relacionado com o inseto. O Sr. Rossi (ANEXO IX) passou pouco tempo com o plantio de algodão, fato que ele atribui a pequena quantidade de terra que possuía na época o que acabou tornando a cultura pouco rentável. O Sr. Pereira (ANEXO VII) aponta os problemas de venda como motivo para abandonar o plantio de algodão.

Aí começamos a plantar algodão, plantio de algodão. Aí veio, não sei se a gente falou aquele dia, a doença do algodão, veio aquele inseto né? O bicudo. Aí não tinha condições mais de plantar. Depois veio a doença do algodão, aquele inseto, o bicudo, que não tinha condições mais de plantar porque ele dizimava todas as maçãs, ele furava todas as maçãs e as maçãs apodreciam. Um dos grandes fatores de saída do plantio de algodão e partir pra soja [...] Foi daí depois da desistência foi quando entrou esse maldito bichinho, desse tamanhozinho assim, é deve dar de doze a treze milímetro, não dá mais que isso. Pouquinho mais de um centímetro, e ele tem um bico, um bico bem assim. E ele fura, o instinto dele é furar, desse inseto, daí foi aonde todos os agricultores. Era muito caro pra manter a planta, pra manter a produção, aí chegava no final, não tinha condições. Não sobrava nada e ainda ficava devendo. (VIEIRA, ANEXO VIII)

Depois começou o algodão. Foi mais ou menos em 63-64 que começamos plantando algodão. Ficamos uns oito anos plantando, a gente entrou naquele plantio de algodão que todo mundo plantou, e daí quando todo mundo começava outro saía também no mesmo ramo. Nós vendia algodão pra Campo Mourão. Porque na época foi acabando as compras do algodão, e aí foi deixando a lavoura, e foi partindo pra outras coisas, a gente foi tirando, foi plantando feijão e milho. E foi tirando o algodão..(PEREIRA, ANEXO VII)

Tinha vez que pelava (os insetos) o algodão, o soja também. No começo não precisava passar veneno, depois começo a precisar. (FISCHER, ANEXO VI)

O Sr. Vieira (ANEXO VIII) considerava a produção do algodão dispendiosa, alegando, aparentemente o problema com o bicudo, no entanto no artigo publicado na Tribuna do Interior “Algodão: Safra pode atingir 650 mil fardos” fala-se sobre o problema da mão-de-obra. Portanto é possível que o final do plantio do algodão tenha se dado em uma conjunção entre o “bicudo” e a mão-de-obra necessária não só para a colheita, mas também para o acompanhamento da lavoura.

... haverá diminuição acentuada da área de plantio que deverá ceder lugar à cultura da soja. [...] Os problemas maiores encontrados pelos plantadores de algodão, segundo pesquisas realizadas, têm sido no setor de mão-de-obra. Observa-se que esta se torna onerosa e escassa no passar do anos e, com isso surgem outras culturas menos trabalhosas. A colheita de algodão no Estado ainda é feita manualmente, o que encarece sua produção. (Tribuna do Interior, 19 jul. 1973, p. 10)

O *Anthonomus grandis*, o “bicudo”, como é conhecido pelos entrevistados, é descrito por Gallo et al. (2002) como um inseto fitófago, que se alimenta das estruturas reprodutivas do algodoeiro, a fêmea adulta deposita ovos por um orifício feito com o bico no botão floral da planta. O Sr. Vieira (ANEXO VIII) descreve o animal:

... desistência foi quando entrou esse maldito bichinho, desse tamanhozinho assim, é deve dar de doze a treze milímetro, não dá mais que isso. Pouquinho mais de um centímetro, e ele tem um bico, um bico bem assim. E ele fura, o instinto dele é furar, desse inseto, daí foi aonde todos os agricultores. Era muito caro pra manter a planta, pra manter a produção, aí chegava no final, não tinha condições. Não sobrava nada e ainda ficava devendo.

De acordo com todos eles, os agrotóxicos entraram nessa época e eram pulverizados na plantação com máquinas costais. O envenenamento era comum na época, mas eles atribuem esse fato a descuido das pessoas. O agrotóxico usado na lavoura de algodão era o Hexaclorobenzeno, popularmente conhecido como BHC. A

quantidade de agrotóxico utilizada, baseada no discurso deles era muito alta, “Usava agrotóxico, como usava” (ROSSI, ANEXO IX); “Inseticida, o algodão precisa muito de inseticida. Tem que desde novo tem que cuidar com lagarta. Tem que entrar com veneno, que não tem outra solução, tem que usar inseticida.” (VIEIRA, ANEXO VIII); “Era aquele BHC, o BHC era o bom, que jogava no algodão pra matar.” (PEREIRA, ANEXO VII).

Para Alves et al. (2008), após a década de 1970, com o advento da mecanização, se instala uma “cotonicultura empresarial”, melhoria na tecnologia de produção que criaria saltos de produtividade que eram viabilizados pelas exportações. A partir de 1980, o algodão figurará em Engenheiro Beltrão de forma diferente, com o uso de implementos agrícolas como descreve o Sr. Pereira (ANEXO VII)

Já foi bem depois, o maquinário já foi lá por 1980, por aí, oitenta e pouco, nós começamos a plantar com trator, depois eu comprei o trator, a colhedeira também, aí já comecei a plantar com plantadeira no trator. Aí começou a entrar o maquinário. Até (19)80 era plantado manual. Eu tinha arrendamento, plantava cento e poucos alqueires de soja e algodão. (PEREIRA, ANEXO VII)

De acordo com Tardin (2005), no início da década de 1990 a produção diminuiria consideravelmente, devido à queda nos preços. No município de Engenheiro Beltrão se faz notar essa relação, uma vez que, a partir da década de 1990 a produção começa a diminuir (Figura 26). Em 2008, último dado referente a produção de algodão, o município produziu cerca de 30 toneladas (IPEA, 2011), nos anos posteriores não há indicações de plantio de algodão no município. O Sr. Pereira (ANEXO VII), único que alegou o plantio do algodão mecanizado, não é mais responsável pela produção do seu sítio e sua produção se baseia no binômio soja/milho.

#### 4.1.6.4 O plantio mecanizado

Szmrecsanyiy e Ramos (1994) em seu trabalho “O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira” informam sobre a modernização da agricultura, que foi implantada pelo Estado através de créditos rurais os quais subsidiavam a compra de insumos como tratores e implementos, com comportamento seletivo, uma vez que as lavouras que receberam o processo de modernização foram as exportadoras, como é o caso da soja, do trigo e da cana. Para Carvalho (2004) o governo se pautava no desenvolvimento dos países do centro do sistema capitalista.

A partir de 1970 com o apoio do governo para a retirada do café, que já vinha da década anterior, a introdução de culturas mecanizadas começa efetivamente a ganhar força. Os entrevistados apresentam em suas falas essas mudanças. Nessa fase o Sr. Rossi (ANEXO IX) deixa o plantio de lado e passa a arrendar a terra para outro agricultor. Enquanto isso, o Sr. Vieira (ANEXO VIII) e o Sr. Pereira (ANEXO VII) assumem a nova empreitada, adquirindo maquinários para o plantio de soja e milho. Junto com os maquinários, entram, efetivamente, na rotina do agricultor as sementes selecionadas e os insumos agrícolas (inseticidas, adubos).

Começaram a plantar soja também, né. [no final do café, na década de 1960] [...] Foi aí que rancou tudo, que nós mecanizamos tudo, pra plantar soja. Que daí já não era mais plantado com a maquinazinha na mão, aí não era mais, era com trator, com semeadeira. [...] E começou a mecanizar as terra, pra plantar soja e milho. (FISCHER, ANEXO VI)

E... Até aí é isso aí, de 69-70 é que começou a fazer, alguém, não todo mundo a fazer rotação de cultura. Plantava soja, plantava milho, plantava trigo, né? [...]. Então a gente precisava de máquina pra poder plantar, pra plantar o soja, plantar milho, plantar o trigo. Então a gente tinha todo o maquinário, a gente adquiriu tudo financiado no Banco do Brasil. [...] Aí esperava chover, torce pra vir chuva dos céus. E entrava com a plantadeira que nós compramos. Que já tinha a plantadeira que nós compramos. Aí “cê” plantava, com a plantadeira. Já, já começou sim. Já começava ter lagarta, começou atacar a lavoura de soja, aí teve que usar inseticida. Pra matar os insetos. [...] A gente, aí meu pai não tinha colheitadeira pra colher, aí veio do Estado de São Paulo, um senhor com duas colheitadeiras e ficou na região. Colhia pra um, colhia pra outro, e meu papai também pagou pra ele colher. Nossa primeira lavoura de soja, depois, o falecido Jaime Scipione, João Scipione, daquela fazenda que tinha ali em Ivailândia, até citei antes, a Fazenda Regina, né? Eles tinha máquina de colher, aí eles ia colher pro meu pai também. Depois acho que já no terceiro ano nós já compramos uma máquina pra nós colher. O Banco do Brasil financiou para nós. E 6 anos, 8 anos, parece que foi isso, aí já não tivemos mais problemas na colheita. Aí quando passou totalmente pra mecanização, aí foi todo mundo, aí foi todo mundo. Quem tinha máquina ia plantar pro vizinho, igual a nós. Terminava o nosso e ia ajudar os vizinhos. Depois de plantado, dos cuidados, aí vinha a colheita, né? A

gente, ai meu pai não tinha colheitadeira pra colher, ai veio do Estado de São Paulo, um senhor com duas colheitadeiras e ficou na região. Colhia pra um, colhia pra outro, e meu papai também pagou pra ele colher. (VIEIRA, ANEXO VIII)

O Sr. Vieira (ANEXO VIII) fala sobre o “auxílio” fornecido aos vizinhos, no entanto, o que se percebe é a mesmo sistema de trabalho que estava associado ao alambique na época da hortelã, com um sistema de pagamento pelo serviço efetuado. Em Codesul (1977) é explicada a introdução da mecanização:

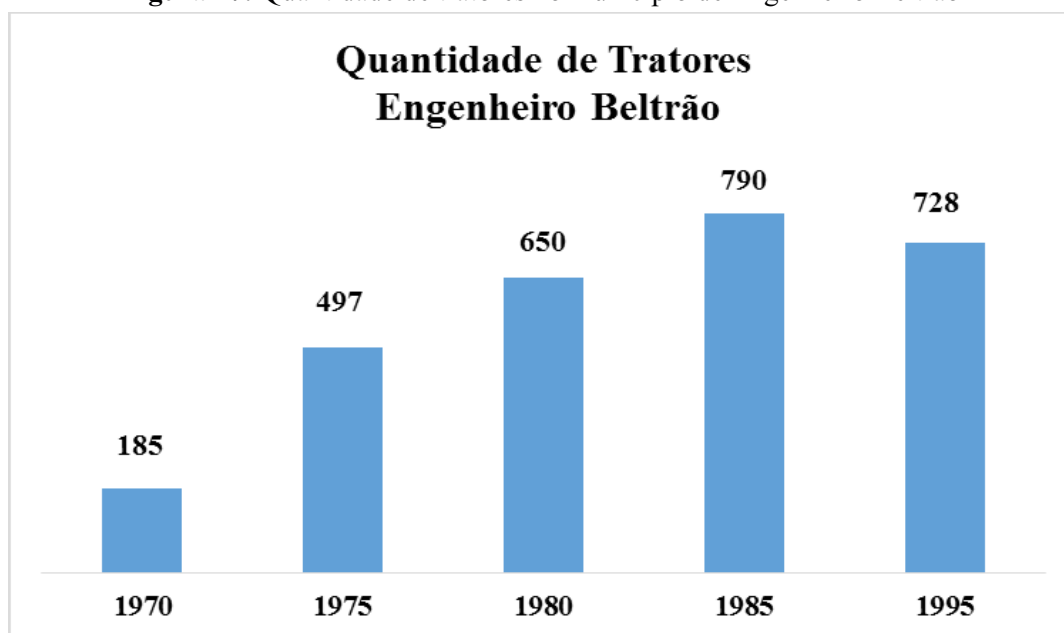
...facilitada pelo sistema de crédito, tem como consequência o desaparecimento progressivo dos pequenos e médios agricultores e dos sistemas de exploração tradicionais: parceria, colonato. [...] A alternativa que se apresenta para os que não conseguiram o seu lugar no novo estado de coisas é, num primeiro momento, a venda de sua capacidade de trabalho como assalariado temporário nas suas diversas formas, ou como assalariado permanente, numa menor proporção e, num segundo momento, a emigração. (CODESUL, 1977, p. 14)

O Sr. Bernardo (ANEXO IV) descreve com tristeza a nova rotina, “Aí foi o soja, acabou tudo! Aí tirava o soja, plantava milho, tirava o soja, plantava milho.” A Sra. Bezerra (ANEXO III) alega que o problema econômico no Brasil é fruto da mecanização:

A roça é difícil. Mas na minha mente, o maquinário estragou o Brasil, ninguém tem mais emprego, é tão difícil. O maquinário colhe tudo, colhe o milho, colhe o feijão, o veneno mata o mato. Aí não tem emprego. (BEZERRA, ANEXO III)

De acordo com Mueller (1987), a partir de 1970 houve uma queda nas áreas de lavouras permanentes, fato que foi anteriormente explicado pelos entrevistados como a entrada da mecanização apoiada pelo governo. O mesmo autor alega que a essa mudança no comportamento agrícola fez com que houvesse uma redução nos estabelecimentos com menos de 10 ha. A sra. Bezerra (ANEXO III) chama atenção para a mecanização que, a seu ver, retirou a fonte de trabalho dos brasileiros. Em Engenheiro Beltrão, o número de tratores evoluiu rapidamente entre 1975 e 1985, como pode ser observado na Figura 27. O Sr. Hackbarth (ANEXO II) também faz a conexão entre a mecanização e a falta de empregos.

**Figura 27:** Quantidade de tratores no município de Engenheiro Beltrão



Dados dos censos agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995

Tinha muita gente aqui, hoje em dia, não tem mais não. Não tem mais emprego. Hoje em dia um homem toca 100 alqueires de terra sozinho, não precisa de ajuda. Só pra colher, que daí vem mais uns. Mas mesmo assim, não dá trabalho de verdade (HACKBARTH, ANEXO II).

De acordo com Trintin (2001, p. 98), esse novo padrão agrícola foi o responsável por “desencadear um vertiginoso processo de expulsão do homem do campo, que só não teve mais graves consequências porque se contava com a possibilidade de expansão da fronteira em outras áreas do território brasileiro.”

Na Figura 27 pode ser observado o rápido processo de transformação na base técnica das atividades agrícolas, fato que, quando associado as entrevistas de Hackbarth (ANEXO II) e Bezerra (ANEXO III) faz com que seja possível inferir que os produtos rurais de menor poder aquisitivo ficaram a margem do processo. É averiguado também o aumento da mecanização entre 1970-1975, com cerca de 60% do aumento na quantidade de tratores disponíveis no município.

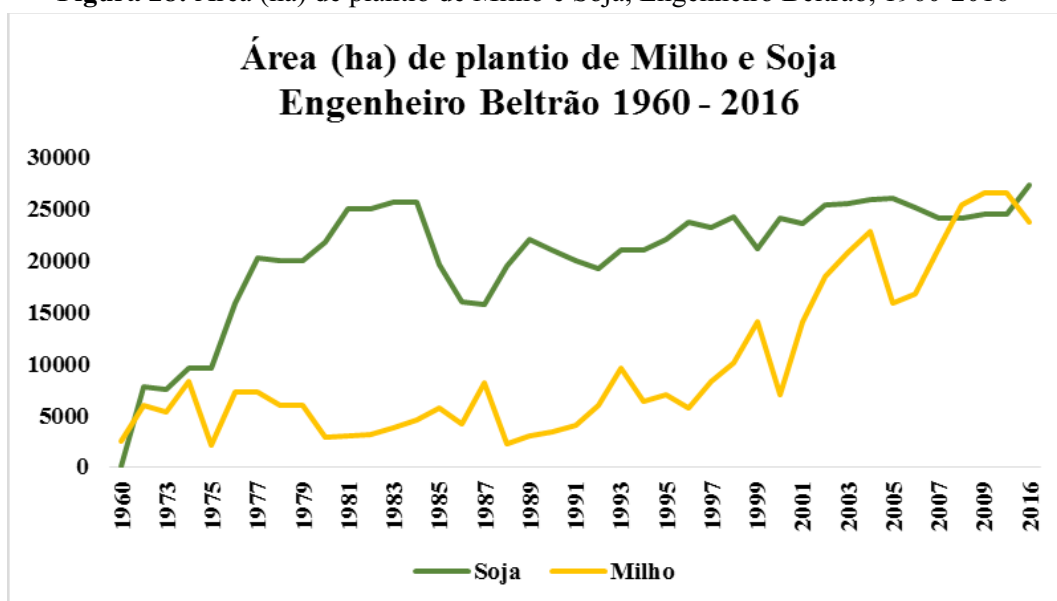
No estudo “Consequências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná”, elaborado pelo Ipardes (1985) o fenômeno que envolve a agricultura paranaense fez com que muitos proprietários retomassem a responsabilidade por áreas antes sob custódia de arrendatários e parceiros, bem como adquirindo novas áreas de terra de pequenos proprietários, aumentando a concentração fundiária.

O cultivo de soja, de acordo com Soethe et al. (2014) teve início no Norte do Paraná após a geada de 1963, com impulso dado pelo IBC, que colocou 10.000 toneladas de sementes à disposição dos agricultores. Para Ipardes (1981) a introdução da soja no Paraná ocorreu através de pequenos proprietários advindos do Rio Grande do Sul, que culturalmente criavam porcos para venda e utilizavam a soja como lavoura destinada aos animais, associada com o milho, a mandioca, a abóbora e a batata doce.

A modernização da agricultura paranaense, de certo modo, confunde-se com a expansão da soja no estado. Devido à importância que essa cultura assumiu na estrutura produtiva agrícola estadual, acreditamos ser importante destacar que, antes mesmo de sua expansão, a soja já era plantada em algumas microrregiões do oeste paranaense, quando sua produção ainda era realizada em pequenas áreas e destinava-se, em grande maioria, à alimentação de animais. (TRINTIN, 2001, p. 90)

A entrada da cooperativa se explica quando é avaliada a área de soja e milho no município de Engenheiro Beltrão (Figura 28). De acordo com o Censo Agropecuário de 1960, teriam sido produzidas 36 toneladas de soja e 3.891 toneladas de milho, no Censo Agropecuário de 1975 seriam, respectivamente, 13.680 e 19.550 toneladas de cada cultura. Em 1976, somente um ano após a entrada da cooperativa, a produção de soja aumentaria em 43,3%, perfazendo mais de 35.000 toneladas e preenchendo cerca de 83% da capacidade dos silos instalados.

**Figura 28:** Área (ha) de plantio de Milho e Soja, Engenheiro Beltrão, 1960-2016

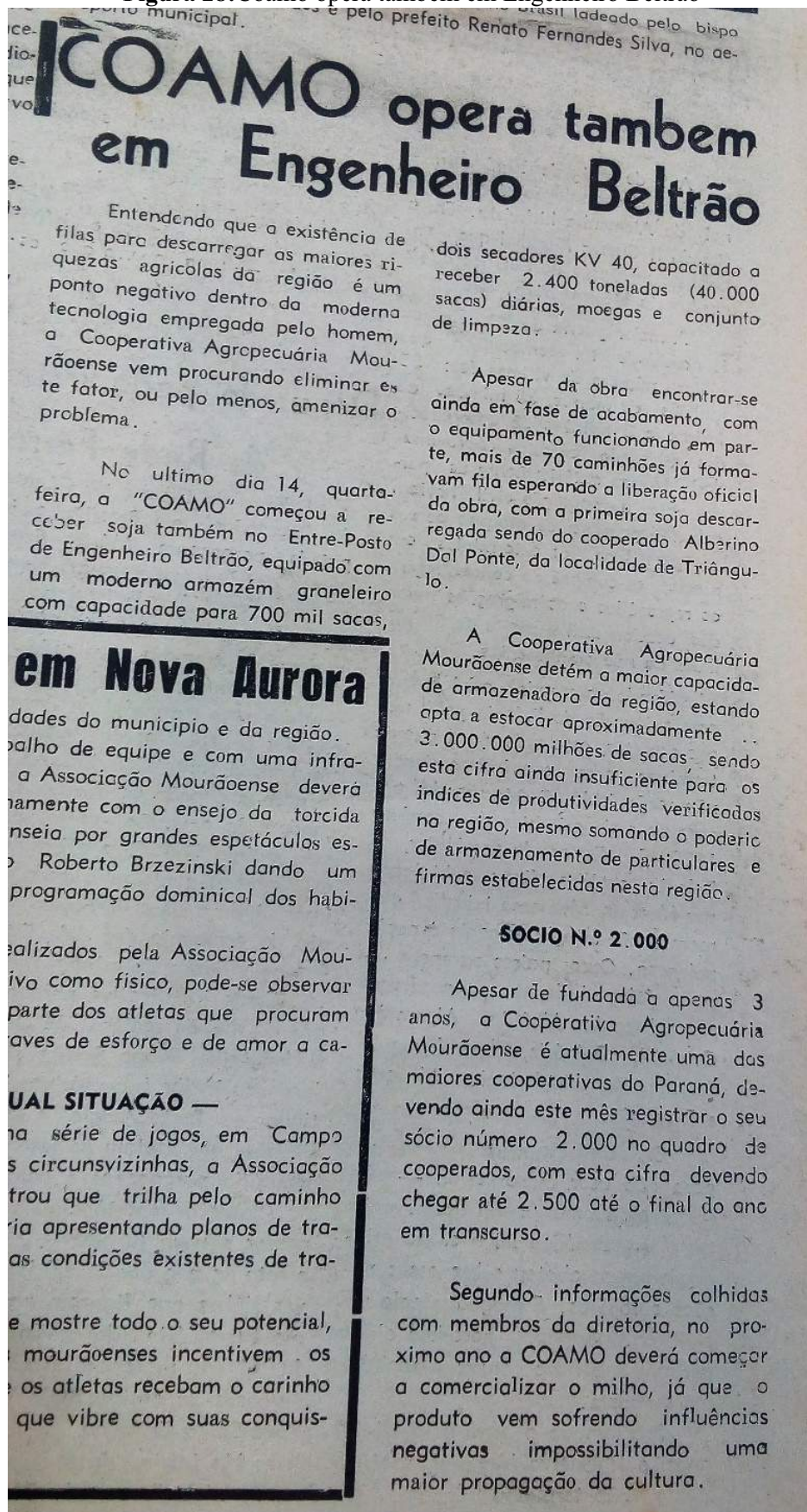


Fonte: Banco de dados IPEADATA (2017). Gráfico elaborado pela autora.

Em um estudo feito pelo Ipardes (1985), averiguou-se que na região de Campo Mourão a expansão da soja foi de larga escala, passando a corresponder por 60% da produção paranaense. A cultura da soja se faria tão importante para a região que, em 28 de novembro de 1970, de acordo com Oliveira e Onofre (2011), seria fundada a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., COAMO, com 79 agricultores. Cinco anos depois, seria instalado um entreposto em Engenheiro Beltrão, capaz de receber 2.400 toneladas diárias de soja. como pode ser encontrado

no Jornal Tribuna do Interior, em 23 de fevereiro de 1975, no mesmo artigo é anunciado que a partir de 1976 a COAMO também passaria a receber milho (Figura 29).

Figura 28: Coamo opera também em Engenheiro Beltrão

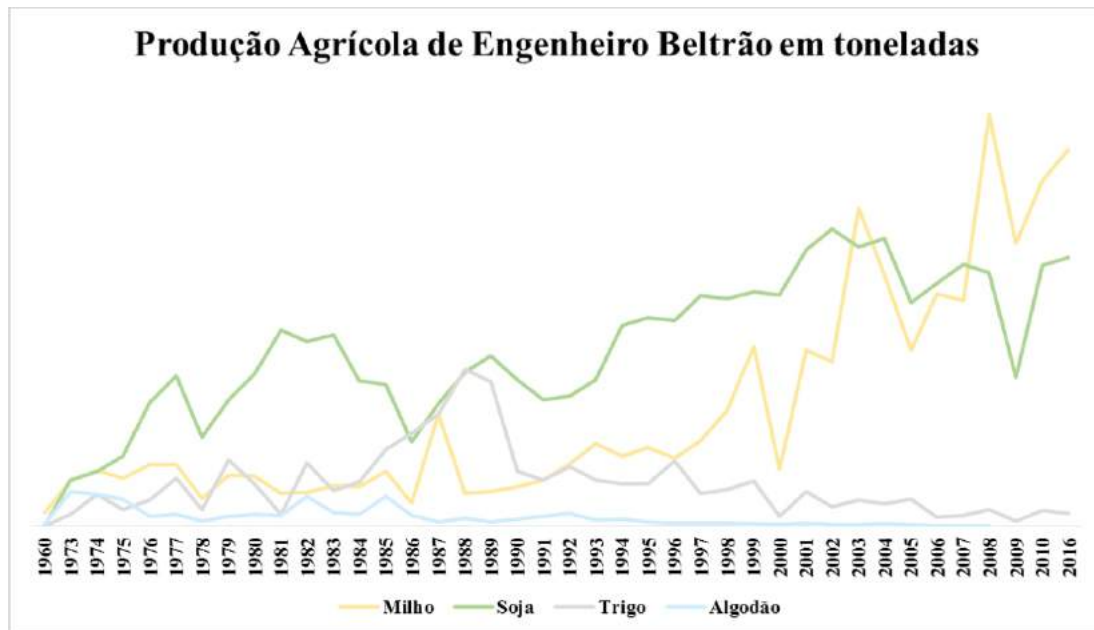


Publicação do Jornal Tribuna do Interior, 23 de fevereiro de 1975, capa.

Como pode ser averiguado na Figura 29, a soja e o milho se instalaram como culturas produtivas do município a partir da década de 1970. Ao observar as duas culturas comparadas ao algodão e o trigo (Figura 30),

percebe-se a importância das culturas no município.

**Figura 30:** Produção agrícola de Engenheiro Beltrão em toneladas



Fonte: Base de dados IPEADATA (2017)

A importância que a soja adquire na região e na conjuntura política paranaense pode ser percebida ao longo dos anos no Jornal Tribuna do Interior. No ano de 1973 são publicados artigos como “BB defere crédito de 160 milhões para a comercialização do soja” e “Hermes Macedo acredita no futuro do soja”, os quais demonstram a tentativa de valorizar a soja. Após a geada de 1975, figuram no jornal os artigos, “Deputado destaca a importância da soja no Paraná”, o qual fala sobre a produção da safra recorde de 3,5 milhões de toneladas, “presenteando o Brasil com a maior safra da sua história” e atribuindo ao Estado o título de Centro Nacional da Soja. A propaganda sobre o “Setor Agro-Pecuário” aponta a soja como uma das “principais riquezas” do Estado (Figura 31).

**Figura 31:** Setor Agro-pecuario



Fonte: Tribuna do Interior, 09 de fevereiro de 1975, p. 3.

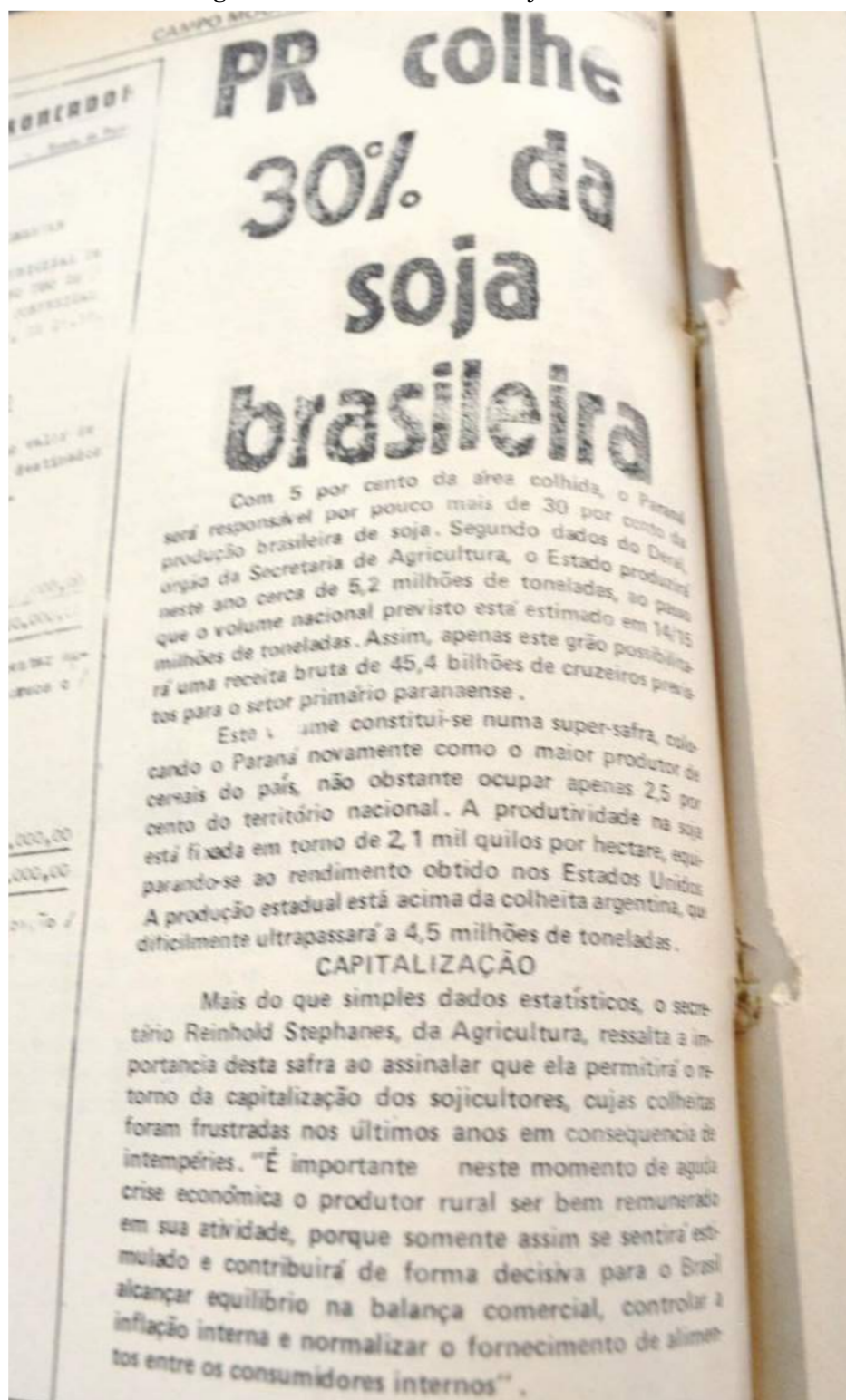
Já em 1976, “Soja tem boa perspectiva no mercado interno”, que demonstra a importância que a soja

adquiriu ao longo dos anos. Em 1980, é publicado o artigo no qual se percebe a ligação entre a cultura da soja e a economia paranaense, “Muito otimismo nesta grande safra de soja”, nele é feita a declaração do departamento Técnico da COCAMAR:

se continuar do jeito que está, se não ocorrer nenhum problema, até a época da colheita, teremos uma das maiores safras de soja de toda a história do Paraná. As lavouras de milho, arroz, algodão e pastagens apresentam ótimo aspecto e deverão ter, em consequência, altos índices de produção e produtividade. (TRIBUNADO INTERIOR, 06 jan. 1980.)

“PR colhe 30% da soja brasileira” é a chamada do jornal em 24 de fevereiro de 1980, confirmando a super-safra esperada no mês anterior (Figura 32).

**Figura 32:** PR colhe 30% da soja brasileira



Fonte: Tribuna do Interior, 24 de fevereiro de 1980.



#### 4.1.6.5. CANA-DE-AÇUCAR

Em 1975, diante da crise do petróleo, o governo do Presidente Ernesto Geisel (1907-1996), instaurou o Proálcool, o qual, de acordo com ROPPA (2005) foi dividido em duas fases; a) misturar o álcool anidro à gasolina, objetivando diminuir o volume de óleo importado; b) produzir veículos movidos somente a álcool. Para colocar em prática o projeto, o governo estimulou o plantio da cana-de-açúcar, segundo Paczyk (2009) isso se daria através da construção ou modernização das destilarias.

O setor sucroalcooleiro paranaense foi beneficiado pelos incentivos concedidos pelo governo brasileiro e aproveitou às condições favoráveis encontradas no estado, como o clima adequado, a pouca incidência de geadas, terras aptas ao cultivo da matéria-prima necessária para a alternativa energética renovável, o que resultou no aumento da produção da cana-de-açúcar e na expansão da produção do álcool. (PACZYK, 2009, p. 5)

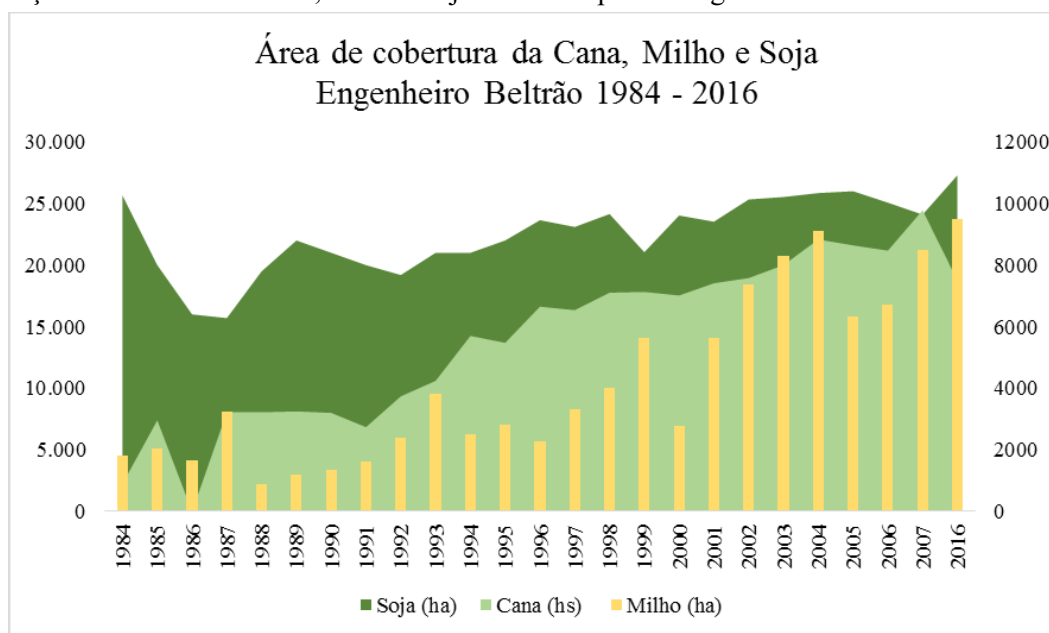
Em 14 de novembro de 1975, o governo instituiu o Programa Nacional do Álcool (PNA) através do decreto no 76.593 no qual assume que a produção de álcool oriunda de qualquer insumo agrícola. De acordo com Carvalho et al. (2007) o Programa Nacional do Álcool foi estimulado pelo baixo preço do açúcar no mercado externo, gerando empregos no meio rural e substituindo as culturas alimentares.

Em 1976, é publicada uma matéria no Jornal Tribuna do Interior (18 de janeiro de 1976, p.1) sobre a pesquisa sobre cana-de-açúcar que é apresentada ao Governador Jayme Canet Junior (1925-2016), apontando “os aspectos filatécnicos, econômicos e sociais que a cultura apresenta, além das suas implicações no contexto paranaense”.

O Sr. Pereira (ANEXO VII) descreve sua relação com a cana “fizemos muita rapadura, açúcar. Tinha canavial lá, plantamos cana. Tinha engenho tocado de cavalo.” A qual se deu quando era mais novo, no sítio do seu pai, onde a cana era produto de subsistência. Situação parecida se dá com o Sr. Rossi (ANEXO IX), o qual utiliza a cultura como alimento para o gado que gera leite para sua subsistência e sobras para venda.

De acordo com Ipardes (1994) a cana-de-açúcar passa a figurar a mesorregião de Centro Ocidental a partir de 1985. A partir de 1984 a cana passa a configurar a paisagem de Engenheiro Beltrão ao lado do milho e da soja como lavoura comercial (Figura 33).

**Figura 33:** Produção das culturas de cana, milho e soja no município de Engenheiro Beltrão entre os anos de 1984 e 2016



Dados: IPEADATA (2016) e IBGE (2017).

Tal fato se deve a instalação da Destilaria de Álcool Sabará S/S., Sabarácool S/A. Açúcar e Álcool em 1º de outubro de 1982, de acordo com dados de Petsch e Bueno (2010).

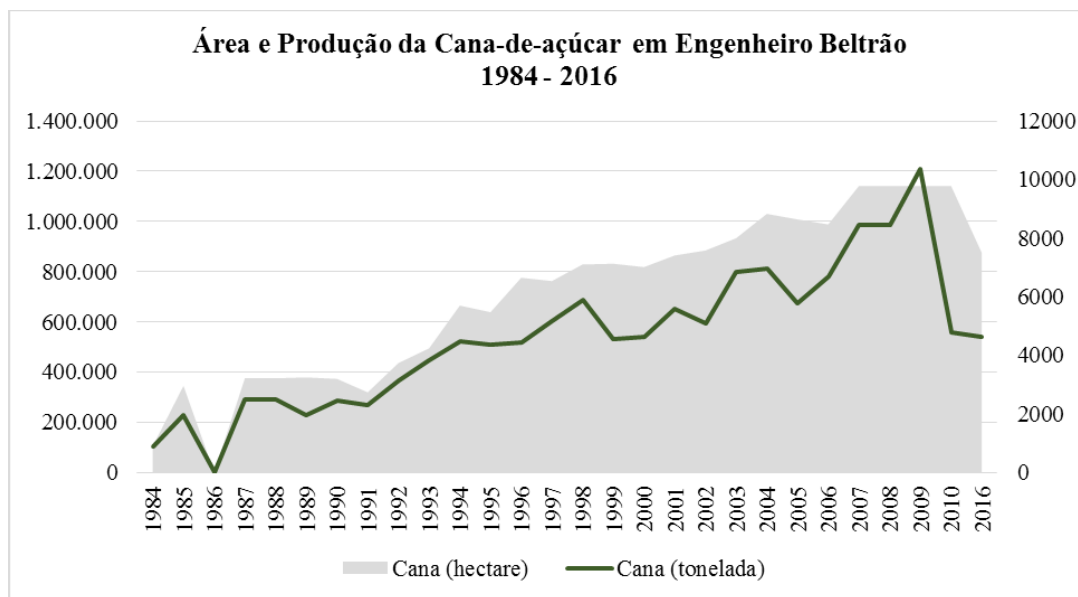
O Sr. Bernardo (ANEXO IV) descreve a entrada da cana na fazenda em que trabalhou no início de 1990. O arrendamento figurou a vida dos Srs. Parolin (ANEXO V) e Fischer (ANEXO VI):

Aí depois com esse negócio de intoxicação meus irmãos resolveram arrendar, arrendar pra cana, daí. Não tava mais dando certo, por causa do veneno, né? (PAROLIN, ANEXO V)

...mas hoje, por causa dessa mecanização, que a gente vendeu as terras lá, aí foi plantado cana. [...]A cana foi arrendada nos anos (19)90. (FISCHER, ANEXO VI)

De acordo com Petsch e Bueno (2010), em 1985 o município tinha 10,2% da sua área recoberta pela cana-de-açúcar, em 2009 a área produtiva englobaria 30,2% do município, um aumento de aproximadamente 66,2% em 34 anos. Esse aumento pode ser visualizado na Figura 34, onde, de acordo com dados retirados da base do IPEADATA, a área em 1985 era de 2.960 ha, e em 2009 alcançaria seu limite máximo, com 9.782 ha plantados, com aumento de aproximadamente 70% de aumento na área produtiva.

**Figura 34:** Área e Produção da Cana-de-açúcar em Engenheiro Beltrão entre 1984 e 2016



Fonte: IPEADATA (2017)

Borges (2015) discorre sobre a representatividade socioeconômica da Usina Sabarálcool, que estava alocada em Ivailândia, distrito de Engenheiro Beltrão. Com seu fechamento em 2013 devido à falência, as áreas arrendadas foram repassadas pela justiça para outra empresa do ramo sucroalcooleiro, que está finalizando os contratos. A área ocupada diminuiu para 7.500 ha em 2016, com decréscimo de 30,5% em 3 anos. Com isso a dinâmica territorial do município está sendo alterada novamente, com a retomada das áreas de cana pelas culturas da soja e do milho. Em alguns anos, será possível averiguar a diferença na paisagem do município.

#### 4.1.7. INSUMOS AGRÍCOLAS: O USO DO AGROTÓXICO

De acordo com INCA (2015), agrotóxicos são substâncias químicas para controle de pragas sejam elas animais ou vegetais receberam inúmeras outras designações ao longo do tempo, defensivo agrícola, praguicida, remédio de plantas, veneno.

Guerra e Sampaio (1991) e Yuldeman et al. (1998) apresentam os inseticidas usados ao longo do tempo, por volta de 1000 a.c. gregos e romanos já utilizavam produtos químicos no controle de insetos, a cerca de 2000 mil anos os chineses empregavam o uso de compostos naturais retirados das flores de crisântemos e povos do deserto utilizavam pó ou ramas de piretro como repelentes de moscas e mosquitos. Alves Filho (2000) fala sobre o uso de compostos orgânicos vegetais extraídos do tabaco e do timbó, bem como o uso de compostos inorgânicos na Europa do século XIX. O mesmo autor fala sobre o uso do sulfato de cobre como fungicida, que deu origem à calda bordalesa em 1885. Guerra e Sampaio (1991) fala sobre a ascensão do uso de produtos químicos na proteção de plantas a partir do final do século XIX, o que ele aponta como a “primeira geração” de agrotóxicos. De acordo com o autor, em 1932, é criado o Lethane 384, o primeiro produto da “segunda geração”.

Todavia, o uso dos agrotóxicos se disseminaria, de acordo com Alves Filho (2000), a partir da

Segunda Guerra Mundial (1939-1945), período no qual surgiria o BHC (Hexaclorociclohexano) em 1941-1942, somente dois anos após a descoberta do DDT (Dicloro Difênil Trocloroetano). Segundo Paschoal (1979), o DDT conferiu a Paul Muller, seu idealizador, o Prêmio Nobel de fisiologia e medicina em 1948. Nesse período, agrotóxicos seriam utilizados diretamente na guerra:

...quando a primeira bomba atômica explodiu, no verão de 1945, viajava em direção ao Japão um barco americano com uma carga de fitocidas, então declarados como LN 8 LN 14, suficientes para destruir 30% das colheitas. Com a explosão das bombas o Japão capitulou, o barco voltou. Mais tarde, na Guerra do Vietnam, estes mesmos venenos, com outros nomes, tais como "agente laranja" e agentes de outras cores, serviram para destruição de dezenas de milhares de quilômetros quadrados de florestas e de colheitas (...) os químicos que conceberam aquela forma de guerra química passaram a oferecer à agricultura seus venenos, agora chamados de herbicidas (LUTZEMBERGER, 1992:98-99)

Para Jobim et al. (2007), o uso dos agrotóxicos no Brasil se propagou a partir da década de 1970 com a implantação do Plano Nacional do Desenvolvimento (PND) que obrigou os agricultores a adquirirem uma cota definida de agrotóxicos para a obtenção de crédito rural. No entanto, para o Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, do Ministério da Saúde (2016), foi com a política agrícola de modernização do campo que foi iniciada em 1960, a “revolução verde”. O governo alegou que agrotóxicos seriam a “tábua de salvação” contra pragas e insetos e, de acordo com Moura (2005), foi estimulado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, o qual ligava a concessão de empréstimos a um valor que deveria ser gasto pelos agricultores em agrotóxicos.

De acordo com Caires e Castro (2002) os agrotóxicos entrariam efetivamente na dinâmica agrícola do Brasil a partir de 1970, sendo chamado de defensivo agrícola ele passou a figurar nas cartelas de financiamentos agrícolas ao lado de adubos e fertilizantes. Ruegg et al. (1991) também aponta a década de 1970 como o momento de impulsos diferenciados na produção agrícola. Com estímulo de linhas de crédito, novas tecnologias foram incutidas no campo, com preferência para culturas de exportação. Nos pacotes de financiamento bancários entravam insumos e equipamentos. E é nessa época que os ‘defensivos agrícolas’ começam a entrar na produção brasileira, com o discurso da proteção do plantio contra pragas e doenças.

O uso de agrotóxicos se disseminou na agricultura da região nos últimos 40 anos, como pode ser percebido nos jornais da região pois, a partir da década de 1970, começa uma campanha mais efetiva a favor do uso de implementos agrícolas. No jornal Tribuna do Interior, em dezembro de 1976 foi noticiada a campanha do uso adequado dos defensivos agrícola, apoiada pelo COAMO (Figura 35).

Figura 35: Lançada em Campo Mourão campanha do uso adequado dos defensivos agrícola



Fonte: Jornal Tribuna do Interior. 12 de dez. 1976, capa.

As falas dos entrevistados sobre as épocas do início do uso de agrotóxicos podem ser corroboradas pelos dados dos Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975 e 1985. A não-utilização ou pequena utilização do período da cultura do café no município e da hortelã se correspondem com os dados de 1960-1970, uma vez que nesses anos não há nenhuma propriedade que alega estar utilizando agrotóxicos. Mas, a partir de 1975, dos 1289 estabelecimentos do município, 1138 faziam uso de agrotóxicos e, em 1985, cai para 1052 locais.

No entanto, não se deve atribuir essa diminuição com um sinal de noção dos efeitos danosos dos agrotóxicos, mas sim à concentração fundiária que começa a ocorrer com a evolução agrícola e a entrada da mecanização. Em 1985, o Censo Agropecuário apresentou 37 estabelecimentos rurais a menos que em 1975. No entanto, nesse ano, o número de estabelecimentos caiu para 1252, com 37 lotes a menos que em 1975. Além da diminuição no número de lotes, tem-se, entre os anos de 1970 -1985 um salto de 22,75 % no uso de áreas arrendadas. De acordo com Mueller (1987), entre os anos de 1975 e 1980 houve redução dos estabelecimentos pequenos (menores de 10 alqueires), e entre 1980 e 1985 esse valor aumenta em aproximadamente seis vezes. Sobre esse tema o Srs. Vieira (ANEXO VIII) e Bernardo (ANEXO IV) informam que:

Olha, até 1969, foi o primeiro plantio que a gente fez mecanizado, até ali a gente nunca usou, nunca usou veneno, só usou veneno no algodão. No plantio de algodão. Milho, trigo, é, feijão, cê nunca viu, nada. Zero de, de herbicida, zero de inseticida. O algodão era plantado de 65 a 69. BHC, usava o BHC e usava é... como é que chamava o outro? Aldrin. Usava aldrin. Tinha aldrin, tinha BHC, tinha Aldrin, tinha. Mas o mais, 90% era o BHC, aquele em pó.[...]. Não tinha bicho, começou aparecer pulgão, o pulgão por exemplo, no caso do trigo na lavoura mecanizada, começou a aparecer ali na década de 70, quando a gente começou a plantar trigo. Trigo, soja, trigo, soja, trigo, soja. Não tinha na época. (VIEIRA, ANEXO VIII)

No café não passava veneno, não. Nunca, depois no soja começaram a passar veneno, mas antes do soja, não. Nem no algodão, não dava nada de bicho. Agora não, empestou, se não plantar com veneno não dá nada. (BERNARDO, ANEXO IV)

De acordo com Carneiro (2015) desde 2008 o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos. O uso de agrotóxicos no Brasil cresceu duas vezes mais que o crescimento mundial de 93%, atingindo o patamar de 190%. A liberação do uso de sementes transgênicas foi o responsável, “por colocar o país no primeiro lugar do ranking de consumo de agrotóxicos, uma vez que os cultivos dessas sementes geneticamente modificadas exigem o uso de grandes quantidades destes produtos” (INCA, 2015, p.2)

O uso imoderado de agrotóxicos, adverte INCA (2015), pode causar inúmeras doenças, dentre as quais figura o câncer e algumas doenças genéticas. Entretanto, mesmo com alertas da comunidade médica, os problemas ocasionados à saúde humana são creditados principalmente ao “uso incorreto” e não ao nível tóxico das fórmulas associadas ao uso contínuo e alastrado que tomou conta da produção agrícola do Brasil de acordo com Abreu (2014) e Associação Brasileira da Indústria Química (2014). O Sr. Fischer (ANEXO VI) indica alguns dos agrotóxicos utilizados na lavoura, bem como os processos operacionais de aplicação, faz-se importante frisar que o mesmo informa que usava pouco veneno naquela época (década de 1960):

Naquela época a gente usava muito pouco veneno, naquela época a gente usava um veneno, um líquido branco, chamava Raiotox, alguma coisa assim. [...] O tal do leite que eles mandavam tomar diz que fazia mais fácil a pessoa morrer. Que diz que o leite coalhava no estômago e matava mais fácil. Quando eu tomei banho de LVC, tive que jogar até a roupa fora, que era aquele óleo grudento. Encheu a bomba muito e daí pressão, aí ela transbordou, ela vazou. É que a máquina tem aquela tampa rosqueada, e não pode encher ela muito que daí ela chacoalha e daí ela dava pressão. Aí derramou, teve que queimar a roupa. Nós passava veneno a cavalo, montado no cavalo e a bomba, quando não era de a pé era montado no cavalo. No trigo eu passava com a Esec, que nós tinha a Tobata e a Esec, que é dois tipo, né? As marca que é diferente, e o motor que é um pouco diferente. A Tobata tinha um motor que pegava mais fácil. A Esec era um motor que você tinha que mais manivelar pra ele pegar. Então ponhava, e um ficava em cima da carretinha e outro com a máquina nas costas. Aí quando o soja tava pequeno você pegava o alinhamento no meio, uma carreira de soja, você passava por debaixo, as roda também passava. Aí passava o veneno, cobria aquelas nuvens de pó. Depois já era o veneno líquido, o Folidol, que passava ele. Não sei lá como era que chamava os venenos naquela época. (FISCHER, ANEXO VI)

Hashimoto (1990) divide as vias de absorção de agrotóxicos em dérmica, digestiva e respiratória,

problema que pode ser aumentado devido à capacidade de pesticidas organoclorados de se acumular nos vegetais e animais. Esses pesticidas são lipossolúveis, ou seja, são armazenados em tecidos gordurosos e no fígado. O “Protocolo de atenção à saúde dos Trabalhadores a Agrotóxicos”, do Ministério da Saúde, explica os efeitos a longo prazo dos agrotóxicos na saúde humana:

Classicamente, tais efeitos são divididos em intoxicação aguda e intoxicação crônica. Além das intoxicações agudas, a exposição ocupacional e/ou ambiental também pode causar uma série de problemas de saúde, conhecida como intoxicação crônica. Estas podem se manifestar de várias formas, tais como: problemas ligados à fertilidade, indução de defeitos teratogênicos e genéticos, câncer, conforme foi revisto por Matos e colaboradores (1987). Também são relatados efeitos deletérios sobre os sistemas nervoso, respiratório, cardiovascular, geniturinário, gastrointestinal, pele, olhos, além de alterações hematológicas e reações alérgicas a estas substâncias (MINISTERIO DA SAUDE, 2006, p.5).

O Ministério da Saúde (2006, p.6) apresenta então, uma proposta de classificação para quadros de intoxicação agudas, elencados em aguda leve, aguda moderada e aguda grave. Na intoxicação aguda leve o paciente apresentará “cefaléia, irritação cutaneomucosa, dermatite de contato irritativa (pele seca, vermelha e áspera) ou hipersensibilização, náusea e discreta tontura.” Na intoxicação aguda moderada a cefaleia é intensa, acompanhada de náusea, vômito, cólica abdominal, tontura intensa, fraqueza generalizada, parestesia (sensações cutâneas diversas), dificuldade de respirar, salivação e sudorese aumentada. Quando atinge o quadro de intoxicação aguda grave os sintomas são miose, hipotensão, arritmias cardíacas, insuficiência respiratória, edema agudo de pulmão, pneumonite química, convulsões, alterações de consciência, choque, coma, possível óbito. Parte dos entrevistados ou familiares tiveram casos de intoxicação aguda. Nas entrevistas faz-se notória a falta de informação sobre a gravidade da intoxicação provocada pelos agrotóxicos, bem como sobre a falta de utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como pode ser visto em Hackbarth (ANEXO II), Fischer (ANEXO VI), Vieira (ANEXO VIII) e Bernardo (ANEXO IV):

E naquele tempo o povo, como é que o povo brincava com a saúde, né? Uma vez eu intoxiquei, “vish”! Fui para no hospital, dr. Linhares que me atendeu. Dá uma tontura, e vomito, diarreia, “vish”! É coisa ruim. Tem que internar senão morre, a gente fica igual essas largata, vai se torcendo até que morre. Se não tomar remédio... (HACKBARTH, ANEXO II)

Nada, nenhuma proteção. É só com a roupa do corpo. Ninguém ponhava, sempre tinha aquele negócio que era pra usa máscara, era pra usar óculos e luva e essas coisas. Xi! Quantos morreu por causa desse negócio de veneno antigamente. A gente conheceu gente que morreu, envenenou. Tem que tomar leite, tem que tomar leite. Mas nunca resolvia, não. Como era o nome dele eu não sei, mas o nome dele era Pedro Bota. Ele sempre gostava de andar com a bota. Então era o Pedro bota. Ele passava veneno com essas máquinas costal, e muito quente assim, aí envenenou, intoxicou. Lá naqueles cafundó, como pra trazer aqui, até chegar no médico era tarde. (FISCHER, ANEXO VI)

Nenhuma, zero proteção, tanto é que morreu muita gente envenenada. Inclusive eu mesmo fui parar três vezes, hospitalizado, com intoxicação com.... [...] Os sintomas? E... vômito, muito vômito. E, esfriamento no corpo, esfriamento, porque mexe 100% com o metabolismo humano. Aí a pressão cai, e cê começa a lançar vômito é pior ainda. Tem que correr pro médico, foi o meu caso. E... eu já tinha o armazém ali, em Sussuí, eu ajudava, eu tinha plantação e ajudava meu pai também. Além da minha lavoura, eu ajudava a passar veneno no meu pai. E... daí a agente era internado no hospital do doutor Linhares. Em Engenheiro Beltrão e era medicado, dois, três dia ficava internado lá, tomando soro, com produtos anti... é... como é que fala? E... Pra proteger o organismo pra não ter perigo de morrer, né? Porque era morte certa, se a pessoa não procura, morre mesmo. Corria o boato que muitas pessoas morreram envenenada, por falta de recurso. Por falta de recurso. (VIEIRA, ANEXO VIII)

Uma vez eu intoxiquei com veneno, passei um mês doente, com veneno, intoxicado. Fui passar veneno no algodão, um veneno que eles trouxeram não sei da onde pra passar veneno, e eu nunca tinha passado veneno na minha vida. A primeira vez que passei, intoxiquei. Aí acabou de passar veneno, fiquei bom e passou. Passei uns 15 dias no médico. Mas da minha família ninguém nunca intoxicou, os outros. Só eu. (BERNARDO, ANEXO IV)

Nas falas acima tem se a descrição de variados níveis de intoxicação aguda, o Srs. Hackbarth e o Sr. Vieira

possivelmente sofreram de um caso de intoxicação aguda moderada. O Sr. Fischer fala sobre o conhecido, Sr. Pedro Bota, que veio a falecer devido ao nível de intoxicação associado com demora para buscar o atendimento, configurando o nível aguda grave. O Sr. Vieira e do Sr. Fischer falam sobre o descuido com o uso de equipamentos de segurança e sobre a mortandade associada com a falta de recursos, sendo que o recurso explicitado pelo Sr. Fischer era a dificuldade de locomoção.

A intoxicação crônica ocorre quando exposto por longos períodos de tempo efeitos desses acúmulos se fazem notar. Como são os casos abaixo que associam os problemas de dor de cabeça com a exposição do veneno. Esses problemas podem ser observados nas entrevistas da Sra. Bezerra (ANEXO III) e Srs. Fischer (ANEXO VI), Parolin (ANEXO V) e Pereira (ANEXO VII):

Eles passaram veneno na soja, de a tardezinha, né? Passaram veneno na soja, aí nós fomos trabalhar lá na Valderez. Aí o veneno, aí de manhã. Sabe que a gente se molha tudo, né? Que é desse tamanho a soja (aproximadamente 70 cm, mostrados com a mão). Aí aquele veneno que ficou nas folhas, com o sereno da noite, ela intoxicou, foi parar no médico, no dr. Aroldo. Aí levou no médico, ela passou mal, desmaiou no meio da roça. Mas em pouco tempo ela já melhorou. Nós catava os mato no meio da soja. E veneno tava passado por cima, aí colava no corpo. Aí gente se moha todinho, porque ele grande, aí a gente entra no meio, e se abaixa, aparece só a cabeça. E a gente saía catando os pés de mato, sabe? Ia uma rua, voltava na outra. Aquele veneno penetrou na pele, com o orvalho, aí ela ficou mal, passou mal. E até hoje, até hoje quando ela sente o cheiro forte de veneno da dor de cabeça, cheiro forte de tinta, já dá dor de cabeça. (BEZERRA, ANEXO III)

Diz que hoje muita gente tem câncer por causa desse tal de BHC, que era cancerígeno. Passar mal, não. Mas que eu tomei uns par de banho de veneno eu tomei. Tinha uma época que eu não podia nem cheirar isso aí que já dava dor de cabeça [...]. Só dava dor de cabeça e ficava meio ruim no estômago. A gente se sentia mal. Mas daí tomava uma banho. Olha! Ela (a esposa) teve que lavar minhas costas com gasolina pra tirar. (FISCHER, ANEXO VI)

E foi indo, aí aquele negócio de passar veneno, aí á tinha dois irmãos com problema, não podia passar veneno. Que é o pai da Demarice, ele não podia nem sentir o cheiro do veneno, e precisava passar veneno, né? E o outro mais novo, que faleceu, o Maurilio, também não podia com o cheiro do veneno, já intoxicado com.. Nós passava veneno no café, passava manual, sabe? Tinha umas maquininhas que vai nas costas, com a mão, dava a ventilação, né? Passava o veneno em pó. Usava o BHC, era tudo BHC. E passava ele naquele tempo, com a máquina nas costas. No tempo que nós passamos o veneno ninguém teve intoxicação, depois que veio aparecer. Esse meu cunhado mais velho mesmo, casado com a minha irmã mais velha, aí que ele veio se intoxicar, sobrou um resto na tulha de veneno, né? E aí ficou muito tempo lá, e aí ele não podia com o cheiro. Se abrisse a tuia e entrasse pra dentro já ficava, se sentia mal. (PAROLIN, ANEXO V)

Usava uma maquininha nas costas para jogar o inseticida e jogava com a mão também, no pé da planta. Não, não, nunca tivemos envenenamento não. Meu pai cuidava muito dessa parte aí. Pra jogar aquele veneno tinha que estar bem preparado, tudo. E não podia ter problema nenhum daí, irritação, se tivesse uma gripe, qualquer coisa assim, não mexia com o veneno. (PEREIRA, ANEXO VII)

Para INCA (2015) o modelo de cultivo intensivo associado com uso de agrotóxicos provoca problemas de ordem ambiental e humana, como poluição e intoxicação de trabalhadores e da população.

Inúmeros trabalhos tratam sobre a temática da contaminação ambiental por agrotóxicos, dentre eles: “Análise de contaminação dos sistemas hídricos por agrotóxicos numa pequena comunidade rural do Sudeste do Brasil”, Veiga et al. (2006); “Atividade agrícola e externalidade ambiental: uma análise a partir do uso de agrotóxicos no cerrado brasileiro”, Soares e Porto (2007); “Contaminação do ambiente aquático por pesticidas. Estudo de caso: águas usada para consumo humano em Primavera do Leste, Mato Grosso – análise preliminar”, de Dores e Freire (2001); “Avaliação de hexaclorociclohexano em águas nas circunvizinhanças de um passivo ambiental”, de Kussumi et al. (2011).

Com isso, pode-se perceber a variabilidade das áreas nas quais são feitas essas pesquisas: Rio de Janeiro, o cerrado Brasileiro, Mato Grosso e São Paulo, dentre outras não elencadas nesta pesquisa. Em todas as pesquisas é apontada a contaminação dos corpos hídricos com agrotóxicos. No trabalho de Kussumi et al. (2011) a situação é intrigante, uma vez que os autores conseguiram comprovar a possível contaminação por Hexaclorociclohexano (HCH) que estava proibido desde 1985.

Ao se prestar devida atenção na fala dos entrevistados é possível perceber que eles não utilizam a palavra

‘agrotóxico’ e sim ‘veneno’. Para Peres et al. (2003), a escolha dessa palavra se dá por “uma desconfiança histórica, evidenciada no campo e extrapolada para a sociedade em geral, sobre o papel de tais produtos na vida e no trabalho rural, na mesa dos consumidores e na saúde ambiental e qualidade de vida destas e das gerações futuras”. Ou seja, para esse autor, o utilizador do produto sabe que o uso causa efeitos nocivos ao meio ambiente e as pessoas. Fato que pode ser percebido na fala do Sr. Hackbarth (ANEXO II) “Tem que internar senão morre, a gente fica igual essas largata, vai se torcendo até que morre.”; ou de Parolin (ANEXO V) “Tinha muita pouca cobra, por causa do veneno, do BHC, né? Não tinha inseto que resistia aquilo, não sei como não andou morrendo gente.”

Os agrotóxicos lembrados são o DDT, BHC, Aldrin e Folidol (Parathion), Raiatox (Rhodiattox, outro nome para o Parathion), Novracom (Nuvacrom) e Azudrim (Monocrotophós) com ênfase na memória conectada com BHC e o DDT na fala de todos os entrevistados, os quais são proibidos em vários países, incluindo o Brasil. De acordo com WHO (1990) e OPS/ WHO (1996) o BHC, o DDT e o Aldrin e o Folidol-Paration são agrotóxicos classificados como inseticidas, sendo que os três primeiros são organoclorados e o último organofosforado. Os sintomas de intoxicação aguda dos organofosforado e organoclorados são similares aos sintomas descritos pelos entrevistados.

Amato (2002) descreve o diclorodifeniltricloroetano, popularmente conhecido como DDT. Esse produto é o primeiro pesticida químico criado, sintetizado em 1874 pelo químico alemão Othmar Zeidles (1850-1911), só foi categorizado como inseticida em 1939. A utilização do DDT se disseminou com seu uso na Segunda Guerra Mundial na prevenção de tifo em soldados. Somente após essa época ele começou a ser utilizado na agropecuária. Foi nessa época que ele se disseminou pelo Brasil, sendo bem aceito pelo governo devido ao baixo preço e grande eficiência. Em 1962, Rachel Carson (1969) sugeriria em seu livro Primavera Silenciosa que o DDT seria a possível causa da diminuição na população de aves.

Com o lançamento do livro de Carson, cientistas começaram a pesquisar sobre os efeitos e a presença do DDT no meio, constatando posteriormente a capacidade de locomoção do composto, como pode ser encontrado nos trabalhos de Hellhou et al. (1997), Zitko et al., (1998) e Letcher et al. (2010).

De acordo com NRC (2000) banimentos e indicações de usos restritos de agrotóxicos foram efetuados pelo órgão americano Environmental Protection Agency (EPA) já na década de 1970: O Aldrin teve seu uso cancelado, com exceção do uso no controle de cupins em 1972; no mesmo ano o DDT também foi bloqueado para uso agrícola podendo ser usado somente no controle de vetores de saúde pública; o Parathion, foi incluído na lista de uso restrito à agricultura em 1991; o Monocrotophos (nessa categoria se encaixam o Azudrim e o Nuvacrom) foi sumariamente proibido em 1988.

No Brasil contudo, alguns agrotóxicos só seriam proibidos com a Portaria 329 em 1985, sendo eles o Aldrin, BHC, Canfeno Clorado (Toxafeno), DDT, Dodecacloro, Endrin, Heptacloro, Lindane, Endosulfan, Metoxicloro, Nonacloro, Dicofol e Clorobenzilato. Nas falas dos entrevistados Hackbarth (CD/Arquivo 5) e Fischer (CD/Arquivo 4), observa-se o conhecimento da proibição de alguns agrotóxicos, no entanto mesmo proibido ainda continua sendo usado como informa o Sr. Fischer (op cit.):

O DDT é proibido, hoje em dia não existe mais. E aquele terreno BHC, hoje é proibido, hoje tem que enterrar (HACKBARTH, ANEXO II)

Depois quando começou a soja a gente passava LVC. Esse foi proibido, porque é um veneno cancerígeno, que nem o BHC. Diz que hoje muita gente tem câncer por causa desse tal de BHC, que era cancerígeno. [...]Hoje é tudo diferente, hoje não tem mais esses veneno, Novacrom e os venenos fedido. O Folidol mesmo eu ainda tenho um restinho aqui, se você mexer com ele... eu uso pra matar formiga, que ele é muito bom pra matar formiga. A já que a vareja aparece, que ele tem um cheiro de carniça, parece que eles atrai os bicho aí os bicho morre. Ele mata. Mas hoje não acha mais nem pra comprar. O azudrin, que a gente usava muito, hoje não pode mais usar também. (FISCHER, ANEXO VI)

Em 1975, o Jornal Tribuna do Interior descreve sobre os problemas dos agrotóxicos, em evidencia o DDT:

Seguindo a classificação da OMS, em segundo lugar em matéria de poluição no Brasil vem os despejos agrícolas. “Quando chove, todo o excesso de DDT e de outros inseticidas aplicados nas lavouras, é levado para os rios. Análises de técnicos provaram que até pinguins do Pólo Norte estão contaminados com estes agente poluidores. (TRIBUNA DO INTERIOR, p. 4, 1975)

O artigo “Está terminando a broca nos cafezais”, de abril de 1969 publicado no Tribuna do Interior demonstra a importância dada pelo governo ao uso de agrotóxicos como método de controle, uma vez que elaborou um plano de trabalho visando aumentar a facilidade de acesso aos inseticidas (Figura 36).

**Figura 36:** Está terminando a broca nos cafezais

**Está terminando a broca nos cafezais**

Há uma sensível redução nos índices de incidência da broca nos cafezais paranaenses, segundo levantamento realizado pelo Serviço do Combate a Broca do Café da Secretaria da Agricultura. O grau médio de infestação revela que no Norte Velho, principalmente, a broca foi, praticamente extinta. Um programa de trabalho que visa reduzir mais ainda estes índices em outras áreas já foi elaborado e consta basicamente de: a) construir em Maringá um depósito de inseticidas, mantendo com antecipação estoques e equipamentos para atender toda a região do Norte Novíssimo; b) automatização das operações de carga da nova unidade misturadora para a produção de inseticidas; c) ampliar os postos de revenda de inseticidas; e

d) intensificar a prestação de assistência técnica aos cafeicultores no combate a broca.

Na realidade mais de quatro mil visitas foram feitas pelos técnicos do Serviço de Combate a Broca do Café, aos cafeicultores nos últimos meses, com a finalidade de melhor aproveitar a aplicação de inseticidas e fungicidas indicados no controle das doenças e pragas que afetam o café.

Para se ter idéia da redução nos índices de infestação das brocas nos cafezais, depois de um sistemático trabalho de combate, aquele serviço informou que em Jacarèzinho a infestação é hoje de 1,67 por cento contra 4,99 em 1961. Em Santo Antonio da Platina este índice era de 11 por cento e hoje não alcança mais que 4,68.

Fonte: Tribuna do Interior, abril de 1969.

O uso do BHC como controle da broca do café figura nas entrevistas. O Sr. Fischer também falou sobre o uso do inseticida na lavoura de hortelã, sendo o único a descrever o uso de agroquímicos nesse tipo de plantação, o entrevistado atribui a necessidade do uso na fragilização da cultura. O Srs Rossi (ANEXO IX) e Pereira (ANEXO VII) também informam sobre o uso do BHC:

No café já tinha, que era o BHC. Que é fortíssimo, pra broca do café. Tinha a broca que comia o caroço do café. (ROSSI, ANEXO IX)

Era aquele BHC, o BHC era o bom, que jogava no algodão pra matar. [...] quando comprou a primeira máquina, paguei sete conto, numa máquina de passar veneno em pó, tocado a trator. (PEREIRA, ANEXO VII)

E no café a gente usava muito BHC, BHC por causa da broca do café. [...] No começo não precisava passar veneno, depois começo a precisar. Até na hortelã a gente teve que passar veneno uma época. Nunca dava largata na hortelã, no fim começou a dar largata na hortelã. A gente não sabe como os bichos se apodera dessas coisas. Na hortelã a gente passava BHC,



no café também. Hoje tudo os veneno são assim, como é que eu vou dizer? Foram tudo modificado, hoje tem o soja transgênico, o milho transgênico, tudo transgênico. Foi geneticamente mudado os veneno tudo. Os veneno hoje não atuam muito mais. Eles matavam tudo que vinha pela frente, então hoje eles é pra matar só a largata, ele já não mata aquela mosquinha, aquelas coisas, então é tudo diferente. (FISCHER, ANEXO VI)

O uso do BHC foi banido em 1985 no Estado do Paraná, como dito anteriormente. O Sr. Hackbarth (ANEXO II) fala sobre o hábito de enterrar o agrotóxico. Em um artigo de Cardoso (2008), no Jornal “O Diário”, o Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida informa sobre a quantidade de BHC:

Ninguém sabe ao certo quanto de BHC existe no Paraná. Há muito desse produto enterrado e escondido clandestinamente. Quando Foi proibido, houve a criminalização do produto, por isso acredito que possa haver até 5 mil toneladas de BHC no Estado. [...] Onde havia grandes plantações de algodão e café, como é o caso do norte, a gente estima que esteja 90% do total de BHC no estado.

De acordo com Alves Filho (2000) a probabilidade de sofrer sanções penais e administrativas, somados ao custo elevado para destinação final adequada dos agrotóxicos proibidos fizeram com que agricultores escondessem seus estoques.

O Paraná figurou como pioneiro no processo de eliminação dos estoques em 2009, com um programa de mapeamento das propriedades que mantinham o BHC e outros agrotóxicos, objetivando a remoção e destinação final, como explicou o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (gestão 2006-2010) Rasca Rodrigues em artigo do Boletim Informativo da FAEP (2009). No mesmo informativo figuram as explicações básicas do programa, como o cadastro do produtor no Emater, Secretaria do Estado da Agricultura, Sindicatos Rurais e cooperativas, foi enfatizado que o produtor não sofreria nenhuma penalidade, sem custos para a remoção dos agrotóxicos, mesmo os que se encontram enterrados. Amparado por força da Lei no 16.082, o cadastramento é feito visando estimar o tipo de agrotóxicos, o período de armazenamento, quantidade e condições de armazenamento e posterior retirada dos agrotóxicos.

Em janeiro de 2013 é revogada a lei publicada em 2009, sendo então instituída a Lei no 17.476 de 2013, que estabelece os mesmos critérios da anterior, no entanto criando um novo prazo que dará entrada na segunda etapa de recolhimentos. A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (2013), divulgou nota sobre o início da incineração dos agrotóxicos recolhidos. O Projeto de Obsoletos, como ficou conhecido, incinerou 400 toneladas em abril de 2013 que, somados à primeira fase do programa em 2009, alcançam 1.200 toneladas de agrotóxicos recolhidos e encaminhados à destinação final, sendo incinerado em industriais licenciadas em São Paulo.

Em notícia vinculada pela Agência de Notícias do Paraná (2016), mais 225 toneladas de agrotóxicos seriam recolhidas e encaminhadas para incineração no ano de 2016. No artigo Ruy Muller, coordenador estadual de recolhimento de BHC do Instituto das Águas declarou “Uns 20 desses pontos [de retirada] são de BHC que está enterrado. É possível que a quantidade seja um pouco maior que a estimada quando ocorrer a retirada.

No município de Engenheiro Beltrão, não há dados sobre as duas primeiras etapas (2009/2013), no entanto, sobre a etapa de 2016, o técnico responsável pela Emater em Engenheiro Beltrão falou que em 2016, foram entregues duas embalagens contendo cerca de 20 quilogramas cada, de acordo com ele:

Foi uma professora, o pai morreu e ela achou uma máquina costal, bem antiga de madeira, cheia de veneno, nos procurou e pediu para entregar. O segundo caso foi semelhante, entregaram uma máquina costal com tudo dentro, foram vender uma casa de madeira antiga e acharam no fundo da casa, pediram para entregar. [...] mas não dá para achar que o povo é responsável, não. Que quando proibiram, lá em 1980 e pouco, as empresas não recolheram. E daí o povo não tinha o que fazer, enterrou. E agora que tinha que contar, ninguém apareceu. Quem tinha e enterrou e quem tinha e deu fim, alegou que não tinha. (DELVAN BOZELLI, 2018)

Como pode ser percebido na fala do técnico da Emater, é possível que ainda haja um grande efetivo de agrotóxicos guardados/enterrados no município, podendo ser percebido também na entrevista do Sr. Hackbarth (ANEXO II), até hoje a bomba tá dentro da garagem. Aquelas bombas de costas, mas da motorizada. E aquilo gruda, grudava na pele da gente, um fedor. (HACKBARTH, ANEXO II)

Não foram encontradas notícias sobre venenos enterrados no município, no entanto, em Quinta do Sol, em 2002, o produto, de acordo com Sauer (2002), foi encontrado em um poço de cerca de 8 metros de profundidade,

## 5. ACERVO ICONOGRÁFICO

### 5.1. TRAVESSIA DE RIOS

Na foto do acervo de Árleto Rocha (Figura 37), digitalizada a partir do original, temos no primeiro plano a imagem de homens, vestidos de modo similar, com camisas de manga longa, calças e chapéus. Os atores da foto estão na balsa que fazia a travessia do Rio Ivaí, posicionados em frente de um caminhão. Ao fundo percebe-se perfil da formação vegetacional que recobria a região do município. No dossel destaca-se provavelmente a Peroba, bem como o Palmito. A iluminação sugere um dia ensolarado, as roupas dos atores sugerem uma temperatura amena. Fotografia com tamanho original de 12x18 cm, em preto e branco, na posição horizontal. Feita durante o dia, com enquadramento central. Qualidade inferiorizada, mas em bom aspecto geral. Iluminação natural. Primeiro plano com foco, segundo plano com certo desfoque.

**Figura 37:** Balsa do Rio Ivaí, 1948. Acervo de Arléto Rocha.



No primeiro plano da foto (Figura 38), temos a balsa, carregada com uma camioneta e nove pessoas, dentre as quais, uma é uma mulher.

**Figura 38:** Travessia do Rio Ivaí entre Engenheiro Beltrão e Floresta (Balsa Hilda), trecho de ligação entre Campo Mourão e Maringá, ano 1948. Acervo Prof. Ivani Aparecida Teles da Cunha.



Na margem oposta, uma casa, a beira do rio, construída em madeira (típico da época). Uma corda saindo do canto inferior direito da foto servia como esteio para o direcionamento da balsa. Percebe-se na foto a formação

vegetacional adensada. Fotografia digital, foto original não encontrada. Baseado na imagem, foto em preto e branco, com orientação horizontal. Ângulo focal central, retirada durante o dia, com iluminação natural. Dois planos, com baixa nitidez. Aparentemente a foto, na época de sua digitalização estava em boas condições.

Na figura 39 tem-se uma fotografia de 5,5x8 cm/preto e branco (digitalizada a partir do original), com orientação horizontal e ângulo de foco central. Tirada durante o dia, com iluminação natural. Dois planos perceptíveis, ambos bem nítidos. Foto com alguns resquícios de cola, que trazem para ela manchas marrom, leve amarelado ocasionado pelo tempo, nenhum problema que diminua sua qualidade de leitura. A foto foi tirada, possivelmente, em 1950, pois o Jeep (primeiro carro à esquerda) é de 1951, e a camionete (segunda da direita para esquerda) é da Chevrolet, fabricada entre 1950-1952.

No primeiro plano vemos os carros sendo carregados na balsa, completamente lotada. Interessante notar que aparentemente não há proteção para as pessoas, como cordas de proteção na frente da mesma. No canto direito, ao centro, pode ser a corda guia da balsa. No segundo plano tem-se a formação vegetacional exuberante. No canto superior direito tem-se a casa, ao prestar atenção, à sua esquerda estão carros que já esperam pela travessia.

**Figura 39:** Balsa do Rio Ivaí. Final da década de 1950. Acervo Prof. Ivani Aparecida Teles da Cunha



A figura 40 mostra uma fotografia (digital – original não encontrada) tirada em 1940, que aparenta ser em sépia, no entanto, pode ser em preto e branco e essa coloração seja devido ao envelhecimento da foto original.

**Figura 40:** Barraco montado no Período da Construção da Balsa no Rio Ivaí na década 1940. Acervo de Hélio Presa.



Tem orientação horizontal com ângulo focal voltado para o casebre. Fotografia feita durante o dia com

iluminação natural, composta de dois planos, sendo que o primeiro apresenta melhor nitidez. Construído na época da instalação da balsa, o casebre feito de madeira foi recoberto com uma lona. No segundo plano percebe-se a floresta adensada, típica da Formação Estacional Semidecidual.

Na figura 41, temos uma fotografia digital (original não localizada), em preto e branco. Provavelmente datada de meados da década de 1960, imagem com baixa nitidez. Fotografia diurna, iluminação natural.

Na imagem é perceptível a formação vegetacional que ainda recobria a beira do curso do rio no trecho onde a ponte foi construída. No entanto a baixa qualidade da foto inibe a visualização de possíveis espécies que auxiliem na caracterização da mesma. A primeira ponte, construída em madeira ligava o município de Engenheiro Beltrão a Floresta e fazia parte do sistema de rodagem entre Campo Mourão e Maringá. Pode-se perceber que o nível de água estava baixo, uma vez a influência das rochas no curso é visível na foto. Após a construção da ponte, o fluxo de pessoas e cargas que era feito pela balsa, ligação Engenheiro Beltrão – Ivatuba passa a ser efetuado por outra rota, desviando o fluxo sentindo Floresta.

**Figura 41:** Ligação Engenheiro Beltrão - Floresta. Ponte sobre o rio Ivaí. Acervo de Arléto Rocha.



Primeira Ponte sob Rio Ivaí

Na figura 42 tem-se foto digitalizada de 1968 (original não localizada), preta e branco, com direcionamento horizontal, detalhes facilmente perceptíveis. Luz natural, Enquadramento com linha divisória central. Nela vê-se a ponte em madeira ligando o Município de Engenheiro Beltrão com Quinta do Sol. Ao fundo um aglomerado de casas em madeira.

Na beira do rio, na linha central da foto (Figura 42), é possível perceber os tocos de árvores que não foram arrancados na época da derrubada, ressalte-se que tal condição era comum pois as destocas só foram efetivamente implantadas quando da mecanização da região. Outro fato notório a partir dessa foto é que o desmatamento foi operado até praticamente às margens do rio Mourão, procedimento considerado normal para a época.

**Figura 42:** Ponte sobre o Rio Mourão, divisa Engenheiro Beltrão – Quinta do Sol, 1968. Acervo de Arléto Rocha.



#### 5.1.1. Contextualização histórica

De acordo com o Sr. Pereira (ANEXO VII), a expansão da região do Município de Engenheiro Beltrão se dá

em meados de 1930.

Fotos tiradas entre 1940-1950, trazem consigo a época de maior produção cafeeira no Paraná, as décadas que compreendem as décadas de 1940, 1950 e 1960, quando de acordo com Cancian (1981), o Paraná se tornou responsável por quase um terço da produção mundial de café e 50 % da produção brasileira. A abertura da estrada de rodagem ligando Campo Mourão a Maringá (BR 158 e PR 317) no ano de 1944 impulsionou o crescimento populacional na região. A construção dessa ligação permitiu a entrada da frente pioneira descrita por Cancian (1981) em uma das fases de ampliação da cafeicultura paranaense, o Norte Novíssimo que atravessa o Rio Ivaí em sentido ao Piquiri, entremeio das décadas de 1940 e 1960. Os migrantes que não conseguiram terras na região de Maringá, de acordo com Luz e Omura (1976), continuam o caminho almejando adquirir lotes para a plantação de café e criação de porcos.

A revista “História, Pioneiros e Atualidades”, veiculada no município de Engenheiro Beltrão no ano de 1985, discorre sobre a história do município, que passa a receber maior contingente populacional no ano de 1948, um ano após a criação de Maringá, o que acabou despertando o interesse por terras na região e com a posterior formação da localidade Marimpá, que alegou ser detentora da gleba que viria a compor o município ora estudado. Maack (2012, p. 177) descreve o acontecimento: “A imponente mata pluvial-tropical (Floresta Estacional Semidecidual) da região de Maringá permaneceu intacta até 1947.”, dando então, lugar para os grandes cafezais que viriam a recobrir a região.

A Sra. Hilda Boso, em entrevista cedida para a jornalista Ana Carla Poliseli (2010), do jornal Tribuna do Interior, fala que a família veio para a região em busca de terras mais baratas e possibilidade de crescer com o café. Na mesma entrevista, a Sra. Floripes Borges Siqueira diz que também vieram para “tentar a sorte” em Engenheiro Beltrão, “Quando cheguei isso era um túnel. Mato de lado a lado. (...) Mata em pé e água no rio”. O barbeiro Jaime Alher fala sobre a abertura das estradas “Naquela época a gente abria as estradas no braço mesmo”.

Desenrolou-se, portanto, entre 1930 e 1940 uma substancial movimentação de moradores de várias regiões do Brasil para o Estado do Paraná, visto que nesse período, de acordo com Morigi e Hahn (2011) o governo intentava findar com conflitos de posse de terra na região. A partir de 1930, os termos “sertão” e “vazio demográfico” são incorporados no discurso do governo e, posteriormente, para Mota (1994) serão disseminados pelos estudiosos da época. Trabalhos como o de Barroso (1956), Wachowicz (1987) e Serra (1991) demonstram esse ponto de vista incutido pelo governo, onde a ocupação da região se dava de forma natural e pacífica, infundindo assim, no imaginário popular a ideia de um lugar que estava esperando para ser dominado.

O objetivo dos jornais da década de 1940-1950 produziam matérias que Adum (1991) definiria como “uma missão quase diária” de exaltar o valor existente no “sertão” paranaense, “surge uma organização inglesa, aceitando o desafio, disposta a desbravar o sertão inóspito, e criar o Norte do Paraná, fator preponderante da riqueza do Estado e do País”. Arias Neto (2008, p.15) fala sobre a criação do mito sobre as regiões inóspitas do Paraná, o qual era “a terra da Promissão, o paraíso prometido da fertilidade, da produção agrícola abundante, das oportunidades iguais de enriquecimento para aqueles que quisessem nela trabalhar e prosperar”. Ou seja foi realimentada a ideia sugerida muitos anos antes por Pero Vaz de Caminha “Contudo a terra em si [...] tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”, assim, a CTNP mistificou o solo paranaense, transformando-a na terra prometida.

Steca e Flores (2002) ao avaliar as propagandas perceberam que o objetivo do projeto de colonização era devolver para a colonizadora o dinheiro investido na compra, deste modo, o interesse desta era em atrair compradores para dinamizar a região. Toda a infraestrutura, de abertura de estradas e formação de núcleos populacionais acabaria por ficar nas mãos dos colonos, de modo que, como corrobora Santos e Molina (2008), à colonizadora só haveria o bônus da venda, uma vez que a colonização se autofinanciou.

De certa forma, para Myskiw (2002), esse discurso do governo surge para tornar a colonização necessária, pois com ela, efetivar-se-ia a posse político-econômica do Paraná, banindo da história os indígenas, posseiros e comerciantes paraguaios e argentinos que beneficiavam-se das terras brasileiras até a Revolução de 1930. É instaurado então, com o apoio do governo, um processo de “limpeza” que suprime posseiros que estão alocados nas terras paranaenses e que primeiramente habitavam a área.

Esse processo de “limpeza” aparece nas falas do Srs. Pereira (ANEXO VII) e Dias (ANEXO X), que discorrem sobre a vinda de pessoas, historicamente reconhecidos como “jagunços”, para auxiliar a Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão na expulsão de um grupo que se apossou das terras cedidas à eles pelo governo do Paraná. Na Revista História, Pioneiros e Atualidades (1985, p. 3) lê-se:

Na época verificou-se sérios atritos entre posseiros e compradores, tendo sido necessário a presença de contingentes militares para garantir a segurança. O Major Valdir F. Bahar realizou trabalho dos mais importantes e manteve a ordem até a solução final do acontecimento litigioso.

Serra (1991) relata que, findada a revolução de 1932 o governo enceta a administração do Paraná em interventores, os quais tornam sem efeito inúmeros títulos e concessões. Um novo plano de estímulo à colonização é entabulado, cedendo direito de venda às empresas de capitais privados, as quais repassariam os títulos de propriedade para migrantes.

Em 1947 o interventor Manoel Ribas compõe a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, a qual, alguns anos depois, em 1952, viria a se tornar o Departamento de Geografia, Terras e Colonização (ITCG, 2017). Dessa forma, Bernardes (1953, p. 350) aponta que “Como resultado de um plano geral de colonização, várias colônias foram criadas na vertente da margem direita do rio Piquiri. [...] constituídas por numerosas glebas cujas áreas, [...] variam entre 5.000 e 10.000 hectares.” Como o Estado ainda não havia extrapolado suas costas de produção cafeeira e portanto, não estava cerceado pelas leis de restrição ao plantio de cafeeiros que inibiam outros estados, facilitou-se o direcionamento do interesse de moradores de outros estados (LUZ e OMURA, 1976; AMARAL, 1986; VERRI, 1998).

“A ocupação sistemática da região de Campo Mourão”, explica Hespanhol (1990, p. 56), “bem como de toda a área situada ao Sul do Rio Ivaí, intensificou-se a partir da década de 1940 com a implementação pelo poder público estadual”. A semelhança entre o relevo e o solo dessa região com o Norte Pioneiro foram, para Bernardes (1953) muito importantes na atração de indivíduos para o povoamento da mesma.

De acordo com relatório apresentado pelo diretor do DGTC (ESTADO DO PARANÁ, 1966) em um prazo aproximado de 30 anos, o governo, no início de 1960, consegue abranger o território paranaense em quase sua totalidade, seja por vias próprias ou com a concessão de terras para colonizadoras.

## 5.2. OS CULTIVOS

A foto datada de 1957 da figura 43 compõe o acervo do IBGE (negativo 5371), autoria de Tomas Somlo e Maurício Coelho Vieira, tirada em preto e branco, não é possível descrever o tamanho da foto original visto que o acervo não apresenta as descrições básicas da mesma. Presença de dois planos, o primeiro nítido e o segundo desfocado.

Na foto (Figura 43), vê-se uma plantação de café na região do município de Engenheiro Beltrão. Faz-se interessante notar a presença de tocos no meio do cafezal, fato aliado a ausência de mecanização. Na foto, pode-se perceber o relevo suave-ondulado que recobre o município.

**Figura 43:** Cafezal em Engenheiro Beltrão, 1957. Acervo do IBGE.



Na figura 44 tem-se uma fotografia digitalizada a partir do original (12x12 cm), sem data (provavelmente final da década de 1950 ou início da década de 1960), tirada em preto e branco, com angulação vertical. Nela observa-se a existência de três planos de foco, com um triângulo no eixo central. Nitidez mais perceptível ao fundo, desfoque nos humanos. Foto com pequenas manchas e amassados, nada que possa dificultar a análise sua análise.

Inúmeros tocos aparecem em meio ao cafezal, vestígios da antiga formação vegetal que recobria o local, Na linha do horizonte está a casa da família, cercada pela roça. Algumas árvores remanescentes permanecem em meio a plantação de café, ainda novo, percebe-se que entre as fileiras de café a plantação de arroz de sequeiro. Prática que segundo o Sr. Vieira (ANEXO VIII) era comum.

**Figura 44:** Plantio em meio aos tocos. Provavelmente tirada entre o final da década de 1950 e início da década de 1960. Acervo da Família Serafim Borges cedido para Prof. Ivani Ap. Teles da Cunha



Na figura 45 tem-se uma fotografia (sem data) digitalizada a partir do original, tamanho 5x8 cm, tirada em preto e branco, com orientação horizontal. Ângulo central com foco nas pessoas. Fotografia tirada durante o dia, com iluminação natural.

**Figura 45:** Homens com seus machados (sem data). Acervo da família de Antônio Rossi.



Dois planos, o primeiro nítido e o segundo desfocado. Levemente amarelada com o tempo, mas em ótimo estado de conservação. Na foto, segurando machados, sete homens em suas roupas de trabalho. Um toco de árvore já derrubada visível, atrás destes, uma árvore cujo tronco (considerando-se os homens a sua frente) deve ter mais de 1,5 m de diâmetro.

Na figura 46, tem-se uma foto digitalizada a partir do original, 7x5 cm, tirada em preto e branco, orientação horizontal, ângulo central com foco nas pessoas. Tirada durante o dia, com iluminação natural. A foto apresenta dois planos com nitidez. Com bordas levemente amarelas e gastas, mas em bom estado de conservação geral.

A foto foi retirada em dia de algum evento, não lembrado pelo entrevistado Sr. Reinaldo Fischer. Na foto, em primeiro plano, as mulheres da família usando vestidos e sombrinhas. Ao fundo, no eixo central da foto vemos os homens, de calça e camisa. Segundo o Sr. Fischer tem-se na borda direita, área central, o início de plantação de mandioca seguida de milho. No canto superior direito se eleva a silhueta do tronco de uma árvore que resistiu à queimada de limpeza. Na linha do horizonte (segundo o Sr. Fischer), as casas de madeira da família e no canto superior esquerdo, pequenas manchas brancas são perceptíveis, estão localizadas no pasto da família, o gado que fornecia leite e carne.

**Figura 46:** Família em dia de evento. Detalhe para as divisões das culturas. Acervo de Reinaldo Fischer.



Na figura 47, tem-se uma foto digitalizada a partir do original, tirada em preto e branco, orientação horizontal, ângulo central com foco nas pessoas. Tirada durante o dia, com iluminação natural. A foto apresenta dois planos com nitidez. Em bom estado de conservação geral.

**Figura 47:** Foto de cafezal, maio de 1955. Sítio Santo Antônio, distrito de Sussuí, margem da BR 317, Engenheiro Beltrão. Foto do acervo do Sr. Geraldo Castro Vieira





A foto foi tirada em Maio de 1955 (antes da geada), apresenta vista parcial do cafezal plantado em abril de 1952. O Sítio Santo Antônio fica em Sussuí / Engenheiro Beltrão/PR –Margem da BR 317. Detalhe para os pés de café mais altos que os atores da foto.

Na figura 48, tem-se uma foto digitalizada a partir do original, tirada em preto e branco, orientação horizontal, ângulo central com foco nas pessoas. Tirada durante o dia, com iluminação natural. Em bom estado de conservação geral.

A foto tirada em 1956/1957 (antes da geada), apresenta vista parcial do cafezal que é maior que os atores da foto. O Sr. Vieira relata que o café que aparece atrás dos fotografados é da Variedade Mundo Novo. Na foto, da esquerda para direita: Renato Castro Vieira, Clodoaldo C. Vieira, Antônio C. Vieira, Fernando C. Vieira, Geraldo C. Vieira, Luiz C. Vieira, Antônio C. Vieira e Gentil Silva. Café Variedade Mundo Novo.

**Figura 48:** Fotografia da família Vieira e amigos. Detalhe para o cafezal maior que os atores da foto. 1957. Acervo: Sr. Geraldo Castro Vieira.



### 5.2.1. Contextualização histórica

A crise de 1929, conhecida como o crack da Bolsa de Nova York, e o início do governo Vargas fazem com que o café passe a figurar dentro dos planos políticos, em 1931 é proibido o aumento dos cafeeiros em Estados com mais de 50 milhões de cafeeiros, valor que acolheria as “reclamações insistentes do Paraná, que tinha menos, e com veemência impugnava qualquer obstáculo à colonização de suas terras novas”, como explicita documento enviado para Whitaker (1930), o então Ministro do Estado e dos Negócios da Fazenda.

Diante do exposto, Cancian (1981, p.29) explica que “muitos cafeicultores abandonaram seus cafezais, especialmente os menos produtivos. Outros se dirigiram para as terras novas paranaenses, alguns diversificaram suas lavouras e outros ainda, fracionaram suas propriedades”. Ainda segundo a autora (1981, p. 90), o aumento no preço do café entre 1940 -1950 incentivou, a ocupação das áreas de terra roxa do Estado com café onde antes haviam “culturas temporárias e pastagens, [...] serão sobrepujadas por esse produto. [...] as terras incultas que perfaziam 31% do total da área dos estabelecimentos agropecuários em 1940, para 24,7% em 1950, 8,2% em 1960 e 5,3% em 1970.”

Cancian (1981, p. 139-140) descreve o que um “viajante hipotético” veria se cruzasse o Paraná, mais especificamente a região de Campo Mourão, na qual Engenheiro Beltrão se encontra, “em 1950 [...] cafezais ainda pequenos, recém plantados, alguns possivelmente em suas primeiras floradas. [...] Em 1960, o panorama geral se constituía de um mar de ondulações de cafezais, monoculturas em alguns municípios, misturado a lavouras temporárias em outros.”

A descrição acima é corroborada por Hespanhol (1993), que evidencia que na região de Engenheiro Beltrão, apesar de o café ter sido o ponto inicial que funcionou como atrativo, não foi, tal como na região de

Londrina e Maringá, a cultura efetiva. O café rateou as áreas agrícolas com milho, arroz, feijão, hortelã, algodão, dentre outras.

Mesmo diante disso, de acordo com levantamento realizado pelo IBC-OEA (1964), a região correspondia a, aproximadamente, 11,72% da totalidade de cafeeiros no Brasil, com 685.000 ha plantados, 19,5% da produção de café do país.

Em todas as entrevistas realizadas, os atores da história Beltrãoense falam sobre “culturas intercalares”. O objetivo, segundo Chaves e Guerreiro (1989) é “principalmente a produção de alimentos, gerando uma receita adicional ao produtor, contribuindo para a fixação de mão-de-obra. Além disso, é prática vegetativa de conservação do solo, por mantê-lo coberto durante a parte do ano chuvoso”. Nas entrevistas efetuadas, todavia, não há associação por parte dos entrevistados como o plantio em meio aos cafeeiros com o objetivo de conservar o solo.

No final da década de 1960 o Estado aumentou o incentivo aos outros cultivos. Em 1969 inúmeras matérias do Jornal Tribuna do interior demonstram o início de um programa de abertura agrícola do governo. Abrindo o ano, na segunda quinzena de janeiro o BRDE lança um plano de financiamento destinado a agropecuária. Em meados de abril a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) inicia um plano de financiamento voltado para máquinas agrícolas e implementos. No início de maio, o Governo força o Instituto Brasileiro do Café a atualizar os preços do café no mercado interno, anteriormente o baixo preço do café moído era absorvido pelo Governo. Em agosto de 1969 o Jornal Tribuna do Interior publica um artigo no qual, o então Ministro da Fazenda, Sr. Delfim Neto anuncia, “a concessão de um financiamento especial, e pelo prazo de duas safras, destinado à produção agrícola, mas só quando os respectivos lavradores se comprometem a promover a expansão de sua produção. [...] ampliar a produção do feijão e do açúcar.” Em novembro de 1969, o Jornal Tribuna do Interior, de Campo Mourão anuncia que “o Banco do Brasil, proximadamente, estará também concedendo financiamentos para erradicação de cafeeiros”.

Como visto anteriormente o café paranaense foi, de acordo com Amaral (1986), durante 20 anos, destaque na produção nacional, no entanto, Steca e Flores (2002) apontam as geadas frequentes, a concorrência da produção africana e a superprodução como estopim para a política de erradicação do café que surgiria em 1960. Nas palavras de Tomazi (1997, p.234) “na década de 60, o centro dinâmico deslocou-se para as meso-regiões Noroeste e Centro Ocidental Paranaenses, [...] a cafeicultura alcançou seu auge, suplantando São Paulo, e ao mesmo tempo, teve início o seu declínio”.

O decaimento do café acontece, de acordo com Mores (2017), devido as geadas que assolam o Paraná das décadas de 1950-1960 e a superprodução cafeeira que força o IBC a criar o GERCA (Grupo Executivo da Racionalização Cafeeira). Esse grupo tem por objetivo eliminar cafeeiros com problemas de produtividade e dar entrada em novos produtos agrícolas. De acordo com Dean (1996) as medidas escolhidas são a indenização pelos cafés exterminados em regiões de baixa produtividade e o incentivo da modernização do sistema em locais com possibilidade de melhoria na qualidade do café.

O GERCA, assumiria então, em 1962, alguns objetivos, como aponta Carvalho (1990, p. 67):

- 1) Erradicação, em dois anos, de 2 bilhões de cafeeiros considerados antieconômicos (com produtividade inferior a 6 sacas beneficiadas por mil pés);
- 2) Renovação de um quarto dos pés plantados, com aproximadamente 500 milhões de cafeeiros com bases racionais;
- 3) Diversificação de culturas nas áreas liberadas pela erradicação de café;
- 4) Investimentos na industrialização de produtos agropecuários, com vistas à solução do problema socioeconômico resultante da liberação de mão-de-obra empregada na cafeicultura;
- 5) Financiamento e empreendimentos de infraestrutura;
- 6) Dotação de recursos para promover a melhoria das condições dos estabelecimentos das regiões cafeeiras.

Nesse período, o município de Engenheiro Beltrão sai de 10.998 ha (1960) de cafés plantados para 1930 ha (1970) (DERAL,2017), possivelmente devido as severas geadas enfrentadas na região nas décadas de 1950 e 1960 e o plano de erradicação do café do Governo, o qual pagava Cr\$15,00 por pé de café erradicado, aproximadamente 80% da produção de um pé de café no decorrer de um ano.

Quando se deu o deslocamento breve e temporário, do centro dinâmico da produção para o Norte Novíssimo, a queda provocada por nova fase de superprodução, as terras menos propícias (arenito Caiuá abundante) se constituíram em novo desístimulo e o IBC/GERCA ofereceu em dois programas consecutivos (1962 e 1966) alternativas de racionalização agrícola, com erradicação paga e financiamento de substituição do café por lavouras temporárias e pastagens. (CANCIAN, 1981, p. 94)

Em julho de 1969, após mais um evento climático que derriça o café na mesorregião Centro Ocidental do Paraná, percebe-se no discurso do Jornal Tribuna do Interior (1969, 20 jul. p.3), a derrocada do café para essa localização:

No ano próximo de 1970, quando o homem possivelmente estará fazendo piqueniques na Lua, o Brasil estará sentindo a ausência de sua maior fonte de divisas, representada pela perda dos cafezais paranaenses. A política do café, tão controversa e importante será alterada, e desta vez, não pela máquina burocrática dos homens dos acordos internacionais e sim pela fatalidade natural capaz também de resultados calamitosos como este. [...] O verde agora marrom das nossas fazendas, continuará inalterados nas esperanças de todos e, feijão, milho, arroz ou trigo serão plantados onde floriam até poucos dias, exuberantes cafeeiros.

Com a retirada sistemática do café, a região teve o predomínio de culturas como algodão, milho e soja, conforme descrito pelos entrevistados, fato que é corroborado por Carvalho (1990). Domingos Neto (2011) apresenta a nova dinâmica científica do Brasil, pós o golpe militar de 1964, quando se inicia um programa que visa enfatizar a tecnologia produtivista, incitando o desenvolvimento econômico a qualquer custo. Com isso, levou-se, de acordo com Mores (2017) à uma concentração da produção de café em dois eixos do Norte paranaense, selecionando outras áreas para a introdução de novas culturas.

Nesse período os jornais começam a veicular um novo discurso, na Tribuna do Interior (1969), temos o aparecimento de notícias sobre cartas de financiamentos para máquinas agrícolas, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil, que passa a financiar a aquisição de “tratores, máquinas agrícolas e seus implementos”. Ainda no mesmo ano, sementes de algodão passam a ser financiadas pelo Banco do Estado do Paraná.

No entanto, mesmo com essa diminuição, o dia 18 de julho de 1975 ficaria marcado na história do Paraná, como o “Velório da cafeicultura”, publicação das Folhas de Londrina, na manhã do dia seguinte. Conforme o IBC (1978) “às 15 horas do dia 17 os ponteiros de todos os cafezais do Norte do Estado começaram a ficar queimados, devido aos fortes ventos frios que ocorriam em toda região. No dia 18 de julho todo o Estado do Paraná amanheceu coberto de gelo.” O jornal Gazeta do Povo em sua publicação de 19 de julho apresenta a geada de 1975 como “uma das mais violentas geadas que trouxeram destruição total aos cafezais do Paraná e prejuízos incalculáveis para a economia”.

No acervo da Biblioteca Municipal Egydio Martello, onde estão alocados os jornais do município a partir de 1968, não foi possível localizar o mês de julho/agosto de 1975, não podendo assim, fornecer dados mais regionais para a pesquisa ora efetuada. Entretanto, a Folha de Londrina noticiou sobre a região:

Houve queima de ponteiros de café, principalmente nas lavouras novas, mas também sapecadas as lavouras velhas situadas em baixadas, onde a incidência de geadas foi muito intensa. Calcula-se que o trigo tenha sido prejudicado em 20 por cento. Houve prejuízos para o trigo em Campo Mourão na base de 15 por cento, para o café e pastagens em Rondon e Gaúcha, quebra na produção do trigo e queima nas pastagens em Goioerê: queima total das lavouras em Tuneiras do Oeste.

A descrição acima, ajuda a corroborar os dados fornecidos nas entrevistas sobre o município de Engenheiro Beltrão, o café já não era a produção mais forte na mesorregião Centro Ocidental do Paraná.

Nas palavras do Sr. Vieira (ANEXO VIII) a decadência em Engenheiro Beltrão começaria em 1973:

Começou porque todo mundo começou a mecanizar, foitudo com máquina e as fazendas foi dispensando o pessoal [...] tirou o café, fazenda Regina do Bruneta, ali do João Cilone, Fazenda Aliança, radicou o café e foi tudo para a mecanização. [...] alguns ficou com café, bem pouco, acredito, entre 5 e 10% se ficou, né? Muito pouco ficou no café, foi tudo para a mecanização e aqueles que não aguentaram. [...] O negócio do café mesmo foi na década de 60 com a ditadura que o Castelo Branco erradicou o café, quem quisesse entrar igual falei né?

Em 1958, no Plano Colonização do terreno de Engenheiro Beltrão tem-se 1714 lotes entre 5 e 50 ha, dos quais, 690 compunham a faixa de no máximo 5 ha, escolha que pode ser explicado na fala de Cancian (1977, p. 125): “Fixar o homem ao campo, torna-lo proprietário, seria evitar que se tornasse um proletário insatisfeito.” Deste modo, pode-se inferir que a quantidade de lotes de pequenos tamanhos era um modo de fixar as famílias de menor renda em um lugar no qual ela poderia subsistir. Algumas páginas depois, a mesma autora apresenta mais um motivo para o interesse na colonização baseada em pequenas propriedades:

quando se intensificou a procura de terras, foram fracionadas em pequenas e médias e revendidas. Não se atrevia numa latitude tão ao sul, sujeita a geadas intensas e periódicas [...] manter fazendas tão grandes. São as melhores terras para o café, porém para [...] no máximo 100 alqueires de cafezais. Os muito grandes afastaram-se [para] [...] clima mais ameno. (CANCIAN, 1977, p. 169)

Dos 1.969 lotes planejados pela STCEB em 1958 (BELTRÃO, 1958), somente 912 estariam compondo o quadro econômico de Engenheiro Beltrão em 1970 (IBGE, 1991) possivelmente devido à diminuição da necessidade de mão de obra com a entrada de novas culturas e técnicas de cultivos.

Uma notícia veiculada em fevereiro de 1975 (p.1) no jornal Tribuna do Interior fala sobre a entrada da COAMO em Engenheiro Beltrão (Figura 28). A projeção de armazenagem de soja para o entreposto era de “700 mil sacas, dois secadores KV40, capacitado a receber 2.400 toneladas (40.000 sacas) diárias”. Com essa notícia pode-se perceber que, na região onde o município se aloca, já não havia grande influência do café.

### 5.3. A FORMAÇÃO VEGETACIONAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO

Na foto de 1948 da figura 49, acervo de Árleto Rocha (foto digital original não localizada), tirada em preto e branco com 3 planos, vê-se o trecho da estrada que liga Campo Mourão-Maringá, próximo da Balsa que fazia a travessia. Nela é possível perceber o modo de derrubada efetuado pelos colonizadores, na qual os tocos ficam no meio da área derrubada, não sendo completamente limpo devido à ausência de maquinário para isso. Na foto pode ser percebido o solo compactado da estrada, resultado provável do intenso fluxo de veículos. Ao fundo vê-se o dossel da formação vegetacional que recobre a região, no lado esquerdo é perceptível a visualização de palmitos que era encontrada em meio a mata (Citado nas entrevistas de Parolin (ANEXO V) e Hackbarth (ANEXO II)).

**Figura 49:** Trecho Peabiru-Maringá, estrada para a Balsa do Rio Ivaí, 1948.



Na fotografia escaneada da revista História Pioneiros e Atualidades (Figura 50), original não localizado. Percebe-se que a foto foi tirada em preto e branco, produzida durante o dia, com iluminação natural. Plano focal único. Baixa qualidade inviabiliza a avaliação de pormenores.

A fotografia em questão, de acordo com a revista, pertence à família Negri. Nela, a atenção está voltada o

diâmetro do tronco que o caminhão está carregando (provavelmente peroba). Os homens localizados em torno do espécime ajudam a perceber a magnitude das árvores que recobriam a região do município.

**Figura 50:** Caminhão carregado com tronco de árvore, provavelmente peroba. Acervo da Família Negri. In: História Pioneiros e Atualidades. 1985.



Na figura 51 tem-se a fotografia escaneada da revista História Pioneiros e Atualidades, original não localizado, foto tirada em preto e branco, produzida durante o dia, com iluminação natural. Plano com duas profundidades. Baixa qualidade inviabiliza a avaliação de pormenores.

O processo de abertura da mata descrita nas entrevistas toma forma nessa foto, nela vemos a segunda etapa, a derrubada, posterior a esta virá o “desgalhamento”, seguido da retirada de espécimes de interesse econômico, seguido da queima do restante do material.

**Figura 51:** Chegada de Pioneiro. In: História Pioneiros e Atualidades, 1985.



Na figura 52 tem se a fotografia digitalizada a partir do original, de 15x18 cm, preto e branco, pertencente ao acervo da Prof.<sup>a</sup> Ivani Ap. Teles da Cunha. Nela dois planos focais são perceptíveis, com orientação horizontal, a foto produzida durante o dia, com luz natural apresenta amassados, ranhuras e amarelamento, todavia, eles não inibem o processo de avaliação da mesma.

A fotografia é de um casamento, percebe-se a quantidade de filhos que as famílias tinham na época, crianças que muitas vezes ainda pequenas viriam a ajudar a família no trabalho, como relata os Srs. Hackbarth (ANEXO II) e Parolin (ANEXO V). Logo atrás das pessoas, no lado direito da foto, um exemplar de palmito se destaca na foto. No segundo plano percebe-se a formação vegetal que recobria o município.

**Figura 52:** Ao fundo formação vegetal característica do Município de Engenheiro Beltrão. Do lado direito da foto percebe-se um exemplar de palmito. Acervo Prof.<sup>a</sup> Ivani Ap. Teles da Cunha



A figura 53, tem-se foto, sem data, digitalizada a partir da original, com 5x8 cm, foto tirada preto e branco, orientação vertical, diurna, com iluminação natural. Plano focal central, somente um nível. Amarelada com o tempo, sem defeitos que iniba a avaliação da imagem.

A foto (Figura 53), tirada em Engenheiro Beltrão, mostra três homens, em frente de uma Figueira que estava no sítio que pertencia à família do Sr. Rossi. Pode-se perceber a magnitude do espécime, que era nativo da região e facilmente perceptível na vegetação. O espécime ficava perto da residência da família e não foi derrubado por eles. O sítio foi vendido e os novos proprietários derrubaram a árvore.

**Figura 53:** Foto em frente ao tronco de uma figueira, sem data. Acervo da família de Antônio Rossi

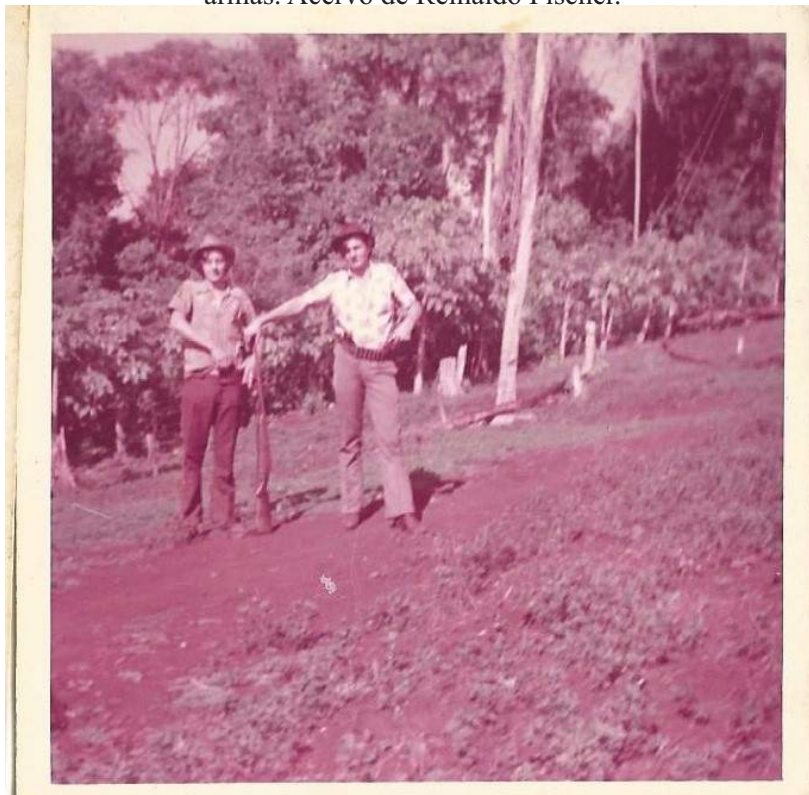


A foto da figura 54 foi digitalizada a partir da fotografia original, de formato quadrado, 8x8 cm, colorida,

com um tom lilás. Orientação vertical, com foco principal no lado esquerdo da fotografia. Dois planos com nitidez similar. Leves amassados, ranhuras e amarelado que não diminuem a qualidade da foto.

Na fotografia, um dos atores posa portando um cinto de balas, e apoiado em uma arma. Atrás deles é possível perceber tocos remanescentes da limpeza do terreno e no mesmo plano que eles, a silhueta de um palmito pode ser observada.

**Figura 54:** Família Fischer, detalhe para os tocos remanescentes do processo de limpeza, espécime de Palmito e as armas. Acervo de Reinaldo Fischer.



A foto da figura 55 foi digitalizada a partir da fotografia original, tirada em preto e branco em julho/agosto de 1952. Orientação vertical, com foco principal no lado esquerdo da fotografia. Dois planos com nitidez similar. Foto em bom estado de conservação.

Na fotografia, é retratada a derrubada da mata na região de Sussuí, em área próxima a BR317. Nota-se arma no cinto do homem no centro da foto. Ao fundo Peroba de aproximadamente 1,70 m de diâmetro e espécimes de palmito. Em frente aos atores da foto é possível visualizar os troncos remanescentes da derrubada.

**Figura 55:** Derrubada da mata na região de Sussuí, próximo a BR 317. Da esquerda para a direita Antonio C.Vieira, José Pojuca (corretor de vendas da STCEB) e José Santana. Detalhe para a arma.



Na figura 56 tem-se uma fotografia digitalizada a partir do original, com 5x8 cm tirado em preto e branco, com orientação horizontal. Ângulo central com foco nas pessoas. Registrada durante o dia com iluminação natural. Apresenta dois planos de foco, ambos com nitidez. Amarelada com o tempo, com pequenos amassados e leves ranhuras.

Os homens retratados estão de calça e camisa, indumentária comum à época, nenhum deles olha diretamente para o fotógrafo. As camisas mais alinhadas e o uso de um cinto com fivela sugerem que a roupa foi selecionada para a foto. Os cabelos penteados indicam que eles se arrumaram para esse momento. Ao fundo, uma área de derrubada da mata recente, silhuetas de palmitos são facilmente detectáveis, e troncos de árvores derrubadas são percebidas no chão.

**Figura 56:** Homens da família Fischer, ao fundo área recém derrubada, detalhe para os palmitos que permanecem no horizonte. Acervo de Reinaldo Fischer



Na figura 57 tem-se fotografia digitalizada a partir da original, 5x8 cm, tirada em preto e branco, orientação horizontal. Ângulo central com foco nas pessoas, diurna, com iluminação natural. Apresenta dois planos de foco, boa nitidez no primeiro plano, segundo plano desfocado. Fotografia amassada com início de pequenos rasgos, suja e amarelada com o tempo, mas ainda em estado aceitável de conservação, não impossibilitando a leitura e percepção dos dados da foto.

No primeiro plano a família arrumada para foto. Poses forçadas, homens aparentemente incomodados com a fotografia, no entanto, existe a possibilidade de terem se mexido no momento da foto. Casa de madeira, provavelmente construída com a madeira retirada na limpeza do terreno, telhado em madeira. Criança sobre um toco no canto direito da foto, resquício resultante da derrubada da mata devido à dificuldade de extração sem maquinário. Ao fundo percebe-se silhuetas de árvores ainda não derrubadas, mas completamente desganhadas.

**Figura 57:** Fotografia de família, detalhe para a casa de madeira, tocos remanescentes do desmatamento, silhueta de árvores ao fundo. Acervo de Reinaldo Fischer



A figura 58 é uma fotografia digital pertencente ao acervo do IBGE (negativo 5372) de autoria de Tomaz



Somlo e Maurício Coelho Vieira (Figura 33), tamanho original desconhecido. Iluminação natural, orientação horizontal, sem foco definido.

A fotografia apresenta a formação vegetacional do município de Engenheiro Beltrão. O tronco que aparece em destaque no primeiro plano está recoberto com epífitas, abundantes em florestas pluviais-tropicais.

**Figura 58:** Resto de mata em Engenheiro Beltrão, 1957. Fonte: IBGE



### 5.3.1 Contextualização histórica

Maack (2012) descreve a região como pluvial-tropical, com seus “elevados e delgados troncos com 30 a 40 metros de altura caracterizam os mais importantes exemplares da mata, (...). Dentre essa miscelânea de árvores notam-se a delgada *Euterpe edulis*.” O palmito era considerado caracterizador de mata virgem, normalmente encontrado em densos agrupamentos. Pode – se perceber no dossel a presença da *Aspidosperma* sp. Muell.Arg., vulgarmente conhecidas como peroba e guatambú, com 40 metros de altura e 1,2 metros de diâmetro. Seguida delas tem a *Cedrela* sp. Vell, os cedros, com 10-12 metros de altura e 0,8-1,5 metros de largura. Nas entrevistas é descrito a dificuldade enfrentada em dias de chuvas nas estradas parcamente construídas pelos colonos.

Maack (2012) denunciou em 1969 o que aconteceu na região, com a substituição da mata pluvial-tropical por cafezais, e apontou para o cuidado dos agricultores em não permitir a regeneração da mata. O autor aponta a destruição dessa vegetação, sem que ficassem reservas ou florestas de proteção das nascentes.

Analisando o processo do agrossistema cafeeiro Deffontaines (1945) pontua que “o primeiro ato do cultivador não é lavrar a terra, mas desflorestar”. O processo todo envolvia uma técnica de três passos, derrubada, limpeza e queimada da vegetação, em seu livro *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, Pierre Monbeig (1984) descreve o processo de derrubada:

É durante a estação seca que começa a derrubada, seguida pela “roçada”, isto é, derrubada das árvores e a limpeza de cipós e arbustos. Quando os restos amontoados no solo, formando “coivaras”, estão suficientemente seco, só resta tocar fogo. [...] a fumaça das queimadas turva a atmosfera. [...] Técnicas antiga e prática, que não se preocupa em tirar proveito da floresta e de suas riquezas, ela é ainda a mais habitualmente adotada.

A técnica adotada foi responsável por grande parte do fim da floresta que recobria o Paraná, de acordo com Maack (1963), na década de 1950, cerca de 150.000 mil hectares de florestas foram queimados e cortados. Podendo

fornecer 75 milhões de m<sup>3</sup> de madeiras de lei e madeiras brancas, o aproveitamento girou em torno 3 milhões de m<sup>3</sup>. Ou seja, apenas 4% do total de madeiras que poderia se aproveitado, o resto se perdeu em meio as chamas do progresso.

Em seu trabalho sobre a cafeicultura no país Brannstrom (2000) apresenta a dimensão da perda de área da Mata Atlântica entre os anos de 1910 e 1957, de acordo com o autor, 770.000 quilômetros quadrados foram desmatados para dar lugar à lavoura cafeeira.

Esse procedimento era atestado pelo governo, no manual do Ministério da Agricultura (1922), são apresentados os Aspectos da Economia Rural Brasileira, “ o terreno que se destina ao plantio do cafeeiro é geralmente coberto por matas virgens [...] roçage, derriba e queima. Uma vez o terreno limpo, procede-se ao destocamento, com o fim de determinar a abertura das covas.” O processo descrito difere do explicado por Pierre Moinbeg (op cit.) anteriormente, bem como também difere das descrições dos entrevistados. Diferenças à parte, deve-se atentar para o fato de que os gestores da área da agricultura consideravam essa prática correta, deste modo, percebe-se o discurso exterminador que determinava a expansão agrícola do momento.

Essa dizimação da cobertura florestal, no entanto, era criminosa. Nas entrevistas, percebe-se que não eram deixadas áreas para a preservação. De acordo com Gonçalves (1999) a CTNP/CMNP deveria repassar para seus compradores a obrigatoriedade de preservação de 25% da área. Em seus contratos, todavia, estavam estipulados 10%, que foram desconsiderados pelos compradores. A SCTEB, aparentemente não seguiu a lei ou o exemplo da outra colonizadora. No entanto, essa dizimação foi ignorada pelas colonizadoras e o Estado. O descaso com o meio ambiente, no entanto, não advém desse período, contém um longo histórico de destruição, como descreve Dean (1966, p. 23), “Durante quinhentos anos, a Mata Atlântica propiciou lucros fáceis, [...] e queimada e devastada, uma camada imensamente fértil de cinzas que possibilitavam uma agricultura passiva, imprudente e insustentável.” Constata-se portanto que os recursos da natureza brasileira foram consumidos imprudentemente pela sociedade, gerando, posteriormente, a necessidade de se implantar controles mais rígidos sobre o meio ambiente.

De acordo com dados da Fundação SOS Mata Atlântica (2017), o município de Engenheiro Beltrão possui 4% da sua formação vegetacional original, cerca de 655 há (Figura 15). Deste valor, 104,06 ha pertencem a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda São João, criada em 1998 através da Portaria no 67 do Instituto Ambiental do Paraná, a propriedade pertence ao Sr. José Antonio Casado Paschoal, seguido da reserva que compõe o Viveiro do IAP que fica localizado na rodovia que liga Engenheiro Beltrão à Terra Boa.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Os resultados obtidos, permitiram traçar esboços acerca das mudanças socioambientais do município de Engenheiro Beltrão, a evolução agrícola e intempéries climáticas que atingiram a região. Conclui-se que a história oral, como ferramenta para a inferência das mudanças socioambientais, é satisfatória, auxiliando na criação de uma linha do tempo para o município que ajuda também a remontar parte da história socioambiental da região. No entanto, se faz necessário explicitar que a pesquisa não deve ser utilizada para generalizar a realidade da mesorregião na qual o município está alocado, uma vez que esta conta com municípios com contextos diferentes de Engenheiro Beltrão.

As mudanças socioambientais do município de Engenheiro Beltrão são delimitadas nas palavras dos entrevistados que descrevem a linha do tempo do município melhorando, com suas falas as alterações que passam despercebidas. Essas entrevistas então criam um retrato da realidade que apresenta aspectos que se diferenciam das versões já descritas por outros interlocutores, como é o caso do “vazio demográfico” que se encerrou no discurso do Estado e que até hoje é alardeada como real. Uma vez que é apresentada a problemática da Comunidade “Marimpá”, que residia na área, hoje o distrito sede do município, na época da colonização pela SCTEB. Pode ser demonstrada essa situação quando dá-se a devida atenção à entrevista do Sr. Pereira (ANEXO VII) que descreve a chegada do seu pai, o Sr. Joaquim Viana Pereira na década de 1930 e o Sr. Dias (ANEXO X) que fala sobre a vinda da sua família para resolver o “‘enguiço’ que os Beltrão tinham com os Marimpá”.

Os plantios são descritos, em alguns casos com detalhamento, principalmente pelo Sr. Vieira (ANEXO VIII) que explicou os métodos de plantio de cada cultura. Através do histórico de vida dos entrevistados foi possível conceber uma linha do tempo das culturas agrícolas que determinaram a história do município. Pode delimitar-se em culturas principais o café, a hortelã, o algodão, as commodities (soja/milho) e a cana-de-açúcar.

O café figura como a cultura atrativa para a região, como explicitado pelo Sr. Parolin (ANEXO V) “Finado meu pai veio pra formar fazenda. [...] Ele veio pra formar café, pra trabalhar”; Sr. Pereira (ANEXO VIII): “A primeira coisa que meu pai plantou foi café” e o Sr. Vieira (ANEXO VIII) “ele era vizinho do meu pai, eles que fizeram a derrubada, covaram pra plantar o café e construíram a casa pro meu pai.” Com as entrevistas foi possível perceber que a geadada de 1975, conhecida como Geadada Negra, não foi a responsável pelo fim do café no município, salvo para algumas fazendas que mantiveram o café mesmo com a política de erradicação governamental e produtores que reintroduziram o café em alguns lugares após a saída hortelã.

Longe de serem épocas de plantio claramente diferenciadas, o café, a hortelã e o algodão se fundem nas décadas de 1950 e 1960, com o café ocupando as áreas mais altas dos estabelecimentos rurais, e as outras culturas nas áreas mais baixas. O Sr. Rossi (ANEXO IX) fala sobre o hábito de plantio em áreas mais baixas do estabelecimento rural: “Aí a parte do sítio, oito alqueires, que ficou mais na baixada e não plantava café porque tinha risco de geadada, então foi feito plantio de hortelã.” A hortelã, todavia, em alguns momentos se sobrepõe ao café na linha de cultura dos entrevistados, conforme comentário do Sr. Hackbarth (ANEXO II) “Passou um tempo, aí veio aquela época do hortelão, daí ele largou o café e plantou hortelã.” O final da cultura de hortelã varia na fala dos entrevistados, o Sr. Vieira (ANEXO VIII) e o Sr. Bernardo alegam que a hortelã diminuiu a produção no final da década de 1950, e os Srs. Hackbarth (ANEXO II) e Fischer (ANEXO VI) falam sobre décadas de 1960 e 1970 respectivamente. O principal motivo foi o final das áreas a serem desmatadas no município como pode ser percebido nas entrevistas dos Srs. Pereira e Vieira. O Sr. Rossi (ANEXO IX) comenta sobre a queda nos preços e o Sr. Hackbarth (ANEXO II) sobre a necessidade de comprar lenha para manter os alambiques funcionando como outros motivos para o fim da cultura.

Na década de 1960, as geadadas de 1963 e 1969, amparadas pela política de erradicação cafeeira do Governo vão impulsionar a entrada da mecanização agrícola com a ampliação das áreas de plantio de milho (que até então eram voltadas para a subsistência) e a disseminação do plantio da soja. Durante a década de 1970 e até meados da década de 1980 serão essas commodities as principais responsáveis pela economia agrícola no município. Em 1983, após a introdução de uma nova política governamental e implantação de uma usina sucroalcooleira no município, a cana-de-açúcar passará a incorporar a paisagem rural, dividindo com a soja e o milho as áreas agriculturáveis. Essa dinâmica perdurará por 30 anos, até final de 2013, quando a usina declara falência. As áreas de cana foram então repassadas à outra usina canavieira da região para a finalização dos contratos. Com a finalização dos contratos de plantio de cana-de-açúcar, a dinâmica rural do município é novamente alterada e as áreas anteriormente voltadas para o atendimento à usina são revertidas aos plantios de soja e milho. Ainda existem áreas

com cana-de-açúcar no município, todavia, em alguns anos é provável que a dinâmica agrícola da região seja baseada somente nos grãos exportáveis.

Com a entrada das commodities tem-se também o ‘início’ do uso de agrotóxicos, que são impostos aos agricultores em suas cartas de financiamento. De acordo com as entrevistas, intoxicações passaram a fazer parte da rotina dos agricultores, como explicitam Hackbarth (ANEXO II), Fischer (ANEXO VI), Vieira (ANEXO VIII) e Bernardo (ANEXO IV). O Sr. Parolin (ANEXO V) e a Sra. Bezerra (ANEXO III) relataram casos de intoxicação crônica, que ainda evidenciam-se na vida dos atingidos. Os entrevistados se referem aos agrotóxicos como ‘veneno’, o que evidencia o entendimento dos efeitos danosos que o mesmo encerra, contudo o uso de agrotóxicos aumentou com o passar dos anos.

A investigação das mudanças socioambientais no município de Engenheiro Paraná, trata-se de um trabalho pioneiro, que exemplifica as transformações nas relações entre o ser humano e a natureza, principalmente aquelas que vem ocorrendo nos últimos anos com o avanço da tecnologia e as preocupações ambientais. Nesse sentido, mostra a transição entre o pensamento da natureza que era considerada inútil, “Porque tinha que limpar, né? Tinha que derrubar tudo para ter a terra limpa”, como citado pelo Sr. Vieira (ANEXO VIII), para aquela natureza trabalhada, humanizada, que necessita de proteção, como narra o Sr. Hackbarth (ANEXO II) “Mas mesmo assim, mata faz, é muito importante ter mata, pra mode os bicho, os bicho não tem onde ficar, né? E atraia a chuva e limpa o ar. E o ar fica mais... Purifica o ar.” Todavia, mesmo com essa variação na relação ser humano-natureza, ainda se fazem pequenas as mudanças efetivas, uma vez que continua-se tendo desmatamento no município.

O resgate do patrimônio histórico do município auxiliou no entendimento dos momentos que vieram a ocasionar conjuntura atual. Entretanto, criou-se também um banco de dados para posteriores pesquisadores, que ao examinar essas entrevistas serão capazes de discorrer sobre outros aspectos que não são perceptíveis a autora ou não integram os objetivos da pesquisa ora efetuada. Preservar e catalogar esses tipos de dados se faz necessário, já que historicamente o território do município teve sua ‘colonização’ iniciada em 1930, quase 90 anos atrás, como evidenciou o Sr. Pereira (ANEXO VII). Sendo assim, as pessoas capazes de relatar sobre a história do município estão sendo perdidas, deixando lacunas que não poderão ser explicadas a contento. Portanto, é fundamental que o olhar dos pesquisadores se volte para esse tipo de trabalho extenuante, a formação de bancos de dados, que é primordial para auxiliar no entendimento das dinâmicas não só do município de Engenheiro Beltrão, como também para os outros que foram ocupados com a mesma velocidade no Estado do Paraná.

## 7. REFERÊNCIAS

- ABREU, P. H. B. **O agricultor familiar e o uso (in)seguro de agrotóxicos no município de Lavras, Mg.** 2014. 205 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- ADUM, Sônia. **Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina 1930-1960.** Assis: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 1991.
- ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989, p.5, 197p.
- ALVES FILHO, J. P. **Receituário agrônômico: a construção de um instrumento de apoio à gestão dos agrotóxicos e sua controvérsia.** 2000. 235 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000
- ALVES, Lucilio Rogerio Aparecido; BARROS, Geraldo Sant’Ana de; BACCHI, Miriam Rumenos Piedade. Produção e Exportação de Algodão: Efeitos de Choques de Oferta e de Demanda. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 62, n.4. p. 381-405. Out./dez. 2008.
- AMARAL LAPA, José Roberto do. **A economia cafeeira.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- AMATO, Claudio d’; TORRES, João, P.M.; MALM, Olaf. DDT (DICLORO DIFENIL TRICLOROETANO): Toxicidade e contaminação ambiental – uma revisão. **Química nova.** v. 25, n. 6. p. 995-1002, 2002.
- ANDRADE, Marcos Correia de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico.** São Paulo: Atlas, 1987.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930 – 1975).** Londrina: EDUEL, 2008.
- ARRUDA, Gilmar. Turismo, natureza e história ambiental: chácaras de lazer na represa de Capivara – Pr. **Antíteses.** v.6, n.12, p.293-312. 2013.
- ARRUDA, Gilmar; SILVA Aparecida Leite V. da; BIASETTO, Eliane Aparecida. Paisagens do medo: A expansão do ideário ecologista na cidade de Londrina-PR – (1970-1980). **Espaço Plural.** Cascavel: UNIOESTE Ano XII, n. 25, 2011
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA. **O desempenho da indústria química brasileira em 2014** [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br/pdf/livreto-de-dados-2014-paginas.pdf>>.
- AYOADE, J. D. **Introdução à Climatologia para os Trópicos** (tradução de Maria Juraci dos Santos). Rio de Janeiro, Ed. Bertrand do Brasil S.A. 1991. 332p
- BACKES, Gilson. **As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira: memórias, trajetórias e estranhamentos em Mercedes (Oeste do Paraná 1960 - 2009).** Marechal Cândido Rondon, 2009. 155f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós - Graduação Stricto Sensu em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR, 2009.
- BALLAROTTI, Carlos Roberto. O parque Arthur Thomas em Londrina/PR: Os conflitos político-sociais referentes à unidade de conservação. **II Encontro Cidades Nova – A construção de políticas patrimoniais.** Londrina: Unifil, 2009.
- BALHANA, Altiva. Pillati et al. História do Paraná. apud HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. In: **Boletim de Geografia.** Maringá, v.11,n.01,p.67-88, dezembro de 1993.

- BELTRÃO, Alexandre. **Planta do terreno denominado rio Mourão**, situado no município de Engenheiro Beltrão, comarca de Peabiru. Curitiba: Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda, 1958. Escala: 1:25.000. (Arquivos da prefeitura de Engenheiro Beltrão)
- BELTRÃO, N. E. de M. **Importância do algodão para Campina Grande, Paraíba e o Nordeste**. Campina Grande: EMBRAPA-CNPA. 1996.
- BARROSO, Vicente. **O famoso Norte do Paraná – Terra onde se anda sobre dinheiro**. Caxias do Sul, São Miguel, 1956.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Out/dez, 1952. Rio de Janeiro: IBGE, n.14, 1953.
- BERNARDES, Nilo. A colonização europeia no sul do Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, nº 2, 1952.
- BIASETTO, Eliane Aparecida. O Rio Tibagi e suas representações: a polêmica da água e o desenvolvimento do Projeto Tibagi (1970-2000) **Antíteses**. v.7, n. 14, p. 532-533. 2014.
- BLACHE, Paul Vidal de La. Descaractères distinctifs de la Géographie. **Annales De Géographie**. n.22(124). p. 289-299, 1913.
- BLUM, C. T.; OLIVEIRA, R. de F. Alternativas sustentáveis para favorecer a produtividade da Reserva Florestal Legal do Estado do Paraná. Produtividade Sistêmica – **Boletim do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Paraná**, v.3, n.10, out/dez 2003. p. 33-39.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade – lembranças de velhos**. Volume 1. São Paulo: Editora da USP, 1987.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BORGES, Paulo Roberto Santana. **Inserção da Região Centro Ocidental no cenário econômico do Paraná: atividades industriais**. Tese de doutorado. PGE. UEm. 2015, 462 p.
- BOTELHO, Rosângela Garrido Machado. Bacias hidrográficas Urbanas. In: GUERRA, Antonio José Teixeira. (Org.). **Geomorfologia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 71-115.
- BRANDT, Marlon. Campo da dúvida: uma paisagem em transformação – do uso comum da terra à exploração madeireira (1930 a 1960). **PerCursos**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 55-71, jul. / dez. 2007
- BRANNSTROM, Christian. Coffee Labor regimes and deforestation on a Brazilian Frontier, 1915-1965. **Economic Geography**, Vol. 76, No. 4, p. 326-346, 2000
- BRASIL. **Decreto nº 23.793**, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 09 fev. 1934. Seção 1, p. 2882.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº. 5.197**, de 03 de janeiro de 1967. Crimes contra a fauna.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 76. 593**, de 14 de novembro de 1975. Institui o Programa Nacional do Alcool e dá outras Providências. 1975.
- \_\_\_\_\_. **Portaria 329, de 02 de setembro de 1985**. Portaria de proibição no uso de agrotóxicos de ação comprovadamente de alta persistência e/ou periculosidade. 1985.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006
- \_\_\_\_\_. ICMBio. **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2016. 76 p. 141p.

- BROCARD, Daniele. **Memórias sobre a ação de madeiras: o processo de extração da floresta na região de Cascavel/PR (1950-1970)**. In: 3º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, 2014. Anais do 3º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, Florianópolis. 2014. p. 856-873.
- BROCARD, Daniele; STEIN, Marcos Nestor. **A Ação das indústrias madeiras e da agricultura: concepções sobre o desmatamento na região do município de Cascavel/PR**. Anais do 4º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis, 2016.
- BUENDIA, Julio P. Laca; NEPTUNE, A.M. Louis. Adubação foliar do algodoeiro (*Gossypium hirsutum* L., var., I.A.C.12), com nitrogênio, fósforo e potássio avaliada pela produção e diagnose foliar. **Anais da E.S.A. Luiz de Queiroz**. V. XXVIII, 1971. p. 5-30.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: Edusc, 2004.
- CAIRES, Sandro Marcelo de, CASTRO, José G. Díaz. Levantamento dos agrotóxicos usados por produtores rurais do município de Alta Floresta – Mato Grosso. **Rev. De Biologia e Ciência Da Terra.**, v. 2, n. 1, p.105-112, jun. 2002.
- CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 75-100.
- CAMPOS, J. B. A fragmentação de ecossistemas, efeitos decorrentes e corredores de biodiversidade. In: CAMPOS João Batista; TOSSULINO, Márcia de Guadalupe P.; MULLER, Carolina R.C. (org.). Unidades de Conservação: ações para valorização da biodiversidade. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2006
- CANCIAN, N. A. **Cafecultura paranaense 1900-1970 - estudo de conjuntura**. 1977. Tese (doutorado em história) – USP, São Paulo, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Conjuntura econômica da madeira no norte do Paraná**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2 v. 1974.
- CANDAU, Jöel. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARDOSO, Luiz Fernando. **O Diário**. Volume de BHC no Estado pode chegar a 5 mil toneladas. 24 fev. 2008. Disponível em: <http://digital.odiario.com/cidades/noticia/170343/volume-de-bhc-no-estado-pode-chegar-a-5-mil-toneladas/>
- CARNEIRO, Fernando Ferreira. (Org.) **Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624p.
- CAROLA, Carlos Renato. Natureza admirada, natureza devastada – História e Historiografia da colonização de Santa Catarina. **Varia Historia**. v.26, n.44, Belo Horizonte. 2010.
- CARVALHO, Ely Bergo. **Sombras do passado, projeto de futuro: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1947-2003**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.
- CARVALHO, Ely Bergo de; NODARI, Eunice Sueli. A CIVILIZAÇÃO E A BARBÁRIE NOS JORNAIS: O imaginário do verde em cidades de fronteira agrícola no Paraná(1954/2000). **Fênix (UFU. Online)**, v. 5, p. 1-19, 2008.
- CARVALHO, Marcia Siqueira de. O uso do solo na década de 1960 no Norte do Paraná e a política cafeeira. **Geografia**, Londrina, v.8, n. 2, p.135-141, jul.dez.1999
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeira e colonizações**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) Florianópolis: UFSC, 2006.

- CARVALHO, Simone Pereira de et. al. **A produção de álcool: do Proálcool ao contexto atual**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007.
- CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1969. 305p.
- CAVIGLIONE, João Henrique; KIIHL, Laura Regina Bernardes; CARAMORI, Paulo Henrique; OLIVEIRA, Dalziza. **Cartas climáticas do Paraná**. Londrina: IAPAR, 2000.
- CHAVES, Júlio; GUERREIRO, Ezequiel. Culturas intercalares na lavoura cafeeira. **Pesquisa Agropecuária brasileira**. Brasília, n. 24, p.177-190. 1989.
- CONFORTI, Valéria Amorim; AZEVEDO, Fernando Cesar Cascelli. Local perceptions of jaguars (*Panthera onca*) and pumas (*Puma concolor*) in the Iguaçu National Park área, South Brazil. **Biological Conservation**. v. 111, n.2, 2003. p. 215-221.
- CODESUL - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Subvisão, posse e uso da Terra no Paraná**. CODESUL/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Curitiba. 1976. 218 p.
- \_\_\_\_\_. **A expansão da soja e as transformações nas relações de trabalho na região Centro-Oeste Paranaense**. CODESUL: IPARDES, Curitiba: 1977. 174 p.
- COLODEL, José Augusto. **Cinco Séculos de História**. 2003 In: Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná / Organização de Alfredo Fonceca Peris. - Cascavel: Cascavel, 2ª reimpressão. 2008. 536 p.
- CORDEIRO, Lorena de Pauli. **Uma História Ambiental dos Mananciais da Serra do Mar: O abastecimento de água para Curitiba (1870-1929)**. Dissertação (Mestrado em História Cultural). PPGH/UFSC. Florianópolis. 2008.
- CÔRREA, Misael Costa. Alectoromaquia: Os galos de briga dentro da história ambiental. **Fronteiras: Revista Catarinense de História** [on-line], Florianópolis, n.23, p.198-215, 2014.
- COSTA, Antonio Albuquerque da; FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. **A ocupação moderna e definitiva do Sul**. Formação Territorial do Brasil. Campina Grande: Ed. UEP, 2009.
- COSTA, Fábio Rodrigues da. A importância da água para a sociedade, uso múltiplo, poluição e conservação. In: COLAVITE, Ana Paula; PAROLIN, Eloisa Silva de Paula; MASSOQUIM, Nair Glória. **Geografia, espaço e sociedade: uma análise plural**. Campo Mourão: Fecilcam, 2015, p. 13-34.
- CUNHA, Ivani Aparecida Teles da Cunha. **Processo Geohistórico da colonização do município de Engenheiro Beltrão**. 2005. Monografia (Especialização em Geografia) – FECILCAM, Campo Mourão.
- CUNHA, Vladson Paterneze. Do lixão ao aterro: uma história socioambiental de Guarapuava/ PR (1971-2011). **Antíteses**. v.7, n. 14, p. 547-548, 2014
- DAGOSTIM, Maristela Wessler. **O imaginário político paranaense na “Era Vargas”: A representação social da figura pública de Manoel Ribas (1930-1937)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 208. 72 p.
- DAMASCENO, Darlan. **Religiosidade e natureza: percepções e sensibilidades dos imigrantes ucranianos sobre o meio natural na colônia de Rio Claro - Paraná 1895-1950**. Anais do 4º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis, 2016.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- DEZORDI, Maurício. A geada negra de 1975 em Matelândia. Transformação econômica, história e memória. In: **VI Congresso Internacional de História**, 2013, Maringá. A geada negra de 1975 em Matelândia. Transformação econômica, história e memória. 2013.



- DEFFONTAINES, Pierre. A floresta a serviço do homem no Brasil. **Boletim geográfico**. Rio de Janeiro, 3 (28), p. 564. 1945
- DIAS, Ricardina; GARCIA, Carlos Mello & AISSE, Miguel Mansur. Agenda 21, Unidades de Conservação e incentivos intergovernamentais: a dinâmica ambiental e fiscal do ICMS Ecológico na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. Anais do Seminário Internacional “Experiências de Agendas 21: Os desafios do nosso tempo”. Nov, 2009. 12p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 2.ed. São Paulo: HUCITET, 1998.
- DOMINGOS NETO, Manuel. **O militar e a ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.
- DORES, Eliana Freira Gaspar de Carvalho; FREIRE, Ermelinda Maria de Lamonica. Contaminação do ambiente aquático por pesticidas. Estudo de caso: águas usada para consumo humano em Primavera do Leste, Mato Grosso – análise preliminar. **Química Nova**. v.24, n. 1. São Paulo. Jan/dez. 2001.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, v. 4, n. 8, p. 184-198, 1991.
- EMBRAPA. **PLANTAS MEDICINAIS: Hortelã-pimenta**. Porto Velho: 2001.
- \_\_\_\_\_. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília: Embrapa Produção de Informação; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006. 412p.
- FAEP – Fundação da Agricultura do Estado do Paraná. **Boletim informativo da FAEP**. Ano XXIV, n. 1060, jul./ago. 2009. 20 p.
- ESTADO DO PARANÁ. **Relatório apresentado à Comissão Especial do estudo da Faixa de Fronteiras do Paraná e Santa Catarina**. Curitiba: Departamento de Geografia, Terras e Colonização, 1966. 160p.
- FUNDACENTRO. **Prevenção de acidentes no trabalho com agrotóxicos: segurança e saúde no trabalho**, n. 3. São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, Ministério do Trabalho, 1998
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2005. 238 p.
- GALLO D; NAKANO, O.; SILVEIRA, S; CARVALHO, R. P. L.; BAPTISTA, G.C. de.; BERTI, E.; PARRA, J.R. P.; ZUCCHI, R.A.; ALVES, S.B.; VENDRAMIM, J. D.; MARCHINI, L.C.; LOPES, J. R. S. ; OMOTO, C. **Entomologia agrícola**. Piracicaba: FEALQ, 2002, 920 p.
- GARCIA JR. A.R. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- GARROTE, Martin; DAMBROWSKI, Vanessa; DOS SANTOS, Gilberto. Ocupação e colonização de imigrantes alemães e italianos na Floresta Ombrófila Densa aAtlântica do município de Apiúna, entorno do Parque Nacional da Serra do Itajaí (SC). **Tempos Acadêmicos**, [S.l.], n. 6, dez. 2010.
- GÄRTNER, Monique. **Alguns elementos para a construção de uma história ambiental do processo de “europeização” da paisagem do Distrito de Entre Rios, Guarapuava, Paraná**. Dissertação (Mestrado em História) - Irati: Unicentro, 2014.
- GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da erva-mate**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- GERHARDT, Marcos. História ambiental, colonização e genealogia. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, jan./jun., 2014.
- GOLDBLATT, David. **Teoria Social e Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GOLDEMBERG, J.; BARBOSA, L. M. **A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo**. Revista Eco 21, Rio de Janeiro, n.96, nov. 2004. Disponível em: <www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=954>.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: Migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste. 2002. 306 p.

GRUBER, Tayná; CARVALHO, Alessandra Izabel de; MARTINS, Ilton Cesar. Entre mio-mios e embiras: homens e animais no caminho das tropas. **Atêlie de História**. UEPG, n.4 (1). p.21-43. 2016.

GUAREZ, Fabiana Carla; KLANOVICZ, Jó. **A pomicultura, a húbriis agrônômica e a região de Guarapuava/PR, nos anos de 1980: uma leitura de história ambiental**. VII Congresso Internacional de História – XXXV Encuentro de Geohistoria Regional – XX Semana de História. Maringá: UEM. 2015

GUERRA, Milton de Souza e SAMPAIO, Daiser Paulo. A. **Receituário Agrônômico**. São Paulo: Editora Globo. 436 p. 1991.

HALL, M. M. História Oral: os riscos da inocência. In: São Paulo, D.P.H. **O Direito a Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: D.P.H., 1992. p. 157-161.

HARTSHORNE, R. **The Nature of Geography**. 4ª Edição. Kansas: The Association of American Geographers. 1951. 553 p.

HASHIMOTO EM. **Estudo cromossômico em linfócitos de aplicadores de inseticidas** [dissertação]. São José do Rio Preto (SP):UNESP; 1990.

HAUER, Margit. **Conflitos e tensões no uso da terra: a agricultura familiar e legislação ambiental no Paraná**. Tese (Doutorado) Curitiba, UFPR. 2009.

HELLOU, J., PARSONS, D., ANDREWS, C., AND MERCER, G. Organochlorine contaminants in the Northern shrimp, *Pandalus borealis*, collected from the Northwest Atlantic. **Mar. Environmental research**. v.44, p. 99–113. 1997

HEREDIA, M. B. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 150 p.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **O binômio soja/trigo na modernização da Agricultura do Paraná: O caso dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu**. Dissertação de mestrado. Rio Claro: UNESP, 1990.

\_\_\_\_\_. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu-PR. In: **Boletim de Geografia**. Maringá, v.11,n.01,p.67-88, dezembro de 1993.

HETTNER, Alfred. **Die Geographie, ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden** (A geografia, sua história, sua essência e seus métodos). 1927

IAPAR. INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Cartas climáticas do Estado do Paraná – 1978**. Londrina, 1978.

IBC-GERCA. **Plantios de café por municípios**. IBC: Rio de Janeiro, 1978.

IBC-OEA. **Cafeicultura no Paraná**. Rio de Janeiro, Departamento econômico do IBC, 1964.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de Biomas do Brasil, primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004

\_\_\_\_\_. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 92 p., 1992.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de 1975 – Paraná**. n.18. Rio de Janeiro, 1979.1023 p.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de 1980 - Paraná.** n. 20. Rio de Janeiro, 1983. 1125 p.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de 1985 - Paraná.** n. 22. Rio de Janeiro, 1991. 876 p.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário de 1995/96 - Paraná.** Rio de Janeiro, 1998. 320 p.

INCA. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Posicionamento do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva Acerca dos Agrotóxicos.** 2015. 5p. Disponível em: [http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento\\_do\\_inca\\_sobre\\_os\\_agrotoxicos\\_06\\_abr\\_15.pdf](http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf)

ITCG. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Coletânea de Mapas Históricos.** Curitiba: ITCG, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mapa de Formações fitogeográficas do Estado do Paraná.** Curitiba: ITCG. 2009.

\_\_\_\_\_. **Apresentação Institucional:** Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. 2017. Disponível em: [www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1](http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1)

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno Estatístico: Município de Engenheiro Beltrão.** Curitiba: 44 p., 2017.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica Ambiental do Paraná.** Nota técnica IPARDES N° 13. Curitiba: IPARDES, 38 p., 2010.

\_\_\_\_\_. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Ocidental Paranaense –** Curitiba: IPARDES : BRDE, 133p. 2004.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica da ocupação agrícola do Estado do Paraná: 1975 a 1992.** IPARDES: Curitiba, 1994. 59 p.

\_\_\_\_\_. **Consequências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná; texto síntese.** Curitiba: IPARDES, 49 p. 1985.

\_\_\_\_\_. **Análise comparativa do progresso técnico na soja em uma região antiga de café (Norte) e em região de culturas alimentares (Extremo Oeste) no Paraná.** IPARDES: CODESUL, 337 p. 1981.

\_\_\_\_\_. **Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas: Projetos Especiais, Menta.** 1977. 52p.

JOBIM, Paulo Fernandes Costa; NUNES, Luciana Neves; GIUGLIANI, Roberto e CRUZ, Ivana Beatrice Manica da. Is there an association between cancer mortality and agrottoxics use? A contribution to the debate. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2010, vol.15, n.1, pp.277-288

JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos, In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

KARPINSKI, Cezar. Paisagem, Meio Ambiente e História: Cataratas do Iguaçu e recursos florestais na história do Paraná. **Tempos históricos.** v.15, 2011. p.45-81.

KLANOVICZ, Jó. **Natureza corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

\_\_\_\_\_. Ideal pastoral, biorregionalismo e modernismo na literatura sobre a produção de maçãs no Brasil. **Revista Literatura em Debate,** v. 4, n. 7, p. 212-232, 2010.

\_\_\_\_\_. Apontamentos teórico-metodológicos para uma história ambiental dos desastres ‘naturais’ em Santa Catarina. **Tempos Acadêmicos.** Vol. 01, 2008.

\_\_\_\_\_. História oral e história ambiental no sul do Brasil: estudo de caso sobre a fruticultura em Fraiburgo/Santa Catarina. **História Oral**, v. 1, n. 15, p. 159-183, 2012.

KÖPPEN, W. **Climatologia. Com um estúdio de los climas de la tierra**. México. CE. 1948. p. 482-487.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. Cotia: Atêlie Editorial, 1989.

KUSSUMI, Tereza Atsuko; LEMES, Vera Regina Rossi; NAKANO, VivianeEmi; Rocha, Sonia Bio; KIMURA, Iracema de Albuquerque; SILVA, Irani Cristiane da. Avaliação de hexaclorociclohexano em águas nas circunvizinhanças de um passivo ambiental. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**. v.70, n.3. p. 408-411. set. 2011.

LACATIVA, Ana Zaiantchik. **Geadas em regiões tropicais – Uma resenha Bibliográfica**. Boletim de Geografia – Universidade Estadual de Maringá, Ano 3, n. 3, Janeiro, 1985.

LATOURE, Bruno. Referência circulante: amostragem do solo da Floresta Amazônica. In: LATOUR, Bruno. A esperança de Pandora. Bauru, São Paulo: Editora da Unesp, 2017.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão, 2003. Editora Grafit. 2ª Edição. 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

LEOPOLD, Aldo. The land ethic. In: **A Sand County Almanac**. Oxford, Oxford University Press. 1949

LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Historia del clima desde el Año Mil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

LETCHER, R.J., BUSTNES, J.O., DIETZ, R., JENSSEN, B.J., JORGENSEN, E.H., SONNE, C., VERREAULT, J., VIJAYAN, M.M., e GABRIELSEN, G.W. Exposure and effects assessment of persistente organohalogen contaminants in artic wildlife and fish. **Science of The Total Environment** v. 408, p. 2995–3043. 2010

LIMA, Aida Franco de; BAITELLO Jr., Norval. “Acordo do Cinturão Verde de Cianorte”: o uso da fotografia como fator de denúncia. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.6, n.9, p.127-152, jul./dez. 2010

LIMA, Ivanildo Vieira. **Produção de subsistência/autoconsumo e resistência camponesa no Assentamento Pedro Ramalho em Mundo Novo/MS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão. 2009. 148 p

LIMA, Magda Aparecida de Lima. Agropecuária Brasileira e as mudanças climáticas globais: caracterização do problema, oportunidades e desafios. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.3, p.451-472, set/dez. 2002.

LIMA, Valmiqui C.; LIMA, Marcelo R.; MELO, Vander de F. Conhecendo os principais solos do Paraná: abordagem para professores do ensino fundamental e médio. **Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**. Curitiba, 1 ed., 2012.

LINHARES, Yedda Maria; SILVA Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro. 1999

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da "Marcha para Oeste"**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

LUTZEMBERGER, José. **Do pomar ao poder**. Porto Alegre: L&M, 192 p. 1992

LUZ, France; OMURA, Ivani Aparecida Rogatti. A propriedade rural no sistema de colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – Município de Maringá. In: Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 8., 1975, Aracaju. **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores de História**. A propriedade rural. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. v.3, p.783-815.

MAACK, Reinhard. O ritmo da devastação das matas no Estado do Paraná. **Ciência e cultura**, v.15, n.1, p. 25-33, 1963.

\_\_\_\_\_. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba. 2012.

MACARINI, Walmor. **Londrina Paraná Brasil: raízes e dados históricos**. Londrina: Humanidades, 2004.

MAGNANINI, R. L. C. **Condições climáticas das regiões cafeeiras do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 3, jul./set. 1956, p. 422 – 438

MARTINAZZO, Luana Nunes. **História Ambiental do Alto Uruguai: colonização, desenvolvimento e transformações na paisagem**. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento). Lajeado: Univates, 101 p. 2011.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba, Travessa dos Editores, 1995, 524 p., 1945

MARTINS, Mario Lucio. **Os sabores da caça e da pesca: história de vida de uma família de descendentes italianos. (1947-1998)**. 2010. Mestrado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2010. 117 p.

MASSEI, Roberto. **História, Cultura Material e a relação homem-natureza. Uma proposta de investigação das técnicas de exploração da argila e do processo de produção da cerâmica vermelha em Jataizinho e Siqueira Campos, Paraná**. Anais do XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

MASSEI, Roberto; MONTYSUMA, Marcos. Cerâmica Vermelha: o desenvolvimento econômico e impacto ambiental: o norte do estado do Paraná, Brasil. **Ciência e Trópicos**. Recife, v.41, n.1, p.119-138, 2017.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história de interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1996, p.73-78.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo. CONTEXTO. 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Aspectos da Economia Rural Brasileira**. Rio de Janeiro, 1922, p.692.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Protocolo de atenção à saúde dos trabalhadores expostos a agrotóxicos**. Brasília: Ministério da Saúde. 2006. 27p.

MIRANDA, Eliane Aparecida; RAGUSA, Helena. Os efeitos da Geada Negra de 1975 para os trabalhadores da lavoura de café de São Pedro do Ivaí – Paraná. **Atêlie de História**. UEPG, 2 (2): 67-75, 2014.

MITSI, Márcia Eléia Manha; SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira. A fotografia como evidencia histórica – Retrato da Família Mitsi. In: **II Encontro Nacional de Estudos da Imagem**. 2009. Anais do II..., maio 2009. p. 566- 575.

MMA. **Mata Atlântica: manual de adequação ambiental** / Maura Campanili e Wigold Bertoldo Schaffer. – Brasília: MMA/SBF, 2010

MOLION discute mudanças climáticas. Vídeo (12 min 43 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NuWezXu5wTU> Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, p. 243. 1984.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6 ed. São Paulo: Ed.Contexto, 2013, 153p.

- MORAES, A. C. R. **Geografia: Pequena história crítica**. 15 ed. São Paulo: Hicitéc, 1997.
- MORES, Lucas.; KLANOVICZ, JÓ. Controle da natureza e modificação da paisagem: para uma análise das práticas agrícolas da sojicultura no Paraná, Brasil, por meio da imprensa entre os anos 1970 e 1980 - **Diálogos** (Maringá. Impresso), v. 18, p. 179-201, 2014.
- MORES, Lucas. **História ambiental do agrossistema do café (*Coffea arabica*) no norte do Paraná (1945-1975)**. Dissertação de mestrado: UFSC: Florianópolis, 2017. 321p.
- \_\_\_\_\_. **A História Ambiental da Soja nas páginas do jornal Esquema Oeste (1970-1975)**. In: Seminário Nacional de História-Brasis: perspectivas históricas/ XX Semana de História da Unicentro, 2012, Guarapuava. Anais do Seminário Nacional de História-Brasis: perspectivas históricas/ XX Semana de História da Unicentro, 2012. p. 190-193.
- \_\_\_\_\_. **História Ambiental do Agrossistema do Café (*Coffea arabica*) no norte do Paraná (1945 – 1975)**. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2017. 321 p.
- MORO, Dalton Áureo. **Substituição de Culturas, modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná**. Tese de Doutorado, UNESP, Rio Claro, 1991.
- MORIGI, Josimari de Brito; HAHN, Fábio André. A colonização do município de Mamborê e a formação do espaço urbano (1930-1940). **Revista Geomae**, Campo Mourão, v,2, n.1,p.263-267.2011.
- MOTA, Lucio Tadeu. A construção do “Vazio Demográfico” e a retirada da presença indígena da história social do Paraná. In: **Revista de Pós-graduação em História**. v.2. Assis: Universidade Estadual Paulista- UNESP, 1994. p.20-21.
- MOURA, Nara Núbia de. **Percepção de risco do uso de agrotóxicos: o caso dos produtores de São José de Ubá/RJ**. Dissertação de mestrado (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2009. 100p.
- MUELLER, Charles Curt. Censos agropecuários. **Agroanalysis**. p. 8-21, junho 1987.
- MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros: Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)**. Dissertação em História. Unioeste. 2002. 201p.
- NAKASHIMA, Paulo; NÓBREGA, M. T. **Solos do Terceiro Planalto do Paraná – Brasil**. In: Encontro Geotécnico do Terceiro Planalto Paranaense, 1, 2003. Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2003. CD-ROM
- NODARI, Eunice Sueli. As florestas do Sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, J. L. A. (Org.) ; SILVA, S. D. E. (Org.) ; DRUMMOND, J. A. (Org.) ; TAVARES, G. G. (Org.). (Org.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v. 1, p. 241-260.
- NRC (National Research Council). (2000) The future role of pesticides in US agriculture. Washington, D.C.: **National Academy Press**. 258 p. [on line] Disponível em <http://www.nap.edu/books/0309065267/html/>
- OLIVEIRA, Dean Gomes de; ONOFRE, Gisele Ramos. Coamo e Coagel: abertura de um novo território. In: VI Encontro de Produção Científica e Tecnológica. FECILCAM. **Anais do VIEPCT**. out. 2011. 13p.
- OLIVEIRA, Hellyson Fidel Araújo de, COSTA, Cristiane Francisca da, SASSI, Roberto. Relatos de acidentes por animais peçonhentos e medicina popular em agricultores de Cuité, região do Curimataú, Paraíba, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. 2013. n.16 (3). p. 633-643.
- OLIVEIRA, Nilton Marques; CRESTANI, Leandro Araújo; STRASSBURG, Udo. Ocupação territorial e as transformações econômicas no Norte do Paraná. **Ciências sociais aplicadas em Revista**. Marechal Candido Rondon: UNIOESTE, v.16, n. 30, 2016. p. 131-150.

ORBEN, Tiago Arcanjo; MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **Transformações na estrutura agrária do Sudoeste Paranaense**. Anais do 4º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis, 2016.

ONOFRE, Gisele Ramos. **Campo Mourão: colonização, uso do solo e impactos sócio-ambientais**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PGE/UEM, Maringá.

OPS (Organização Pan-americana da Saúde). **Manual de vigilância da saúde de populações expostas a agrotóxicos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde/OMS, 1996

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAIXÃO, Leticia Aparecida da. **Seca, geada e fogo: considerações sobre um desastre ambiental (Paraná, 1963)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – PPH/UEM, Maringá.

PARANÁ. Secretaria da Fazenda e Obras Públicas do Estado do Paraná. Departamento de Terras e Colonização. **Regulamento de Terras Vigente em 31 de dezembro de 1934. Coordenação apresentada ao governo do estado por determinação contratual pelo engenheiro civil Francisco G. Beltrão**. Curitiba, 1935.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Governo 1932-1939**, apresentado ao Governo Federal em março de 1940, p.3.

\_\_\_\_\_. Lei nº 16.082 de 17 de abril de 2009. Institui período paras que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC, ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios que menciona, declaração contendo os dados que especifica. **Diário Oficial Executivo do Paraná**. Curitiba, 17 de abril de 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 17.476 de 02 de janeiro de 2013. Institui período paras que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC, ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentem, junto aos escritórios que menciona, declaração contendo os dados que especifica. **Diário Oficial Executivo do Paraná** Curitiba, 02 de janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. Mais 225 toneladas do agrotóxico BHC serão recolhidas neste ano no Paraná. **Agência de Notícias do Paraná**. 04 out. 2016.

PAROLIN, Eloisa Silva de Paula; BELLINI, Luiza Marta. Natureza e existência na história de vida dos pescadores de Porto Rico, estado do Paraná. In: COLAVITE, Ana Paula; Parolin, Eloisa Silva de Paula; MASSOQUIM, Nair Gloria. **Geografia, espaço e sociedade: uma análise plural**. Campo Mourão: UNESPAR, Editora Fecilcam, 2015. p.55-85.

PACHOAL, Adilson Dias. **Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 106 p. 1979

PACZYK, Rosana. Setor sucroalcooleiro: do Proálcool ao biodiesel. **Revista Eletrônica – FAE, Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n.6, agosto 2009

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Relatos orais em ciências sociais: limite e potencial. **Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte, v.6, n.3, p. 109-127, set./dez. 1991

PERES, Frederico, MOREIRA, Josino Costa, e DUBOIS, Gaetan Serge. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. In: PERES, Frederico, e MOREIRA, Josino Costa (Org.). **É veneno ou é remédio?: agrotóxicos, saúde e ambiente** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p. 21-41.

PESAVENTO, Sandra Jatamy. Mudanças Epistemológicas: A Entrada em Cena de um Novo Olhar. In: História e História Cultural. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. “Imigração”. In: FAUSTO, Boris org. **História Geral da Civilização Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro : DIFEL, 1978. v. 8, p. 96-97.

PETSCH, Carina. BUENO, Marina Brandt. Acompanhamento e mapeamento em caráter temporal das lavouras de

cana-de-açúcar em Engenheiro Beltrão – Pr e problemas relacionados. In: I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço. **Anais do I CBOE**. Rio Claro: 2010. p. 674-687.

PETSCH, Carina; MONTEIRO, Jéssica Barion. A colonização no Norte Central Paranaense e a Comunidade de Sussuí. **Revista caminhos de Geografia**. v.13, n.44. 2012.

PIERUCCINI, Mariângela Alice; TSCHÁ, Olga C. P.; IWAKE, Shiguero. Criação dos municípios e processos emancipatórios. In: PERIS, Alfredo F. (Org.). **Estratégia de desenvolvimento regional: região Oeste do Paraná**. Cascavel: UNIOESTE, 2005. p. 76-153.

PIRES, Maria Rita Silvério, PINTO, Lorena Cristina Lana; FIGUEIREDO; Mariana Rodrigues Oliveira de. Percepção Ambiental sobre o conhecimento popular de moradores rurais relativos as serpentes e acidentes ofídicos. **Revista Educação Ambiental em Ação**. n. 45, ano XII, set./nov. 2013.

PORTELLI, Alessandro. Las peculiaridades de la historia oral. In: Historia oral e historias de vida. **Cuadernos de Ciencias Sociales**, Costa Rica: FLACSO, n. 18, p.25. 1988.

POLISELI, Ana Carla. Engenheiro Beltrão Comemora 56 anos. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 26 nov. 2010. Disponível em: <https://www.tribunadointerior.com.br/noticia/engenheiro-beltrao-comemora-56-anos>

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRIORI, Angelo, POMARI, Luciana Regina, AMÂNCIO, Silvia Maria, IPÓLITO, Veronica Karina. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A cafeicultura no Paraná. pp. 91-104

QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON (org.) **Experimentos com Histórias de Vida: Itália - Brasil**. São Paulo. VÉRTICE. 1988

RACHELLE, Felipe Raul ; KLANOVICZ, Jó. O Paraná e a soja transgênica: uma história ambiental de uma monocultura moderna. In: 3 Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, 2014, Florianópolis/SC. Anais do 3 Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis: LABIMHA-UFSC, 2014. v. 1. p. 397-407.

RAMALHO FILHO, A.; BEEK, K. J. **Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras**. 3.ed. rev. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPS, 1995. 65p

RECLUS, Élisée. A complexidade da produção do espaço geográfico (L’homme et la Terre). In: ANDRADE, Manuel Correia de. Élisée Reclus. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ed. Ática. p. 56-60. 1985

REQUE, João Augusto. Os rios urbanos em Curitiba na perspectiva da História Ambiental. **XVI Encontro Paranaense de Educação ambiental**. Curitiba, 2017.

RIBEIRO, Antonio Giacomini. Seca, Geada e incêndios no ano de 1963. Uma catástrofe no Paraná e a memória dos Universitários de Maringá vinte anos depois. **Boletim de Geografia**. UEM, ano 2, n. 2, jan.1984. p.24-30.

RIBEIRO, Heloy Ignácio. **Histórico da ocupação do balneário de Caiobá: um relato sob a perspectiva da história ambiental**. IV encontro Nacional da Anppas. Brasília: 2008.

ROCHA-MENDES, Fabiana; MIKICH, Sandra B; BIANCONI, Gledson V.; PEDRO, Wagner A., Mamíferos do município de Fênix, Paraná, Brasil: etnozootologia e conservação. **Revista Brasileira de Zoologia**. n. 22 (4), p. 991-1002. Dez. 2005.

RODERJAN, C. V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y. S.; HATSCHBACH, G. G. As regiões fitogeográficas do Estado do Paraná. **Revista Ciência e Ambiente**, 24: 75- 92, jan/jun 2002.

ROMPATTO, Maurilio. Construções históricas acerca da (re)ocupação do Noroeste do paraná - o caso de Paranavaí



e região. **Revista Urutágua**. DCS/UEM. n. 26, maio/2012. 16 p.

ROPPA, B. F. **Evolução do consumo de gasolina no Brasil e suas elasticidades: 1973 a 2003**. 64p. (Monografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2005

ROSSI, Marina. **O “alarmante” uso de agrotóxicos no Brasil atinge 70% dos alimentos**. 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822\\_851653.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html)>.

RUEGG, Elza Flores; PUGA, Flávio Rodrigues; SOUZA, Maria Célia Martins; ÚNGARO, Maria Thereza S.; FERREIRA, Marilene da S; YOKOMIZO, Yuriko; e ALMEIDA, Waldemar.F. **Impacto dos agrotóxicos sobre ambiente, a saúde e a sociedade**. 2.ed. São Paulo: Editora Ícone, 1991.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999

SANSOLO, D. G.; CAVALHEIRO, F. Geografia e Educação Ambiental. In: SANTOS, J. E.; SATO, H. **A contribuição da Educação Ambiental e a esperança de Pandora**. São Carlos: Rivera, 2001.

SANTOS, Cristina Ribeiro dos., MOLINA, Ana Heloisa. **Terra fértil, ouro verde. Os folhetos de propaganda da CTNP – 1930 – 1950**. In: VII SEPECH - Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. Anais do SEPECH. Londrina: EDUEL, 2008. p. 1-9.

SANTOS, Samuel Ribeiro dos; OLIVEIRA, Vicente Gonçalves de. Espaçamento para Menta (*Mentha arvensis* L): Resultados experimentais do período de 1943-44 a 1950-51. **Bragantia: Boletim Técnico do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo**. v. 20, n.29, Campinas: jul.1961.

SAUER, Sid. Água de assentamento está contaminada. **Folha de Londrina**. 14 mar. 2002. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/agua-de-assentamento-esta-contaminada-386619.html>

SCHALLENBERGER, Erneldo; Schneider, Iara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital. **Sociologias**. v. 12, n.25. Porto Alegre. Set./dez.2010

SCHMIDT, M.M.S. **Histórias do cotidiano paranaense**. Curitiba: Letraviva, 1996.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **Paraná vai incinerar 400 toneladas de agrotóxicos proibidos**. 19 abr. 2013. 2 p. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/noticias/makepdf.php?storyid=1692>

SERRA, Elpídio. **Processos de Ocupação e a Luta Pela Terra Agrícola no Paraná**. Rio Claro, 1991. 2 v. Teses (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.

SILVA, O; BRAGAGNOLO, R; MACIEL, C.F **Toledo e Sua História**. Toledo. Prefeitura Municipal, 1988

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. **Diálogos**, DHI/UEM, v.2, p. 113-127, 1998.

SILVA, José Graziano da. **Estrutura agrária de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1980

\_\_\_\_\_. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

, Paulo Astor; MARTINESCHEN, Daniel Martineschen, et al., transl. KOHLHEPP, G. Fundamentos ambientais da colonização agrária no norte do Paraná. In: **Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café** [online]. Maringá: Eduem, 2014, pp. 33-43.

SONDA, C. A cobertura florestal nas explorações agrícolas: quem tem e quem não tem floresta. **Análise Conjuntural**, v. 18, n. 11-12, p. 25-27, nov./dez. 1996.

SOARES, Wagner Lopes; PORTO, Marcelo Firpo. Atividade agrícola e externalidade ambiental: uma análise a partir do uso de agrotóxicos no cerrado brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**. n. 12 (1). p.131-143, 2007.

STECA, Lucineia C., FLORES, Mariléia d. O Norte pioneiro. In: **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: EDUEL, 2002.

SZMRECSANYI, Tomás; RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. **História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 10p. 59-80, jan./jun.1994. p. 68-71.

TARDIN, Marizete Gregório. **Ocorrência e expansão do bicudo-do-algodoeiro no estado de Mato Grosso: Uma análise histórico-comparativa**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal do Mato Grosso. 2005. 158 p.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia de Bolso, 2010.

TOLMASQUIM, Maurício; GUERREIRO, Amilcar. O Brasil como potência energética. In: IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Traçando novos rumos: o Brasil em um mundo multipolar**. Brasília: IPEA, 2011. p.29-32.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná” Histórias e fantasmagorias**. Tese de doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 1997. 342p.

**Tribuna do interior**. BRDE dá 3 milhões para agropecuários. Campo Mourão, p.1, 19 jan. 1969.

\_\_\_\_\_. COAMO opera também em Engenheiro Beltrão. Campo Mourão, Tribuna do Interior, p.1, 23 fev. 1969.

\_\_\_\_\_. CREAMI financia máquinas e implementos agrícolas. Campo Mourão, p. 8, 13 abr. 1969.

\_\_\_\_\_. Terras de primeira a longo prazo. Campo Mourão, p.2 8, 13 abr. 1969.

\_\_\_\_\_. Está terminando a broca nos cafezais. Campo Mourão, p.3, 27 abr. 1969.

\_\_\_\_\_. Resolução do IBC eleva preço do café no mercado interno. Campo Mourão, p.1, 11 maio. 1969.

\_\_\_\_\_. Geadas, Café e Cultura. Campo Mourão, p.3, 20 jul. 1969

\_\_\_\_\_. Delfim Neto anuncia financiamento especial. Campo Mourão, p. 1, 10 ago. 1969

\_\_\_\_\_. Financiamento para sementes de algodão. Campo Mourão, p.5, 28 set.1969

\_\_\_\_\_. BB Financia Café Geadas. Campo Mourão, p.1, 02 nov. 1969.

\_\_\_\_\_. Agricultura: meeiros tem agora semente financiada. P.12 18 jan.1973.

\_\_\_\_\_. BB defere crédito de 160 milhões para a comercialização do soja. p.7, 03 maio 1973.

\_\_\_\_\_. Algodão: safra pode atingir 650 mil fardos.p.10. 19 de jul. 1973

\_\_\_\_\_. Deputado destaca a importância da soja no Paraná. p. 8, 03. Jul.1975.

\_\_\_\_\_. O Paraná, enorme deserto. Campo Mourão, p.4, 22 abr. 1975.

\_\_\_\_\_. Trabalho dos técnicos mostra o que foi destruído. Campo Mourão, p.5,31 jul.1975.

\_\_\_\_\_. Plante mais. Não existe progresso sem uma agricultura forte. P.5, 28 jul. 1975.

\_\_\_\_\_. Minuciosa pesquisa sobre cana-de-açúcar no Paraná foi apresentada a Canet. 18.01.1976.

\_\_\_\_\_. Paraná continuará liderando produção de café. P.7, 11 abr. 1976.

\_\_\_\_\_. Mecanização agrícola ganha grande impulso. P.4, 25 jul. 1976.

\_\_\_\_\_. Muito otimismo nesta grande safra de soja. 06. Jan. 1980.

\_\_\_\_\_. Governo analisa principais culturas agrícolas. p. 11, 31 de jan.1980.

\_\_\_\_\_. PR colhe 30% da soja brasileira. p. 2, 24 fev. 1980.

\_\_\_\_\_. Lançada em Campo Mourão campanha do uso adequado dos defensivos agrícolas. Campo Mourão, , p.1, 12 dez. 1976.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A economia paranaense: 1985-1998**. Tese de Doutorado em História Econômica. Unicamp, 2001.205 p.

VALENTINI, Juliana. **Sociedade rural do Paraná: Organização e atuação da fração agrária da classe dominante regional**. Dissertação de Mestrado em História. UNIOESTE: Marechal Candido Rondon. 2014. 163 p.

VANNI, J. S. 1969 Agropecuária incrementa suas vendas ao exterior. Caderno Agropecuária, **Folha de São Paulo**. 1.º de nov. n.º 14748.

VANNINI, Ismael Antônio; KUMMER, Rodrigo. In: 3º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, 2014. Anais do 3º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, Florianópolis. 2014. p.108 – 124.

VEDOVATO, Fábio; JUNIOR, Jorge Pagliarini; WEBER, Astor. Políticas Ambientais a partir do estudo de memórias: Campo Mourão-PR. **IX EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica**. Campo Mourão, 2014.

VEIGA, Marcelo Motta; SILVA, Dalton Marcondes; VEIGA, Lilian Bechara Elabras; FARIA, Mauro Velho de Castro. Análise de contaminação dos sistemas hídricos por agrotóxicos numa pequena comunidade rural do Sudeste do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 22 (11). p. 2391-2399. Nov.2006

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, E.O. (org.). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro. ZAHAR. 1978.

VERRI, Ênio José. **O desenvolvimento recente da indústria paranaense**. Dissertação de mestrado (Programa de Mestrado em Economia). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1999.

VESCOVI, Jéssica Paula. **Prenomes e sobrenomes em Palotina - PR e Maripá - PR: um estudo comparativo**. 2015. 112f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel.

VOLL, Francisco André Pedersen; SCHALLENBERGER, Erneldo. O ciclo da hortelã na microrregião de Toledo 1959 – 1980. **Tempo da Ciência**. v.22, n.44, 2015. p. 35-46.

WACHOWICZ, Rui Christovan. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WAIBEL, Leo. Princípios da Colonização no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. 1949, ano XI, n.2. p. 3 – 66.

WINIWARTER, Verena. Abordagens sobre a História Ambiental: um guia de campo para os seus conceitos. **Abordagens Geográficas**. v. 1, n. 1, p.1-21, 2010.

WHITAKER, José Maria. A administração financeira do governo provisório. Apreciação do Sr. José Maria Whitaker, Ministro do Estado e dos Negócios da Fazenda, de 4 de novembro de 1930 a 16 de novembro de 1931. In:

Departamento Nacional do Café. Defesa do café no Brasil: coletânea de documentos oficiais. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1935, p.159.

WHO (World Health Organization). **Public health impact of pesticides used in agriculture**. Genebra: World Health Organization, 1990.

WOLF, Eric Robert. **Sociedades camponesas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1970

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. 1991.

WORSTER, Donald. **Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história**. Ambiente e sociedade, v.5, n.2. 2003.

YOKOO, Edson Noriyuki. **Processo da dinâmica das frentes de ocupação territorial e da paisagem agraria na mesorregião Centro-Ocidental Paranaense**. IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica. 2009. Nupem, Fecilcam. Campo Mourão.

YOKOO, Sandra Carbonera. **Anos bons e anos ruins, do ponto de vista climático, para as culturas de trigo e da soja no município de Campo Mourão-Pr** Dissertação de Mestrado, UEM Departamento de Geografia, Análise Ambiental e Regional na Universidade Estadual de Maringá, 2007. 172p.

YOKOO, Sandra Carbonera; YOKOO, Edson Noriyuki; FORTINI, Adriano Martins. **A crise da pequena propriedade associada às influências climáticas na microrregião geográfica de Campo Mourão – Paraná**. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente, 2005.

YUDELMAN, Montague; RATA, Annu; NYGAARD, David. **Pest management and food production looking to the future**, 1998. 5p.

ZATTA, Ronaldo. A colonização oficial do sudoeste paranaense e mito do “vazio demográfico”. In: XV Encontro regional de história. 100 anos da Guerra do Contestado: Historiografia, acervo e fontes. **Anais do XV Encontro regional de História**. Curitiba: UFPR, 2016. 14p.

ZARTH, Paulo Afonso, GERHARDT, Marcos. Uma história Ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA Filho, Althen (Org.). **Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso**. Pelotas: UFPEL, 2009.

ZITKO, V., STENSON, G., e HELLOU, J..Levels of organochlorine and polycyclicaromatic compounds in harp seal beaters (*Phoca groenlandica*). **Science of The Total Environment**. v. 221, p. 11–29. 1998.

YUDELMAN, Montague; RATA, Annu e NYGAARD, David. **Pest Management and Food Production - Looking to the Future**. 1998. 2p.

## **ANEXO I**

## CARTA DE CESSÃO

(local e data)

Eu, \_\_\_\_\_

RG n. \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em \_\_\_\_\_ para Janaina Silva Rossi Pereira, CPF. 071.208.229-85, usá-las integralmente ou em partes, incluindo todo e qualquer material fotográfico, objetos e documentos por mim apresentados, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data. Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente.

A pesquisadora acima citada poderá, a qualquer momento, utilizar, divulgar e reproduzir as informações acima citadas em mídia impressa (livros, catálogos, jornais, revistas, entre outros); mídia eletrônica (Internet); bem como em banco de dados informatizado, relatórios institucionais e eventos de divulgação acadêmicos e científicos.

---

Assinatura do Depoente

## **ANEXO II**

**ENTREVISTADO:** Erico Hackbarth

Eu vim em 1950, com três anos, vim com meu pai, viemos morar aqui no Sussuí mesmo. Aí a primeira casa era feito de palmito. Entramos no mato, mata virgem, Ele comprou à vista, ele vendeu as terras lá em Santa Catarina, né? Aí veio aqui em comprou cinco alqueires. Ele veio pra cá porque o seu Paulo Graff veio primeiro, aí fez propaganda daqui, aí os outros vieram, aqui tem menos morro que Santa Catarina, deve ser. O primeiro de tudo a morar aqui no Sussuí era o Carlos Hendrix, depois veio o seu Carlos Graff, seu Carlos Graff que loteou tudo essas terras aí, abriu as picadas, as estradas, ele que foi o primeiro, abriu, picou tudo as estradas, né? Lá não tinha lugar de plantar, era só a casa e morro, mas não lembro direito, eu era muito pequeno, só tinha três aninhos. Mas o pai falava que lá não tinha lugar de plantar, só tinha umas vaquinhas assim, só morro. Aí vieram pra cá, que aqui é mais plaino, pra plantar, aí resolveram vir pra cá no mato, vieram pra cá pra plantar. Veio a família toda em 1950, meu pai veio com minha família tudo, os irmão dele, o pai dele, veio tudo pra cá. Aí veio a família inteira, ele, irmão e pai. Meu pai só tinha eu e minha irmã quando veio pra cá, depois nasceu dois aqui. Sofreram muito, né? Naquele tempo foi tudo no machado, né? Na foice e no machado, naquele tempo era difícil né? Era tudo na mão, né? O Fernando aqui em baixo, Fernando Castro, ele tem alergia de abelha, teve ua vez que as abelhas pegou ele, tive que levar ele no Engenheiro, se coçava tudo, parecia que ia rancar o couro. E tinha aqueles marimbondo mata veado. Tinha muito marimbondo tatu, não lembro o nome, é que fazia casa que nem tatu. Era grandão, hoje em dia não tem mais. O pai comprou um sítio de 5 alqueires. Não, certo era quatro, aí depois ele comprou um a mais, né? Foi abrindo aso poucos, a gente só plantava coisas para alimentar os porco, né? Mandioca, batata, milho. E criava porco, umas vaquinhas. Vendia os porco, naquele tempo porco tinha muita saída. Porco era lucro, né? Plantou também café. Eu já tinha uns 10 anos já, quando ele plantou o café, uns 10 anos tinha, né? No começo da década de 1960, plantava pra vender. Plantou uma base de alqueire de café mais ou menos, não era muito não. Passou um tempo, aí veio aquela época do hortelão, daí ele largou o café e plantou hortelã. E depois do hortelã veio o soja. Do hortelã passou pra soja, né? Já começou a mecanização, né? Depois do hortelã. A gente tinha um vizinho nosso que construiu o alambique, né? E o seu Lindolfo Petsch lá embaixo. E tem as turma dos Muller tinha uma serraria. E os Muller também tinha alambique. Naquele tempo tinha muito alambique por aí. Tinha o do dr. Linhares, lá embaixo também, né? O Pai plantou só uns dois alqueires no máximo. Aquele tempo trocava serviço, né? Um ajudava o outro, né? Aí pagava pouca diária, um ajudava o outro. Saia de uma roçava e entrava na outra, era assim. E também cortava hortelã de enxada, depois passou pro alfanje, aí já rendeu mais. E hoje em dia já tem maquina motorizada, mas não tem mais hortelã, né? Meu avô tinha uns par de sítio aqui no Sussuí, aí ele plantava uns par de pé de laranja, quando começava a florir ele vendia e ia embora. Ele ia lá pra uma chácara, depois voltava pra cá. Eu gostava do meu avô. Igual hoje, minhas netas gosta daqui de casa, porque será que as netaiada gosta de vô, né? (risadas) Meu finado não era bom, bonzinho, quem era boazinha era minha avó, mas ela não era avó legitima, ela era vó madrasta, o nome dela era Laura. E daí minha Nora, que é de Engenheiro Beltrão, o nome dela é Mayara, elea teve uma menina e colocou o nome dela de Laura, eu gostei muito. Só que ela não sabia que minha finada avó chamava Laura. Eu achei tão legal. Não passava, veneno não, depois que começou com esse negócio de LDC. Já ouviu falar de LDC? Começaram a mexer com isso, eu mesmo passei muito disso. Até hoje a bomba tá dentro da garagem. Aquelas bombas de costas, mas da motorizada. E aquilo gruda, grudava na pele da gente, um fedor. O DDT é proibido, hoje em dia não existe mais. E aquele terreno BHC, hoje é proibido, hoje tem que enterrar. E naquele tempo o povo, como é que o povo brincava com a saúde, né? Uma vez eu intoxiquei, “vish”! Fui para no hospital, dr. Linhares que me atendeu. Dá uma tontura, e vomito, diarreia, “vish”! É coisa ruim. Tem que internar senão morre, a gente fica



igual essas largata, vai se torcendo até que morre. Se não tomar remédio... Naquele tempo eu era solteiro, eu trabalhava pros outros, passando veneno, consegui comprar uma data lá em campo Mourão. E construí uma casa lá. Naquele tempo, o valor por alqueire dava dinheiro. Hoje em dia não dá mais dinheiro não. Eu trabalhei na roça desde criança. Descascar milho, cortar cana, alimentar as vacas, né? Rancar batata e assim por diante, desde criança a gente trabalhou e se não trabalhasse, apanhava. Tinha que dar conta do recado. Acho que foi em 1975 que deu neve, umas vez deu neve, aqueles carocinhos de arroz. Eu não sei se foi em 75, foi por aí, deu neve. Fez um frio, que Deus me livre. Café que tinha queimou tudo, matou tudo, a tal de geada negra, acho que é assim que fala, geada preta. Lá pelas cinco horas da tarde começou a cair neve, que nem arroz, assim, mais frio, frio, frio, nunca vi tanto frio na minha vida. Só lá pro Sul, Gramado, né? Tinha muito bicho por aqui. Eu me lembro uma vez, meu pai tinha até levado a espingarda, com um tio meu lá, Valdemar Lipsch, ali do acafé ali. A gente foi na casa deles lá. Aí, na volta, naquele tempo não tinha farolete, aí tinha um fogareirozinho, quadradinho, que colocava óleo lá dentro, e acendia com o fosforo e lumiava. Aí na volta, o bicho veio cheirar. Um cambutinho, um veadinho, meu pai matou ele com a espingarda. Hoje em dia não tem mais. Eu me lembro da minha avó, ela morava lá no fundo do Sussuí, lá, quando dava assim, lá pras cinco hora da manhã, a lua ainda brilhava assim. Ela levantava cedo, a gente ia lá na casa do meu tio tirar leite, quando começava a clarear o dia a gente já tava voltando. Aí ia passando no meio daqueles paus, assim, aí tinha uma cobra deitada lá, por baixo do pau. Sorte que ela não pisou na cobra, aquela cobra cascavel. Aqui tinha muita cobra, lá no fundo do Sussuí tinha muito, muita cobra cascavel. Urutu, eu não cheguei conhecer Urutu não, diz que é picar e morrer. Aquela é a mais perigosa que tem. Aqui em Sussuí não teve muita gente picada, não. Assim, que eu me lembre não. E quando tinha ia lá no hospital do Linhares. O finado Jofre, da dona Zula. Ai meu filho mais velho, foi lá no dr. Linhares, mas não era o dr. Linhares que atendeu, foi outro médico japonês lá, não cortou a diarreia, aí minha esposa resolveu tirar o moleque de lá. Aí a gente passou na dona Zula, passou um remédio que cortou na hora. A dona Zula era estudada pra médica, sabia mais que o dr. Linhares. Tinha bastante agua, mas logo que a gente mudou, deu uma seca que secou tudo, secou o Corguinho que a gente tinha lá. E hoje o povo fala que tem que ter muito mato, pra ter agua, mas não é não. Tinha muito mato e mesmo assim o Corguinho secou. Mas mesmo assim, mata faz, é muito importante ter mata, pra mode os bicho, os bicho não tem onde ficar, né? E atraia a chuva e limpa o ar. E o ar fica mais. Purifica o ar. Mas lugar bom é Santa Catarina, eu fui agora esses tempos atrás, aí fui na Igreja Luterana, mas lindo, lindo. Arvore, mato, tinha pau d' alho, Peroba, Canafistula e gुरुcaia, o mais forte. E mato tinha pingado. E palmito né? Tinha muito palmito, ali onde tem aquela subidinha do cemitério (de Sussuí). Ainda tem palmito por aqui. O hortelã era por quilo, né? Que rendia, mais eu não lembro direito, quem sabe mesmo é quem alambicava. Quando saiu a hortelã, passou pra soa aí a gente pagava para trator de fora, pra fazer, pra preparar as terras. E pagava colhedeira também, até hoje, né? Quando depois que meu pai e minha mãe faleceu, a gente vendeu as terras, ainda bem que eu tenho uma casa lá em Campo Mourão, de aluguel. Lá pra baixo do Sesc, duas ruas pra baixo. Antigamente lá era pasto. Eu comprei uma casa com meu cunhado lá, uma meia agua, tá até hoje lá aquela casa, lá. Eu perdi soja com chuva de pedra, não lembro o ano não. Eu plantei também muito algodão, naquele tempo a gente fazia tudo com animal, chapiar, chapiar. Aí tive uma colheita boa, comprei um tratorzinho, um fusquinha e essa data aqui. Aí nós vendeu as terras, Aí eu cerquei tudo isso aqui, com o dinheiro da herança. Deixei um pouco de dinheiro aplicado. Aí comprei um caminhão de sócio com meu filho. Na próxima safra vamos puxar soja. Aquele tempo, meu pai mesmo perdeu milho de seco, logo no começo, não choveu, né? Outubro, novembro, dezembro, perdeu tudo, não deu nem milho pra dar pras galinha. Que nem hoje, faz par de anos que não dá mais seca de perder lavoura, né? E chuva também, á perdeu lavoura com chuva também. Soja, soja perdeu. Naquele nos cortava a soja no facão né? Daí pnhava em cima dos pau assim. E perdeu também, só chuva, chuva, chuva. Era no cambua e trilhadeira naquele tempo. Quando ele limpou o terreno ele deixou os tocos no meio da plantação, não tinha trator pra arrancar né? Não, não, aí uns par de anos plantou café, e

os toco foi apodrecendo, né? É, daí aqueles toco que ficou, aqueles tocos de gurucaia e peroba, né? Daí cavucava em volta, e ponhava fogo e queimava. Aluga esteira, essas coisas era só pra quem era, tinha bastante dinheiro. Mas meu pai mesmo, foi tudo no braço. Enxada e machado, nem motosserra não tinha, né? Tinha arvore bem grossona assim, meu finado avô falava assim ‘Essa noite não vai posar coruja nessa arvore, não’. Cortava mesmo, arvore grossa. Não teve poço artesiano, não. Tinha, o primeiro poço que eu fui conhecer foi esse aqui do Sussui, não tinha visto nunca não. Usava agua de mina, tinha agua direto, a mina lá nunca secou. Tinha um vizinho nosso lá, Idelina, aquela lá tem uma riqueza na mao que se ela soubesse aproveitar, é que aquela agua é mineral. É, mas olha, um tufo de água, bonito de olhar. A melhor água da região, os cara já quiseram negociar com ela, apartamento em Maringá, mas ela não entrou na onda não. Aqui tinha tucano e guaxo, guaxo tinha bastante, ficava nos coqueiro assim, você olhava era puro ninho pendurado.

Era bonito, né? Nossa, faz um ninho pendurado assim. Parece um coador de café e daí eles entram lá dentro assim. É bonito de ver. Eu pescava lá no Água Grande, dava muito bagre, aquele tempo, hoje não tem mais, né? Gostoso. Via muita paca, paca era demais. Carne de paca é muito gostosa, já comeu? Vixi! Carne de paca é melhor do que leitão, não tem nem comparação, nem comparação. A única paca que eu comi foi lá no Paraguai. Santa Tereza, eu ia comprar terra lá pro lado de Santa Tereza, mais eu perdi. Aí não voltei atrás, eu fiquei com medo. Lá é meio perigoso, né? O hortelã saiu na faixa de (19)60 (19)70. Antigamente aqui no Sussuí tinha umas quatro vendas, tinha farmácia, tinha cartório, hoje não mais, ‘malemá’ tem um bar. Tem duas igrejas, né? A luterana e a católica. Uns anos atrás tinha outra luterana. Tinha muita gente aqui, hoje em dia, não tem mais não. Não tem mais emprego. Hoje em dia um homem toca 100 alqueires de terra sozinho, não precisa de ajuda. Só pra colher, que daí vem mais uns. Mas mesmo assim, não dá trabalho de verdade. Hortelã plantava dia de chuva, né? Fazia as muda, partia as raizinhas. A gente fazia muda, né? Aí a gente pegava um pau, fazia uma ponta e fincava no chão. Ponhava a rama lá dentro, aí pisava com o pé em cima, aí pegava Tinha gente que usava enxada, mas era mais rápido assim. Não precisava de nada, era só derrubar o mato, queimar e plantar. Dava 3 cortes por ano. Hortelã ficava bem alto, dava um cheiro bem forte. Chegava a gela a gente assim, o cheiro. Tinha uma firma japonesa que comprava, comprava o óleo, né? Aquele óleo quando você se lambuzava assim (imita como se estivesse passando o óleo na pele). Única coisa pra tirar esse óleo era por perto do fogo e deixa esquentar. Aí parava de arder. Lavar com agua não adianta. Lavar não adiantava, deixava mais ardido. A única coisa para resolver era chegar perto do fogo, assim, o calor. Aí parava de queimar, arde. É interessante, né? O negócio do Hortelã era só carpir e colher, né? Daí vendia o óleo, teve gente que até fico rico com isso aí. Tem os alambique, e cobrava porcentagem para alambicar pros outro. Seu Lindolfo Petsch mesmo, tudo eles tinha alambique, ele cobrava porcentagem, né? Aí buscava o hortelã na roça. Acho que era 10%. Tinha que cobrar, né? Eles tinha o serviço deles também. Mas aquele tempo era sofrido, ponhava em cima dum trilho assim, daí tinha um ferro torcido, o nome daquilo era candanho, aí puxava aquilo lá e queimava. Por fim, ser Verne Jedlizcka, que morava lá embaixo, saiu com a ideia de puxar pra roça, né? Adubar a roça, foi a melhor ideia que ele teve. Adubava, adubava bem, vixi! Dava hortelã pra caramba. Aquela rama cozida, né? Virava adubo na roça. Aquilo lá era coisa boa, dava milho, tudo que você plantava dava. Bem melhor pra terra. Mas ainda vendia os porco, levava tudo para Maringá. Meu pai chegou a vender um caminhão de porco. Era porco tudo grande daqueles porcão. Era aquele, naquele tempo criava muito aquele porco Dulock, porco marrom, tinha muita carne, ele não era de banha. Só que antigamente criava porco com batata, milho e inhame. Fazia cozido, né? Por isso que o porco dava muito lucro, né? Não precisava comprar ração, né? Ninguém comprava ração, né? As beira dos corgo (riacho/rio) era tudo cheio de inhame, cortava tudo, aqueles tambor de 200 litros, né? Era serviço dos moleque encher aquilo lá, pica o inhame, e joga água dentro e tacar fogo. Vixi! Naquele tempo a molecada trabalhava, hein! Aquele tempo era difícil, hein! Levanta cedo, né? Teve uma geada em (19)85, de lá pra cá não geou mais de acabar com tudo. A de 85 acabou com os milho, o povo começou a plantar milho de safrinha. EU mesmo

perdi quatro alqueires de milho. Aquelas espigona grandona, perdeu tudo. Mas não era só eu, todo mundo. Todo mundo perdeu também. E em (19)55 deu uma geada, 50, a! Por aí. Queimou tudo os café, a sabará mesmo, usou aquele negócio de fazer fume, fazer fumaça, mas não resolveu nada não. Queimou a mesma coisa. Em 50 e pouco, né? Teve uma vez que deu um temporal em Engenheiro Beltrão que aquelas árvores de Peroba, assim, rancou. Rancou a copa inteirinha. Pegou uma criança lá e sortou lá pra lá da serraria do finado Jordão. Aqui em Sussui não passou, mas lá em Engenheiro Beltrão rancou as copa daquelas arvores, peroba. Imagina, aquele vento tornado, aquele que roda assim, faz aquele redemoinho, né? E daí pegou uma criança e caiu lá embaixo, perto da serraria. Mas isso é história que o povo conta pra gente. Mas deve ser verdade. Ficou só os toco. Não fica nada em pé? Pega uma faixa de uns 50 metros, onde passa leva tudo. É que nem chuva de pedra, onde passa leva tudo, deita tudo. Foi em 75, deu uma chuva de pedra feia lá em Campo Mourão. Tava na casa do meu cunhado, e acordei, deu cada pedrão assim (10 cm de diâmetro aproximadamente). Foi um estrago. Antigamente eles fazia porão, pra se esconder dos vendaval. Mas daí usava pra ponhar leite, queijo, que não tinha geladeira, né? Colocava lá no porão, que daí gelava, ficava frio. E cerveja, ponhava assim no meio da areia e daí jogava sal em cima, aí gelava mesmo. Era assim pra tomar cerveja. Mas era só pra festa, essas coisas.

### **ANEXO III**

**ENTREVISTADO:** Josefa Bezerra

A gente veio pra Figueira em 1971, dia 02 de setembro, faz 46 anos. De Figueira. Ai de lá a gente comprou esse terreno aqui, já tinha o terreno mais não tinha a casa, ai a gente trabalhou tudo junto, nós juntou o dinheiro, pra construir. Meu caçula mesmo tem 48 anos, eu tenho 82 anos. Nós ficamos só três meses em Figueira, nós tava colhendo café. Tinha, mas hoje em dia não tem mais, né filha? Então era café de primeiro. De primeiro era algodão, nós colhia muito algodão, lá. Tanto faz na roça da gente (que eles tocavam) como na roça dos outros. Depois passou pra ser café, não sei se você lembra, porque você é muito nova, mas aqui assim, era tudo café. Isso aqui assim ó, tudo, tudo era café, até onde perde de vista. Então nós trabalhava nos café dos outros, nós trabalhamos, porque a gente não tinha terra, não tinha nada. Depois que comprou isso aqui (o terreno onde moram atualmente), depois de três anos aqui, foi que nós fez a casinha, né? Aí os filhos começaram a trabalhar de empregado. A roça primeiro era algodão, primeiro era algodão, depois era café, agora não acha serviço, não acha mais nada. Meu veio trabalha até hoje na roça, já tem 85 anos e trabalha até hoje. Ainda amarra vassoura. Já trabalhou muito, já trabalhou em Pernambuco, já trabalhou na Serra Pelada. Aí tem uma rocinha ali, planta amendoim, planta vassoura, pra contar a verdade. Eu mesmo não, já faz mais de anos que eu não olho nem pra roça. Ele ainda trabalha até hoje. Nunca foi empregado, só de roça. Não, to mentindo, ele já trabalhou na COAMO. Quando começou a COAMO, ele trabalhou 3 anos de vigia. Mas a vida é difícil, teve ano da gente perder tudo, e ainda sair devendo. Vou te contar uma coisa, a gente trabalhava por empreita, por empreita, assim, por quatro ou cinco anos. Antes não saia, quatro ou cinco anos. Dessa vez quando foi no fim do ano o café quase não deu, num sobrou nada, dessa vez. E o café que deu, não conseguimos vender, tinha muito café, ninguém comprava. Até porque, o povo vinha catar o que caía e ficava perdido no chão, e saia vendendo por aí, fazia isso na Chapadão, na Valderez, os dono não ligava. A roça é difícil. Mas na minha mente, o maquinário estragou o Brasil, ninguém tem mais emprego, é tão difícil. O maquinário colhe tudo, colhe o milho, colhe o feijão, o veneno mata o mato. Aí não tem emprego. A minha molecada foi tudo criada com trabalho da roça. Teve lugar que a gente trabalhou por empreita, era metade, metade, o dono pagava as coisas, aí a gente devolvia o dinheiro depois da colheita e daí rachava meio a meio. A gente já trabalhou de porcenteiro, era 70% da produção nosso, né? Era setenta (%) pra gente, 30 (%) pro patrão. É difícil de cobrar. Mas a maior parte do tempo a gente trabalhou de bóia fria, na Fazenda Valderez, na Chapadão. Eu e o veio preferia trabalhar junto, nós plantava feijão, nós plantava algodão, quebrava milho, carpia soja, feria tudo os braços. Sofria muito com cipó de mico, conhecia cipó de mico? Ah! Onde “cê” passa, gruda aqueles pelinho, gruda na pele, aquilo coça, aquilo arde. Agora de primeiro tinha muita roça, tinha muito trabalho, era bom, agora num consegue mais não. Eu nunca passei mal por causa de veneno, mas a filha já. Sabe o que aconteceu? Eles passaram veneno no soja, de atardezinha, né? Passaram veneno no soja, aí nós fomos trabalhar lá na Valderez, Aí o veneno, aí de manhã. Sabe que a gente se molha tudo, né? Que é desse tamanho o soja ( aproximadamente 70 cm, mostrados com a mão). Aí aquele veneno que ficou nas folhas, com o sereno da noite, ela intoxicou, foi parar no médico, no dr. Aroldo. Aí levou no médico, ela passou mal, desmaiou no meio da roça. Mas em pouco tempo ela já melhorou. Nós catava os mato no meio da soja. E veneno tava passado por cima, aí colava no corpo. Aí gente se moha todinho, porque ele grande, aí a gente entra no meio, e se abaixa, aparece só a cabeça. E a gente saia catando os pés de mato, sabe? Ia uma rua, voltava na outra. Aquele veneno penetrou na pele, com o orvalho, aí ela ficou mal, passou mal. E até hoje, até hoje quando ela sente o cheiro forte de veneno da dor de cabeça, cheiro forte de tinta, já dá dor de cabeça. Eu nunca encontrei cobra no meio dos matos, não. Tinha um japonês, que pra cada cascavel ele pagava, pra cima da casa do japonês era cheio de caveira de cobra secando, que daí ele torrava e comia o pó. E ele ensinava pra nós, que podia comer também, um

pouquinho, mas tinha ponha só uma pontinha de garfo no meio da comida. Porque se comesse muito, mereja sangue até do cabelo, sabe? Pagava pra nós... Seu Antônio Bernardo, que veio pra abrir o Engenheiro, ele morava num lugarzinho aqui que chamava Água do Bagre, eu não conheço. Eles fala que eles fizeram um ranchinho, e a mulher dele diz que tinha muito medo, de onça, que tinha runido de onça, que tinha muita onça por aqui. Diz que ela não posava no ranchinho dela não, posava na casa do seu Zé Bernardo, porque ela tinha muito medo de onça. Era mata virgem mesmo, mata mesmo. E quê sabe de uma história? Cobra só morde se Deus quiser! Essa aconteceu comigo mesmo, meus dois filhos, o menino mais velho ca menina. Eles tava trabalhando com animal e tinha que dá comida pros animal come. Aí eu tava fazendo comida pros menino, que eu tinha criança pequenininho. Aí falei, vai debuiá o milho pro seu pai dar pros animal. Quando ele viesse almoça, amarrava o animal e dava comida. E aí eles foram, um com cinco anos e o outro com seis. Dali a pouco eles vem, em cima de uma caixa de mamona assim, um caixote com a boca virada de lado. E ele falou assim: “Oh mãe! Oh mãe! Ah! Eu não vou catar milho pro pai não. Olha mãe, tem uma largatona, a largatona, uma largatona!”. E eu falei “Virgi! Que lagarta é essa meu filho?” Aí eu fechei a porta, porque era assim pertinho da casa e cheguei lá minha fia, uma cascavel veia, mais veia, e vinha pra cima dele assim, ó. Pra cima do menino. Aí eu depressinha peguei os dois pelo braço, fechei a porta, a porta do galpão. Corri e atravessei pro meio do rio, fui chamar ele (o marido) pra matar. Ele veio e matou a cobra, tinha uns oito ano. E não mordeu ele.

## **ANEXO IV**

**ENTREVISTADO:** Manoel Bernardo

Eu cheguei em 1953, cheguei em Engenheiro em 53, vim de Pernambuco. Eu vim atrás do meu irmão, o mais velho, né? O Antônio Bernardo. Eu cheguei tava com dezessete anos aqui, pra fazer dezoito anos, tô com 83. Tenho bastante tempo de Engenheiro (Beltrão), sou conhecido demais. Nossa Sra.! Falam: “O seu Mané! O seu Mané!” Todo mundo é conhecido meu. Casei, vim embora pra qui, ainda tô por aqui. Vim pra trabalhar na Valderez, na Fazenda Valderez, morei 27 anos ali. No começo eu trabalhei de empregado, depois era colono. Depois trabalhei um tanto cuidando das pessoas, das coisas lá... Como é que diz? Não era administrador, eu cuidava da turma, era fiscal da Fazenda, muito tempo. Desde de quando cheguei aqui trabalhava mais eles lá. Também tirava leite de vaca, de retirero. Lá nós plantamos hortelã, a primeira plantação nossa lá foi hortelã, depois, depois o café. Foi uns cinco ou sei anos só de hortelã. Depois só no café, tinha bastante café, agora não tem mais nada. Trabalhei 37 anos lá, ainda tinha café quando eu saí (início da década de 90), mas logo tirou, agora só cana. Arrendaram uma parte, o patrão vendeu também. O patrão era o Acioli, aí ele morreu, ficou o filho dele. Aí venderam a fazenda, aí tive que sair de lá. Só tinha um pedacinho tirado do mato, o resto era tudo mato. Aí nós derrubemos a mata, derrubemos tudo. Nossa, tinha tanta árvore no mato que nem me lembro mais. Tinha bastante ipê, ipê ainda tem bastante. Tinha peroba, tinha muita arvore. As árvore era tudo grande, muito grande. Tinha que cortar de traçadeira. A maior que eu cortei foi a gabioba, não, desculpa, a peroba. A peroba ficava dessa grossura (abrindo completamente os braços). A madeira eu levava na serraria, fazia as tábuas e fazia as casas. Na serraria do Santiago. Santiago morreu também, morreu de acidente. Ele era prefeito, ia ser prefeito. No mesmo tempo que ia pra ser prefeito, aí morreu. Foi acidentado. Nós roçava de foice, aí nós rancava de enxadão os paus, rancava de enxadão, os tocos. Porque nois não trabalhava com trator, nem nada, era tudo na mão mesmo, né? Não tinha maquinário. Aí nós plantava e tocava as lavouras, plantava hortelã. Hortelã você pegava aquelas valetinhas pequena e plantava as mudas. Era muita gente trabalhando fazendo aquelas mudinhas e plantando na terra, aí formava. Dava três, quatro mês já tava bom de cortar. E tinha a fábrica de hortelã aqui em baixo, pra fazer o óleo da hortelã. Tinha alambique, o alambique era do japonês, do japonês que comprava, ele construiu lá na fazenda pra poder alambicar. O alqueire dava bastante, dava 35, 30 cada alqueire sabe? Os barricão de óleo. Mas eu mesmo não... Eu só tocava na roça, aí entregava pra eles lá e eles se virava pra moer tudo. Eu só entregava, daí não tenho base direito. Aí o patrão começou a falar que não queria mais plantar hortelã, que queria tocar café, aí depois foi o soja. Aí foi o soja, acabou tudo! Aí tirava o soja, plantava milho, tirava o soja, plantava milho. Depois da hortelã que nós fizemos, plantar milho, depois plantemos o café, só. Aí nós foi planta hortelã, acabou de hortelã. Aí plantava milho e feijão. Aí depois plantemos café. Aí dentro do café a gente plantava o feijão e o milho, dentro do café. Aí o café foi formando, aí a gente ficou só com o café. No café não passava veneno, não. Nunca, depois no soja começaram a passar veneno, mas antes do soja, não. Nem no algodão, não dava nada de bicho. Agora não, empestiou, se não plantar com veneno não dá nada. Alguma paiada era só de milho, mas o, o café era separado do milho. Nossa! Tinha tanto bicho! Eu era caçador, menina, eu era caçador! Tinha paca, tinha cotia, tinha cateto, tinha... Tinha todo bicho de mato tinha lá, na fazenda. Uma vez eu tava caçando, meia noite, tava eu, meu pai e meu irmão, o Antônio, esse que morreu, morreu esses tempos pra trás, faz um ano e pouco que ele morreu. Aí era meia noite, e eu tava trepado na árvore lá, no puleiro lá em cima, daqui um pouco eu vi a bicha tentando tarracar (agarrar) as minhas pernas lá em cima. Quando eu vejo, tinha uma jaguatirica agarrada nas minhas pernas. Aquelas gatona grandona assim (abre as mãos, mais ou menos uns 80 centímetros), que nem uma onça. Aí eu peguei a espingarda e atirei nela, ela caiu de cima embaixo, meu pai gritou “Mané, meu filho você caiu?”, eu falei “Não pai, foi a onça, que eu derrubei ela”. Aí meu pai falou “Meu filho não deixa ela lhe pegar



senão ela lhe mata”. EU falei “ Ela só tá batendo (que) nem chicotinho com o rabinho no chão”. Ela tava batendo, tava morrendo. Aí eu cheguei lá embaixo ela tava morrendo. Tinha muito bicho do mato, menina. Aí meu irmão falou “Ó, mané, se fosse eu tinha caído com espingarda, tinha caído com tudo.” Aí eu falei “Não tenho medo, não, Antoinho”. Aí eu matei ela, matei. E com oito dia eu matei a outra, ela ia subindo pra me pegar, eu matei. A outra foi atrás também. Eu matava muita caça. Agora, Deus o livre! Nunca mais eu cacei. Tinha onça, tinha onça, tinha bastante. Mas nunca pegou ninguém, por aqui, não. Boi, essas coisas, elas pegava e matava, mas gente elas nunca pego não. Tinha muito bicho naquelas fazenda. Mas também, menina, era uma mata... Daqui pra Quinta do Sol tudo era, tudo mato. Agora acabou, agora tem algum alí pro lado da conserva, praqueles lado ali, mas acabou. Passarinho tinha bastante, menina. Tinha muito tucano, tinha muito galha, tinha muita, jacu. Tinha muito bicho do mato, caça! Passarinho tinha bastante. Acabou tudo. Hoje em dia cê vê um sabiá já é muito. Ah! Tem um que canta, vive aí pra baixo, canta ainda, nos pé de arvore. Ainda aparece umas maritacas perdidas de vez em quando, aparece... aparece. Sempre aparece, mas é muito pouco, né? Cobra tinha bastante lá na fazenda. Tinha bastante jaracuçu, tinha bastante cascavel, tinha caninana, tinha bastante cobra. Mas não morreu ninguém não. Já pegou muita gente, mas nunca morreu não, se tratava. No café dava cobra bastante, dava muita cascavel e jaracuçu. Mas cobra nunca tentou me pegar. As cobras graça a Deus, nunca, nem perto elas chega. Graças a Deus. Só as onça, as onça arranharam minha perna todinha, assim. Arranhou minhas pernas todinhas (mostrando as cicatrizes). Mas to vivo ainda! (risadas) Pois é, 83 anos. Lá na fazenda nunca perdeu nada, por causa de chuva e de geada, não. Nunca perdeu nada, não. Quando ia gear, o milho já tava secando, aí depois que começava a secar, podia gear que num tinha perigo. Agora se tivesse pendoando, aí matava, mas nunca conseguiu não. Eu morava na fazenda quando deu aquele vendaval. Eu lembro o primeiro filho, era o Luiz, ele tava novinho quando deu aquele vendaval, derrubou a casa todinha. As teia, tudo fora, eu corri pra casa do meu pai, que ele morava na frente, quando foi no outro dia, tive que cobrir a casa. Daí derrubou tudo naquele tempo. Nossa Sr.a! Derrubou tanta árvore, tanto pau! Porque tinha muita árvore. As estrada que nós passava entupiu tudo de árvore. Depois nós tivemo que tirar no trator tudo, pra pode arrumar a estrada. Foi feio, foi demais mesmo. A fazenda aqui, a serraria do Santiago, quebrou tudo, derrubou tudo. Depois formaro novamente. Derrubou tudo. (Sr. Manoel olhou pra longe e ficou um pouco quieto). Deu geada muito braba, geada que matava os café, que a gente tinha que fazer outra plantação. Não lembro do ano, mas deu geada que acabou com o café. Teve que plantar novamente, umas duas ou três vez. Plantava de novo. Aquela fazenda dava bom café. A fazenda Chapadão e a Valderez foi muito boa de café. Porque as Fazendas eram pegadas (faziam divisa), a Chapadão com a Valderez. Era a Fazenda Chapadão, a Fazenda Santa Rosa, que era qui em cima, a outra era a Boa Esperança, lá também, era tudo pegada as fazendas. Pra plantar o café você pegava os enxadão e fazia aquelas covas bem quadradinhas assim (mostrando com as mãos 40 centímetros, aproximadamente), aí plantava a muda. Aí fazia aquelas linharada de café. Porque daí quando tá tudo desse tamanhinho (uns 25 centímetros) plantava dentro das covinhas, as covinhas tudo quadrada. Aí, era quadrada as cova, plantava quatro pezinhos de café dentro da cova. Formava com um ano, com um ano já tava dando cafezinho. Quando ele tava com um ano já dava florzinha. Dava colheita boa... Tinha muita gente trabalhando, umas 20 colonos, umas 20 famílias, tinha bastante. Eu tocava 4 mil pé de café. Quatro mil pé de café, eu tocava mais minha véia. Eu cheguei casado com ela, eu casei com 17 anos e ela com 23. Aí ela morreu agora, e eu fiquei sozinho. Passamos 65 anos de casados, nós dois. Bastante tempo! E só andava juntinho comigo naquele carrinho ali (ele aponta uma carrocinha), o carrinho de cavalo. A gente só andava de carrinho de cavalo, pra cima e pra baixo. Conforme o tanto da família tocava o tanto do café, uns tocava 5 (mil), outros 6 (mil), outros 4, outros 3. Conforme a família, né? Eu tocava quatro mil pés. O colono ficava com uma partezinha, né? Não ficava com 15 % mais ou menos, o resto era do patrão. Era pouco, era pouco. Aí pra ajudar, quando tava folgado do café a gente trabalhava pros outro, né? Ai ganhava mais um dinheirinho. Trabalhava pra fora da fazenda, trabalhava pros outros colono também. A gente podia plantar o milho, o que a gente plantava era da

gente, o patrão não tinha nada. Plantava uma carreira de milho, as carreiras de milho era da gente. Ele não tinha nada disso, só tinha o café. As vezes o patrão deixava a gente com um alqueire pra gente. Aí a gente plantava mandioca, pra farinha. Plantava mandioca também. Plantava de tudo um pouco, feijão, milho, arroz. Plantava de tudo um pouco. Só criei cavalo e porco, porco. As vezes a gente tinha 25 cabeça, 30 cabeça de porco. Tinha uma mangueirão grande, cada um tinha uma parte do mangueirão. Cada qual criava um pouco, eu tinha umas vinte cabeças, quando eu morava lá na Fazenda. Aí vendia, vendia. Vendia e comia, vendia galinha! Galinha tinha também. A vida não era muito ruim, a gente trabalhava. Comida tinha, graças a Deus. Morava meu pai, meus irmão, tudo lá na fazenda. Uma vez eu intoxiquei com veneno, passei um mês doente, com veneno, intoxicado. Fui passar veneno no algodão, um veneno que eles trouxeram não sei daonde pra passar veneno, e eu nunca tinha passado veneno na minha vida. A primeira vez que passei, intoxiquei. Aí acabou de passar veneno, fiquei bom e passou. Passei uns 15 dias no médico. Mas da minha família ninguém nunca intoxicou, os outros. Só eu. Ainda bem, graças a Deus to bem, menina. Aí saí da Fazenda, e mudei pra outra fazenda, a Boa Esperança, lá no Buraco do Boi, lá embaixo. Lá morei três anos, aí o patrão não queria que eu saísse de lá, ele chamava Antônio, era o dono da fazenda. Aí eu saí de lá, e mudei pra outro sitio, dos Pinesso. Aí de lá pra cá...De lá eu mudei pra cidade e eu fiquei veio, não trabalhei mais. (risadas). Descansar um pouco. Eu trabalhava na fazenda mesmo, pros fazendeiro. EU tocava, as vezes cuidava dos gado deles, as vezes cuidava de pessoal, trabalhando mais os outros, de fiscal. Trabalhei muito. Tá com três anos que eu parei de trabalhar. Dois anos, trabalhava até agora. Trabalhava pra todo mundo por aí nas roça. Trabalhava por salario mesmo. Eu vim de Alagoas, morava no sitio de minha vó. Aí nós mudemos pro Pernambuco, moramos numa fazenda de um tio meu. De lá, com 17 anos, eu vim embora pra cá. Lá já era fazenda formada. Quando cheguei aqui achei muita diferença, mas eu gostei mais daqui do que de lá. Eu não voltei mais lá, nem pra passear. Acho que já morreu toda minha família de lá. EM 53 que eu cheguei aqui era tudo mato, tudo mato!| Daqui pra Campo Mourão só tinha aquela carrera, era tanto carro atolado quando o povo ia daqui pra lá! Só via neguinho empurrando carro, pros carro pegar, dava trabalho chegar no Campo Mourão, tudo mato! Tudo só chão, tudo mato. Aí, depois que fizeram o asfalto ficou bom, mas antes era ruim. Tinha bastante agua, na Fazenda Valderez, aqueles corgão bonito, aquela represa boa. Ah! Tinha bastante peixe! Eu pescava muito. Tinha corimba, muito cascudo, tinha peixe, tudo que é peixe tinha. Ainda tem lá. Ainda tem, ainda tem a represa lá ainda. Perto da minha casa lá tinha corgão grande que passava perto assim.DO lado assim, tinha um mangueirão de porco, pra cima dela tinha muita água, muita água. Seca nunca teve lá não. Muito mato, menina, muito mato. Tinha gente que tinha muito medo do mato. Eu nunca tive, eu andava pro mato. Meu pai falava “Meu filho, to vendo a hora da onça lhe pega, que você só anda pro mato”. Aí eu falava “Pega não pai”. Graças a Deus, tentaram pegar, mas nunca pegou mesmo não. Ele falava assim pra minha madrastra “Oh mocinha, to vendo a hora onça matar Mané, ou outro bicho do mato, que Mané é doido.” Vivia por mato, mas nunca mataram eu, Graças a Deus! Tinha muito abacate, goiaba, plantava pomar de laranja, era tudo plantado, sabe? Tinha muito palmito, era só palmito mesmo, aonde as gralhas, aonde os tucanos, aonde os passarinhos, os jacú. Eles ficava tudo naqueles lugar que tinha aqueles palmital, os passarinho tudo ficava naquele palmital. Muito palmito, tinha! Hoje é difícil, mas palmital tinha bastante. Tinha um frio! Mês de março pra abril, muito frio. O tempo de calor era quente demais! Chovia bastante naquela época. Chovia muito, muita chuva e vento. Tendo muito mato, a chuva gosta de chover. O mato chama chuva, né? Agora chove muito pouco, mas antes era muita chuva, chuva e vento. O vento derrubava muito café, muito café, o café tava madurando aí caia tudo. Tinha só umas quatro, cinco casas quando nós chegamos aqui só. Aí começou o patrimônio. Aí foi chegando gente, construindo casa, agora Engenheiro é bem grandinho. Era um patrimoniozinho muito fraco, agora é uma cidade, né?

## **ANEXO V**

**ENTREVISTADO:** Luiz Líbero Parolin

Chegamos em 1949, nós viemos de Minas (Gerais) pra Fazenda Chapadão. Finado meu pai veio pra formar a fazenda, ele trabalhava de empregado, né? Morava num rancho lá, rancho de pau de palmito, coberto com folha de palmito. Veio todo mundo, eu era pequeno, eu tinha uns três anos mas eu me lembro bem de quando veio morar. A gente morava beirando um mato assim derrubado, né? Tinha um mato na frente, a gente morava parede e meia com outra família. Tinha um repartimento no meio, né? Uma família morava de um lado, nós morava do outro. Acho que você deve até de conhecer, a família do Pessanha, eles que moravam parede e meia com o meu pai. Ele veio pra formar café, pra trabalhar. Ali onde é a sede da Fazenda já tinha um trecho aberto, derrubado e queimado e já tinha café plantado. Ali, sabe? Aí ele veio morar ali. Aí foi ele que ajudou o Engenheiro a abrir os lotes, fazer demarcação dos lotes, ali, daquela gleba do Jumirim, ali foi ele que ajudou tudo, o doutor Líbero que era o engenheiro que lavrava os lotes. Então ele abria as picadas, fincava os marcos. Era isso que ele fazia. Ele ficou pouco tempo aí na Chapadão, ficou... acho que ficou uns seis meses, mais ou menos. Depois o finado meu avô, morava ali perto de Maringá. Ali já era aberto, já formado café. Ele tinha uma chácara lá e ele veio passear aqui na Chapadão, ele veio a cavalo. Aí ele chegou aí, tudo nós doente, de picada de mosquito, borrachudo, que aquele tempo tinha muito borrachudo, demais, nós ficamos tudo carijozinho, tanta picada, muito mosquito por causa do mato. Aí meu avô ficou doido, “Não vocês não vão ficar aqui, não! Vamo embora, vamo embora, vai morrer tudo os moleque aí”, a gente era tudo moleque, né? Até o pai do Mauro, era o mais velho, né? Mais velho que a gente, devia ter uns 15 anos, acho que nem isso. Dali pra baixo. Ai eu era o penúltimo, que nasceu lá em Minas. O outro meu irmão, o Ginez que mora lá embaixo, né? Ele era o ultimo que veio pequenininho que veio lá de Minas. Aí o finado meu avô comprou um sítio perto de Maringá, no Guaiapó lá... Aí fez meu pai mudar pra lá. Mas daí ele já tinha comprado 20 alqueires de mato aí, né? Ali no Rancho Alegre ali, aí nós foi embora e ficou aí, ficou aquele mato tempo ali. Aí depois ele resolveu vender, que não tinha dinheiro pra abrir, pra derrubar e formar o café. Aí ele vendeu pra um vizinho nosso que morava em Maringá, até ele chamava Arlindo, Arlindo de Souza, me lembro bem dele. Aí ele derrubou o mato, plantou o café, fez as casa e aí quando chegou, acho que tava com seis anos, ele não conseguiu pagar o restante do sítio, que ele pagou uma parte, ficou uma parte, aí ele foi lá e devolveu o sítio pro finado meu pai. Aí isso foi em (19)59, eu acho. Eu não tenho bem lembrança bem da época. Aí deu uma colheita muito grande de café, sabe? Aí meu pai veio puxar o café, que tinha os empregado que o cara deixou, sabe? Que eles era formador do café. Aí meu pai veio aí pra puxar o café da roça e secar, né? Mas não tinha terreiro, então secou na terra, aí vinha uma semana ele, uma semana vinha o finado meu irmão, que era o mais velho, né? O pai do Mauro. Vinha aí pra puxar o café pra secar. Aí fez isso aí, secou o café, repartiu, aí meu pai levou a maior lá onde a gente morava pra lavar, né? Porque tinha muita terra, né? Nós lavemo, né? A parte que pertencia pro meu pai e acabemo de secar. Nós viemos em (19)67, nós casemos em (19)66, né? E eles vieram em, o pai do Mauro veio em (19)61, que ele casou, aí o finado meu pai comprou um sítio ali no Sussuí, aí ele casou e veio morar ali. Inclusive a Cleonirde, a irmã do Mauro e o Mauro nasceram ali, o Mauro mesmo nasceu pelos dias que nós casemo. A gente nem foi lá no casamento porque já tava nos dia de ganhar o Mauro. Nós fizemos 50 anos de casado agora em setembro e ele fez cinquenta anos também. Aí depois de uns par de anos que o finado meu pai resolveu vender lá e vir embora. Aí ele comprou ali na Estrada 5, né? O sítio ali, aí ele morava ali. Aí ele morou um ano, um ano e pouco ali, ele comprou chácara lá na Figueira, aí ele mudou lá na Figueira, ele e meu cunhado mais velho, que era casado com a minha irmã mais velha, né? Ele morava aqui no Rancho Alegre, né? Aí ele foi pra lá. Aí o Téo, meu irmão, o Alício, não o ALício ficou aqui na Estrada 5, o meu outro irmão, o Maurício morava lá no Rancho Alegre. EU fui morar lá no 60, perto do

Chapadão, eu tinha casado, fazia um ano que eu tava morando lá no sítio com ele, aí ele comprou ali e eu vim morar pra cá? Já era café, né? Naquele tempo já era tudo café. Trabalhar mesmo, em volta tava tudo limpo, tá que nem tá hoje, o mato que tinha era o café. A colheita você avoava o café, puxava o cisco a terra, tudo manual mesmo. E era tudo na mão, derrubava no chão, depois rastelava. Tinha cinco famílias lá, que morava lá comigo, fora a mãe dela, minha sogra. Seis família, lá. (o sítio) era 20 alqueires. Eles tocavam de porcentagem, cada um tinha um taião, né? Uma quantidade de rua de café, né? Aí todo mundo colhia os dele. Eles plantava milho, o soja, o que quisesse café. Eu só tocava minha parte mesmo e cuidava, né? As vezes os cara precisava de ajuda né? E tinha o outro sítio da banda de cá, né? O finado meu pai teve um tempo ali, que ele tinha 21 famílias. Que da banda de cá era 30 alqueires, né? Fazia cabeceira com onde eu morava. Já me mandou mais pra cá pra eu cuidar, né? Porque tinha muita criação, ajudar a cuidar das criação. Tinha muita vaca de leite, né? Leite pra criar os filhos. Então eu cuidava disso, tocava a minha parte. Ficamos com café no sítio até (19)75, que deu aquela geada que matou tudo, e não brotou mais o café, aí nós resolvemos mecanizar. Aí nós mecanizamos, aí toquemos eu e meus seis irmão. Toquemos, e fomos tocado, tocando, tocando aí. E foi indo, aí aquele negócio de passar veneno, aí á tinha dois irmãos com problema, não podia passar veneno. Que é o pai da Demarice, ele não podia nem sentir o cheiro do veneno, e precisava passar veneno, né? E o outro mais novo, que faleceu, o Maurilio, também não podia com o cheiro do veneno, já intoxicado com... nós passava veneno no café, passava manual, sabe? Tinha umas maquininhas que vai nas costas, com a mão, dava a ventilação, né? Passava o veneno em pó. Usava o BHC, era tudo BHC. E passava ele naquele tempo, com a máquina nas costas. No tempo que nós passemos o veneno ninguém teve intoxicação, depois que veio aparecer. Esse meu cunhado mais velho mesmo, casado com a minha irmã mais velha, aí que ele veio se intoxicar, sobrou um resto na tulha de veneno, né? E aí ficou muito tempo lá, e aí ele não podia com o cheiro. Se abrisse a tuia e entrasse pra dentro já ficava, se sentia mal. Aí depois meu pai comprou o trator, aí começemo, mecanizemo tudo. E com o trator, tocamos por anos lá tudo. Aí depois com esse negócio de intoxicação meus irmão resolveram arrendar, arrendar pra cana, daí. Não tava mais dando certo, por causa do veneno, né? Única coisa que aparecia era cachorro do mato, aí aparecia, mas tinha os cachorro de casa, né? Aí tocava eles. Aí quando nós tava, eu gostava de trabalhar muito no trator a noite, né? Aí a noite as vezes eles aparecia, uns cahorrão grande, aparecia lá, aí a gente via, no farol, no virar o trator, aí de vez em quando você via eles. E não corria, não, ficava lá, no meio da roça, que tinha muita rato, essas coisas. Então com o trator, se mexe, aí cortava com as, eles catava e comia. Era engraçado, um troço engraçado, eles ficava ano meio da roça, se ficasse a noite inteira, eles ficava a noite inteira. Aquele tempo, todo mundo tinha trator, todo mundo trabalhar a noite, que a noite era mais fresco pra trabalhar com o trator. As vezes virava a noite inteira no trator. Tinha muita pouca cobra, por causa do veneno, do BHC, né? Não tinha inseto que resistia aquilo, não sei como não andou morrendo gente. Era muito forte o veneno, era muito forte. E nós, o que a gente achava no meio da roça, tinha banana, tinha mamão. As vezes passava via o mamão, parava e ia pegar o mamão, comia, seguia, era assim. Água tinha um riozinho, nascia no Chapadão. Logo no começo, nos mesmo pegava água lá, pegava no riozinho. No final foi o pai do Mauro mesmo que me ajudou, furamos um poço bem na frente da casa. Aí nós furamos um poço. Acho que tinha uns 9 metros, era raso. Fui eu e o pai do Mauro mesmo que abrimos. Nós fazia, vixi! Nós fizemos muitos! Pra você ver, com um dia nós fez ele. O de nove metro, aí deu na pedra, né? E nós não tínhamos com o que furar a pedra. O pai do Mauro foi em Maringá, arrumou um ponteiro, uma picareta, pra quebrar a pedra que tava dura, na picareta não saia mais. Daí ele ficou doente. Aí ele adoeceu, foi indo, foi indo. Aí um dia eu mandei fazer um... uma broca grande, uma ponta de eixo de caminhão, e levei lá em Maringá. O cara me deu uma ponta de eixo de caminhão, eu levei lá em Maringá, pro cara bater. Fazer uma ponta, né? Aí tinha um tio dela, né (da esposa)? Aí ele teve um tempinho e um dia eu entrei lá, e ele ficou lá em cima, pra puxar (as pedras), né? Aí dei umas dez/doze marretadas naquela pedra, né? Saiu uns dois três tambor, saiu água. Aí tinha água lá. E deu uma água boa, as vezes costuma dá água salobra, sabe? Assim né? Mas não, deu água boa mesma. Aí quando mecanizemo,

tampemos tudo os poços, né? E tirou as casas, tirou tudo, limpemo, mecanizemo até lá embaixo, na beira do rio. Tinha pau, tinha toco, muita árvore caída. Aí fomos juntando, tirando, levando pras beiradas, fazendo monte, queimando. Queimemo todos os tocos, né? Tiramos tudo no trator, no trator e no braço. Nós compramo o trator, nós já tínhamos mecanizado um pedaço quando chegou os trator. E aí nós tinha arrancado no braço. Cavucava, no enxidão. Cortava no trançador, cê sabe o que é trançador? Tem um cabo cada lado, tem uma carreira de dente assim, sabe? Pega um cada lado e vai traçando. Aí cortava eles, era umas raiz grossa, sabe? Aí nós arrumemos uns eucalipto, tinha uns eucaliptão, grosso assim (25 centímetros aproximadamente). Nós pegava em cinco, pra carregar aquele eucalipto, aí pegava ele, fincava no chão assim, sabe? Todo mundo pendurado no eucalipto e forçava assim, nossa, dava muito trabalho. Acho que o que deu mais trabalho foi um toco de guaritá. Mas tinha raiz, mais tinha raiz, um mundo dum toco, aquele acho que foi o que deu mais trabalho. E depois com os trator o que deu mais trabalho foi o do Sussuí, lá no Sussuí tinha muito toco de Peroba, tinha, mas tinha, que Nossa Sr.a! Nós gastemos uma semana só pra rancar os toco. Tinha toco que arrancava com o trator, e o trator não conseguia levar ele. Tinha que amarrar outro, e em dois pra conseguir levar o toco embora. De tão grosso que era e grande. Que aí ele arrancava com aquelas raizonas, sabe? Cada raiz dessa grossura assim (40 centímetros aproximadamente, cada raiz). Pra você ver ficou uma semana queimando tudo os toco, todo dia ia lá e nós juntava. Foi uma semana queimando os toco, dois montes, sabe? E ficou uma semana inteirinha queimando. Ficou dois ano, não produziu soja naquele lugar que queimou, de tanto que queimou a terra. Aí depois nós joguemos calcário, adubo. Aí regulou a terra. Aí que nós mecanizemo. Que aí quando nós mecanizemos, que lá quando eles ruaram o café, acho que a primeira vez, depois não esparramaram mais, largaram aqueles monte, né? Aí nós foi, ia desmanchar aqueles monte, achava toco de palmito no meio daqueles monte. Toco de palmito. Nós precisemos tombar a terra, sabe? Pra poder igualar, a terra, lá. Que era um café muito fechado, lá eles não plantavam nada no meio que eles não produziam, porque era um café muito fechado. Eles nem plantava nada no meio. A gente levava o café pra Maringá, sabe? Tinha bastante maquina de café lá. Eles vendia pra lá. As vezes vendia pra um, as vezes pra outro, não era pra um maquinista só. Então aquele que pagava um pouquinho melhor, ele vendia. Nossa família não mexeu com hortelã, não. Mas eu via os cara mexendo, mas só vi, também. Eles cortando, juntando, levando pra alambicar, sabe? Um troço interessante aquilo. Só em terra nova, tem que derrubar o amto, que nem aqui, eles derrubava o mato, né? Aí destocava na enxada. Toquinho pequeno eles arrancavam, pra morde depois roça o hortelã. Que o hortelã vem, ele vem alto assim (75 centímetros, aproximadamente), sabe? Aí tinha que roçá, né? Que daí roçava na enxada, ou naquele arfange, que eles afiava, que dá um corte danado. Só que tudo no braço. Aí juntava no rastelo, fazia aqueles monte. Aí passava, naqueles tempo tinha aqueles caminhãozinho velho ou aqueles carrinhos mesmo, de carroca. Catava e levava pro alambique. Nossa! E um troço muito, era muito perigoso pra dar doença, né? É, que aquilo era socado dentro daqueles coisa, o hortelã era socado com o pé! E embaixo era ponhado fogo, pra mode esquentar, pra mode derreter, né? O hortelã pra sair o óleo. Aí o cara ficava lá em cima, enquanto tivesse saindo óleo, ele tava lá pisando em cim. Aquele quente, né? Aquele calorão. Vixi! O cara molhava, mas molhava mesmo de suor. E aí saia fora no vento, então era um perigo danado aquilo. Hoje é simples, né? Mas hoje ninguém mexe mais com aquilo. Era um serviço muito bruto. E nós toda vida foi serviço bruto, todo mundo. Aqui era só mato, só tinha o trecho aberto, eu lembro que finado meu pai plantou milho no meio, que já tinha o café plantado, e depois que o milho secou ele dobrou o milho, né? Aí plantou feijão, feijão de cipó, o feijão mulatão. Aí tampo tudo as ponta de milho, tudo aqueles milhos dobrados, que ele cresceu assim sabe? E deu feijão, mais deu feijão. Aí não tinha lugar pra por, nós morava num ranchinho de parede e meia, que nem eu falei pra você. E não tinha divisão, não tinha nada. E não tinha saco pra por. Ninguém queria, todo mundo tinha né? E daí o que que ele fez, tinha muito palmito, né? Seco. Ele pegou e cortou tudo os palmitos num comprimento duns três metros mais ou menos, rachou no meio e aí fez uma gaiola no meio da roça, num vão daquele cafezal, aí foi ponhando tudo assim aqueles palmitos (em círculo)

Aí depois embaixo ele forrou com casca de peroba, depois pegou a palha do feijão, fez assim, no fim, ponho as cascas de peroba em volta, e ele ia despejando o feijão lá dentro, ele tinha um balaio, sabe? Com aquele balaio que depois foi despejando lá dentro e ia forrando em roda. De casca de Peroba e paia de feijão. E feijão sem banar, né? E ficava lá, todo dia ia com a minha mãe buscar. Minha mãe tinha uma peneira, uma peneira feita de taquara. Que nem os índios faz, os índios não faz aquelas coisas, aqueles balainhos? Então, até foi finado meu avô que fez, uma ‘penerona’ assim. Ela ia lá buscar depois vinha. E aí eu ia com ela. Aí ela juntava, como chovia muito, goteirava dentro, porque era coberto com casca de feijão e peroba, né? Então entrava água e ia penetrando dentro daquele feijão. E ficava grudado aquele feijão, de cima em baixo. Então o feijão estragava, ficava vermelhado, ficava grudado. Aí tirava, mas o feijão era tão bonito que não precisava nem escolher. Só abanar e ponhar na panela pra cozinhar. Não tinha inseto pra estragar as coisas, naquele tempo não tinha. Pois é! A turma diz que era um tempo bom, mas depois que eu fiquei mais velho, hoje eu não acho que era bom, não. Trabalhava demais. Só não trabalhava de domingo, algum dia santo que tinha. Naquele tempo tinha muito dia santo, nós já gostava (risadas). Eu não acho que era bom naquele tempo, não. Tinha mais fartura, mas era muito sofrido. E nós era de escuro a escuro, quatro hora da manhã eu tinha que levantar tirar leite. O sitio era pequenininho água, tinha lambarizinho, porque pra cima tinha umas poças, então tinha lambarizinho. Aí depois, finado meu pai, foi no tempo do seu João Cavalcante, ele era prefeito, né? Aí o pai falou com ele se ele não fazia uma represa lá, no riozinho. Aí ele mandou, fez uma represa lá. Aí eu ponhei bastante tilápia lá e aí nesse tempo deu uma enchente muito forte que arrombou. Aí nós cabemos de desmanchar ele, mas tinha muito cascudo, sabe? Cascudo tinha adoidado, eu acho que ainda tem uma poça lá, que ainda deve ter cascudo lá. Lá no Chapadão, num fizeram curva de nível, sabe? Aí tem uma erosão, que cabo com tudo, destruiu umas parte da represa. O que não arrombou, soterrou tudo de terra, sabe? Eu vendi tudo, trabalhei um monte não fiquei rico, né? Eu cedo amanheço bom, mas chega de tarde eu, eu chego destruído, então o corpo não tá mais reagindo. Trabalhei um pouco na vida. Eu lembro que eu tinha sete anos, eu lembro que finado meu pai tinha um carro de boi, e era eu que ficava na frente dos boi. Finado meu avô morava junto com nós. E meu apelido é Zota. “Os outros cê bota na escola, mas o Zota cê não coloca, não, que ele tem que ajudar com os boi, ficar na frente dos boi.” Eu lembro como se fosse hoje, eu não sei o que é escola. Aprendi malemá o nome, em casa. Então eu malemá sei assina o nome. Foi trabalhar mesmo, não teve acordo.

## **ANEXO VI**



**ENTREVISTADO:** Reinaldo Fischer (CD/Arquivo 4)

No município aqui nós chegamos em (19)50. Só não sei que mês que era. Eu nasci em Cambé, cheguei com 8 anos aqui. Fui morar lá no Sussuí, lá embaixo, no Água Grande. Meu pai comprou o sítio. Ah! Naquela época era tudo mato, mato mesmo, desde lá da frente da rodovia até lá pro fundo. Só no Sussuí que tinha um pouquinho aberto, na beira, lá onde é o patrimônio hoje. Ali no alto tinha um pedaço aberto que o povo entrou tudo pra plantar café. Era o auge da coisa na época, né? E daí na outra subidona tinha mais um pouco aberto na época e lá na Água Grande, onde nós entramos, tinha bem poquinha coisa aberta. A estrada de lá só tinha os trilhos de carroça, que carro não tinha, né? Era meio guaxumbal alto. Aí meu pai abriu um pedaço de terra lá em cima, o finado Ernesto Petersen, o finado Francisco Muller, todos eles abriram lá. O Guilherme Klegin, o Valter Krause, mas só um pouquinho na cabeceira e no fundo, só pra eles ter um pastinho lá. E plantaro café, logo em seguida, na beira do rio, a família Muller lá, seu Germano, seu Francisco Muller montaram uma serraria lá. Porque só tinha serraria aqui no Engenheiro, que era do finado Santiago. Olha, na época, ele (o pai), só vendia o cedro e o marfim, os mais grosso, né? O resto era tudo cortado ali, pra fazer as casas. Não lembro muito (da derrubada), muito, muito assim porque era pequeno, né? Mas lembro sim, eu sei que eu trabalhei até os treze anos, eu trabalhei com meu pai. Ajudei arrastar traçador porque tinha que cortar tabuinha. Que na época as casas era tudo coberta de tabuinha, né? Depois dos 13 anos eu fui pra Jaguapitã, que a gente veio de lá pra cá, né? Lá eu fiquei um ano lá estudando, depois voltei pra cá. Depois fiquei estudando mais uns anos no Sussuí. Mas nunca tive cabeça, né? É... porque eu fiquei cinco anos pra estudar o segundo ano (risadas). E outra metade do tempo a gente não ia pra escola, porque era longe, tinha que andar quatro quilômetros. Quatro pra ir e quatro pra voltar. E tudo no meio do mato. E via cobra, passava bicho, passava nas estradas. Na época era plantar milho, pra criar porco, milho e feijão. O café ficou mais ou menos até os anos (19)60 – (19)62. Ainda ficou um pouco de café, mas em (19)66 o auge era o hortelã. Aí acabaram os café e... bem, meu pai arrancou os café, os outros ainda continuaram um poquinho. Mas daí foi rancado os cafezal tudo, porque o governo pagou pra rancar o café, que diz que tinha café demais. Aí eu não lembro como foi direito, se era um cruzeiro, como é que era. Era por pé de café que a turma tinha plantado, que era pra eles rancar os pés de café e plantar outras lavouras, né? Começaram a plantra soja também, né? Meu pai não tirou por causa do governo, rancou uma parte pra rancar algodão. Naquela época a gente usava muito pouco veneno, naquela época a gente usava um veneno, um líquido branco, chamava Raioatox, alguma coisa assim. E no café a gente usava muito BHC, BHC por causa da broca do café. Aí ficou só um pouco de café, uns mil pés de café, ficou até (19)75, por aí. Foi aí que rancou tudo, que nós mecanizamos tudo, pra plantar soja. Que daí já não era mais plantado com a maquinazinha na mão, aí não era mais, era com trator, com semeadeira. Era tudo arrendado, nós não tinha. Nós toquemos Hortelã até (19)75, por aí, né? A gente alambicava no vizinho, no seu Germano. A gente deve ter começado a plantar em (19)62, mais ou menos. A gente cortou muito hortelã pros vizinho. Plantava na muda, dia de chuva, pegava uma forquilha assim (mostra com os dedos o um v), apontava em baixo, aí socava assim, torcia, fazia a buraquinho... Daí o outro tinha que ir de atrás, ponhava a muda lá dentro e apertava. Com três meses, quatro meses pra começar a produzir. Aí quando dava o tamanho, os homem cortava a hortelã e as mulher rastelava e fazia os monte. É uma hortelã bem mais forte e bem mais fedida que essa que tem em casa hoje em dia. Ela ficava grande assim, meio metro de altura. Eles fazia o óleo e esse óleo era usado pra medicamento e pra avião, pra essas coisas. Diz que era pra esfriar turbina de avião, porque ele era um óleo meio gelado, né? Tinha lá uns 3 ou 4 alqueires de hortelã. Olha, depende da época, se era na época de mês de outubro, dezembro, janeiro, fevereiro, quando tava bom de chuva, aqueles alambique lá tirava média de 20-22 litros de óleo por pipada. Um alqueire dava mais ou menos o que? Uns 80, tinha alqueire que dava 100 litros de óleo por corte. Só que daí dependia da época da chuva, se chovia mais, ele dava mais. Se chovia

pouco, daí ele não crescia bem, daí ele não dava tanto. E outra, quando ele ficava mais velho ele começava a refinar, aí ele já ia rendendo menos. As vezes tombava as terra e plantava de novo. Produzia menos tempo, e refinava de novo, começava a morrer as moita no meio. O hortelã acabou por 75-76, foi mais ou menos nessa época, quando entrou a luz elétrica lá no Sussuí. E começou a mecanizar as terra, pra palntar soja e milho. E um poquinho de mandioca pros porco, pro gasto. Porque ele perde, como é que se diz, ele perdeu a menta. Aí cabia uns dois caminhão de coisa, de menta e ele não rendia mais. E outra, num crescia mais na roça, aí tinha que ficar jogando adubo porque ele ficava muito baixinho. Aí o plantio foi lá por Paraguai, lá era o auge, em 80, quando eu fui no Paraguai ainda tinha hortelã. Mas aqui na região de Engenheiro Beltrão, Quinta do Sol, acabou tudo. Outra, as lenhas acabou também. Porque precisava de muita lenha lá nas pipa pra aquecer, o povo já não tinha mais nem lenha! Aí passou mais pra soja e trigo, milho e mandioca, pra nós tratar os porco. Algodão! Também plantamos algodão. O sitio tinha 9 alqueires, sítio pequeno. Lá tinha mais ou menos uns 3 alqueires de pasto, né? Na verdade tinha uns dois alqueires, mas hoje, por causa dessa mecanização, que a gente vendeu as terras lá, aí foi plantado cana. Aí por causa daquela mata ciliar ali, os 20% que tinha que ter em cima dessas terra, não podia mais daí mexer. Naquela época plantava mais, plantava até na beira do rio alguns trechos. Aí tinha um arrozeira, lá embaixo plantava arroz. Naquela época plantava quase de tudo, plantava milho, mandioca, até batatinha, arroz, feijão. Sempre nós colhia pro nosso gasto. Pra vender, não, era só o soja, daí. Mas bem mais antigamente plantava o feijão pra vender. Mas tinha tanto, que todo mundo tinha, daí jogava lá no meio do mato pra apodrecer. Olha, geada era quase todo ano aquela época. Mas teve ano que tinha seca também. As época, só não lembro o ano, como é que era. Agora vou ter que dizer, em (19)55 – (19)66 que deu uma muito forte, matou tudo, tudo, tudo. Depois, em (19)70 ou mais, dia 10 de setembro, que geou, queimou tudo. Queimou os feijão. Isso foi em (19)75, por aí, é... geada negra. A Fazenda Chapadão, que tinha café ali, cinco horas da tarde, seis hora da tarde, o café já tava tudo preto já, queimado da geada. Aquilo foi uma geada forte. Nossa Sr.a! Ele continuaram, plantaram tudo de novo. Na época era tudo cortado. Aí deu rebrota nova. Ali não queimou até a raiz. A água do sítio era de mina, nós tinha um poço encostado de casa assim, mas era três metros de fundura só. Ele vivia cheio de água, nunca faltou água. Mas tinha umas três minas também, numa casa que nós morava nós pegava direto da mina, que a mina era daqui lá no portão longe da casa (5 metros aproximadamente). Ainda hoje tem lá. Aí lá perto da casa, onde nós tinha o poço, tinha uma mina, um pouquinho mais pra baixo. E na divisa do sitio tinha outra mina, onde tinha uma outra família morando, um empreiteiro que meu pai tinha na época. Nós tinhas dois empregado lá, dois empreiteiros, a família inteira. No Adão Jordão eles tinha três filhos, ele era em cinco. E do lado de lá, que era o Mané, era só ele e a mulher. Mas foram em épocas diferentes, o Adão morou lá depois que eu era casado, 1966 pra lá. O outro eue era solteiro ainda, porque aquele saiu, enguiçou (se desentendeu) tudo e foi embora. Daquela a terra que aquele cara tocava, nós dois tocava (ele e a esposa). Era no hortelã. Os vizinho cobrava 18% a 20%. Quando era a época que dava mais óleo eles fazia a 18%, e quando ele dava menos eles cobrava 20. Porque era, tinha que puxar eles. Então eles tinha gasto também. Tinha, tinha que mandar o caminhão pra buscar e alambicar. E gastava lenha, as lenhas muitas vezes á tinha que comprar, que já não tinha mais. Vendia pra firmas de Maringá que vinha comprar. Eles passavam de sítio em sítio, todo... não lembro se era a cada 15 dias, cada mês que eles passavam pra pegar, vinha lá de Maringá. Naquela época, onde é que nós morava, ali não tinha Peroba, tinha só umas Perobinhas. Mas ali pro Sussuí, porque é alto, era tudo cheio de Peroba, Cedro, Marfim, Canela, Canjarana. Tinha onça! A onça vinha até na beira de casa. Nós ia pra escola morrendo de medo, que tinha que passar no meio do mato. Nós ajuntava um monte de molecada assim e ia pra escola gritando, que diz que quando a gente gritava a onça não chegava perto. Cobra atravessava assim no meio da trilha. Cachorro nosso mesmo, a onça pegou uns par deles, pertinho, na beira de casa. Que ela é assim, o cachorro acoa ela, aí quando o cachorro desiste que ele vai embora, aí ela vem e pega. Ou ela se esconde e quando o cachorro passa ela ataca, ela mata. Com cobra, picada de cobra. E galinha por raposa, ou gato do mato, nós perdemos animal.

Passarinho tinha Anú, tinha o Guaxo, tinha Periquito, Papagaio! Ah! Era lindo de ver aquele bando de papagaio. Jacú! Jacutinga. Nossa! Como tinha na época. Os guaxo fazia aqueles ninhos nos coqueiros que era a coisa mais linda, comprido assim. Aqueles ninhos! Trançava com as folhas de coqueiro, era a coisa mais bonita. Como que um bichinho desse tem inteligência pra fazer uma coisa dessa. Na nossa casa não teve problema (com picada de cobra), mas nos vizinho foi. Teve picada de cobra. Tinha que trazer aqui (em Engenheiro Beltrão), que só tinha o Linhares aqui. E outra, que tinha um remédio que a gente deixava em casa, “Específico Pessoa”, acho que era o nome, chamava, eu me lembro, era um vidrinho, tomava e ponhava em cima da picada. O líquido você pingava, num pouquinho de água que tomava, não sei quantas gotas. Tinha que tomar e pingar em cima. Ficava que nem leite, a água. Eu quando fui picado de aranha foi posto fumo em cima, o fumo que o povo usa, só que na época era de corda. Pegava assim, cortava ele, picava, ponhava um pouquinho de água, batia, aí amarrava em cima. Tirava a dor, né? Nós tava trilhando o soja, que na época num era ainda na colhedeira. O soja era cortado no facão, amontuava... Aí vinha a trilhadeira e na hora de pegar a caranguejona assim, tava ali no meio. O meu irmão ela picou chegou a desmaia! Nós nunca tinha maquinário, era tudo braçal. E nos últimos tempos a gente pagava os vizinhos pra fazer. Que nem o finado Lindolfo Petsch, ele tinha colhedeira, ele vinha colher pra nós, né? O Severino tinha trator, o sobrinho dela, o Ivo, que trabalha hoje no sindicato eles ia lá em casa tombar a terra. O pai da mulher do Osmair ali, ele também tombava a terra pra nós, que ele tinha um tratorzinho também. Mas era tudo tratorzinho, que eles tinha naquela época, não tinha ainda tratorzão. Era o Trator Fenix. Um tratorzinho branco. Aí depois que apareceu o Volmetinho. Os primo dela já tinha o Volmek em (19)62, eles já semeava pra nós. Na sementeira do trigo, eu fui pular da sementeira, quebrei o pé! Que pisou em falso, né? Aí apurraram um tempão com o meu pé engessado. A nossa condução sabe o que que era? Uma tobatinha, uma carretinha. Lá no Sussuí tinha um monte, nós deve ter até foto disso aí guardado. Olha nós viemos aqui em (19)81, que nós mudemos aqui, onde nós estamos hoje. A cana foi arrendado nos ano (19)90. Eu não me lembro quantos anos o Armando tocou lá, se foi dois anos. Foi arrendado quatro anos pro Ivo, depois não sei mais quanto tempo pro Armando. Acho que foi nos (19)90, (19)92, por aí. Banana, laranja, maçã, pera, dava muito! Como dava! Plantava milho no meio do café, feijão! Naquela época não tinha esses feijão carioca, naquela época chamava lustroso, jaula, bolinha, rosinha, carnaval. Ele era bem rajadinho, colorido. Ele é quase que nem esse hoje, esse carioca. Só que ele era bem forte, a cor vermelha dele. Naquela época tinha peixe, como tinha! Nós ponhava cove pra pegar, só que naquela época tinha piau, bagre e... tinha um outro, não consigo mais lembrar o nome. Depois que foi aparecer o carazinho, a tilápia. Ah! Traíra! Traíra dava bastante. Naquela época, laranja baiana, a laranja umbigo que falava. Aquilo dava que olha os pé carregava que Nossa Sr.a! Mexerica então! Que naquela época não tinha a tal da poncan, ela veio depois. Naquela época tinha tangerina, mexerica, mexerica bode! Nós chapeava algodão com animal, nós chapeava amendoim, que nós plantava lá no sítio também. Chapeava com cavalo, nós tinha até, como é que eles falavam? Uma carpideira, pra passar no meio do algodão, nos soja não, no soja era aquela chapa 24, que o soja era plantado perto. O algodão acho que uns 3, 4 anos. Era muito diversificado assim sabe? Porque nós plantava na beira do mato, batatinha, aí vinha muito bicho tinha que ficar passando veneno porque vinha muito bicho do mato. Na beira do rio, na vargem, plantava arroz ali. Só que não era pedaço grande assim, era tipo assim, o tamanho de uma data, duas no máximo. Feijão plantava meio alqueire. Então era tudo diversificado. Mandioca nós sempre plantava três, quatro mil pé de mandioca, pra dar pras vacas e pros porco. Cozinhava bastante pro trato dos animal. Inhamé, mamão, quirera de milho, mandioca era cozinhado pros porco, pra tratar os porco. Vendia o porco, vendia eles inteiro, pesava eles inteiro e o caminhão levava eles inteiro. Vinha pegar no sítio, vinha de Maringá, o frigorífico de Maringá. Nos tinha pouco, que nós num era que nem os outros assim. Oito porco, dez porco, cinco porco, as vezes três só. Aí depende, ali sempre tinha um Sr., que morava ali em cima, que tem a dona Ana, que morava ali, que a Neusa pegou as coisas dela. O marido dela anda o Sussuí inteiro, e via quantos você tinha pra vender, aí sabia quantos tinha o outro pra vender. Aí ele

marcando. Aí quando dava uma lotação pro caminhão, que tinha por exemplo 50 porco, daí ele ia em Maringá, ou mandava uma carta avisando. Naquela época não tinha telefone. Aí mandava lá e o cara vinha. Aí ele chegava de madrugada ele vinha, porque antes de meio dia tinha que zarpar pra frente. Por causa do calor, né? As vezes pegava chuva lá, Nossa Sr.a! Aí tinha que pegar trator pra puxar o caminhão e tudo. Não era fácil. Que nem mandioca, quando nós compramos aqui no Engenheiro nós ranquemos um monte de mandica que nos vendeu pra farinha. Aí deu uma chuva e como que o caminhão ia entrar lá pra nos comprar as mandioca? Quase que nós perdeu. É que daí a mandioca roxeia e daí não presta mais. Terreiro de café quase toda família lá no Sussuí tinha, porque tinha que ter, pra secar o café. Nós perdemos roça de amendoim, roça de milho, por causa de chuva. O pai dela (da esposa), perdeu roça de soja, que tava tudo cortado, e chuva, chuva, chuva. Naquela época quando dava chuvarada era duma semana inteira. Era mais dias. Minava água pra tudo que é lado. Hoje não tem mais isso, não sei porque não chove mais assim. Aquilo começava assim, e fechava o tempo... E olha que era cada trovão e raio. As arvore, o raio estourava e batia e arrebentava tudo. Naquela época matava muito mais gente o raio. Na Conserva tinha duas moças na janela olhando os raio, veio o raio e matou as duas moça. Matava... Sempre nós vendia um boizinho, uma vaca, as vezes matava ele ali e vendia pros vizinho assim, final de ano. Cada quase 15 dias um matava um boi. E outra naquela época, cê não tinha geladeira. Então você matava um porco e você tinha assim uns 3,4 vizinho que você levava uma banda do porco. Aí você cortava o porco e levava um pedaço pra um, um pedaço pro outro. E o que sobrava, era derretido a banha, aí cozinhava a carne, fritado dentro da banha. Posto dentro das latas e guardava, dentro da banha, daí. Porque ela não estragava. Fazia muito defumado, fazia carne, secava ela. Ela era embrulhada num pano, aí punha lá secar. Nós plantamos mandioca, aí perde muita com a chuva, que não achava ninguém pra ajudar a colher, que todo mundo tinha, e perdia. Tinha vez que pelava (os insetos) o algodão, o soja também. No começo não precisava passar veneno, depois começo a precisar. Até no hortelã a gente teve que passar veneno uma época. Nunca dava largata nos hortelã, no fim começou a dar largata nos hortelã. A gente não sabe como os bicho se apodera dessas coisas. NO hortelã a gente passava BHC, no café também. Depois quando começou o soja a gente passava LVC. Esse foi proibido, porque é um veneno cancerígeno, que nem o BHC. Diz que hoje muita gente tem câncer por causa desse tal de BHC, que era cancerígeno. Passar mal, não. Mas que eu tomei uns par de banho de veneno eu tomei. Tinha uma época que eu não podia nem cheirar isso aí que já dava dor de cabeça. Nada, nenhuma proteção. É só com a roupa do corpo. Ninguém ponhava, sempre tinha aquele negócio que era pra usa máscara, era pra usar óculos e luva e essas coisas. Xi! Quantos morreu por causa desse negócio de veneno antigamente. A gente conheceu gente que morreu, envenenou. Tem que tomar leite, tem que tomar leite. Mas nunca resolvia, não. Como era o nome dele eu não sei, mas o nome dele era Pedro Bota. Ele sempre gostava de andar com a bota. Então era o Pedro bota. Ele passava veneno com essas máquinas costal, e muito quente assim, aí envenenou, intoxicou. Lá naqueles cafundó, como pra trazer aqui, até chegar no médico era tarde. O tal do leite que eles mandavam tomar diz que fazia mais fácil a pessoa morrer. Que diz que o leite coalhava no estômago e matava mais fácil. Quando eu tomei banho de LVC, tive que jogar até a roupa fora, que era aquele óleo grudento. Encheu a bomba muito e daí pressão, aí ela transbordou, ela vazou. É que a máquina tem aquela tampa rosqueada, e não pode encher ela muito que daí ela chacoalha e daí ela dava pressão. Aí derramou, teve que queimar a roupa. Nós passava veneno a cavalo, montado no cavalo e a bomba, quando não era de a pé era montado no cavalo. No trigo eu passava com a Esec, que nós tinha a Tobata e a Esec, que é dois tipo, né? As marca que é diferente, e o motor que é um pouco diferente. A Tobata tinha um motor que pegava mais fácil. A Esec era um motor que você tinha que mais manivelar pra ele pegar. Então ponhava, e um ficava em cima da carretinha e outro com a máquina nas costas. Aí quando o soja tava pequeno você pegava o alinhamento no meio, uma carreira de soja, você passava por debaixo, as roda também passava. Aí passava o veneno, cobria aquelas nuvens de pó. Depois já era o veneno líquido, o Folidol, que passava ele. Não sei lá como era que chamava os venenos naquela época. Hoje é tudo diferente, hoje não tem mais esses veneno,

Novacrom e os venenos fedido. O Folidol mesmo eu ainda tenho um restinho aqui, se você mexer com ele... eu uso pra matar formiga, que ele é muito bom pra matar formiga. A já que a vareja aparece, que ele tem um cheiro de carniça, parece que eles atraí os bicho aí os bicho morre. Ele mata. Mas hoje não acha mais nem pra comprar. O azudrin, que a gente usava muito, hoje não pode mais usar também. Hoje tudo os veneno são assim, como é que eu vou dizer? Foram tudo modificado, hoje tem o soja transgênico, o milho transgênico, tudo transgênico. Foi geneticamente mudado os veneno tudo. Os veneno hoje não atuam muito mais. Eles matavam tudo que vinha pela frente, então hoje eles é pra matar só a largata, ele já não mata aquela mosquinha, aquelas coisas, então é tudo diferente. Só dava dor de cabeça e ficava meio ruim no estômago. A gente se sentia mal. Mas daí tomava uma banho. Olha! Ela (a esposa) teve que lavar minhas costas com gasolina pra tirar. É... Num tirava, naquela época era com sabão de pedra, de tacho. Não tinhas esses detergentes, porque hoje esses detergente tira os óleo. Que nem o OMO® hoje, você mistura no fubá, pra lavar! Nossa! Como tinha! Nós tinha cada tamburi assim que dava um metro e pouco assim... E olha eles fazia tábuas, viga, tudo na mão. Serrado a mão. Cortava e deixava o toco. Rancaram quando começou a mecanização, aí foi rancado. Rancava tudo! Tudo que aparecia por cima da terra, né? O resto a gente deixava, que daí não estrovava. Que a gente cortava o hortelã com uma alfanje, ela era uma coisa comprida assim! No muque! No enxadão... Cortava com a motosserra, machado. Puxava com o... até com o jipe nós puxava. Puxava com animal. A gente comia, bicho do mato, que nem paca, anta, veado, capivara. O pai matava, limpava e jacú, os pássaros assim também. Matava, limpava e comia. O pato do mato também... Tinha mais era gabiropa, pitanga, jabuticaba, dava, no sussuí no mato dava de tudo. Ixi! Era um palmital, nós comia pra danar! Era gostoso, hoje quando a gente vê palmito dá vontade de tirar pra comer, que é uma delícia! Fruta do mato tinha pouco assim, era mais gabiropa, pitanga e jabuticaba. Quando derrubava, derrubava tudo! Ficava só nas beira do rio. Que nem nós tinha no sítio embaixo, lá ficava, lá tinha gabiropa, jabuticaba, pitanga, cereja, não... como é que eles fala? Não é cereja, é quase que nem a jabuticaba, ele dá fruta assim que nem jabuticaba, mas não me lembro mais como é que era o nome daquele. Naquela época morava perto do rio, pro gado beber água do rio, hoje não pode mais por o gado beber água lá no rio, lá não tinha muita cobra, mais lá dava mais cascavel e urutu, e aquelas outras, jararaca, muita jararaca, uma pintadinha assim, cobrinha coral que eles fala. Que diz que de seis meses ela ferroa e seis meses ela morde. É! Ela é pintadinha assim, vermelho, branco, preto. Pintadinha! Agora! Nós viu cobra pegar passarinho na beira do rio. Nós viu a cobra pegar peixe, engoliu. EU cheguei a matar com a espingarda com o peixe já quase tudo engolido, um bagrão (aproximadamente 40 centímetros). Que eu ia de noite pescar aí escutava lá, pegava o faroleta e lumiava e de repente via a bitelona deitada assim em cima dos galhos, metade pra fora. Onde é que ela pegava os peixe e engolia, pro cê ver... Nós nem imaginava que a cobra ia no rio pra pegar peixe, que de certo não achava rato, essas coisas, e daí ela tava. Que de dia elas pegava passarinho, as vezes nem era uma cobra muito grande. Cê tava ali pescando e escutava o passarinho lá, “Mas porque que esse bichinho tanto grita?” E daí cê via. Lá no sítio tinha bastante cobra mesmo! Mas era mais na beira do rio. Depois que nós saímos de lá do sítio ainda, que já tá tudo em cana, o seu Augusto que mora ali embaixo, ele levava uma vaca pra amarrar numa mina que tem ali embaixo, ali. Levou ela cedo, quando foi lá meio dia pra ver a vaca já tava morta. Dava umas cobrona mesmo! Ainda mais agora que tá cheio de mato. É um perigo. NO café não dava muita cobra, dava mais no hortelã. Olha! Acho que elas ficava enrolada as vezes. Mas a maioria quando ela escuta os barulho elas já vai embora, que elas fica caçando rato. Que no meio do hortelã dava muito rato sabe? Tinha essas toceira, mas criava, quase que nem um camundongo, mas não era esses ratinhos que dava muito em casa. Ele é mais assim que nem a cor de uma cotia, Então elas ficava mais no meio da hortelã, pra caçar eles. E sapinho! Também dava muito sapinho também. Na época da chuva isso aparecia, um sapinho pequenininho assim. Elas ficava pegando esses bichinhos lá no meio lá. Lá no nosso sítio só matemos veado, paca, mas onça não. Lá perto, no mato que tinha do outro lado. Tem que ter o bebedouro deles lá preparado pra eles beber. Não, rendia pouquinho dinheiro (as madeiras), que naquela época não tinha quase valor.

## **ANEXO VII**

**ENTREVISTADO:** João Viana Pereira

Em 1935, meu pai veio de Campo Mourão para Sertãozinho, não existia Engenheiro Beltrão. Só. Era Sertãozinho, ficou meu pai e meu tio, que vieram os dois, pra Sertãozinho, aí ponharam o nome de Sertãozinho. Pois é, primeiro ele fez um requerimento pro Estado, aí depois deu problema de Engenheiro Beltrão com Marimpá. Ele pegou a escritura com o Marimpá, e o Marimpá perdeu a escritura para o Beltrão, aí ele teve que comprar do Beltrão, Sertãozinho. Teve que comprar em Sertãozinho, 42 alqueires, meu pai pediu, saiu 30 pra ele. Essa terra era... era só terra mesmo. A casa quem fez foi meu pai, ele quem abriu as roças primeiro. Tudo floresta, tudo floresta. Depois que ele foi abrindo. Era sete quilômetros pra cá de Peabiru, meu tio com meu pai que abriram as picada e começou administrar aqui Sertãozinho. E depois que o Engenheiro Beltrão ganhou aqui, que ficou a estrada Engenheiro Beltrão pra Maringá. Que num tinha também. Nós levamos porco tocado daqui pra Marilva, é tocado na picada, com cargueiro atrás, com tudo com comida. Nós passava na balsa no Ivaí. Na época que eu tinha mais ou menos uns 10-12 anos. Abriu o que pode, né? Ficou sempre a reserva, sempre ficou, que a terra que era do meu pai é minha hoje. Eu comprei do meu pai, antes dele falecer eu comprei dele. A primeira coisa que meu pai plantou foi café, meu pai lidava muito com safra de porco. Comprava fora também, mas ele lidou mais com café ali. Na beira da pista que é hoje. Hoje não tem mais café, mas era café. Ah! Eu tinha uns 10 anos quando comecei a trabalhar na roça. Fui carroceiro, lidamos muito com cana, fizemos muita rapadura, açúcar. Tinha canavial lá, plantamos cana. Tinha engenho tocado de cavalo. Como assim? Foi derrubando aos poucos, naquele tempo era livre, mas meu pai não derrubou não, tinha que plantar as coisas. A tinha muito palmito, peroba, pau d' alho. Na mata, eu lembro sim. Tinha, meu pai cavalo, tinha animais, vaca de leite, tinha porco. Sim, ele plantava feijão e arroz. A plantação do meio do café era feijão e arroz. O milho era plantado separado, numa terra meio separada. Não, ele não fez a destoca não, naquele tempo a gente plantava no meio dos toco mesmo. Porque não tinha maneira de destocar né? Não é que nem hoje que tem maquinário pra fazer isso, naquela época meu pai não tinha, derrubava e plantava no meio dos toco, mesmo, no meio da roça. Só queimava e plantava. Quase todo o tempo, quando comprei dele ainda tinha café. Quando eu comprei do meu pai. Não, ali era mais... Não. Ali no fundo a gente plantava arroz, né? No fundo do sítio, que era beira d' água, que era terra pra arroz. E milho, né? Plantava arroz e milho e feijão. Coisa de comer. Semente sempre tinha, né? A colheita que fazia um ano guardava pro outro ano, depois que veio as compra de semente que entrou cooperativa. Mas no começo era semente feita em casa mesmo, feita no sitio. Sim, esses porcos vendia pra Apucarana, naquele tempo. Levava daqui pra Apucarana, nós levava tocado. Passava o Ivaí pela balsa, antes de sair a estrada mesmo. Era um picadão que só passava carroça, só, com cavalo. Daqui pra Maringá. Saia em Sarandi ali, pra cá de Marialva. Chovia muito, dava muita chuva, na época da chuva era bastante chuva, dava tempestade mesmo. Derrubava tudo, derrubava peroba, derrubava mato. Caia pau no meio do mato. Ah! Agora eu esqueço, agora. Você me perdoe que eu esqueci. Mas teve uma tempestade que deu aqui no Engenheiro, que derrubou mato, derrubou tudo aqui. Até nessa época eu tava, meu pai foi para Aparecida do Norte e eu era o mais velho da casa, fiquei na casa, eu fui, eu fui empurrar uma janela que abriu e não conseguia empurrar a janela de tanto vento que deu. Aí derrubou casa aqui, aqui no finado Santiago, levou longe aquilo lá tudo. Naquela época a chuva maior que deu foi aquela lá. A madeira era só mesmo pro uso, naquele tempo não vendia madeira, que não tinha quem comprava. Tinha muita madeira e não tinha quem comprava, depois que entrou a compra de madeira. Mas no começo não tinha pra quem vender. Deve ter sido em 1942, 1943 que entrou isso aí, 1942. Vendia por finado Santiago que tinha a serraria. Ah! Tinha muito porco do mato, cateto que eles falavam. Veado, que meu pai caçava bastante. Naquela época tinha muito bicho do mato. Não tinha Araucária, não. Não, por aqui não tinha, nós falava do Agrião, que é ali mais ou menos no posto dos guarda hoje, dali pra lá que tinha o pinheiro. Era pra lá que tinha, pra

cá não. Nós tinha mais ou menos uma base de 10 mil pés de café, daí quando foi ficando mais velho foi diminuindo, né? Plantado de cova nos meios dos tocos, era no meio dos tocos mesmo. Teve um porcenteiro do me pai. Mas era mais nós que tocava. Ele tinha um percentual, meu pai ficava com 50% e ele tinha 50% pra ele. Morava, teve um deles que nós trouxemos pro nosso sítio. Vendia, daqui levava pra Guarapuava, limpava no mojolo, a gente tem um mojolo tocado a água. Limpava o café, daí levava limpo pra Guarapuava. A gente fazia compra em Guarapuava naquela época. Quando eu era pequena. Ia com cargueiro, depois ia com carroção. A gente foi umas duas, três vezes pra lá, pra fazer a compra em Guarapuava, aí vendia o café lá. Tinha água, tem até hoje, que eu tenho o sítio lá, é meu agora. Tinha uma mina d'água muito boa. Foi uma das melhores minas de água que nós tivemos. Naquele tempo não tinha água encanada, a gente pegava água lá no corgo, porque não tinha encanamento, não tinha nada. Depois que veio o rodão que levava água em casa. Mas no começo era tudo lá em baixo. Até pra tomar banho, tudo era acostumado, nós tomava banho lá, tinha uma bica lá onde nós tomávamos banho. Em 1942, 45 e 47 deu umas geada muito grande, a de 47 foi a única que atingiu nosso café, até lá nós não tínhamos plantado café ainda. Sapecou bem o café, não chegou a matar tudo, mas sapecou bem. Foi bem forte aquela vez. Não, a hortelã não. Mas meu pai teve um percentero de hortelã. E depois que eu plantei num outro sítio, que eu tinha um sítio no rio da Várzea, que eu plantei hortelã por um tempo. O que eu possuo hoje foi praticamente dinheiro da hortelã que eu plantei. Não, eu me criei junto com meu pai e ele veio pro Beltrão e eu depois comprei o sítio dele, meus irmão tudo assinou a escritura desistindo pro meu pai. Eu tinha percentero. Sim, era mata virgem. Foi derrubado e plantado, porque a hortelã só dá na terra boa mesmo. Terra já socada assim não sai hortelã, tem que ser na terra boa sempre. Que a hortelã só se planta uma vez na terra, depois não planta mais. Foi 1947. Que foi iniciado o plantio da hortelã. Depois foi até 61-63, nós ficamos de quarenta e pouco até 63. Fiquei bastante tempo com a hortelã. Eu tinha alambique de hortelã, eu tinha tudo, comprei junto com meu pai, depois eu comprei a parte dele e fiquei só pra mim. Alambicava pra fora também, quando tinha vaga, eu cedia pros vizinhos e alambicava pra eles. Comprei em Maringá esse alambique. Eu tinha 8 alqueires no sítio lá, mas depois arrendava terra dos outros e plantava em terra arrendada, aí eu arrendava. Pra Maringá, e vendia pra um japonês chamava-se Tanaka, acho que era o nome dele. Ele vinha de camionete, sempre passava pegando nos alambiques, o óleo, e levava. Vendia o óleo naquele tempo a mil e trezentos, um e trezentos o quilo. Ah! Rendia uma base de 100 – 200 quilos cada corte que a gente fazia, porque tinha um tamanho certo de cortar. O alambique? Ele tinha uma pipa grande, tinha uma fornalha grande de ponhar fogo. E daí fazia aquela pressão na pipa e a gente socava aquilo ali, tinha um tampão, e conforme ia esquentando dentro dele ia destilando e saindo uma biquinha. Primeiro saia água depois saia o óleo puro. Meu pai não quis tirar o café, não. Só teve aquela que eu já te falei de 42, e em 75 deu uma geada grande também. Em 1975 geou bastante. Meu pai plantou café em uma base de uns 10 alqueires do sítio, dos 30, a gente plantava uns 10 alqueires de café, né? Ali era 30 alqueires, foi aberto uns 25 mais ou menos, ficou o resto de reserva né? Mas hoje é menos, ficou menos reserva hoje, foi derrubando mais e ficou menos. Mas ainda tem palmito lá no sítio, tem peroba lá dentro. Na cabeceira da mina. Tinha duas minas muito boas na cabeceira do sítio, aliás, tinha não, tem. Ai tinha pasto nos outros dez alqueires, o resto era mato. Nós plantávamos o milho e plantava feijão dentro do milho, e era só pra despesa, naquele tempo não tinha comprador de milho, não tinha nada. Era mais pra criar porco pra gente vender, que os porco gosta de milho, porco pro açougue, as vezes vendia picado, pra algum vizinho, mas não tinha comércio que nem hoje, não tinha, naquela época não. Todo mundo tinha, né? Era pouca gente que vinha de fora, a maioria era sitiante, todo mundo tinha suas criação. Ninguém comprava um do outro, todo mundo produzia no próprio sitio mesmo. Feijão só, arroz, feijão e milho, era o que nós produzia mais no sitio e o café, né? Não, era naquele tempo fazia uma planta só, naquele tempo era uma planta só, não plantava duas vez. Era de maquininha de mão, de maquininha de mão. Não tinha plantadeira, não tinha nada, não tinha trator naquela época. Depois começou o algodão. Foi mais ou menos em 63-64 que começamos plantando algodão. Ficamos uns oito anos plantando, a gente entrou naquele plantio de algodão



que todo mundo plantou, e daí quando todo mundo começava outro saia também no mesmo ramo. Nós vendia algodão pra Campo Mourão. Porque na época foi acabando as compras do algodão, e aí foi deixando a lavoura, e foi partindo pra outras coisas, a gente foi tirando, foi plantando feijão e milho. E foi tirando o algodão. Era manual, usava uma maquininha nas costas para jogar o inseticida e jogava com a mão também, no pé da planta. Não, não, nunca tivemos não, meu pai cuidava muito dessa parte aí, pra jogar aquele veneno tinha que estar bem preparado, tudo. E não podia ter problema nenhum daí, irritação, se tivesse uma gripe, qualquer coisa assim não mexia com veneno não. Era aquele BHC, o BHC era o bom, que jogava no algodão pra matar. Aí ficou com milho e feijão. Já foi bem depois, o maquinário já foi lá por 1980, por aí, oitenta e pouco, nós começamos a plantar com trator, depois eu comprei o trator, a colhedeira também, aí já comecei a plantar com plantadeira no trator. Aí começou a entrar o maquinário. Até (19)80 era plantado manual. Eu tinha arrendamento, plantava cento e poucos alqueires de soja e algodão. Toda a vida mexi com roça, toda a vida. Aí foi fracassando o café, aí em 75 veio aquela geada e acabou com o café, aí foi cortando, ficando pouco café. Foi cortando. Meu pai teve o café financiado, foi pegar esse financiamento em Guarapuava, veio um engenheiro de lá de Guarapuava fazer vistoria no sitio, tudo foi financiado pelo governo, pra plantar café. Não, o café foi cabando, rancando os pé e cortando, foi acabando. Não, eu vim de Campo Mourão pra esse sítio eu tinha três anos, nasci em 1932, 17 de agosto. Meu pai até me registrou errado, eu nasci dia 17 e ele me registrou dia 14. Ah! Teve uma seca muito brava em 60, pegou muito fogo, mas nós não tivemos problema de pegar fogo em mato, aquele tempo tinha muito problema de pegar fogo em mato, queimava. Foi uma seca muito grande que deu, num chovia daí. Deu, deu sim. Deu muito sol. A hortelã caiu também, porque ela dependia de chuva. É, aí começou a comprar maquinário, comprou o primeiro tratorzinho, depois foi comprando colhedeira, tive arrendamento da Pedra Branca, do município de Peabiru pra lá, eu tocava cento e poucos alqueires de terra. Sim, mas era servicinho pouco, né? Quando eu comecei todo mundo tinha um tratorzinho. Tinha um jeito de plantar. As vezes um emprestava alguma coisa pro outro, trocava óleo, dentro do sitio a gente combina muito bem um com o outro, então nós fazia aquelas trocas um com outro. Um ajudava o outro e nós tocava o serviço assim. Não, só pra comer, só pra comer, porque todo mundo tinha, porque não tinha comercio de arroz. Depois que entrou máquina de arroz, que até aquele tempo só limpava arroz só no mojolo, no mojolo socando. Depois que entrou a máquina de arroz. Aqui foi no Engenheiro, é o... o dono dos postos do Engenheiro, que o primeiro dono dos postos que pohnou a primeira máquina de arroz, é o Paro. Sim, quando comprou a primeira máquina, paguei sete conto, numa máquina de passar veneno em pó, tocado a trator. Mas antes disso aí era nas costas, era a máquina das costas, tocava com a mao. Não, a cooperativa entrou bem depois, a coamo já entrou bem depois. Eu quando entrei na COAMO já era casado de novo, já era casado já. Tinha os comprador, que era o Tulino Paro (?), que vendia pra eles, e eles vendia pra Maringá, pra Guarapuava. Quando eu entrei na cooperativa eu era o 912 da cooperativa. Depois foi da cooperativa, tinha comprador também, que vendia semente também, vinha semente selecionada. Eu comprava do Lazaro da Maná, vendia pra eles e comprava semente deles, que já vinha selecionada, naquela época. Sim, foi assim, nunca teve plantio grande, mas sempre tinha coisa plantada. Meu pai veio de Campo Mourão ali em 1934, e nós viemos de mudança em 1935, meu avo morava em Campo Mourão, eu vim pra cá com 3 anos. Ah! Era no machado, não tinha motosserra, não tinha nada. Era tudo no machado, derrubava tudo no machado. Aquelas madeiras não vendia naquele tempo, que naquele tempo ninguém vendia madeira, aí derrubava e ficava tudo aquelas madeiradas na roça lá, passava o fogo e elas ainda ficava lá. Até pouco tempo ainda tinha resto de Peroba lá no sitio, que apodreceu lá. Era muito grande, dava peroba grande, dava. Mais foi mais ou menos assim a vida da gente, naquele tempo era muito difícil. Dinheiro não existia, naquele tempo era mais na troca, dinheiro era muito curto. Sim, na época que entrou os Marimpá aqui no Engenheiro Beltrão, o Engenheiro Beltrão tava começando ainda, aí entrou os Marimpá. Os Marimpá era de São Paulo e os Beltrão era de Curitiba, que fundou as terras aqui. As terras aqui os Beltrão receberam por serviços prestados pro Estado, os engenheiros

Beltrão. E meu pai chegou a pegar a escritura dos Marimpá de graça, porque ele foi um dos primeiros posseiros daqui. E quando Marimpá perdeu ele teve que comprar do Engenheiro, dos Beltrão, comprou 40 alqueires naquela época, aí ele vendeu 10 e ficou com 30, aonde tem até hoje. Deu, deu. Deu porque os Beltrão perseguia, porque o governador, o José Jupião, que naquela época era governador, ele era a favor dos Beltrão, né? Os outros era paulista. Mas deu polícia, deu tudo, meu pai foi detido, foi preso, foi detido até no rio Ivaí, daí tinha o prefeito de Campo Mourão, foi lá e soltou meu pai. Eles vieram e prenderam aquele povo que tinha as escritura dos Marimpá quando o Beltrão ganhou e perseguiram muito aquele povo. Aí a escritura caducou, aí tiveram que comprar do engenheiro. Mas não houve despejo, não houve nada. Com os posseiros não, os posseiros tudo conseguiram terra. Conseguiram, meu pai tinha muito cumpadre naquele tempo. Mas se o Marimpá ficasse aqui naquela época, que ele tivesse ganhado, o Engenheiro (o município) era outro, os Beltrão nunca ajudou ninguém pra formar a cidade, nunca fizeram investimento igual o ‘marimpazeiro’ fazia, colocaram luz, colocaram rádio, pnharam tudo aqui, no meio do mato. Que eles era um povo de São Paulo. E aí deu confusão naquele tempo, deu bastante confusão, mas daí acabou, acabou, acabou. Não, não, num chegou a brigar com niguem não, mas é que a polícia, a autoridade a favor do Beltrão era contra o “marimpazeiro”. A naquele tempo todo mundo era consciente, todo mundo gostava de mina d’água, e daí veio aquela lei que não podia desmatar a cabeceira das minas, tinha que ser respeitado a mina. Aí veio aquela ordem, que tinha que respeitar, que não podia derrubar o mato também. E daí foi diminuindo, o plantio tinha que plantar de acordo com a lei. Porque se não põem a lei o povo acabava com o mato tudo, né? E os mato faz parte da vida da gente também. Meu pai caçava, eu não cheguei caçar e não gosto de caçar. Mas meu pai caçava sim, porco-do-mato, cateto e eles ia muito na roça de milho da gente, comer milho também. Então meu pai era caçador, sim. A é! Tinha uma onça que tava pegando os bezerro do meu sogro. A onça tava matando bastante bezerro, e essa morte lá deu teve 13 caçador, foi um enxame de gente. Que antigamente todo mundo tinha arma de fogo pra se defender, das coisas, dos bichos. Foi matado uma onça grande, na casa do meu sogro tinha uma fotografia da onça que eles mataram lá. Eu era moleque pequena eu acompanhei eles lá, no dia da matada da onça. A onça pegava muito porco, vinha no chiqueiro pegar porco. É a fome atacava. Essa onça foi muito grande, pegava bezerro, pegava tudo. Comeu um monte de bezerro do meu sogro. O rapaz era caçador mesmo, o rapaz que matou a onça. Era, naquele tempo tinha, naquele tempo era tudo era mato, né? A coisa era tao dificultosa aquele tempo que eles mataram aquela onça lá na beirada do rio da Várzea, eles tiraram essa onça por dentro d’água, num bote, e eles levaram ela em Peabiru para tirar foto dela. Foi muito bonita a caçada dessa onça, que ela tinha matado muito porco e todo mundo queria dar fim nela, pra ela parar de matar porco. Não, dizer que tinha, não. Meu pai era até benzedor de cobra. Mas teve um problema ou dois, que eu me lembre, de cobra, mas a pessoa não chegou a se ofender não. Tomou o remédio, tomou injeção e sarou, não chegou matar ninguém. Não tinha muita cobra. De vez em quando achava alguma, mas não era assim seguido que achava cobra não. Mais era jararaca, que tinha mais na beira dos paus podre seco, elas se enrolavam muito ali, né? Mas nunca deu estrago grande assim não. Nunca morreu ninguém de picada de cobra. Ele entrou em (19)34 e a gente entrou em (19)35, foi mais ou menos uma base de (19)50 que a gente já tinha café pra vender. E o primeiro café que vendia, limpava no mojolo e levava para Guarapuava. Levava o café no cargueiro, nas broaca de couro, o cargueiro tinha uma broaca em cima aí colocava esse café e levava pra Guarapuava e lá ele ia fazer compra, vendia o café e fazia compra. A gente ia pra Guarapuava que era o lugar mais fácil de fazer compra, né? Depois que entrou Campo Mourão. Campo Mourão foi bem depois que entrou. Não, não tinha estrada, não tinha nada naquele tempo. Era só daqui pra Guarapuava, Pitanga pra lá. Eles vieram de lá. Foi meu avô que abriu Campo Mourão. Eles vieram de Santa Cruz do Rio Pardo, do Estado de São Paulo, de lá veio pra Pitanga, e de Pitanga ele veio pra Campo Mourão. Chegou lá ele encontrou os índios lá, os índios revoltou deu trabalho pra eles amansar os índios em Campo Mourão, que só morava índio lá. Isso faz muito tempo, foi antes de eu nascer. Em (19)42, mais ou menos. Era pra Guarapuava, que daí não tinha jeito de passar pra lá. A primeira passada

era pro lado, esse ponto de baixo aqui. E depois que saiu o porto da Bananeira que eles falavam. Meu pai sempre mexeu com terra só, não tinha outra profissão, só com terra. Tinha criame de porco, comprava porco, vendia porco, comprava boi. Sim, comprava. E daí vendia pra Apucarana. Naquele tempo o comércio era tudo em Apucarana naquela época. Ia tudo tocado daqui, pra Apucarana. Ia acompanhando os porcos soltos, ia com cargueiro de comida atrás e ia tocando a porcada. Fazia, cortava aqueles ramos pros porco dormir, que tava cansado, aí ficava deitado tudo dormindo. E a gente dormia debaixo dum barraco no cargueiro. Ah! Isso foi tempo! Foi bastante tempo! Eu não lembro mais foi bastante tempo vendendo pra Apucarana. A meu pai lidava com uma base duns 200 porcos vendendo por ano assim. Engordava o porco solto na roça. Eu cuidei de muito porco quando eu era solteiro. Fiquei muito tempo sozinho cuidando de porco. Fechava de noite, de tarde, e soltava de manhã cedo pra comer a roça. Cortava muita abóbora, ponha sal e dar pros porcos comer. É, daí depois que foi entrando outros serviços e foi mudando daí. Depois que começou Maringá, ficou mais fácil né? Vendia pro frigorífico em Maringá. Eu fui associado no frigorífico de Maringá por muito tempo. Ah! Foi em 1975. Não, foi antes, 71 ou 72. A gente não lembra mais certo, quando passa o tempo. Eu trabalhei pra mim três anos antes de casar, eu ajudei meu pai. Ajudei com o café. E depois que eu consegui. O primeiro dinheiro que consegui foi no Alto Piquiri, no município de Umuarama, pra lá de Umuarama quer dizer. E lá eu consegui uma posse de 10 alqueires e vendi por 49 contos. E daí eu vim e meu pai tinha dado os café dele porcentagem pra outra pessoa que ele tinha de tocar café. Aí eu comprei a porcentagem do café e daí com aquele dinheiro foi indo e eu comprei do meu pai. Meu pai depois mudou pra Beltrão (cidade). Quando eu comprei dele, ele já tava aqui no Engenheiro. Sim, parou, parou, ele era aposentado já também. Continuei tocando café. Meu serviço sempre foi na roça. Só trabalhei pra mim. Eu sempre fui de opinião, lutei sozinho. Nunca fui empregado de ninguém. Eu tinha empregado por mês que me ajudava, que morava no sítio. Tinha uma casa pros empregados. Só tinha gente sozinho, solteiro. Eu quando plantei hortelã eu tinha 25 famílias, que eu fornecia eles. Quando eu tocava cento e poucos alqueires de algodão, não de hortelã. No hortelã eu era porcenteiro. E uma parte eu tocava por conta própria. E fazia serviço pra eles, fornecia eles. Essas 25 famílias eu fornecia eles, tudo mês. E daí eles me ajudava, eu pagava eles por dia, pra me ajudar a tocar lá. Hortelã é uma planta que começou aqui no Beltrão com os comprador, japonês, que mexia muito com hortelã. A gente comprava, primeiro, pra começar a gente comprava a raiz da hortelã. Arrancava e plantava a raiz de cova em cova. O espaçamento era na base de um metro de uma cova pra outra. Daí eles fechavam, ia soltando aquela raiz e encontrava tudo. Aí uma base de seis meses, daí por ai pra colher, pra começar a cortar. Não, rebrotava. Cortava e rebrotava tudo daí e formava tudo daí. O primeiro corte era mais ralo, daí ia encontrando tudo. Era cortado. A cada noventa dias a gente podia cortar. Depois do primeiro corte, noventa dias. Naquele rama mesmo. Aí ia pro alambique e alambicava na pipa. Eu puxava, naquele tempo tinha carroção com o cavalo. Mas é, minha vida foi, agora não, agora eu não trabalho, mas eu trabalhei muito na roça. Vish! Eu quando plantei o café, que eu casei de novo, minha mulher levava comida na roça, eu não vinha comer em casa. Eu tocava 10 mil pés de café sozinho, só ocupava gente pra ruar e colher. No mais eu fazia tudo sozinho. A gente trabalhava muito naquele tempo. Hoje a gente vê esse povo trabalhando tudo na moleza, mas naquele tempo era difícil. Mais ou menos, eu tinha arrendado lá perto da Venda Branca em Peabiru eu arrendei. Eu tocava aquilo e tocava em casa também. Não! A hortelã eu toquei só no meu sítio só. Só no meu sítio, eu não toquei terra pra fora não. Não arrendei terra pra hortelã fora não. Tocava só no sítio. E daí tocava o meu e alambicava pra fora, cobrava 20% pra alambicar. Aí eu arrendava, tinha vários arrendatários. Eu tinha arrendatário, vendia pra Campo Mourão, pros irmãos Pereira, saída pra Goierê, pra lá de uma máquina de arroz. O algodão eu vendia lá. Não, meu dinheiro foi mais da hortelã. E do café, vendia bem o café. Depois parece que o café baixou e acabou o interesse de comprar café, né? Daí acabou. Eu tirei o café depois da geada de 75, aí comecei a destocar o café. Foi desanimando também, fracassou os comprador. Eu vendia muito café Zé Antônio. Foi antes da COAMO, ele era nosso comprador de café, soja, vendia pro Zé Antônio. Não, meus

filhos que toca lá e planta soja e milho só. Mas é a vida da gente que é assim, cada um é cada um.

## **ANEXO VIII**

**ENTREVISTADO:** Geraldo Castro Vieira (CD/Arquivo 9)

Na época? O processo pra adquirir? A tramitação.... Veja bem, quando nós chegamos em 1951, no final, já estava legalizada a o sistema de picadas com demarcações, com piquetes, antes de nós chegar um pouco, a briga era muito grande, grande, com os Maripás e a Empresa Beltrão. Tanto é que a briga foi tão acirrada que houve uma desavença tão grande que eles tocaram fogo na serraria do Santiago, tocaram fogo na Igreja Católica, na matriz, entre outras destruições mais, coisa feia. Foi em Engenheiro Beltrão, pro poder de terra, isso foi um pouquinho antes de nós. No caso, por exemplo o Antônio Brunetta, a fazenda Scipione, ali na em frente a Ivailandia, a fazenda Regina, ali, aquele setor ali, é, ali foi legalizado mais rápido, porque o Sr. Antônio Brunetta, eles já entraram no final de 1946 e já compraram e já registraram essa escritura. Ali já pra Chapadão, pro lado de Engenheiro Beltrão, a briga ali era muito grande. Tanto é que tinha politico no meio, né? Acabei de falar do dr. Acioli Filho<sup>1</sup>, foi deputado, antes ele era advogado do governo, pra defender as contas do governo. E ele ganhou uma questão no qual, a empresa Beltrão paralelo e divisa com a serraria que tinha do falecido Santiago, chamava-se fazenda Valderez. Foi doado pra ele, porque ele ganhou a questão, essa questão acirrada da briga Maripá e Engenheiro Beltrão. O começo eu não posso dizer porque eu cheguei era criança, e já tava acontecendo coisas velhas, né? Mas quando nós chegamos aí já tava normalizado, todo mundo já comprava e pagava à vista, não tinha prazo. Era à vista, e já ia pro cartório. Já ia pro cartório, era em Peabiru o cartório, vinha em Peabiru pra... pra passar a escritura e registrar, porque a comarca de Peabiru é mais velha que a comarca de Campo Mourão, lá saiu.. primeiro era comarca lá. Aqui não tinha comarca, era lá em Peabiru. Então toda a região vinha ali. Quinta do Sol, Corumbataí, Araruna, Terra Boa, era tudo dependia aqui, de Peabiru. Sim, se comprava terra, comprava terra, tinha muita terra ainda, muita terra pra vender, berrando ali o Rio da Varzea, aqui, de Engenheiro Beltrão pra baixo, ali, era a coisa mais linda, a mata que tinha ali. Não, não, não. Ou era mata, igual nós compramo, tudo mata, era tudo mata virgem, né? Nós encontrava com as onça no meio do caminho, com os filhotinho, com manada de cateto, de porco do mato, né? Manada de capivara, era tudo, derrubado tinha a parte ali da frente da Ivailândia, que era a fazenda Regina do falecido Gabriel Scipione, descendo mais, indo pra Maringá, do lado esquerdo também era fazenda Aliança, que é dos Brunetta, né? Do falecido Gab... do falecido é.. Henrique Brunetta, né? Que era o pai do seu Antônio Brunetta. E do lado direito, até na Mandijuba, era tudo mata, mata, mata virgem, até na beira do rio Ivaí. Depois foi entrando o pessoal, foi abrindo, abriu a Mandijuba, alguns pedaços. Ali do lado direito, onde tá construindo a COAMO agora, né? Foi aberto ali, acho que 53-54. Foi plantado café, família do Constantino Pietrangelo, que era o administrador da fazenda Chapadão. Aí ganhou dinheiro lá na chapadão e comprou terra, pra baixo de Ivailandia ali, indo pra Maringá ali, antes de chagar na Mandijuba. Aí foi derrubando. Pra cá, a fazenda Chapadão já tinha uma parte derrubada, depois derrubaram mais, até completar um milhão de pés de cafés, na época, né? Olha, quando nos chegamos, a madeira, toda a madeira nossa foi, 90%, nós vendemos pro seu Antônio Brunetta, que ele tinha a serraria muito grande. Madeira de lei, de primeira, pra móveis, como Marfim e Cedro, nós vendíamos pra um Sr. que até faleceu, que morava aqui, o seu Antônio Florêncio. Ele tinha aquela máquina, depois de muito tempo ele montou aquela máquina de café lá em Engenheiro Beltrão, descendo pra Quinta do Sol, do lado Esquerdo, ali, em frente a COAMO, ele tinha a máquina de café é, mas antes de ele montar a máquina de café, ele tinha três caminhões, e comprava cereal e madeira. E a madeira de lei, nós vendíamos pra ele. Que era pra móveis, o marfim, a ..marfim, o cedro, essa madeiras aí ia tudo pra São Paulo, ele..., ou Presidente Prudente, pra fábrica de móveis, ou direto pra São Paulo, Santo André, ele levava pra lá, pra vender pra lá. E era muita madeira, porque.. uma região rica, né? Tanto é que tem exemplo né? Conhece a reserva, né? De Engenheiro Beltrão? Olha que coisa mais linda aquela mata. Lá é virgem, lá é virgem. Então...

Cedro, marfim, peroba, canafrista (canafristula), a gurucaia e é.. o guatambu, é o guatambu, e aaa... o louro, né? Louro, móveis lindo o louro, parecido com a Caviuna. Tinha caviuna também. Não, e ali logo de Sertãozinho pra frente, ali não tinha, você não achava um pé. Porque já de Sertãozinho a terra já começa de ficar diferente da terra roxa, é vamos dizer, é setor ali de Engenheiro Beltrão, até o rio Ivaí, é do lado de lado rio da Várzea, que pega ali Quinta do Sol, Fênix, que é o mesmo tipo de terra, que é uma do grande vulcão que teve na região, né? E é terra basáltica, ali, né? e já pra cá, não teve vulcão, se teve foi de outro tipo de vulcão, que saiu essa formação de terra aí. Tanto é que a gente tem um exemplo ali, as águas quentes, sai água quente até hoje, né? Deve ter tido um vulcão muito grande ali que ainda tem alguma coisa que possa ser identificado, mas não tinha, Araucária não tinha, de Sertãozinho pra cá. Além disso, mesmo tendo Araucária dessa região que eu falei, é.. é constatado, até hoje tem terra, mata virgem aí, o mesmo padrão de árvores que tinha na terra roxa do município de Engenheiro Beltrão. E parte ali de Terra Boa, que encosta ali em Ivaílândia, naquela reserva, é como eu falei, aqui você encontra também nessas matas aí, igual Campina do Amaral, que essa região tem Peroba, Cedro, Louro, Canafrista, né? E gurucaia, tem todos essas madeiras também, mesmo sendo região que é..é... como é? Região do pinus, não, do pinus não, do Pinheiro. Né? Araucária, né? Encontra essas madeira de lei também, mesmo na nossa região aqui, nós temos ali, por exemplo, no sítio nosso ali, da Beatriz, “cê” encontra Cedro, “Cê” encontra peroba, aí na Campina do Amaral, e não tem nada haver com terra de Engenheiro Beltrão. É totalmente diferente. Era tudo no machado e na serra manual, né? Serrador como a gente falava. Serrador chamava. Olha, com precisão, com precisão. Com precisão, você com... fazendo serviço de limpeza, é pra roçar de baixo das árvores, cê gasta em média de doze a quinze dias, trabalhado com a foice, pra limpar. Se é menos, se é mais limpo, huumm... de oito a dez dias, agora, se é fechado, igual nossa região que era fechado. Até quinze dias, só pra roçar, e oito dias, de oito a noive dias pra fazer a derrubada completa. Com o machado, não se usava serra, pra derrubada não usava a serra, não usava serra pra cortar as toras, pra poder ir pra indústria, pras serrarias. O resto pra fazer derrubada, primeiro era com a foice, fazia limpeza total, bem limpinho, né? Limpava em volta das árvores, pra você chegar com o machado. hum...depois cê esperava mais ou menos é, de 30 a 45 dias, se fosse chuvoso demorava mais, as vezes até brotava, havia brotação e você tinha que ir lá e esperar secar, mas se desse, igual quando nós chegamos, que ficou sete mês sem chover, quem fazia derrubada com 40 dias, 35, podia atear fogo que não sobrava nada, os galhos miúdos das árvores, queimava tudo. Sobrava os grossos, a torra, e os galhos mais grossos. Os finos, é o fogo limpava tudo. Não, não, o fogo é o último. O fogo é o último, não... Porque o os galhos das árvores, os fino, a gente fala rebaixar né? Rebaixar os galhos. Cê derrubou a árvore, aí se vai lá com o machado, ou mesmo com a foice, cê rebaixa aqueles galhos, pra baixar, pra secar. Aquilo lá o fogo vem e come tudo. Depois de derrubado, roçado primeiro, derrubado, rebaixado os galhos das árvores, cê só não cortava os galhos mais grosso. Que não havia necessidade, né? Era vendido pras serrarias, as que não era madeira de lei ficava até apodrecer. Vinha, vinha buscar, a gente fazia as estradinhas no meio da roça, né? Da derrubada, né? E daí carregava nos caminhão próprio de torra. Não havia destoca, aaa, não, a destoca começou na época da ditadura, quando o governo Castelo Branco, o falecido ditador Castelo Branco, iniciou a indenização dos cafeicultores, é pra quem quisesse fazer lavoura branca, que a gente fala, né? Plantar milho, arroz, feijão, trigo, e assim por diante. É... e também quem erradicasse o café, que o banco do brasil pagava não podia mais plantar café. Era totalmente erradicado. Plantava com a mão, era com a maquineta, as máquinas, volpini, né? Máquinas volpini, aquelas de ferro, as outras volpini também, de madeira. Era tudo manual, pra plantar. Tinha a serraria do Brunetta, né? Mandava madeira pra São Paulo, os caminhão vinha buscar né? Ia muito pra Curitiba, essas madeira não tem no Sul, né? Essas madeiras, as madeira de lei ia pra lá, né? Antes de 64. A máquina era, uns falava matraca, outro, máquina, planteira, plantadeira manual. Plantadeira manual, tinha a fábrica em Marília, ela era Volpini, né? Plantava milho, feijão, trigo.. Sim, eu plantei trigo. Nós plantava trigo, em 1954 nós colhemo trigo. Trigo, só que não tinha pra quem vender, nós vendemos, inclusive pro Seu Henrique Brunetta, pra... que ele tinha criação de

porco, pra fazer ração, misturava com milho, não tinha comprador, nós já plantamo trigo 1954. E... no meio do café. É sim, plantamo trigo. Plantamo trigo, plantamo eu me lembro, 30 litro e colhemo muito trigo. É um trigo que tinha, a variedade era francesa. Se chamava Fontani. Fontaine. Fontaine. Artesanal tinha, o do seu Alvino Foiser, do Sussuí, que tinha um moinho, né? Que é tradicional, conhecido como mó, era mó, e... então ele fazia, moía a farinha, mas saia farinha preta né? Porque não era igual sai a farinha branquinha hoje, que tem as maquina pra tirar as casquinha primeiro, não, era moído, fazia quirela, limpava arroz, limpava tudo nesse... na mó! Né? No moinho tradicional que é milenar, né? Inclusive. Sim! Arroz. Arroz no meio do café, a gente plantava. Já era café, lavoura de café. Nós já tava, plantava no meio, plantava do lado assim, a leirinha, né? Lá no meio do café, plantava dos dois lado, plantava, milho no cordão. Que a gente falava o cordão. Depois de 64 começou. 1964 começou. Depois, 64.. O trabalho era feito com trator de esteira, né? Trator de esteira, trator de esteira, aqueles importado, americano, Catterpillar, né? Era o mais usado na época, hoje tem outras, outros.. outras marca, né? Mas na época era o Catterpillar, D7, o D8, não tinha árvore, não tinha toco que eles não arrancava. Não, cavava em roda, ele vinha com os bico, com a plaina, né? Aquela plaina na frente, né? Ia cavando, depois empurrava até tirar os toco. Demorava as vezes um hora, duas hora pra tirar um toco, por exemplo uma árvore, por exemplo, o tamburi. Eu acho que te contei... A! Eu te mostrei as fotos do tamburiu no caminhão? Aquelas tora grandona de tamburiu, tem o que, 2 metro e pouco de grossura, “cê” imagina, a grossura... Demorou três horas, foi marcado no relógio. O tratorista demorou três horas pra, pra rancar aquele toco, era muito grande, ele aprofunda dentro da terra. Na época, na época, já demorava menos porque tinha muito toco que já tava podre, né? A máquina chegava, já encostava, já saia empurrando, né? Então, mas quando pegava nas madeira de lei, como marfim, gurucaia, canafrista, peroba, e outras mais, né? Aí demorava, porque, aquilo lá demora anos pra apodrecer, na terra. A tá... Daí, era enlerado, fazia leira, né? Os cordão. É... distancia mais ou menos de cem metros, empurrava por exemplo, cinquenta metros pra cá e cinquenta metro pra lá. Ai ficava limpo o chão, igual isso aqui (apontando para o chão do laboratório). Ficava limpinho. Aí algum coisa sempre sobrava, aí a gente vinha com a carreta, andando devagarinho, com quatro, cinco pessoa catando no chão e jogando dentro da carreta, os pedacinho que ficava. Pra poder entrar com o arado ou ca grade, né? E essa madeira era bem leradinha, com o trator de esteira, né? Bem leiradinha, depois tocava fogo. Queimava o que podia queimar, queimava. O que... aí ia apodrecendo com... o nosso foi muito rápido, ali, porque com três ano, quatro ano, a gente, já tinha acabado tudo. Que a gente, daí meu pai comprou um trator e tinha uma plaininha na frente, e eu, o Luis Carlos, a gente ia fechando cada vez mais, pra ficar menos e ia tocando fogo. Até acabar. Porque tinha que limpar, né? Tinha que derrubar tudo para ter a terra limpa. Nesses tronco cortado? Rebrotava muita árvore, mais “cê”, “cê” quebrava os broto. Broto... Peroba não brota, peroba não brota, mas, canafrista, gurucaia, é loro não me lembro se brota. Guatambu brota, sapuva brota, tudo essas madeira brota. Muitas brota. Quando brotava e tava desse tamanhozinho (20-30cm – mostrou com a mão), quebrava com a enxada, ou a foice, né? Chegava lá e quebrava, o broto é fácil, né? As vezes até com a mão dava pra tirar. Não deixava. Olha, a colheita era feita tudo manual, igual a nós, já na época, o papai plantava dezesseis alqueires, né? Então, é... no meio dos pau era complicado pra, pro feijão, tinha uma variedade de feijão que chamava oitozinove. Ele criava muito cipó, ele enrolava tudo nos galho, era complicado. Então tinha que ter paciência, ir puxando, né, e plantava outras variedade como rosinha, feijão chumbinho, né? O mulatinho e não existia ainda o feijão carioquinha, não tinha essa variedade, foi muito depois que apareceu. E pra poder tirar essa mercadoria lá, a colheita, pra fora, mas por exemplo, no caso o feijão, no caso o feijão. A gente limpava um pedaço grande, e tinha um pano né? Aí se forrava lá, quinze metro de comprimento por oito, dez metro de largura, né? “Cê” limpava, deixava igual isso aqui (apontando pro chão), aí a colheita do feijão, por exemplo, você arrancava o feijão, deixava bem seco o feijão. Mais dois, três dia, já dava pra você juntar o feijão e trazer pro pano pra você bater. Era, a colheita era feita, no... chama cambau. Ou varo, também com a vara, corta uma vara cumprida, né? E cê vai batendo fazer, pra debulhar o grão. Não existia, não



existia máquina, mecanização. Daí, daí é... o meu pai como era amigo de um Sr. que veio de brodoski??? do estado de São Paulo, era marceneiro, ele fez uma abanadeira, um abanadeira pra abanar esse produto, no caso o feijão. Então a gente levava, já, a abanadeira, do lado do, do, daquele terreirão que a gente fez lá de pano, já juntava, ensacava e outro, três, quatro pessoa já ia preparar o outro terreirão de feijão pra bater. Enquanto preparava e começava a bater lá dois ia abanando o feijão. Colocava na moega em cima, e saia limpinho. Tudo na peneira. Tudo na peneira. Não tinha já em 1900 e... a bom, o milho é a mesma coisa, o milho era diferente, o milho você fazia a colheita do milho, trazia pro carreador que a gente fala, o carreador mestre, que é a estradinha da propriedade, aí “cê” fazia o monte ali. Lá, no caso nosso, lá era quinhentos metros, a gente andava quinhentos metro com o balaio nas costa e fazia o monte. E na época era muito fácil vender o milho com palha porque meu pai vendia tudo aqui pro, pro Trombini aqui de Campo Mourão. Eles ia buscar lá, porque eles tinham é.. juntas de boi, pra puxar as tora, aonde não dava pra caminhão entrar. Nos buraco, eles cortava, e os boi precisava de alimento, então meu pai vendia o milho. Chegamos vender 450 carros de milho, pros Trombini, e tudo, tudo manual. Tudo no meio dos pau. Meu pai vendeu, foi o primeiro, depois seu Antonia Brunetta, vendeu um pouco, o falecido é, é... kokuma Tokicava?, que comprou a fazenda vizinho nossa, ali, a Fazenda Paraíso. Ele chegou vende milho em palha pros Trombini na época. Tinha que debulha e procurar comprador em Maringá, que era a única maneira. Era a única maneira pra vender. Tinha um alemão que chamava Ernesto Pettersen, ali no Sussuí que tinha uma trilhadeira linder, fabricada no Rio Grande do Sul, ele, ele trilhava pro pessoal, inclusive feijão ele batia, mas só que, bater feijão com essa máquina, ele quebra. Parte o feijão no meio, fica a bandinha. Então a gente preferia bater tudo no cambão. Porque não quebra. Bom, veja bem, a...Eu vou começar pelo milho. O milho, no milho, existia um milho que chamava hibrido argentino que era muito bom, muito produtivo, nós chegamos colher como se fosse hoje, que não fosse mecanizada na época, que se não fosse beneficiar esse milho em grão, debulhar, daria de 400 a 450 saco na época, por alqueire. Porque ele era muito produtivo. Espiga grande, 15, de 15 a 17 carreira de, de, de... de milho, de grão né? Era, chamava híbrido argentino, só que eu não sei a origem dele. Se realmente era argentino ou foi o Instituto agrônômico, aqui no Brasil, no caso... tinha o instituto campineiro, de Campinas, como tem até hoje, né? O Instituto Agrônômico de Campinas, no qual meu irmão é agrônomo, faz parte até hoje, né? E ele... então vinha essa semente é a gente conseguia, é... em Maringá, depois, essa semente, você mesmo fazia, você pegava a espiga, descascava, porque não era igual a hoje, esse milho que você plantar hoje não produz, não produz. Se tem que depender das multinacional, comprar milho deles, né? Como a Pioner e outras variedade. Então você pegava, pra ficar um milho bom, selecionado, que que se fazia? Cê pegava a espiga, a de milho, né? Aí você com a mão, isso tudo com a mão, cê fazia assim (como se torcendo as pontas da espiga), tirava um pouquinho daqueles grão miúdo que ficava na ponta, do pé cê fazia um pouco assim. Só aproveitava o meio. Já sai uma semente selecionada. Padrão, mais ou menos o grão do mesmo tamanho. Porque na hora de você plantar, você regula a plantadeira lá, a plantadeira manual, você vai regular ela pra soltar três quatro grão por cova, por pezinho, de 40 em 40 cm, 50.. um, um pesinho de milho ali, que aonde vai germinar três, quatro pé. Esse é o milho, né? Então nós vendia, no caso, pera lá. Caso de trilha o milho pra vender acho que meu pai só trilhou umas duas vez só. O Resto foi tudo vendido pros Trombini aqui. Agora o feijão, o feijão era plantado também, o vizinho lá, o sue Jose Gonçalves lá tem feijão, lá. Aí nós ia lá e pegava aquele feijão dele pra plantar. Você tinha feijão rosinha, “cê” fornecia pra mim ou trocava. Eu tinha o paquinho, te dava uma lata de paquinho, “cê” me dava uma lata de rosinha. Aí se plantava várias variedade. Dezesesseis- dezessete quilo. É... 20 litro, né? Uma lata de vinte litro, né? Mais ou menos, 700 gramas mais ou menos o litro, né? O café, o café era... já vinha selecionado, o café já vinha em despulpado, chama despulpado, não é em grão. Ele é despulpado, né? Tem só a casca que protege o grão que vai germinar, aquela casca de fora não tem. Então é café despulpado pra fazer o plantio. Então aí, o...o... pra plantar o café, aí tinha que fazer é, as cova né? De quatro em quatro metros. A gente faz 16 palmo, mais ou menos, 16 por 16, aí faz as rua, né? Faz a cova de 40, e 30-35 de fundura. Daí o plantio, o

plantio é feito na cova, Aí se faz um risquinho lá no fundo assim, outro risquinho assim. Aí você colocava a semente no fundo, aí você cobria de terra, um tantinho de terra assim, aí vinha com a madeira, as isquinha de madeira, como se fosse pau de lenha, desse tamanho assim, pra cobrir a cova e proteger. Proteger de animais, proteger de, inclusive de cobra, cobra gostava muito de entrar dentro das cova de café. Então com mais ou menos 60 dia esse café já nasceu, já germinou, já tá com 60 dia, ele já deve tá de 4 folhas mais ou menos, aí você começa a abrir um pouquinho da madeira pra entrar os raios solares, pra... Pra planta crescer. Depois quando ela encosta na madeira “cê”tem que tirar, porque senão chega ali ela começa a dobrar, então tem que tirar a madeira, e... Quando está mais ou menos com um ano, mais ou meno, esse café tem que tá mais ou menos com a base de 60 – 70 centímetro já. Aí “cê”entra com a enxada, vai aterrando as cova, já, vai aterrando, aterra pra dali pra cima fica o pé pra fora, embaixo tem que tampar aquela cova. No milho você ia com a plantadeira, punha mais ou menos.. Quarenta e cinco- cinquenta centímetros. Que ia dar em média 9, 10 pés por metro linear. Se punha três, quatro muda aqui, três, quatro mudas em cinquenta centímetros e três mais lá, três, quatro, vai dar onze,né? Se for três, quatro, três, quatro. Mas nunca cai igual, as vezes cai três, as vezes cai quatro. Dois nunca cai, muito difícil. Muito difícil, cê regulou pra três, quatro, quando a semente é padrão. Cê vai três, quatro, três quatro. Na largura, nós plantava de oitenta – noventa centímetro de ruas. No feijão era no mesmo sistema, plantando com a matraquinha, de 30 em 30 centímetro, um pezinho, uma ba... aí é menor, o feijão, cada 30 centímetros. Toc, toc, toc, toc... E a largura no máximo uns 60. De... entre linhas. As vezes dava mais, dava menos, porque no meio dos paus, como é que cê vai... hoje não, mecanizado, tem as máquina, mas se fosse manual, na terra mecanizada igual aqui, cê vai andando aqui, quando cê vai voltar com a outra rua cê, cê vai olhando, nunca vai remontar. As vezes naquele tempo, as vezes, podia até remontar, porque você não enxergava, no meio de lavoura nova, né? Tinha muito húmus, As vezes cê atrapalhava, as vezes, cê tava até em cima da outra rua, cê tinha que vim pra cá, aí pra esquerda ou pra direita. Era complicado as vezes, tinha que ter muito capricho. E um olho de águia. Pra ver onde é que tinha plantado. Olha, até 1969, foi o primeiro plantio que a gente fez mecanizado, até ali a gente nunca usou, nunca usou veneno, só usou veneno no algodão. NO plantio de algodão. Milho, trigo, é, feijão, cê nunca viu, nada. Zero de, de herbicida, zero de inseticida. De 65 a 69. Veja, o algodão já foi depois da erradicação do café, da erradicação do café. Os inseticidas que a gente usava? BHC, usava o BHC e usava é... como é que chamava o outro? Aldrin. Usava aldrin. Já... Tinha aldrin, tinha BHC, tinha Aldrin, tinha. Mas o mais, 90% era o BHC, aquele em pó. Com a máquina costal. Costal. Nenhuma, zero proteção, tanto é que morreu muita gente envenenada. Inclusive eu mesmo fui parar três vezes, hospitalizado, com intoxicado com... Quando a gente ficava... só na época do algodão fui 3 vezes. Três vezes, usando tanto o BHC, como o DDT. Os sintoma? É... vômito, muito vômito. É, esfriamento no corpo, esfriamento, porque mexe 100% com o metabolismo humano. Aí a pressão cai, e cê começa a lançar vômito é pior ainda. Tem que correr pro médico, foi o meu caso. E... eu já tinha o armazém ali, em Sussuí, eu ajudava, eu tinha plantação e ajudava meu pai também. Além da minha lavoura, eu ajudava a passar veneno no meu pai. E... daí a agente era internado no hospital do doutor Linhares. Em Engenheiro Beltrão e era medicado, dois, três dia ficava internado lá, tomando soro, com produtos anti... é... como é que fala? É... Pra proteger o organismo pra não ter perigo de morrer, né? Porque era morte certa, se a pessoa não procura, morre mesmo. Não, não me lembro. Corria o boato que muitas pessoas morreram envenenada, por falta de recurso. Por falta de recurso. Não tinha bicho, começou aparecer pulgão, o pulgão por exemplo, no caso do trigo na lavoura mecanizada, começou a aparecer ali na década de 70, quando a gente começou a plantar trigo. Trigo, soja, trigo, soja, trigo, soja. Não tinha na época. O... o seu Henrique Brunetta arrumou pro meu pai. Foi ele que trouxe do Rio Grande do Sul na época, e.. e daí ele arrumou pro meu pai. Um... não sei se foi 20 litro ou 30 litro. Não me lembro, eu sei que foi a coisa mais linda no meio do café. É mais ou menos igual arroz, bem pertinho, bem pertinho. Jogava aí 15, de 15 a 20 semente, né? Cada burquinho, cada plantada, né? E... depois ele virava aquelas toceira, porque perfila, o trigo perfila muito. Uma toceira, cê planta 20 grão, por exemplo, um touceira pode chegar até 100 caixa de

trigo. Oitenta, noventa perfilo. Por alqueire? Tenho, tenho, caso o feijão... Tá... Então, a gente, a semente era semente caseira, né? Não existia semente selecionada, a gente as vezes, o vizinho tinha uma variedade que eu não tinha, a gente trocava, ou comprava, daí pra você ter a semente, pra plantar no ano vindouro, você guardava na tulha a sua semente, tanto o milho, o arroz, do feijão, já era tudo entulhado na tua tulha. Cê guardava, punha dentro do saco, seco, bem seco, deixava alto do chão pra não pegar umidade, então cê tinha semente pra plantar o ano que vem e assim por diante. Produtividade do feijão, era alta, nós colhia muito feijão. Meu papai, nos primeiro 12 alqueire que nós derrubamo, nós enxemo tudo de feijão, e levamos muita sorte em 1954, não perdemo nada com chuva, nada, nada. Zero, e chovia, só que nós tinha muita gente, e meu pai muito esperto, pegava gente lá em Ivailândia. Pagava por dia. E... e... e o pessoal inclusive achava até ruim com o meu pai que meu pai pagava mais, que na época a diária era 25, na época, 25 cruzeiros, meu pai chegava a ofertava 30, 35, aí ajuntava gente assim ó... pra, pra trabalhar pro meu pai. Homens, mulheres, né? Ia um monte de gente, então nós não perdemos feijão. Só pra complementar, porque nós não perdemos feijão. Porque o falecido Gabriel Scipione, da Fazenda Regina, é... viu a ocasião que tava vindo chuva, e nós com um monte de feijão já amontoado, e não tinha com o que cobrir, e ele como era plantador de café tinha um encerado, ele viu nós lá naquela dificuldade, ele parou acamioneta e ofereceu pra nós o encerado. 'Ó luiz, carlos - o meu irmão- cês tem alguma coisa? Não, não temo pra cobrir. Então sobe aqui na camioneta, vamolé na fazenda lá, vamo busca o encerado.' Uns dez, doze encerado, tudo grandão de 7 por 7, grande mesmo, e nós cubrimo tudo, calçava com madeira pra não ter perigo de vento levantar. E era nossa sorte, e foi a nossa sorte. Então e essa produtividade chegava muito alto pro causa dos cuidado, por causa dos cuidado que a gente tinha, chegava, chegamos colher a base de 90-100 sacos de feijão por alqueire. Teve um ano que colhemo 1300 saco de feijão nesses, nesses é 12 alqueires, é o feijão, o feijão jauro, o rosinha, o feijão paquinho mineiro e o feijão o oitosenove. Só que era um feijão bem difícil pra, porque ele enrolava tudo no café, cipó de três metro. Ia crescendo e ia dando vagem, produtividade muito grande. Então a gente chegou até colher mais de 100 saco por alqueire de feijão já na época. Não era mecanizado, tudo no meio dos pau. E nunca usamo herbicida, nunca usamo adubo nem químico e nem foliar, nada, era na mão de Deus, na natureza. Feijão era isso aí. A produção do milho? A produção do milho era grande, porque a gente plantava muito esse milho híbrido argentino. E.. a gente colhia mais ou menos assim, a média de 38-40 carros de milho por alqueire, e cada carro de milho é 40 balaios. Na medida oficial. Medida paulista, medida mineira, e isso dá de 12, se o milho for bom dá de até 14 saco por carro. Agora veja bem, se você colhe 30 carros de milho por alqueire, vezes 13 saco, dá 390 saco de milho por alqueire, aquilo que eu te falei, chegamos até passar de 400 saco por alqueire. Que colhemo na época. A produtividade era muito alta. Não, nada, nada. Era matéria orgânica, natural, da natureza. Tinha 30 centímetro, oo professor, 30 centímetro de húmus essa terra, era muito húmus. Todo ano a gente colhia a mesma coisa, 54,55, 56... Era muito alta a produtividade do milho, de feijão. Não tinha doença, não tinha doença, não tinha inseto que afetava, não tinha pulgão, não tinha bactéria nenhuma que atacava como tem hoje, né? A... tinha vários tipos de cobra naquela, tinha... é raça que fala, é raça? Espécie, é tinha várias espécies de cobra, é... eu só vou contar uma história, que é bom, que é pra quem, pro ser humano que tem fé naquele que é o Nosso Criador, é... no dia, no dia da semana santa, no dia da semana santa, era quinta feira, nós tava acostumado sempre não trabalhar, e aquele dia meu pai tava muito apurado, e ele falou hoje a gente vai trabalhar o dia inteiro. Era uma quinta feira, véspera da sexta-feira da Paixão. Eu mesmo fui como católico, eu era Mariano, eu falei "Pai, não vamo faze isso, vamo respeitar. 'Não vamo trabalhar'". Parece que foi a mão de Deus, não houve nenhum acidente, nem incidente de cobra, de picar nenhum, mas depois do meio dia, do almoço, que nós almoçamos, do meio dia até as quatro horas mais ou menos aí meu pai pegou e mandou parar. 'Vamo todo mundo', dezesseis pessoa no meio café, nós matamos 36 cobras, 36 cobras dentro das cova de café. Aí cê ia limpar cova de café, até então, antes do almoço, nós não achamo uma cobra dentro das cova. Não, não tinha, almoçamos, pra depois ir descansar, um sono, que a gente almoçava onze e meia, na época. Descansamo e

pegamos depois do meio dia. Quarenta minuto de descanso e fomo trabalhar. Não demorou muito, um gritou ‘Ah! Uma cobra aqui’, o outro gritava ‘Outra cobra aqui’. Eu mesmo, três, dentro das cova de café. Então as, as espécies, na época, jararaca, jararaca do rabo branco, uma das mais perigosa, cascavel, urutu, jararacuçu, e tem mais outra cobra, coral, coral do rabo branco, a falsa e a verdadeira, as duas, e umas oito, nove espécie de cobra. Coisa que jamais antes, nos dias anteriores, num tinha isso, era raro cê achar uma cobra. Por isso que eu disse no começo, a gente tem que crer no Sr. e criador, e meu pai como teimoso, homem muito sistemático e teimoso. Mas ele não pensou duas vezes, não era nem quatro horas. ‘Todo mundo levanta a enxada e vamo embora.’ Aconteceu isso com a gente, com as cobra com as espécie. E teve uma, bem rapidinho, o papai pegou a carabina, ele tinha uma carabina aquela de dezoito tiro, do exército, e daí ele deu um tiro numa cobra que tava enrolada, tava assim, e abriu o ventre da cobra, tinha 21 cobrinha dentro do ventre da... da... dentro da barriga da fêmea. E as cobrinha já saia fazendo assim ó. Verdade, coisa incrível. Na minha, na nossa propriedade, graças a Deus, não foi nenhum picado. Mas no Sussuí ouve, alemães foi picado, Engenheiro Beltrão, Fazenda Chapadão, muita gente foi picado de cobra. Era perdido de cobra, e até hoje hein. Agora esses dia, agora, com... um mês atrás, uma cascavel com um metro e vinte não entrou dentro da cozinha da casa do Fernando, meu irmão? Lá em casa... lá. E tudo fechado, é muro tudo em volta. Ninguém sabe como entrou essa cobra, incrível. O milho sim, o feijão a gente vendeu muito pra São Paulo, o seu Antônio Florencio que era de origem português, ele morava no Estado de São Paulo, em Catanduva, no Estado de São Paulo e ele vinha no Paraná pra comprar madeira e comprava feijão também, levava todo o feijão, ele foi o maior comprador de feijão do meu papai. E...aqui tinha um Sr. que já é falecido, Sr. Vinicius Vecchi, da família Vecchi, que tinha o armazém em Peabiru, armazém tipo entre aspas, né? Parecido com super mercado, que era tudo na base da conchinha pra pesar, né? Não existia supermercado, e ele comprava os cereais, ele comprou muito feijão do meu papai, muito mesmo. Ele comprava também para revender, ele comprava, fazia estoque e vendia pro Estado de São Paulo. Ela, essa mercadoria geralmente, principalmente o feijão, ia tudo pra São Paulo, pro Estado de São Paulo. Essas grande cidade lá já na época, né? Vinha buscar. Nós criava, nós tínhamos criação bastante, criação, criava muito, chegamos a ter perto de mil cabeças de galinha da Rode Rabicharia, né? Rabicharia é variedade inglesa, e Rodi é variedade americana. Então nós tínhamos, e a gente vendia muito frango, vendia muito ovos, né? Pra empresa de ônibus que tinha aqui (se referindo a Campo Mourão, onde reside atualmente), os dono, que hoje é os dono da Cometa, né? Eles tinha empresa de ônibus, essa empresa de ônibus do Expresso Maringá era deles. Chamava Expresso do Campo. E eles comprava, toda sexta feira passava em casa e levava, nós matava 30-40 frangos. Na sexta feira ele

Os eventos? Quer dizer festa, política... Bom na década de 60, como antes na década de 50 tambem teve né, na década de 50 tambem teve temporal que causou muita destruição, mas em 60, já, foi menos, menos geada. Porque parece que a temperatura no planeta terra já tava tendo alguma alteração. E foi diminuindo o frio, foi mais espaçoso, então o prejuízo com geada é.. era menor. Perdemos alguma coisa na época, é.. com plantio de trigo, que a gente plantava um pouco de trigo, a gente perdeu, com geada, 100%. E... mas, era mais espaçoso, não caía geada como antes, que nem agora, não faz mais frio no inverno, muito difícil a formação de geada. E teve né, a transformação da agricultura, a mecanização, começou no final da década de 60 pra 70, né? Foi um dos grandes movimentos agrícolas que teve, tinha muita hortelã, muito plantio de algodão. Depois veio a doença do algodão, aquele inseto, o bicudo, que não tinha condições mais de plantar porque ele dizimava todas as maçãs, ele furava todas as maçãs e as maçãs apodreciam. Um dos grandes fatores de saída do plantio de algodão e partir pra soja, pra milho, e arroz não se plantava, muito pouquinho, ali na nossa região, e.. plantava-se trigo no inverno, né? Bastante trigo, quase todo fazendeiro e sitiante plantava trigo, e... quando veio mesmo a mecanização que transformou a agricultura com maquinas, aí ficou mais o soja e trigo, milho, trigo, milho de verão, né, e trigo e soja que permaneceu na época. Agora temporais, sempre teve temporais, vento muito forte, as vezes um prejuízo, meu pai mesmo teve prejuízo,

outros agricultores tiveram prejuízo com vento, o milho estava grande, já tava todo com espiga já, vento veio muito forte, e o milho deitou todinho, ficou rasteado no chão, daí quando veio a colheita, foi muito difícil pra colher... Muito difícil, porque o milho sendo deitado, a plataforma da colheitadeira, ia mas não pegava. Aí tinha que ir lá na frente, na divisa com outro proprietário e vir colhendo de lá pra cá. Que daí pegava, mas era complicado. Mas deu alguns prejuízos, o vento. Granizo dava pouco, teve prejuízo com ele, mas dava pouco, muito pouco, na região de Campo Mourão, Mamborê sempre foi mais prejudicado com granizo, granizos graúdo. Houve até destruição nas cidades de Campo Mourão-Araruna. Mas Engenheiro Beltrão, com relação a chuva de granizo foi muito pouco. Foi o mais que prejudicava mesmo era geada, quando vinha, e algum vendaval que... mas do contrário, a natureza até que colaborava. Aí tem que voltar um pouco. Foi no final da década de 50 pra nós, 57 que eu fui estudar em Curitiba a gente já tinha o alambique, 58-59. Quando foi já em 60 já tinha muito pouco hortelã, porque hortelã é 3-4 anos no máximo. Porque a hortelã precisa de terra forte, fértil, com bastante húmus. Porque a terra começa a perder o húmus, aquela matéria orgânica das arvores, as folhas e raízes. É uma beleza pro hortelã enraizar, mas quando começa apodrecer, vai degenerando, aí a hortelã morre, começa a morrer sozinho, não é doença. Precisa de terra orgânica, é quatro anos, no máximo. Daí já foi pra lavoura, entrou no algodão, plantando milho e cuidando do café, que ainda tinha na propriedade. Depois na década de 60, que a gente falou, da erradicação do café, que o Castelo Branco, o ditador, primeiro ditador da ditadura em 64, logo em seguida ele já se prontificou, quem quisesse arrancar os café, pra plantar alimentos, grãos. Aí foi diminuindo o café, o pessoal foi desaparecendo, enxugando, indo pra cidade, levando ao famoso êxodo rural, foi o que aconteceu. O começo do hortelã é para se plantar a gente faz canteiros mudas, a gente consegue... os primeiros plantadores, a gente conseguia com eles, balaio. Balaio você sabe o que é, né? Aquele cesto. É vamos dizer, de... 70 ou 80 litros, talvez dava um pouco mais. Vendia por balaio as raízes, as raízes, ia lá rancava, enchia, aí a gente pegava. Aí a gente chegava na nossa propriedade e a gente sentava, colocava um pedaço de madeira no chão, aí com o facão a gente cortava tudo em pedaço pequenininho. E faz o canteiro, igual plantar verdura, alface, repolho, os canteiro é idêntico. Aí “cê” semeia aqueles pedacinhos de raiz da hortelã naquele lá e joga a terra por cima e molha todo dia, com 20-25 dias já tá desse tamanho as muda. É rápido pra crescer, brota rápido. E aquilo é as muda, cada pedacinho daquele dá uma muda, aí você tinha que torcer pros céus pro nosso Deus, mandar chuva. Aí a gente ia plantando, o hortelã era em rua também que a gente plantava, vamos dizer que tinha 500 metros de comprimento. Aí “cê” ia no mato e cortava a forquilha, cortava a forquilha que dava pra pegar na mão, aí fazia uma ponta bem afiada, igual agulha, pra fazer o buraquinho. Tum, tum, tum. Tudo pertinho assim, 20 cm, 25 cm um do outro. Aí vamos dizer que tem 500 metros. Ia até lá e voltava, tudo retinho, as ruas era pertinho uma das outra, 40 centímetros, no máximo, e os buraquinhos tudo pertinho. “Cê” ia e voltava três, quatro pessoa furando, chovendo, trabalhava debaixo de chuva. Fazia os buraquinhos e vinha o pessoal atrás, colocava no buraquinho e socava com o calcanhar do pé. Era assim, a mão de obra era terrível. Pra plantar? Dezesseis alqueires de hortelã, naquela terra mais nova, da derrubada. Aí com 90 dias, esse que você plantou aqui, com 90 dias já dá o primeiro corte, com o tempo correndo bem, tudo cheio de folha. O Hortelã fecha igual cabelo da cabeça. E ai você com o alfanje, e vem cortando, e vem o pessoal atrás depois, ajuntando, fazendo os montes. Aí nós tinha o carroção grande, dois animal. E cada carroção daquele era, dava pra fazer um pipa lá no alambique. Que a gente tinha o alambique pra alambicar. É o mesmo sistema de fazer pinga, pra alambicar a cana, faz a garapa, aí sai o álcool. Na hortelã é a mesma coisa, você põem dentro daquela... é chama pipa, né? Só com vapor, vai soltando o vapor por baixo, tem a caldeira, o mesmo sistema das máquinas locomotivas, a caldeira. Com serpentina, que leva o vapor lá debaixo da... entra por baixo o vapor. Aí “cê” vai jogando a hortelã e socando com três pessoas, vai pulando lá dentro e socando. E o ar quente vai subindo, o vapor. E quando enchia, você vem Fênix, Barbosa Ferraz. Plantava muito hortelã. Olha, 60 %, uns 60% dos agricultores, eu acredito tinha alambique. “Nóis” tinha alambique, “nóis” alambicava o nosso ainda pegava de fora pra ajudar os vizinhos que não tinha. Cobrava uma renda, né? Lá de 10%

pra alambicar, vinha com o pessoal dele. Vinha com o caminhão cheio, despejava lá. Nós fizemos um barracão, só os esteio e a cobertura em cima. Bem alto, aí a gente chegava com o caminhão e jogava lá. E dali a pipa, o barracão, tinha um tabladinho pra andar, e do barracão pra lá ia puxando com um catanho. Atanho é tipo um garfo torto assim. Se pegava e puxava a rama. Não é a força. A força é reta, são quatro dentes, né? Chama a força, e o catanho é o torto. É a força torta, ao contrário. E a gente cobrava renda do alambique, pra prestação de serviço que a gente alugava. A pessoal chegava lá com 4-5 alqueires. E muitas vezes, o povo que ia lá tinha 4-5-6 alqueires e não tinha alambique. Era muito caro, botar o alambique, pra nós, como tínhamos 16 alqueires, era complicado pagar renda pros outros era complicado. Era bastante, ele ia atender primeiro ele, igual a nós. Nós pegávamos, mas depois que a gente colhia o nosso. Não ia deixar o nosso pra pegar o das outras pessoas. Não, não, onde era café a gente não plantou hortelã, a gente plantou café na parte nova, na derrubada nova, os 16 alqueires. Aqueles 12 alqueires que é beirando a rodovia, lá era só café, depois quando erradicou o café, ali foi então, foi algodão, depois veio ali. A gente não plantou hortelã. O que? Você fala quantos que precisava, quantos que dava no hortelã? Ah... nós colhíamos 50 quilos, 65... 70 quilos por alqueire de óleo, né? Litros de óleo. É, eu penso... um carroção nosso era grande, e cada carroção dava uma pipa. Era certinho pra encher uma pipa. Desse ver se eu consigo dizer. No caso, carroção, eu penso que davam de 12 a 13 carroções por alqueire de rama. Porque cada carroção dava 5 a 6 litros de óleo por pipa. E a gente tirava 55-60. É mais ou menos. Entre 12 e 13, não dava mais. Se fosse um caminhão grande, na época a gente falava grande, né? Caminhão de seis, sete toneladas, né? Os caminhões vinham todos dos Estados Unidos, porque não tinha fabrica de caminhão. Aí poderia, eu penso, um caminhão e meio, no máximo dois por alqueire. Nós vendíamos pras multinacionais, tinha a Iungzen, a Brasuai. Então a gente vendia através de um amigo nosso que era o maior plantador de hortelã do mundo, ele mora em Peabiru hoje, não sei se tá vivo ainda. É... ele é japonês, o Mario Kikuchi. Japônes, ele era o maior plantador, produtor de hortelã. E fora dessas empresas multinacionais que compravam o óleo, o Mario Kikuchi comprava o óleo pra vender pra eles. Inclusive, eu e meu pai, lá em Ivailandia quando trabalhava na maquina de café, nós comprava os óleos de hortelã, eu não sei se eu falei. Nós era comprador, nós comprávamos pro Mario Kikuchi, e ele vendia, era três grupos grande. E produzia muito, né? Porque toda essa região nova que abriu aí de Formosa, Jesuita, tudo aquilo ali, teve muita plantação de hortelã. E esse Mario Kikuchi comprava óleo de hortelã pras empresa. Ele confiava na gente, era até um risco muito grande, pra nós, somente eu e meu pai, e na época tinha aquele jipe, né? Americano também, importado. É a gente andava com saco de dinheiro dentro do jipe pra comprar hortelã. Mas nunca fomos assaltados. Se fosse hoje era perigoso. No sítio foi só quatro anos de produção, não foi mais. Não, não compensa, é foi definitiva, aquela planta de primeira, você planta e só tira quando ela morre. Faz três cortes por ano. Correndo bem faz três cortes, no inverno não dá. Porque não tinha mais terra pra plantar, a gente cultivou toda a terra, que era a terra mais nova. Aí começamos a plantar algodão, plantio de algodão. Aí veio, não sei se a gente falou aquele dia, a doença do algodão, veio aquele inseto né? O bicudo. Aí não tinha condições mais de plantar. Aí a gente partiu pra lavoura mecanizada. Trabalhar com trator, plantar com plantadeira, colher com colheitadeira. Isso foi no finzinho, em 70. Que foi o primeiro trator que nós compramos, meu papai, comprou, comprou, é... acho que em 65, trator Marsey Ferguson, importado da Inglaterra. Completo, já foi bem, quase 70, aí 70 ele comprou um, mais um trator maior, porque daí tinha o sitio todo pra plantar, pra arar. O sitio do Fernando, do meu irmão que já tinha um sitio também, 5 alqueires e meio, 6. Então a gente precisava de máquina pra poder plantar, pra plantar o soja, plantar milho, plantar o trigo. Então a gente tinha todo o maquinário, a gente adquiriu tudo financiado no Banco do Brasil. Semente, algodão é semente. O plantio do algodão é mais ou menos igual ao é, na época, da matraca, da plantadeira manual, e plantava-se é em semente, é a semente já vinha imunizada, da empresa que fornecia, né? A dos atacadistas, aí você plantava com a plantadeira manual e quando o algodão já estava com 25-30 cm, aí você entrava com a raleação. Por exemplo, tinha 7 pé por metro linear, é muito pro algodão, a gente ia de rua em rua, arrancando. Arrancava um pé, deixava esse, arrancava esse, deixava esse...

Assim por diante, pra ficar o pé do algodão, um distante do outro, de 35-40 cm. Por que se ficar muito pé de algodão, envassoura, não cria galho direito. Aí depois disso aí vem os cuidados. Inseticida, o algodão precisa muito de inseticida. Tem que desde novo tem que cuidar com lagarta. Tem que entrar com veneno, que não tem outra solução, tem que usar inseticida. Aí vem, o pé de algodão de algodão quando tá com 70-80 centímetros, a gente vem, a gente fala capar, o que é capar? Castrar, tem a árvore né? O pé, e daí você vem na guia do pé, aí você castra, chama capar, quebra essa ponta, vai quebrando a guia, com a mão. Pra forçar o pé a criar mais galho. Aí ele cria mais galho, porque se não corta a Guia, hoje não precisa mais, já tem os transgênicos, que eles não cresce mais. Mas antigamente tinha umas variedades de algodão que se você deixasse ficava com 2 metros, 2,5 metros altura. Cê entendeu? Era complicado até pra colher, hoje não, tudo mecanizado, você não põe a mão. É tudo mecânico, desde o plantio até a colheita. E daí, faz esse serviço de capação, que daí vai dar bastante flores, que vai criar a maçã, é umas bola, né? Mais ou menos do tamanho de um ovo de galinha normal. Não é maior, é daquele tamanho. Não desses ovão grandão, ovo normal. Daí vem a época da colheita. E você sempre tem que cuidar, que o inseto vem e fura as maçã. Furo, perdeu a maçã, que daí entra água e apodrece o algodão lá dentro. Tem que cuidar, desde que começou a florar. Começou a florar tem que entrar com o inseticida. Não pode descuidar de jeito nenhum. Foi daí depois da desistência foi quando entrou esse maldito bichinho, desse tamanhinho assim, é deve dar de doze a treze milímetro, não dá mais que isso. Pouquinho mais de um centímetro, e ele tem um bico, um bico bem assim. E ele fura, o instinto dele é furar, desse inseto, daí foi aonde todos os agricultores. Era muito caro pra manter a planta, pra manter a produção, aí chegava no final, não tinha condições. Não sobrava nada e ainda ficava devendo. E desistimo do algodão, e passamos pra soja, milho e trigo. Com a máquina costal. Nos tínhamos acho que umas 4 ou 5 máquinas costal manual. Manual. E depois quando apareceu aquelas máquinas de pulverizar, de motorzinho, da Hatsuta, nome japonês. Aí nós compramos duas. Co motor, você colocava o veneno lá dentro, em pó, ligava o motorzinho e saía com aquele barulhão no meio da roça. Passando veneno. Do algodão? Na época, ham... deixa eu ver, não, não tinha mais não. Colono era na época do café. Aí era serviço nosso. Do algodão, era nós que plantava, o Fernando, meu irmão, eu. O Luis Carlos. E eu já tinha o armazém, eu já tinha o armazém lá no Sussuí, de secos e molhados. Mas eu ajudava meu pai. Eu tinha minha chacinha, que plantava com o meu irmão. E a gente arrendava, sete alqueires da Fazenda Sabará. Que foram os donos dessa Usina Sabará, lá de Ivailândia, do álcool. A gente plantava, plantei soja, plantei algodão, plantei trigo, nessa área arrendada. Não, nunca tivemos. Nunca passamos veneno, nada no hortelã. Precisava tá preparado, precisava. Nós nunca tivemos problema porque nós tínhamos, casa, que suportava 15,16 rapazes solteiros. Era tudo dividido lá os quartos. Cada quarto cabia 4,5 rapaz. Falava peão, né? Então a gente pegava, ia em Maringá, trazia pessoas de lá, tudo temporário, porque você ficar 90 dias é, esperando a colheita. E pagando o pessoal sem ter serviço era impossível. Mas depois ali em Ivailândia mesmo, tinha muita gente na época, ainda tinha bastante gente, ainda não tinha dizimado todo o café. Então sempre tinha bastante gente. E depois, tinha um detalhe, a gente pagava um pouquinho mais do que o preço que tava correndo em volta. Inclusive os vizinhos achavam ruim com nós. ‘Ah, vocês estragam os preços’. Então pra nós nunca faltou gente pra colheita. Tinha até de sobra, nunca perdemos, nunca perdemos. Não, pegava gente, precisava, tudo manual, “cê” imagine é... é.. 12, 13 alqueires de algodão plantado, não tinha condições tinha que ter. Tinha que pagar gente pra colher, tinha que pagar gente de fora. Pegava em Peabiru, pegava em Engenheiro Beltrão, ia de caminhão, contratava, pagava o frete do caminhão, o caminhão trazia as pessoas, o caminhão ficava o dia inteiro parado lá, numa sombra, esperando a tarde pra ir pra casa, depois do trabalho. Tinha muito pouquinho café, já tinha erradicado o café. Já tinha erradicado o café. Já, o café foi erradicado na década de 60. O Castelo Branco pagou pra quem quisesse arrancar, arrancava mas não podia plantar mais. Tinha que plantar grãos, alimento. Começamos a arrancar café já... 65-66, que a gente erradicou, deixamos só um pouquinho. “Cê” viu as fotos da entrada da estrada, assim, as foto do café, o café muito alto. Nós só deixamos aqueles pés de café pro consumo, a gente praticamente arrancamos

todos os 18 mil pés de café que a gente tinha. Não, já em 65 meu papai comprou esse trator lá, importado da Inglaterra, já entrou com o maquinário em 65. Arrancou o café e já começamos plantar. Tinha plantadeira, máquina grande, só não tinha colheitadeira ainda. Só depois que meu pai comprou um colhedeira, a colhedeira a gente comprou na década de 70 já, comecinho da década de 70. Em 1969, 1970, por aí, a máquina de colher. É que a gente plantava, praticamente em tudo, quando já a agente tirou o café, que a gente, a gente já entrou com a mecanização e o algodão junto. Isto, um pouco manual porque o algodão a gente, a gente plantava com a matraca. E depois meu pai comprou a plantadeira. Plantava com animal, era dois bujão, plantava duas carreiras, duas linhas assim, puxava com o burro. Era mais fácil né? Do que estar pac, pac, pac, plantando com a matraca. Sim, muita gente, muita gente, a região todinha plantava. Muito plantador, esse fazendeiro mesmo, o Mário Kikuchi, plantador de hortelã, ele plantou muito algodão. Muito, na área dele. O Sr. Antônio Bruneta também plantou, o vizinho do meu pai, o japonês. Era bastante grande sim. Aí quando passou totalmente pra mecanização, aí foi todo mundo, aí foi todo mundo. Quem tinha máquina ia plantar pro vizinho, igual a nós. Terminava o nosso e ia ajudar os vizinhos. Plantamos pro doutor Linhares, que era de Engenheiro Beltrão, pro seu Orlando Nogueira. A gente trabalhava pra ganhar dinheiro pra fora. Depois do nosso, plantava o nosso aí trabalhava pra fora. Não, não, tinha muita madeira, tinha madeira. A destoca veio depois do hortelã, que a gente destocou as madeiras, pra poder entrar com a mecanização com máquina. Com trator, plantadeira, colheitadeira. Sim, com herbicida, nós tínhamos o trator, veja bem, já usava, na frente aqui do trator a gente fez uma armação, e colocava dois tambores, um emendado no outro, de 400 litros, duzentos cada tambor. E o tambor ia aqui na frente, aqui assim ó. E aqui atrás do trator, era engatado na tomada de força do trator, que gira, faz a máquina virar, era uma maquininha desse tamanhozinho assim com, cheio de cano, que recebia essa água aqui, que tava com o produto que ia passar na terra. Esse produto se chamava Teflan, o herbicida. Passa ele pra não deixar nascer mato. Aí você vai com o trator passando, uma barra, o tanque e a cada 40 centímetros tem um bico e esses bico é pra injetar água do solo, cair em forma de gotículas, é... Bem pequena, as gotículas, quase que vapor, que cai no chão. Aí já vem com outro trator atrás, com a chamada grade niveladora, fazendo a incorporação. Incorporando aquele herbicida que você passou com a terra. Porque se você não passar logo em seguida e o sol estiver bem quente, evapora e você perdeu herbicida, então vai o trator na frente com o herbicida e “cê” tem que ir atrás gradeando. Então nós fizemos tudo igual. Uma grade niveladora, com os discos pra mexer a terra da mesma largura da barra aqui (barra injetora de herbicida). Pra ficar certinho, pra não ficar veneno descoberto. Aí “cê” ia até lá, voltava e com a grade você ia e voltava, fazendo a mesma coisa, fazendo incorporação. Antes do plantio, aí você deixava prontinho. Aí esperava chover, torce pra vir chuva dos céus. E entrava com a plantadeira que nós compramos. Que já tinha a plantadeira que nós compramos. Aí “cê” plantava, com a plantadeira. Já, já começou sim. Já começava ter lagarta, começou atacar a lavoura de soja, aí teve que usar inseticida. Pra matar os insetos. Tinha máquina, que era engatada atrás do trator, era o bujão, né? De 500 litros de água, “cê” coloca o veneno lá dentro, o inseticida, na mesma tomada de força que tem na traseira do trator e aí “cê” liga e tem o de barra também, que nem tem hoje, as grandes máquinas, meu pai já tinha uma. E a, a gente falava de canhão, aquela que joga longe, o produto, né? Senão cuidasse, perdia, nós não perdemos, não. A gente tava sempre atento, sempre atento. Depois de plantado, dos cuidados, aí vinha a colheita, né? A gente, aí meu pai não tinha colheitadeira pra colher, aí veio do Estado de São Paulo, um Sr. com duas colheitadeiras e ficou na região. Colhia pra um, colhia pra outro, e meu papai também pagou pra ele colher. Nossa primeira lavoura de soja, depois, o falecido Jaime Scipione, João Scipione, daquela fazenda que tinha ali em Ivaílandia, até citei antes, a Fazenda Regina, né? Eles tinha máquina de colher, aí eles ia colher pro meu pai também. Depois acho que já no terceiro ano nós já compramos uma máquina pra nós colher. O Banco do Brasil financiou para nós. E 6 anos, 8 anos, parece que foi isso, aí já não tivemos mais problemas na colheita. Mas perder, perder, nunca perdemos não, na colheita, não. O hortelã entrou em 1955, 55-56, que já começou a hortelã. E o forte mesmo foi de 57 até 59, do hortelã ali na região.



Depois a terra não produzia mais, porque ele morre né? Aí muita gente foi pra frente. Foi andando, até chegar no Paraguai pra plantar hortelã. Foi pra Tupãssi, Formosa, né? Não adianta jogar adubo não. Adiantaria, e você conseguisse grande quantidade de adubos orgânicos ou terra vegetal, aí você jogava, entrava com o arado, pra remover a terra, pra misturar, e tentar plantar novamente, mas financeiramente é inviável. Pra hortelã, pra outras coisas não.

## **ANEXO IX**

**ENTREVISTADO:** Antônio Rossi

Minha família veio pra cá em 49, e nós viemos em 50. Margem de 50. Veio. Pra derrubar a mata, fazer a casa... Nós mudamos pra fazenda São Manoel, ali... perto do Sussuí, pra cá um pouco, que era de uma família portuguesa, moravam em Catanduvas. Não, ele não comprou. Trabalhava de empregado. Empreiteiro, que eles falavam na época, sabe. Então plantava... derrubava o mato, queimava, já deixava as covas preparadas para plantar o café, e no meio do café plantava lavoura branca... feijão, arroz, milho... mas era uma coisa limitada. Não é que nem agora, tudo mecanizado. Eles plantavam o café aqui, e no meio plantavam lavouras brancas. Não, ele veio como administrador da fazenda. E os portugueses de... Catanduvas, estado de São Paulo. Eu tinha... Não tinha cinco né, tinha quase quatro e meio né, porque eu fiz setenta e dois agora... Então, era quatro e meio. Eu lembro que tudo era difícil. Para ir pra Maringá quando chovia levava dois dias. Para passar na subida do mamão, ali perto de Floriano... hoje tiraram de lá né, por causa do asfalto. Mas ali era terrível. Nós demoramos dois dias de Cambé até aqui, com a mudança, para vir. três dias. Ele pegou a fazenda como empreiteiro, né, aí eles vinham *perguntar do lucro* (?) com o café... a lavoura o patrão dava para o empregado, e o café era 40% pro meu pai, e 60% pro português. Sete anos. Passei a ajudar (?), com o café pra colher, né... era terrível. Não. Por pedaço. Eram 72 alqueires, na época, que foi dividido lá, e o meu pai tocava um número x, não lembro bem quanto é que era, mas meu pai tinha a maioria da mata derrubada, e meu pai plantava. É que os meus tios, meu tio Palharini, vieram logo em seguida atrás. E o meu tio João, o nono da (...3:15...) né, era irmão... era padrasto do meu pai. Minha avó casou, minha vó (...3:21...), que era mãe do meu pai, casou com o José Palharini, tinha quatro filhos, e minha mãe tinha 3... Minha avó tinha três filhos e dessa união nasceu mais sete. Oito! Oito, porque uma morreu. Oito. É. E meu pai foi esteio né, pra eles. Até nós comprarmos um sítio nosso, que era do Fier, ali onde é o Fier hoje, dali 25 alqueires era nosso. Compramos da empresa Beltrão. Não. Era parcelado. Pra pagar na colheita. Dava uma entrada, né, e o resto pagava na colheita. Sim. Tinha só um abertinho, onde foi feita a casa. Eram cinco alqueires abertos. Vinte era mata. E daí foi entrando e derrubando (?). Peroba, palmito, pau d'alho, canjarana, eles falavam canjarana, que era uma amarelinha, chatinha... que mais... cedro, para fazer móveis, né... madeira de lei. Peroba, gurucaia, cajiáva (?) acho que era... pa... não lembro o nome, certinho. E aí a gente criava porcos, pra comer e pra vender, criava galinha, frango né. E também tinha bastante palhada, que eles falavam, era onde o pessoal plantava café, porque era muito baixo. Geadas matava. Então deixava assim pra cultivar outras lavouras. Plantava-se cana, meu pai tinha um pomar grande, esse é último pé de abacate foi plantado por ele, lá. Faz 50 anos que ele morreu. Né, esse pé de abacate, esse abacate comprido (?), uma delícia. A gente criava algumas vacas, pro gasto né, e vendia daí. Plantamos. Enchemos tudo de café. 58. 57 ou 58, por aí. Não. A fazenda passou para outro Sr., que veio do estado de São Paulo, também. Português que... Seu Janguas, pai do Rico, ele que assumiu a fazenda. Veio como “perceiteiro” também. Meu pai construiu uma casa de material no sítio, tudo bem caprichadinho. Ele fazia um terreiro, fazia baile todo sábado, e a gente ia pro baile, e o pessoal vinha pra casa da gente, e dançava até de madrugada. Tinha dia que a gente chegava em casa, lá do Jumirim, que era longe, era nove quilômetros, e a gente ia a pé. Então chegava em casa umas oito horas, e a mãe tava já preparando pro almoço né, ou cozinhando um frango, ou fazendo uma carne, tava preparando. Chegava, tomava um banho, deitava, daí dava meio dia, levantava e ia mexer com o café, arrumar o café. No terreirão. Até 58, quando a geada matou tudo. Já. Aí o meu pai arrancou o café, e plantou lavoura branca. Já começou no ciclo (?) da soja, do milho, né, tecnologias mais modernas. Foi melhorando. Aham. Não. Foi feito no machado mesmo. É. Aham, cavar. Fazia um... Não tinha. (...7:52...). Arado. Punha o cavalo, né, e fazia chapeado (?), e aí plantava no meio. Com a matraca. Aí cortava o, o... o soja, o milho, tudo na mão, o soja, cortava ele. Aí começou a surgir aquelas maquininhas, aquelas debulhadeiras, que eles falavam. Começou a surgir as debulhadeiras e as debulhadeiras

foram, foram... ampliando né. Aí viram que já não dava mais, porque demorava muito, a colheita não andava (?) porque chovia muito, na época, e tinha bastante mato, né... chovia muito. E então começou a atrapalhar o sistema de vê (?), e logo começou a mudar o meio ambiental porque a força da natureza foi feita ali. Planto milho, soja, (...9:05...), planto feijão, né... arroz plantado nos brejos, que agora não pode plantar mais. É, cortaram... não pode mais plantar arroz no brejo. Sim, sim. A gente chegou a plantar hortelã também. Aí a parte do sítio, oito alqueires, que ficou mais na baixada e não plantava café porque tinha risco de geada, então foi feito plantio de hortelã, fazia os alambique, a terra era forte, a terra era boa, né... rendia bastante a hortelã. Não foi muito não. Logo terminou, né, porque a gente dependia da importação da Inglaterra, né, e daí começou a complicar e começaram a importar barato daqui. Era feito que nem plantar um pé de grama. Deixa eu ver aqui se tem no álbum, pra mostrar pra você. [não encontrou] Pronto, era desse jeito aqui [desenhando em um folha de caderno]. Aí aqui queimava, cortava e carregava nesse caminhão aqui, pra puxar. Aí colocava e levava ela no alambique, e ela ficava dia e noite. Então daí tinha que deixar pronta. Quem plantava hortelã, depois de uma determinada quantidade de alqueires, tinha que ter um alambique. Aí quem tinha o sítio maior, fazia o trabalho pra quem tinha o sítio menor. Quem for menor, pegava do maior, porque não venciam. Cortava, dos vizinhos. Cortava. Aí, quando começou a mudar a economia, né, familiar. Era por litro. Eu não me lembro bem exatamente quanto, que eu era meio piaçã ainda, meio desligado. Só vivia no mundo da bola, no mundo da... né. Já, já ia ajudar. Aí quando o meu pai teve o problema do esôfago, o câncer, por causa da polenta quente que ele comeu no meio da roça, que a minha mãe fazia muita polenta, com frango, e viu a polenta, estava com fome, tinha trabalhado o dia inteiro, e ele comeu um pedaço e parou no esôfago dele e queimou, aí pegou câncer. Aí foi bem triste, porque perdemos o esteio, e ele mesmo com todos esses problemas ele estava sempre ali presente, tinha iniciativa e tinha a personalidade muito forte, no trabalho mesmo (?), batente. Então ele, aí deu esse probleminha nele e já começou a não querer mais óleo também (?). Foi a produção que fechou também (?). E o hortelã só produz bem em terra nova. Terra velha não gosta. Dura. Não tem terra pra substituir todo dia. Planta aqui, planta ali. Aquele vendaval que carregou Engenheiro Beltrão, né. Foi... eu não lembro. Mas foi um ar assim que veio e começou a noite, eu era piá, no tempo que ainda acendia fogão a lenha, minha mãe falando “Toninho, vai buscar lenha lá pra ficar pronto pra amanhã cedo.”, que me conhecia por Toninho, em casa. Aí, nesse intervalo começou a ficar escuro, de vir as nuvens escuras, e começou a ventar. Arrancou toda a serraria de Santiago, que é ali onde é o abrigo hoje, tem a casa da Marta, você conhece a Marta, Galdino? Então, ali onde a Marta mora, era a serraria de Santiago, e arrancou tudo. As casas descobrirar, calha, um circo que tava aqui foi parar lá no poço, lá embaixo, o vento carregou tudo. Circo do Tibica. O dono se chamava Tibica. Chovia muita pedra, sei se porque, até hoje tem muita descarga elétrica muito raio, eu lembro que chovia muita pedra, e pedra acabava com as lavouras brancas. Sim. Não, não. Foi em 1962, 1963, foi uma geada braba. Aí acabou de matar mesmo, aí acabou o café. Eles pagaram para arrancar o café, é a Emater hoje. Paraná café? Não, Cafés do Paraná, era uma empresa estatal que ajudava, aí eles ajudavam para arrancar o café, acabaram rapidinho. Foi... A região de Terra Boa, que é diferente de nós, é terra de areia. Ali continuou, e outro lugar que tinha café era o Seu Fernando Guimarães em Sertãozinho. Né que? Ele já faleceu, ele cuidava do café com carinho e amor. E sempre tinha os troco dele. Que a única lavoura que deu alguma coisa foi o café. Tanto é que nós percentero ganhamos dinheiro para comprar o sítio. Era mais cavalo, mula, que mula era mais resistente. Mas era mais cavalo e mula. Precisava do trabalho dela. A tinha tudo, paca, tatu, cobra, achava muita aranha. Limpando os pés de café, caía as folhas, ia limpar, passava a mão tinha aranha. Marimbondo, ferroava pra danar, no meio do café, na hora que ia colher. Graças a Deus, não. Mas os empregados sim. E a gente trabalhava no sistema de peão. Aí teve o problema do êxodo rural, foi tudo pra cidade, aí a periferia inchou tudo. Que a Fazenda Chapadão tinha três colônias, a sede, que ainda tem hoje, o meio, e a colônia da onça que é aqui perto do cemitério. E as três sedes tinha em média 100 famílias cada uma. A Chapadão é grande, né? E era tocado tudo manual. Ela permaneceu também tocando café. Depois que

pararam. No café já tinha, que era o BHC. Que é fortíssimo, pra broca do café. Tinha a broca que comia o carroço do café. Aí caía o preço. Não, não usou não. Não, não tanto. Não era tão divulgada a peste ainda, a ferrugem. Era com veneno, o BHC, que tem até hoje enterrado por aí. Que o Estados Unidos mandava pra cá e enterraram por aí. Não chegou nem começar. Porque quando geou, ele estava em Ribeirão Preto fazendo tratamento, do câncer, essa ferida no esôfago. Aí descobriu que era câncer, o que eles fizeram, operaram três vezes, e fecharam. E meu pai cada vez pior, cada vez pior. E o câncer mata assim, aos pouquinhos mesmo. E nesse período aí, quando geou, ele foi fazer uma cirurgia em Ribeirão Preto, aí ele chegou em Maringá e quis comer ovo, ovo pela sonda, ovo cozido. Voltou pra ser operado de novo, não passou, né? Voltou pra Ribeirão Preto. E aí, ele ficou muito desgostoso com a beleza do café e ele desgostou. Porque ele chegou e o café tava queimadinho. E aí ele pois o sítio a venda. Mais ou menos. E daí ele pôs o sítio a venda, e quem não queria que vendesse? Eu, minha mãe e o Valdemar. O Nelson tava doidinho pra pegar o dinheiro e torrar, o que ele fez. Nelson, meu irmão que morreu faz pouco tempo. Ele morava fora, sempre morou fora. Ele pegou parte do dinheiro e gastou tudo. Aí a gente ficou com duas casas em Cambé. E duas datas que a gente tem aí, perto do hospital do doutor Linhares. E aí que essa casa foi trocada em chácara, a chácara foi vendida, e acabou. O meu sítio? O meu sítio comprei em 69, uma chácara de dois alqueires e meio do Pedro Garcia, não, Pedro Rodrigues. E depois eu comprei em 83, comprei mais cinco alqueires. Mais três alqueires e noventa, aqui também, aí fez seis alqueires e quarenta, anexado. A parte de cima tinha café, eu cultivei uma parte de café, mas daí não tinha, não achava gente pra trabalhar com café. Aí nós paramos com o café, e aí foi plantado, a parte de cima foi arrendada pro Fernando Menechini, até hoje ele tá tocando. E a parte de baixo eu fiz pasto, napiê, cana, pra alimentar o gado. Vendo, é pro gasto, mas o que sobra eu vendo. Não, porque eu lecionava, eu peguei aula na Chapadão com 14 anos. E aí o primeiro achavam que eu era muito novo pra lecionar, minha irmã dava o nome e eu lecionava. Aí ela recebia, essa minha irmã que mora em Cambé. Aí fui estudando, fiz o segundo grau em Peabiru que aqui não tinha, quando construiu essa estrada Maringá – Campo Mourão nós íamos toda a noite de rural. Depois nós compramos Kombi, no ultimo nós compramos Kombi. Tinha que ir de rural, que ela era a única que conseguia, se chovia os outros carros não conseguiam. Não, não lembro não. Mas eu terminei o segundo grau em 71. Foi por essa época aí. Sim, passava de balsa, era no rio Ivaí. Aí eles construíram a ponte, que agora estão construindo lá em cima também, pra Ivatuba também tinha balsa. Quando tava fazendo asfalto passava por aqui, Jumirim, Triangulo, Mandijuba, Ivatuba, aí saía pra Maringá. Porque eles não fizeram pista paralela. Era só um asfalto. Tinha, a gente abriu o poço, dava água sem parar, não secava nunca. Tinha lugares que secava. Aqui em Beltrão era a maior dificuldade pra achar um poço com água, porque era pedra-ferro. Tinha que dar muita sorte para ter água, dava muito trabalho para furar o poço e tirar a água. Com bomba, com as dinamites, estourava. Se estourasse um metro da pedra, aí tirava a pedra, puxava as pedras tudo pra fora, e continuava quebrando, até chegar na veia da mina. Lembra quantas dinamites soltaram pra quebrar a biquinha, todo mundo parava ali pra beber água, vinha direto da fonte, mas daí entupiram. Eu não lembro. Não, não, em volta sim. Não chovia né? Nós íamos pra Peabiru, pegava muita poeira. Chegava aqui tinha que tomar banho. Formava aquele monte de poeira, aí quando chovia formava barro. Não, porque eu era criança, mas eu sei que foi a Hilda Veitas, a primeira professora, era ali onde era Itaú hoje. Não sei se você chega a lembrar daqueles pés de árvores ali. Duas datas vazias que ninguém conseguia construir nada, até alguém conseguir comprar dos Beltrão. E ali era a escola. E ali onde é o Banco do Brasil era a prefeitura, uma casinha de madeira, quando eu fui me alistar pra servir o exército foi a primeira vez que eu fui na prefeitura. Pro seu Anésio Rosa comprava, o Rubens Barone, uma família de italiano que tinha aqui, o pessoal dos Crema, Daniel Rosa, mais pra frente já aí. Não a maior parte era pra subsistência. Vendia pro armazém, não tinha cooperativa. Era uma boca de roubo, naquela época era difícil, ia embora fugido, não pagava ninguém. Tinha mau caráter, pegava as coisas da pessoa, vendia e não pagava. Tinha muito disso. Muito rolo. Era para a firma de Maringá. Era em Maringá. Foi pra Presidente Prudente. Tinha uma firma lá que vinha buscar aqui, Metroquímica, ali onde é a farmácia ali,

onde é o Geron, onde é a agropecuária ali, foi nossa. Vendia pra essa firma para comprar hortelã, o óleo, vinha tambores grande. A era igual pros outros, se eles perdiam eu também perdia. Aí dizimei com o café também, mas eu toquei uns 4 – 5 anos, mas aí foi ficando difícil mão de obra, foi ficando difícil. Os compradores foram falindo e não compraram mais. Esses picareta, aí ficou, e a COAMO foi crescendo, ficou vendendo as coisas da COAMO. A COAMO empurrou o café pra lá que não tem mais volta. Aquela foi a pior de todas, a de 75. Essa e a de 63. Café, matou tudo, não tinha jeito de salvar. Quando é muda a gente enterra e dá pra salvar. Mas café grande não tem jeito. O que é mais prejudicial pro café, é o vento. Vê como queima a pele da gente o vento? Eu comecei a plantar algodão nessa época. Usava, e como usava, tinha um bichinho chamado bicudo que comia tudo a maça. Com máquina costal. Sim, teve vizinhos, mas não lembro quem era. Plantei o algodão, mas não foi rentável, era pouca terra. Como eu não tinha máquina e trabalhava na escola cedo, a tarde e a noite aí comecei a terceirizar. Tinha, tinha vaca, porco, galinha, sempre teve. Agora não tenho porco. Geralmente o que se fazia, porque naquele não se tinha freezer, não tinha geladeira. Então matava-se o porco, cortava a carne, derretia a banha e colocava a carne dentro da banha pra conservar, era uma delícia. Aí começou a surgir, meu porco era muito grande, eu cedia um pedaço pra você e depois você me devia e você me pagava. Mas dinheiro era mais difícil, era na base da troca. Como tinha muita gente na lavora, era mais fácil negociar, era igual sem-terra hoje. Sem-terra hoje, eles negociam. Se um colheu mandioca e o outro colheu milho, eles trocam, fazem permuta. Troca semente, hoje o sem-terra é o que se chamava de meiero, na época. Trazia de Maringá, trazia de Maringá. Mas não usava sempre não, fazia plantação do que tinha na tulha. O milho, tirava x aqui e x aqui. Umas linhas de milho aqui e aqui, aí ficava só o meio, e plantava. Sem muita tecnologia de veneno. Igual eu uso hoje, a maquininha pra plantar, a matraca. Porque onde eu planto hoje o trator não vai, aí tem que usar a maquininha. E aí é aquela uma, a matraquinha. Era grande, era grande. Tinha Peroba, Cedro, Marfim, marfim que eu tinha esquecido, eram arvores grandes. Não, em Campo Mourão. Peabiru pra cá não tinha não.

Quando não tinha dinheiro trocava-se, mas não era comum não, o povo não gostava muito não. Trabalhava o ano inteiro e na roça não se via cor de dinheiro. Mas é que meu pai tinha aquele sistema, se fosse para comprar roupa, comprava uma peça fechada tudo. Dos turcos, os mascates que tinha, era roupa igual pra todo mundo. Todo mundo igualzinho. Não tinha esse negócio, não. Pra ir pra roça mesmo era praticamente um uniforme. Cascavel, Urutu cruzeiro, difícil de salvar dessa, se ela picasse morria mesmo. Teve, teve, quando estava fazendo a estrada, foram bastante, quase seis meses sem chover. Na época o Paulo Pimentel era governador, eu lembro disso. Foi, perdeu tudo. Era pequeno, né? Era pequeno, tudo derrubado. Tem, na divisa com o Mario Bosa, que eu comprei o sítio dos filhos dele, do seu Mario. Morreu dona Felicia, depois morreu seu Mário, e eles queriam repartir, aí tinha cinco alqueires para dividir por oito. Aí ficou um alqueire e trinta pra cada um. Só que teve um que encrespou que não vendia, aí ficou com um alqueire de terra. Aí foi feito a medição, e eu fiquei com parte da mina, a divisa foi lá na mina. E daí, a única condição que eu pedi pra eles é pra eles nunca tirar a mina de mim. Se bem que agora tão mexendo com o asfalto, vai atrapalhar. Vai derrubar a nascente. Nunca secou! Essa mina jogava água pro hospital do Dr. Aroldo. Quando ele tinha o hospital. Era dois e meio, eu comprei três e noventa, ficou seis e quarenta. Que foi anexado. Era, era mais no hospital do Dr. Aroldo. Que foi Dr. Antônio Bilileck, uns médicos que vieram de Ribeirão Preto, os dois Antônio e um outro que eu não lembro como é que chamava. Mas esses foram embora logo, não ficou muito não. O dr. Antônio, ele casou com uma mocinha de Campo Mourão, aí ele permanece na região ainda. Mas, teve o Dr. Bruno, ele teve um problema sério, toda mulher que fazia parto com ele morria. Cida não morreu porque o Dr. Linhares chegou, a Cida do Carlos, quando o Carlos nasceu foi o dr. Linhares que tinha chegado aquela noite que salvou ela. O dr. Bruno tinha esse problema, toda mulher que ganhava bebê com ele, morria. Acho que ele não gostava de lidar com isso. E o clube? O clube era ali onde era a Ana Saqueti, todo sábado a noite tinha baile, tudo era ali. E eu cheguei no baile, eu, o Willis, o Otaviano, Linhares, mais uns rapazes, e fomos pro clube. E chegamos lá, todo mundo dançando, todo mundo pulando e eu quieto. Tomei um “crush” aqueles refrigerantes laranjinha. Que é

a fanta hoje. Foi a gota d'água pra eu ir pro hospital, vomitei até o que não tinha. Aí fui, meu pai chegou, ele já tava operado do câncer, ele tinha uma camioneta, ele veio, me pegou e me levou no hospital. Era sete horas da noite do domingo. Eu lembro que eu tava deitado no sofá, eu fiquei o dia todo deitado, aí levaram pro Dr. Aroldo. O Dr. Aroldo chegou e falou “tem que operar logo que vai estourar a apendicite dele”. Já foi preparando e entrando na faca, era assim, emergência, salvava-se quem pudesse. Era difícil, não tinha esse aparato público que hoje o Estado oferece para a população. Hoje você vai no posto, tem remédio, tem especialista, doa remédio. Ajuda muito isso aí. Ficou muito mais fácil, hoje em dia fazer exame, não faz mais cirurgia sem fazer um exame. Continuei no ritmo antigo, de ter o básico, colher... Colhe-se mamão, abóbora, colhe-se batata., mandioca. Tudo vem dali, ovos, frango. Sim.

## **ANEXO X**



**ENTREVISTADO:** Taide Trindade Dias

Eu cheguei em Engenheiro Beltrão em 1952, meu pai veio na frente em 1949. Meu pai veio para cá por causa do “enguiço” que os Beltrão tinham com os Marimpá. Tinha o Marimpá, que era uma firma, que queria tirar as terras, aí contrataram meu pai, meu irmão, tio Negreiro. Eles vieram aí pra limpar, pra tocar os homens daí. Queimaram as casas, queimaram a igreja, tinha igreja, que eles tinham feito lá embaixo, aí expulsaram eles tudo, e entregaram pros Beltrão, limpo, sem ninguém. O povo que comprou as coisas com os Marimpá ficou meio com medo, mas ninguém foi embora, não. Naquela época tinha poquinho gente ainda. Aquela época era pouca gente. Eu não me lembro direito da minha idade, mas acho que uns 12-13 anos. Meu pai veio trabalhar pros Beltrão, para limpar a gleba aqui, sabe? Porque os Marimpá invadiram. Fizeram igreja, fizeram tudo aqui embaixo, casa, daí desmancharam tudo e expulsaram eles daí. Aí depois meu pai comprou terra aqui, tinha sítio, de 20 alqueires, onde hoje é o sítio do Bonfim, lá no Rio da Várzea, daí veio eu com o resto da família. o sítio fazia fundo com a água. Ele deixou uma reservinha de 4 alqueires de mato, naquela área não mexeu com essas arvores. Mas ele vendeu o resto, a turma comprava da serraria. Comprava tudo, o resto vendia, ia derrubando e vendendo as arvores, marfim, peroba, gurutuba. A água lá de casa era poço, o poço deu muito fundo, deu 3 metros, 35 metros, feito manual, com os posseiros, empreitava com eles, eles fazia. Tinha muita caça, né? Naquela época era muita caça. O campo era ali onde é a pracinha, aí nós tava sentado, via os bicho passando, dentro da cidade mesmo. Tinha muita caça. Eu caçava, depois que proibiram eu parei, né? Tinha veado, tinha anta, porco do mato, cateto, cotia, paca. Tinha jacutinga, jacu, tinha é... tinha muita ave, anú. Tinha maritaca, pavão, tucano jacutinga, jaú, nambu, uru. Tinha bastante, era um barulheiro só aqui na cidade, maritaca, aquele griteiro, tucano. Tinha muita cobra, muita cobra, mas nunca tivemos problema na minha família, tivemos problema com onça, tinha um mangueirão na beira do rio, com porco, as onças ia comer os porco, comia carneiro, tinha muita onça. Do lado de lá, que era Santa Cruz, os caçador soltava os cachorros, a onça matava tudo, teve uma que matou 18 cachorros. Eu nunca matei uma onça, mas um empregado nosso matou uma, ele foi esperar a paca, achou a onça. Aí a onça abriu a boca pra ele e ele deu um tiro, dentro da boca com uma espingardinha. Eu tinha fotografia, mais a fotografia extraviou tudo. A gente começou trabalhando com gado, trabalhando com gado, né? Ele plantou café também. O sítio tava sem abrir ainda, tudo em mato. O pai plantou café pouco tempo, porque daí veio a geada e matou todo o café. Acho que foi a geada em... hum... logo que a gente chegou aqui ele comprou o sítio, o cafezinho, foi cinquenta e... 1953, se não me engano. Aí matou o café. E ele arrancou tudo. Aí ele foi criando só gado. Não plantou hortelã, nada dessas coisas que plantaram por aqui. Aí ele comprou o açougue, né? E eu fui aprendendo, fui pro frigorífico, aprendi fabricar de tudo quanto era coisa, salcicha, mortadela, presunto, faço de tudo, né? Aí eu aprendi e continuei, né? Eu não fiquei trabalhando com meu pai, eu trabalhava com açougue e frigorífico. Meu pai era sócio de um frigorífico em Maringá, e do frigorífico Santo Antônio em Paranavaí, aí eu ficava na Estrada, fui pra lá quando tinha uns 22 anos (1963-1964). Aí eu fui lá, trabalhei uns anos lá e daí voltei para cá. Eu voltei, num me lembro o ano não, eu esqueci. Voltei para cá e continuei trabalhando em açougue, até me aposentar. Trabalhei no Dante, no Brunetta. Em 1975 queimou tudo o café, de todo mundo que ainda tinha, a Chapadão, a Valderez, queimou tudo. Aqui teve em 1954 um tornado, um tornado que derrubou todo o mato, aqui, onde nós estamos aqui ( a região do Campo de Futebol), era mato, deitou tudo, não ficou uma parte de pé. Essa região tudo. Casa descobriu, rancou casa, o sítio num pegou, não, passou uns 300 metros da gente. E foi pra Quinta do Sol. Era tudo mato daqui pra Quinta do Sol, “cê” olhava assim, “cê” via tudo, onde passou o tornado. Nós nunca mudamos mesmo, a gente sempre ficou aqui, eu ia, mais voltava, né? Quando chovia as vezes faltava comida aqui, porque os caminhão tolava tudo. Naquela época. Chovia, o rio enchia, e ficava, quatro, cinco dias sem caminhão passar para cá. Aí não passava, aí a turma comia muito palmito, naquela época era difícil, o rio enchia, chovia muito, não tinha asfalto, daqui pra Maringá ficava aquelas filas tudo de caminhão encarrilhado. Sempre teve chuva grande por essas bandas, mas ventania só aquela de 1954, o tornado. Tinha muita geada, aquela geada que te falei, meu pai comprou um sítiozinho de café, no mesmo dia que ele comprou, deu uma geada, matou tudo, todo o café da chacinha. E aquele tempo geava muito, a turma plantava café, quando tava tudo assim (sinalizando com a mão uns 40 centímetros de altura) vinha a geada e matava tudo. Naquela época num usava veneno nas coisas, meu pai não era agricultor, não era agricultor lá no Rio Grande do Sul, minha mãe era do Uruguai.